



DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUPLEMENTO

SUMÁRIO

PARTE B

4. Empresas — Registo comercial

Aveiro	2810-(5)
Beja	2810-(11)
Braga	2810-(12)
Bragança	2810-(43)
Castelo Branco	2810-(44)
Coimbra	2810-(48)

Évora	2810-(75)
Faro	2810-(77)
Guarda	2810-(85)
Leiria	2810-(85)
Lisboa	2810-(87)
Porto	2810-(99)
Santarém	2810-(112)
Setúbal	2810-(112)

PARTE B

ÍNDICE

EMPRESAS — REGISTO COMERCIAL

<i>Águeda</i>	2810-(5)	<i>Miranda do Corvo</i>	2810-(75)
<i>Albufeira</i>	2810-(77)	<i>Moita</i>	2810-(112)
<i>Alcobaça</i>	2810-(85)	<i>Murtosa</i>	2810-(9)
<i>Ansião</i>	2810-(85)	<i>Oleiros</i>	2810-(47)
<i>Arganil</i>	2810-(48)	<i>Oliveira do Bairro</i>	2810-(9)
<i>Arouca</i>	2810-(6)	<i>Paredes</i>	2810-(99)
<i>Borba</i>	2810-(75)	<i>Penela</i>	2810-(75)
<i>Braga</i>	2810-(12)	<i>Portimão</i>	2810-(77)
<i>Cascais</i>	2810-(87)	<i>Porto:</i>	
<i>Coimbra</i>	2810-(48)	<i>3.ª Secção</i>	2810-(100)
<i>Constância</i>	2810-(112)		
<i>Espinho</i>	2810-(6)	<i>Póvoa de Lanhoso</i>	2810-(43)
<i>Estremoz</i>	2810-(75)	<i>Reguengos de Monsaraz</i>	2810-(76)
<i>Ferreira do Alentejo</i>	2810-(11)	<i>Santa Maria da Feira</i>	2810-(9)
<i>Fundão</i>	2810-(44)	<i>Santo Tirso</i>	2810-(108)
<i>Guimarães</i>	2810-(40)	<i>São João da Madeira</i>	2810-(11)
<i>Lagos</i>	2810-(77)	<i>Seia</i>	2810-(85)
<i>Lisboa:</i>		<i>Sertã</i>	2810-(47)
<i>1.ª Secção</i>	2810-(87)	<i>Vale de Cambra</i>	2810-(11)
<i>2.ª Secção</i>	2810-(88)	<i>Vendas Novas</i>	2810-(76)
<i>3.ª Secção</i>	2810-(94)	<i>Vidigueira</i>	2810-(12)
<i>Loulé</i>	2810-(77)	<i>Vila Flor</i>	2810-(43)
<i>Marinha Grande</i>	2810-(85)	<i>Vila Viçosa</i>	2810-(77)

4. Empresas — Registo comercial

AVEIRO

ÁGUEDA

O LAMPIÃO — SNACK-BAR, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Águeda. Matrícula n.º 2309; identificação de pessoa colectiva n.º 504256130; averbamento n.º 2 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 6; número e data da apresentação: 4/060100.

Certifico que cessaram funções de gerentes, em 21 de Outubro de 1999, os ex-sócios José Fernando da Silva Marques e Fernanda de Fátima Ferreira Ramos, por renúncia, e foi alterado o pacto da sociedade em epígrafe, quanto aos artigos 3.º e 4.º, os quais ficaram com a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e outros bens constantes da escrita social, é de 28 000 euros (equivalente a 5 613 496\$) e encontra-se dividido em duas quotas iguais do valor nominal de 14 000 euros cada (equivalente a 2 806 748\$ cada), pertencendo uma a cada sócio.

ARTIGO 4.º

A gerência da sociedade, remunerada ou não, consoante vier a ser resolvido em assembleia geral, pertence aos sócios, já nomeados gerentes, bastando a intervenção de um gerente para obrigar a sociedade.

O texto actualizado do contrato, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

10 de Janeiro de 2000. — O Conservador, *Fausto Tavares de Oliveira*. 10703357

ESTIMA, LOPES & SANTOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Águeda. Matrícula n.º 2465; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 16/040100.

Certifico que entre José Marques Ferreira Estima, casado com Maria Fernanda Teles de Loureiro Estima na comunhão de adquiridos; Rui Manuel Simões dos Santos, casado com Ana Rosa Ferreira Oliveira Santos naquele regime, e António José Lopes, casado com Maria Arminda Oliveira na comunhão geral, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Estima, Lopes & Santos, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede na Travessa do Barreiro, sem número, lugar do Barreiro, freguesia de Recadães, concelho de Águeda.

3 — A sociedade, por simples deliberação da gerência, poderá deslocar a sede social para outro local dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste no comércio por grosso de máquinas, ferramentas e equipamentos para construção.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 7500 euros (equivalente a 1 503 615\$) e corresponde à soma de três quotas iguais dos valores nominais de 2500 euros cada, pertencentes uma a cada um dos sócios José Marques Ferreira Estima, Rui Manuel Simões dos Santos e António José Lopes.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme vier a ser deliberado, ficará a cargo de sócios ou não sócios que fo-

rem designados em assembleia geral, ficando desde já nomeados gerentes todos os sócios.

2 — Para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos é necessária a assinatura de dois gerentes.

3 — A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio, quando esta for sujeita a arrolamento, arresto, penhora, quando for incluída em massa falida, ou quando, fora dos casos previstos na lei, for cedida sem consentimento da sociedade.

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado no destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

ARTIGO 9.º

1 — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares até ao montante global correspondente ao décuplo do capital, desde que deliberado por unanimidade dos sócios que representem a totalidade do capital social, reembolsáveis quando julgadas dispensáveis, sendo a data e a forma de restituição fixadas em assembleia geral, que delibere o reembolso.

2 — Qualquer sócio poderá fazer suprimimentos à sociedade, quando esta deles carecer, nas condições de retribuição e reembolso que forem acordadas em assembleia geral.

Está conforme.

6 de Janeiro de 2000. — O Conservador, *Fausto Tavares de Oliveira*. 10703322

ECOLOGAL — PRODUTOS QUÍMICOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Águeda. Matrícula n.º 2324; identificação de pessoa colectiva n.º 502746793; averbamento n.º 2 à inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 15/050100.

Certifico que cessou funções de gerente, em 14 de Dezembro de 1999 o ex-sócio Richard de Seabra, por renúncia.

Está conforme.

7 de Janeiro de 2000. — O Conservador, *Fausto Tavares de Oliveira*. 10703349

ALVIL — INDÚSTRIA METALÚRGICA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Águeda. Matrícula n.º 2034; identificação de pessoa colectiva n.º 503666718; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 6/050100.

Certifico que foi alterado o pacto da sociedade em epígrafe, quanto aos artigos 3.º e n.º 2 do 4.º, os quais ficaram com a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 1 500 000\$, dividido em três quotas: uma de 750 000\$, pertencente ao sócio Arménio Almeida da Conceição; uma de 375 000\$, per-

tencentente ao sócio José António Nogueira da Conceição, e outra de 375 000\$ pertencente ao sócio João Manuel Nogueira da Conceição.

ARTIGO 4.º

2 — Os documentos de mero expediente poderão ser assinados por qualquer um dos gerentes, mas nos actos e contratos que envolvam obrigações ou responsabilidades para a sociedade é obrigatória a assinatura conjunta de dois gerentes, sendo uma, obrigatoriamente, a do gerente Arménio Almeida da Conceição.

Todos os sócios foram nomeados gerentes.

O texto actualizado do contrato, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

7 de Janeiro de 2000. — O Conservador, *Fausto Tavares de Oliveira*. 10703330

SIDERAÇÃO — COMÉRCIO DE AÇOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Águeda. Matrícula n.º 2193; identificação de pessoa colectiva n.º 504013513; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 2/040100.

Certifico que foi dissolvida a sociedade em epígrafe, por acordo dos sócios, com simultânea liquidação e partilha, dando as contas como aprovadas em 28 de Dezembro de 1999.

Está conforme.

5 de Janeiro de 2000. — O Conservador, *Fausto Tavares de Oliveira*. 10703276

CANOMAT — MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Águeda. Matrícula n.º 2005; identificação de pessoa colectiva n.º 503269816; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 7/040100.

Certifico que foram nomeados como gerentes para o triénio de 1999-2001 da sociedade em epígrafe, os sócios Carlos Manuel Castela Ala Martins e Osvaldo Manuel da Graça Guerra e, ainda, Luís Filipe Sousa Figueiredo, casado. Para obrigar a sociedade é necessária a intervenção de quaisquer dois dos gerentes.

Está conforme.

6 de Janeiro de 2000. — O Conservador, *Fausto Tavares de Oliveira*. 10703284

FÁBRICA DE MALHAS FILGOM, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Águeda. Matrícula n.º 1400; identificação de pessoa colectiva n.º 502290935; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 9/050100.

Certifico que foi dissolvida a sociedade em epígrafe, por acordo dos sócios, com simultânea liquidação e partilha, dando as contas como aprovadas em 29 de Dezembro de 1999.

Está conforme.

6 de Janeiro de 2000. — O Conservador, *Fausto Tavares de Oliveira*. 10703314

JARDINLAR — IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MOBILIÁRIO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Águeda. Matrícula n.º 1479; identificação de pessoa colectiva n.º 502449586; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 3; números e data das apresentações: 10 e 11/040100.

Certifico que cessou funções de gerente, em 31 de Outubro de 1999, o sócio António de Oliveira Pires, por renúncia, e foi nomeado gerente, na mesma data, José Eduardo Pereira de Oliveira, casado.

Está conforme.

6 de Janeiro de 2000. — O Conservador, *Fausto Tavares de Oliveira*. 10703306

SANTOS, OLIVEIRA, TOMAZ & NEVES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Águeda. Matrícula n.º 872; identificação de pessoa colectiva n.º 501189203; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 3; números e data das apresentações: 8 e 9/040100.

Certifico que cessou funções de gerente, em 31 de Outubro de 1999, o sócio António de Oliveira Pires, por renúncia, e foi nomeado gerente, em igual data, José Eduardo Pereira de Oliveira, casado.

Está conforme.

6 de Janeiro de 2000. — O Conservador, *Fausto Tavares de Oliveira*. 10703292

FUSAG — FUNDIÇÃO E SERRALHARIA DE ÁGUEDA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Águeda. Matrícula n.º 172; identificação de pessoa colectiva n.º 500153388; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 22 e inscrição n.º 24; números e data das apresentações: 8 e 9/141299.

Certifico que cessou funções, em 5 de Abril de 1999, a sociedade Bernardes Sismeyro & Associados, como revisora oficial de contas, e foi feita a nomeação, em 5 de Abril de 1999, da sociedade António Pimpão & Maximino Mota, para revisor, oficial de contas, até ao final do ano de 1999.

Está conforme.

14 de Dezembro de 1999. — O Conservador, *Fausto Tavares de Oliveira*. 10703004

AROUCA

PITANGUEIRAS — SOCIEDADE IMPORTADORA E EXPORTADORA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Arouca. Matrícula n.º 286/910225; identificação de pessoa colectiva n.º 502515554; data da apresentação: 991203.

Certifico terem sido depositados na pasta da sociedade comercial por quotas com a firma em epígrafe, os documentos relativos à prestação de contas, referentes ao ano de 1999.

6 de Dezembro de 1999. — A Conservadora, *Maria Carla Gomes Ferreira Martins*. 08271321

ESPINHO

VAPORAN — QUÍMICA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Espinho. Matrícula n.º 1366/980812; identificação de pessoa colectiva n.º 504229125; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 13/991228.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o seu capital social de 1 000 000\$ para 10 000 000\$, tendo sido alterados os artigos 1.º e 3.º do respectivo contrato, ficando estes com a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de VAPORAN — Química e Serviços de Engenharia, L.^{da}, com sede na Rua 20, 654, 2.º, esquerdo, Espinho.

§ único. A gerência poderá mudar a sua sede dentro do mesmo concelho ou para concelhos limítrofes.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e outros valores constantes da escrita social, é de 10 000 000\$ e corresponde à soma de duas quotas: uma de 6 000 000\$ do sócio Américo Dias

Ferreira, e outra de 4 000 000\$ da sócia Maria Cristina de Meneses e Costa Marques.

O texto do contrato, na sua redacção actualizada, está depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

31 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Rosa Paula da Silva Maia*.
10409653

TÁXIS AMÉILEI, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Espinho. Matrícula n.º 1478/991229; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 25/991229.

Certifico que entre António Marques da Silva Leite e mulher, Amélia da Conceição Pires Leite, casados na comunhão geral, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Táxis Améilei, L.^{da}, tem a sua sede na Rua Nova da Guimbra, 236, freguesia de Anta, concelho de Espinho, e durará por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir do dia de hoje.

2 — A gerência poderá deslocar a sua sede dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, assim como criar agências ou outras formas de representação, sem necessidade do consentimento da assembleia geral.

ARTIGO 2.º

O objecto social consiste na exploração da indústria de transportes de aluguer em automóveis ligeiros de passageiros.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado, é de 5000 euros, dividido em duas quotas iguais no valor nominal de 2500 euros cada uma, pertencentes aos sócios António Marques da Silva Leite e Amélia da Conceição Pires Leite.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, fica a cargo dos sócios António Marques da Silva Leite e Amélia da Conceição Pires Leite, que desde já são designados gerentes.

2 — Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos e a representar, em juízo e fora dele, activa e passivamente, é apenas necessária e suficiente a assinatura de um dos sócios gerentes António Marques da Silva Leite ou Amélia da Conceição Pires Leite.

3 — Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência poderá comprar, vender e permutar bens móveis, incluindo veículos automóveis, assim como celebrar contratos de locação financeira e de aluguer de longa duração; tomar de arrendamento ou trespasse quaisquer locais ou estabelecimentos para a sociedade, acordar e transigir em juízo.

ARTIGO 5.º

1 — A cessão e a divisão de quotas é livre entre sócios; porém, quando a favor de estranhos, os sócios, em primeiro lugar e a sociedade, em segundo lugar, têm direito de preferência na transmissão e se mais do que um sócio desejar preferir, a quota será repartida pelos interessados na proporção das quotas que então possam.

2 — Para o exercício do direito de preferência, o sócio cedente, comunicará aos sócios preferentes e à sociedade, em carta registada com aviso de recepção, a sua intenção de alienar a quota e respectivas condições.

3 — Os sócios deverão informar, por escrito, quer o sócio cedente quer a sociedade, no prazo de 30 dias a contar da data da recepção do aviso, se pretendem ou não exercer o direito de preferência.

ARTIGO 6.º

Em deliberação tomada por unanimidade de todos os sócios, poderão ser exigidas prestações suplementares de capital até ao quintuplo do valor do capital social.

ARTIGO 7.º

A todos os sócios fica expressamente vedado assinar, pela sociedade, letras de favor, fianças, abonações e, em geral, documentos

alheios aos negócios sociais, respondendo a contravalor, individualmente, pelas obrigações que assumir.

ARTIGO 8.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- a) Insolvência ou falência do seu titular;
- b) Arresto, arrolamento ou penhora da quota;
- c) Venda ou adjudicação judiciais;
- d) Por acordo com o respectivo titular.

2 — A amortização será realizada no caso da alínea d), pelo pelo que resultar do acordo, nos restantes casos, pelo valor que for atribuído à quota, em balanço a efectuar para o efeito e o seu valor pago em quatro prestações trimestrais, iguais e sucessivas, a primeira das quais 30 dias após a respectiva deliberação, salvo nos casos em que a lei disponha imperativamente outra contrapartida.

3 — A quota amortizada pode figurar no balanço como tal, sendo permitido, posteriormente e por deliberação dos sócios, criar uma ou várias quotas, em vez da amortizada, destinadas a serem alienadas a um ou a alguns sócios ou a terceiros.

ARTIGO 9.º

Anualmente será dado um balanço, com data de 31 de Dezembro, devendo os lucros líquidos nele apurados, depois de deduzida a percentagem de 5 % para fundo de reserva legal, ser divididos pelos sócios, na proporção das suas quotas, termos em que por eles serão suportados os prejuízos, quando os houver, até ao limite das suas responsabilidades legais.

ARTIGO 10.º

Por falecimento ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade continuará com os sobreviventes ou capazes e os herdeiros ou representante legal do sócio falecido ou interdito, nomeando aqueles um de entre si que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver no estado de comunhão.

ARTIGO 11.º

As assembleias gerais serão convocadas por carta registada, com aviso de recepção, com a antecedência de 15 dias.

ARTIGO 12.º

Dissolvendo-se a sociedade, todos os sócios serão liquidatários, ficando desde já determinado que, se algum quiser ficar com o estabelecimento social, será este licitado, verbalmente, entre eles e adjudicado àquele que maiores vantagens oferecer em preço e forma de pagamento.

Está conforme.

31 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Rosa Paula da Silva Maia*.
10409661

LAURALVES — SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Espinho. Matrícula n.º 1477/991215; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 7/991215.

Certifico que entre António Alves Ferreira e mulher, Maria Laurinda Gomes de Sousa, casados na comunhão de adquiridos, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a denominação de LAURALVES — Sociedade de Construções, L.^{da}, e tem a sua sede na Avenida 24, 1075, da freguesia e concelho de Espinho.

§ único. A gerência poderá mudar a sede social para outro local, dentro do mesmo concelho ou para concelhos limítrofes.

2.º

O objecto social consiste na construção de edifícios, habitações e apartamentos, compra e venda de bens imobiliários, loteamentos de terrenos.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 6000 euros e corresponde à soma de duas quotas iguais, pertencentes uma a cada um dos sócios António Alves Ferreira e Maria Laurinda Gomes de Sousa.

4.º

Os sócios poderão fazer suprimentos à sociedade, nas condições e montantes a deliberar em assembleia geral.

5.º

1 — A gerência da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, fica a cargo do sócio António Alves Ferreira, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, bastando a sua assinatura para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos.

2 — Em ampliação aos poderes normais da gerência, o gerente poderá, sem necessidade de prévia deliberação em assembleia geral, comprar ou vender bens móveis, tomar de arrendamento quaisquer prédios ou tomar de trespasse ou à exploração de quaisquer estabelecimentos, celebrando, alterando ou distratando, quando for caso disso, os respectivos contratos.

6.º

É livre a cessão de quotas, total ou parcial, entre sócios, seus ascendentes e descendentes, ficando desde já autorizada a sua divisão para o efeito. A estranhos, porém, depende do consentimento da sociedade, dado por escrito, tendo os sócios não cedentes o direito de preferência.

7.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Quando ela tiver sido arrestada, penhorada, arrolada ou por qualquer outra forma envolvida em processo judicial, administrativo ou fiscal, excepto nos casos de inventário;
- c) Quando houver cessão de quotas a não sócios, com inobservância do disposto no artigo anterior;
- d) Quando o respectivo sócio não cumpra as obrigações sociais;
- e) Quando, em caso de divórcio ou separação judicial, a quota não fique a pertencer integralmente ao sócio titular;
- f) Quando a quota for doada fora dos casos previstos no artigo anterior;
- g) Quando o sócio prejudique, culposa ou gravemente, os interesses da sociedade.

§ único. A amortização será efectuada pelo valor que a quota tiver, segundo o último balanço aprovado, corrigido com a parte que à quota corresponder nos lucros ou prejuízos, proporcionais ao tempo decorrido, depois da data do último balanço, e será pago em quatro prestações trimestrais.

8.º

Em caso de morte de qualquer sócio, os seus herdeiros deverão nomear um de entre si que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa.

§ único. A nomeação e comunicação do representante dos herdeiros deverá ser feita até 30 dias após o falecimento do sócio.

9.º

É permitido a qualquer dos sócios exercer por conta própria ou alheia uma actividade concorrente com a da sociedade e serem igualmente sócios de outras sociedades com a mesma actividade.

10.º

Os lucros do exercício, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, terão o destino que for deliberado em assembleia geral.

11.º

As assembleias gerais, quando a lei não prescrever outras formalidades ou prazos, serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios, com a antecedência mínima de 15 dias.

Está conforme.

31 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Rosa Paula da Silva Maia*. 10420827

ESPITERM — INSTALAÇÕES TÉRMICAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Espinho. Matrícula n.º 1385/981211; identificação de pessoa colectiva n.º 504361236; inscrição n.º 9; número e data da apresentação: 12/991222.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram alterados os artigos 3.º e 5.º do respectivo contrato, ficando estes, em consequência, com a redacção seguinte:

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e outros valores constantes da escrita social, é de 1 000 000\$ e corresponde à soma de três quotas, sendo: uma de 500 000\$, pertencente ao sócio Adão José dos Reis Teixeira, e duas de 250 000\$, pertencentes uma a cada um dos sócios Carla Constança Carneiro Coutinho e Elísio Paulo de Oliveira Azevedo.

5.º

1 — A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica afectada aos sócios Adão José dos Reis Teixeira e Elísio Paulo de Oliveira Azevedo.

O texto do contrato, na sua redacção actualizada, está depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

31 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Rosa Paula da Silva Maia*. 10409645

CORKALEM — MANUFACTURA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE CORTIÇA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Espinho. Matrícula n.º 1357/980724; identificação de pessoa colectiva n.º 504220578.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do exercício do ano de 1998.

Está conforme.

14 de Setembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Rosa Paula da Silva Maia*. 10420916

DIVERARCO — MÁQUINAS DE DIVERSÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Espinho. Matrícula n.º 1058/950412; identificação de pessoa colectiva n.º 503434850; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 7/991210.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado o artigo 1.º, n.º 1, do respectivo contrato, ficando este, em consequência, com a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a denominação de DIVERARCO — Máquinas de Diversão, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua 12, 645, rés-do-chão, direito, freguesia e concelho de Espinho.

O texto do contrato, na sua redacção actualizada, está depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

31 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Rosa Paula da Silva Maia*. 10420835

MARDOMUS — CONSTRUÇÕES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Espinho. Matrícula n.º 1108/951027; identificação de pessoa colectiva n.º 503518778; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 22/991229.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi depositada na pasta respectiva, a fotocópia da escritura, de onde consta a dissolução e liquidação.

Está conforme.

31 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Rosa Paula da Silva Maia*. 10420843

**MEGA 2000 — CENTRO DE ESTUDOS
DE INFORMÁTICA, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Espinho. Matrícula n.º 1254/970718; identificação de pessoa colectiva n.º 502978619; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 16/991228.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi depositada na pasta respectiva, a fotocópia da escritura, de onde consta a dissolução e liquidação.

Está conforme.

31 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Rosa Paula da Silva Maia*. 10420819

LIVRARIA E PAPELARIA DUARTE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Espinho. Matrícula n.º 1358/980729; identificação de pessoa colectiva n.º 504220926; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 6; números e data das apresentações: 11 e 12/281299.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi depositada na pasta respectiva, a fotocópia da acta, de onde consta a cessação de funções da gerente Emília da Fonseca Alves Coelho, e a nomeação de Teófilo Pinto Coelho, para o cargo de gerente.

Está conforme.

31 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Rosa Paula da Silva Maia*. 10420800

JOSÉ NUNES MARTINS & FILHO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Espinho. Matrícula n.º 154/910712; identificação de pessoa colectiva n.º 500608806; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 5; números e data das apresentações: 2 e 3/231299.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi depositada na pasta respectiva, a fotocópia do assento do óbito do gerente José Nunes Martins.

Mais certifico que foi depositada na mesma pasta, a fotocópia de acta, de onde consta a nomeação do gerente José de Almeida Martins.

Está conforme.

31 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Rosa Paula da Silva Maia*. 10420797

SOFIA MARQUES & CATARINO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Espinho. Matrícula n.º 1197/961226; identificação de pessoa colectiva n.º 503787353; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 3; números e data das apresentações: 19 e 20/161299.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi depositada na pasta respectiva, a fotocópia da acta, de onde consta a cessação de funções da gerente Sandra Sofia Ferreira Marques Martins Catarino.

Mais certifico que foi alterado o artigo 5.º do respectivo contrato, ficando este com a redacção seguinte:

ARTIGO 5.º

1 — A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica a cargo do sócio Paulo Catarino Correia Pereira e Silva, desde já nomeado gerente, cuja assinatura vincula a sociedade em todos os seus actos e contratos.

O texto do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

31 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Rosa Paula da Silva Maia*. 10420789

**DECORPOLI — COMÉRCIO DE MÓVEIS
E DECORAÇÕES, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Espinho. Matrícula n.º 1153/960701; identificação de pessoa colectiva n.º 503695254; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 10/991214.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi depositada na pasta respectiva, a fotocópia da escritura, de onde consta a dissolução e liquidação.

Está conforme.

31 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Rosa Paula da Silva Maia*. 10420770

CONSTRUÇÕES IRMÃOS PINTO & SANTOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Espinho. Matrícula n.º 731/900717; identificação de pessoa colectiva n.º 502391162; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 12/991230.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi depositada na pasta respectiva, a fotocópia da escritura, de onde consta a dissolução e liquidação.

Está conforme.

31 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Rosa Paula da Silva Maia*. 10420762

MURTOSA**IMPORBOLBOS — IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO
DE BOLBOS E AFINS, SOCIEDADE UNIPessoal, L.^{DA}**

Sede: lugar de Touregas, Bunheiro, Murtosa

Conservatória do Registo Comercial da Murtosa. Matrícula n.º 217/980928; identificação de pessoa colectiva n.º 504261223; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 5/991027.

Certifico que, pela apresentação acima referida, foi feito um aumento de capital e consequente alteração do contrato de sociedade.

Capital: 5 012 050\$, após o aumento de 4 612 050\$, subscrito, em dinheiro, pelo sócio Vasco António da Fonseca Matos, para reforço da sua quota.

Artigos alterados: 1.º, aditado o n.º 2 e 3.º.

Capital redenominado: 25 000 euros.

Sócio: com uma quota de igual valor.

A redacção actualizada do contrato de sociedade, encontra-se depositada na pasta respectiva.

Conferida, está conforme.

23 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Alda Dolores Nunes da Fonseca Gonçalves Coelho*. 08010986

OLIVEIRA DO BAIRRO**EVASIMAR — PRODUTOS ALIMENTARES, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Oliveira do Bairro. Matrícula n.º 500/950427; identificação de pessoa colectiva n.º 503398390.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi feito o registo da prestação de contas referente ao ano de 1998 e efectuado o depósito legal.

Está conforme.

30 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Maria do Carmo Tavares de Oliveira Pereira*. 08533989

SANTA MARIA DA FEIRA**M. AMORIM HENRIQUES, UNIPessoal, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira. Matrícula n.º 6108/990922; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 6/990922.

Certifico que Manuel de Amorim Henriques, casado com Maria de Fátima Gomes de Oliveira na comunhão geral, constituiu a sociedade unipessoal em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma M. Amorim Henriques, Unipessoal, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua do Outeirinho, 270, apartamento 141, da freguesia de Santa Maria de Lamas, deste concelho.

2.º

O objecto da sociedade consiste na indústria de cortiça.

3.º

A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para qualquer concelho limítrofe.

4.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 5 000 000\$ (equivalente a 24 939,89 euros).

5.º

Nos termos do artigo 270.º-E do Código das Sociedades Comerciais, o sócio único poderá, a todo o tempo, designar um ou mais gerentes, registando a respectiva nomeação em acta própria, lavrada para o efeito.

6.º

Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, é desde já designado gerente o referido outorgante, ao qual competirá a representação da sociedade em juízo e fora dele, e exerce as competências das assembleias gerais.

7.º

A sociedade obriga-se com a assinatura de um gerente.

8.º

De acordo com o disposto no artigo 270.º-F, n.º 1, do Código das Sociedades Comerciais e respeitadas as formalidades previstas neste preceito legal, fica desde já o sócio único pessoalmente autorizado a realizar com a sociedade todos os negócios jurídicos que entenda úteis ou convenientes à prossecução do objecto social.

§ único. Os documentos de que constem os negócios jurídicos celebrados pelo sócio único e a sociedade serão patenteados conjuntamente com o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas.

9.º

A sociedade iniciará imediatamente a actividade, com incumbência para a gerência de praticar todos os actos da sua competência, ficando desde já autorizada a proceder aos levantamentos e movimentação de contas bancárias que forem necessárias ao giro comercial.

Conferida, está conforme o original.

29 de Novembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Maria Irene Brandão Rodrigues Freitas*. 07340931

J. C. MELO — COMÉRCIO INTERNACIONAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira. Matrícula n.º 4684/960403; identificação de pessoa colectiva n.º 503885436; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 12/990906.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o registo de cessação de funções de gerente de Maria Jacinta Teixeira Bessa de Freixo Pereira, por renúncia, em 22 de Julho de 1999.

Está conforme.

27 de Novembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Maria Irene Brandão Rodrigues Freitas*. 09743332

BENJAMIM PINHO & VARELAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira. Matrícula n.º 1927/841002; identificação de pessoa colectiva

n.º 501502351; inscrição n.º 7; números e data das apresentações: 18 e 19/991217.

Certifico que, pelas apresentações supra-referidas e em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o registo de designação de gerente do sócio Tiago Augusto Almeida Martins Varelas, solteiro, maior, residente na Rua do Dr. António Figueiredo, 9, Santa Maria da Feira, e de reforço de capital para 5 500 000\$, sendo o aumento de 5 000 00\$, realizado em dinheiro e subscrito pelos sócios, cada um mediante a subscrição de uma nova quota: Irene da Conceição Almeida Varelas, com 3 334 000\$; Teresa Irene Almeida Martins Varelas, com 833 000\$; Tiago Augusto Almeida Martins Varelas, com 833 000\$, e consequente alteração do artigo 3.º, o qual ficou com a redacção seguinte:

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5 500 000\$, dividido em cinco quotas: duas no valor nominal de 250 000\$, pertencentes em comum e sem determinação de parte ou direito a todos os sócios Irene da Conceição Almeida Varelas, Tiago Augusto Almeida Martins Varelas e Teresa Irene Almeida Martins Varelas; uma quota de 3 334 000\$, pertencente à sócia Irene da Conceição Almeida Varelas, e duas quotas de 833 000\$, pertencentes uma a cada um dos sócios Tiago Augusto Almeida Martins Varelas e Teresa Irene Almeida Martins Varelas.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

4 de Janeiro de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Maria Irene Brandão Rodrigues Freitas*. 09693513

TRANSPORTES DUARTE VIEIRA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira. Matrícula n.º 6221/991216; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 12/991216.

Certifico que, pela apresentação supra-referida, foi efectuado o registo de constituição de sociedade entre Duarte Vieira, casado com Maria Amélia Soares da Silva na comunhão de adquiridos; Pedro Manuel Soares Vieira, solteiro, menor; Carlos Duarte Soares Vieira, e João Paulo Soares Vieira, solteiros, maiores, a qual se rege pelo seguinte contrato.

1.º

A sociedade adopta a firma Transportes Duarte Vieira, L.^{da}, e tem a sua sede no lugar de Giesteira, freguesia de São João de Ver, deste concelho.

§ único. Por simples deliberação da gerência poderá a sede social ser transferida para outro local dentro do mesmo concelho ou concelhos limítrofes, bem como criar ou encerrar filiais ou qualquer forma de representação social.

2.º

O seu objecto consiste em transportes rodoviários de mercadorias por conta de outrem.

3.º

O capital social, representado em numerário, é de 10 024 100\$, dividido em quatro quotas, sendo: uma de 7 016 870\$, pertencente ao sócio Duarte Vieira, e três iguais de 1 002 410\$, pertencentes uma a cada um dos sócios Pedro Manuel Soares Vieira, Carlos Duarte Soares Vieira e João Paulo Soares Vieira.

O capital encontra-se realizado quanto a metade de cada quota, encontrando-se integralmente realizada a quota do sócio menor.

4.º

Os sócios maiores poderão fazer à sociedade os suprimentos que ela carecer nas condições de juro e reembolso acordados em assembleia geral, bem como prestações suplementares até ao décuplo do capital social, repartidas proporcionalmente pelos sócios em função das suas quotas.

5.º

1 — A gerência da sociedade e a sua representação, em juízo ou fora dele, será exercida pelos gerentes que vierem a ser eleitos em assembleia geral, que podem ser escolhidos entre estranhos à sociedade e serão remunerados ou não, conforme o deliberado em assembleia geral.

2 — Fica desde já nomeado gerente o sócio Duarte Vieira.

3 — A sociedade fica obrigada e responsabilizada com a assinatura de um gerente no caso da gerência ser constituída apenas por um titular, obrigando-se a sociedade com a assinatura conjunta de dois gerentes no caso de gerência plural, em todos os actos e contratos.

4 — Fica expressamente proibido aos gerentes obrigar a sociedade em quaisquer actos ou contratos estranhos aos negócios sociais, designadamente em abonações, letras de favor, avales, fianças ou outras obrigações.

5 — Para além dos poderes normais de gerência, poderão ainda os gerentes:

a) Comprar, vender, tomar e dar de arrendamento ou trespasse quaisquer imóveis de e para a sociedade;

b) Adquirir veículos automóveis, podendo assinar contratos de *leasing*.

Conferida, está conforme.

23 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Maria Irene Brandão Rodrigues Freitas*. 09560866

ALMEIDAS, SOUSA & SILVA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira. Matrícula n.º 1969/850404; identificação de pessoa colectiva n.º 501493212; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 39/990428.

Certifico que, pela apresentação supra-referida e em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos relativos à prestação de contas do ano de exercício de 1998.

Está conforme.

4 de Janeiro de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Maria Irene Brandão Rodrigues Freitas*. 07852622

PRATAPLÁS — INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira. Matrícula n.º 3275/910508; identificação de pessoa colectiva n.º 502596414; inscrição n.º 11; número e data da apresentação: 151/990430.

Certifico que, pela apresentação supra-referida e em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos relativos à prestação de contas do ano de exercício de 1998.

Conferida, está conforme o original.

30 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Maria Irene Brandão Rodrigues Freitas*. 07864655

VALDEMAR LUÍS & CASTRO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira. Matrícula n.º 2183/861024; identificação de pessoa colectiva n.º 501738045; inscrição n.º 6; número e data da apresentação: 16/990416.

Certifico que, pela apresentação supra-referida e em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos relativos à prestação de contas do ano de exercício de 1998.

Está conforme.

4 de Janeiro de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Maria Irene Brandão Rodrigues Freitas*. 08024278

SÃO JOÃO DA MADEIRA

PAPILON — COMÉRCIO DE ARTIGOS, VESTUÁRIO, PARA BEBÉS E PRÉ-MAMÃ, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de São João da Madeira. Matrícula n.º 1491/970411; entrega n.º 1/991215.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos para registo de prestação de contas, relativas ao exercício do ano de 1998.

20 de Dezembro de 1999. — A Conservadora, *Maria Adelaide Rodrigues Fernandes dos Santos Lima*. 09556206

VALE DE CAMBRA

AUTO COMERCIAL DE CAMBRA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Vale de Cambra. Matrícula n.º 365/891124; identificação de pessoa colectiva n.º 502249200; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 4; números e data das apresentações: 1 e 2/000105.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi depositada a certidão de óbito do gerente, bem como a fotocópia da acta n.º 13 da mesma sociedade, de onde consta:

1) Cessação de funções do gerente Rui Manuel Soares de Pinho, em 29 de Novembro de 1999, por morte.

2) Facto: nomeação de gerente de Maria Lídia Fernandes de Almeida, viúva.

Data da deliberação: 28 de Dezembro de 1999.

Conferida, está conforme.

5 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Graciete Maria de Fátima Alves Pedro Cunha e Silva*. 10648550

TEIXEIRA DA SILVA & CONRADO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Vale de Cambra. Matrícula n.º 371/230290; identificação de pessoa colectiva n.º 502296224; averbamento n.º 2 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 3/000103.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositadas a carta de renúncia de funções de gerente e a fotocópia da acta n.º 11, das quais consta a cessação de funções do gerente Fernando Jorge mago Conrado, em 8 de Outubro de 1999, por renúncia.

Conferida, está conforme.

4 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Graciete Maria de Fátima Alves Pedro Cunha e Silva*. 10648542

BEJA

FERREIRA DO ALENTEJO

LUSO-ISOLA — MONTAGEM DE TECTOS FALSOS, L.^{DA}

Sede: Rua de D. Nuno Álvares Pereira, 31, Ferreira do Alentejo

Conservatória do Registo Comercial de Ferreira do Alentejo. Matrícula n.º 205/991223; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 4/991223.

Certifico que, por escritura de 26 de Novembro de 1999, no Cartório Notarial de Ferreira do Alentejo, entre Manuel Belchior de Sousa, casado com Maria de Fátima Cortes Pereira Belchior de Sousa na comunhão de adquiridos, e Willem Heramanus Van Lindt, solteiro, maior, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Luso-Isola — Montagem de Tectos Falsos, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de D. Nuno Álvares Pereira, 31, freguesia e concelho de Ferreira do Alentejo.

2 — Por simples deliberação da gerência pode a sede social ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como pode a sociedade instalar, manter ou extinguir sucursais e outras formas de representação social.

ARTIGO 2.º

1 — A sociedade tem por objecto e montagem de tectos falsos a divisórias, construção de tubos e montagem, soldadura, estruturas

metálicas, isolamentos industriais e de construção civil, trabalho de engenharia, de electricidade e reparações navais.

2 — A sociedade poderá adquirir participações como sócia de responsabilidade limitada, em sociedades com o objecto diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e associar-se em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 1 200 000\$ (equivalente a 5985,57 euros) e está dividido em duas quotas: uma de 200 000\$ (equivalente a 997,60 euros) do sócio Manuel Belchior de Sousa, e outra de 1 000 000\$ (equivalente a 4987,98 euros) do sócio Willem Hermanus Van Lindt.

2 — Os sócios poderão deliberar, por acordo unânime de todos, que lhes sejam exigidas prestações suplementares até ao valor global de 30 000 euros.

ARTIGO 4.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento prévio da sociedade, à qual, em primeiro lugar, e depois dela os sócios não cedentes, fica reservado o direito de preferência.

ARTIGO 5.º

1 — A administração e representação da sociedade, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, compete ao sócio Manuel Belchior de Sousa, desde já designado gerente.

2 — A sociedade fica obrigada com a intervenção de um gerente.

ARTIGO 6.º

Sempre que a lei não exija formalidades especiais, as assembleias gerais serão convocadas por carta registada com aviso de recepção, com a antecedência mínima de 15 dias.

ARTIGO 7.º

Por deliberação dos sócios podem ser derogadas as normas legais dispositivas.

Declararam ainda os outorgantes:

Que fica desde já autorizado o gerente designado a proceder ao levantamento do capital social, depositado nos termos legais, para fazer face às despesas com a realização deste contrato, seu registo e publicações, e com a instalação da sociedade.

Está conforme o original.

29 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Maria José Ameixa Caetano Patrício Jorge*. 10736328

VIDIGUEIRA

DESPORTO E DIFUSÃO — GESTÃO DE CARREIRAS DE PROFISSIONAIS DESPORTIVOS, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Vidigueira. Matrícula n.º 69/990909.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foram depositados as contas de exercício do ano de 1998, em 4 de Novembro de 1999.

Está conforme o original.

2 de Dezembro de 1999. — A Escriturária Superior, *Maria do Céu Graça Urbano Figueira Mira*. 10798455

BRAGA

BRAGA

BEGINNERS — INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO E IMÓVEIS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6596/991209; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 47/991209.

Certifico que entre Marco Aurélio Leite de Araújo Esteves Miranda e Susana Alexandra Leite Araújo Esteves Miranda, solteiros, maiores, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma BEGINNERS — Indústria de Construção e Imóveis, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua do Monsenhor Ferreira, 55, freguesia de Braga (São Vitor), concelho de Braga.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar ou encerrar filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação social, no território nacional ou no estrangeiro, sem necessidade do consentimento da assembleia geral.

ARTIGO 2.º

1 — O objecto da sociedade consiste na indústria de construção civil, compra e venda de bens imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim.

2 — A sociedade poderá livremente associar-se a quaisquer pessoas singulares ou colectivas ou agrupamentos complementares de empresas, bem como participar em sociedades de responsabilidade limitada ou ilimitada, mesmo que reguladas por leis especiais e independentemente do seu objecto.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 200 000 euros, dividido em duas quotas iguais do valor nominal de 100 000 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios.

2 — A sociedade poderá exigir dos sócios prestações suplementares de capital até montante global igual ao quintuplo do capital social existente à data da deliberação.

ARTIGO 4.º

1 — A administração da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, bem como a sua representação, cabem aos gerentes.

2 — Fica desde já nomeada gerente a sócia Susana Alexandra Leite Araújo Esteves Miranda.

3 — Para vincular a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a intervenção de um só gerente.

4 — Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência poderá:

- Comprar, vender e permutar quaisquer bens móveis, incluindo automóveis;
- Tomar de trespasse ou de arrendamento quaisquer locais, bem como alterar ou rescindir os respectivos contratos;
- Celebrar contratos de locação financeira.

ARTIGO 5.º

Carece do consentimento da sociedade a cessão de quotas a estranhos.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- Acordo com o seu titular;
- Penhora, arresto ou qualquer outra forma de apreensão judicial;
- Falência ou insolvência do respectivo titular;
- Cessão de quota sem ou contra o consentimento da sociedade.

Está conforme o original.

28 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07319665

LARPLACE — SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E IMOBILIÁRIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6595/991209; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 2/991209.

Certifico que entre Manuel da Mota Antunes e mulher, Margarida da Silva Oliveira Antunes, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma LARPLACE — Sociedade de Construções e Imobiliária, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua do Monsenhor

Ferreira, 416, 1.º, centro, freguesia de Braga (São Vitor), do concelho de Braga.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar ou encerrar filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação social, no território nacional ou no estrangeiro, sem necessidade do consentimento da assembleia geral.

ARTIGO 2.º

1 — O objecto da sociedade consiste na construção e imobiliária, compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim.

2 — A sociedade poderá participar como sócia de responsabilidade limitada em sociedades com objecto diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, dividido em duas quotas iguais, uma de cada um dos sócios, do valor nominal de 2500 euros.

ARTIGO 4.º

1 — A administração da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, bem como a sua representação, cabem aos sócios, que desde já ficam nomeados gerentes.

2 — Para vincular a sociedade em todos os seus actos e contratos é necessária a intervenção de ambos os sócios gerentes.

3 — Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência poderá:

- a) Comprar, vender e permutar quaisquer bens móveis e imóveis, incluindo automóveis;

- b) Tomar de trespasse ou de arrendamento quaisquer locais, bem como alterar ou rescindir os respectivos contratos;

- c) Celebrar contratos de locação financeira.

4 — Não é permitido aos gerentes obrigar a sociedade em assuntos estranhos aos negócios sociais, tais como abonações, letras de favor, fianças e actos semelhantes.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com o objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

É livre a cessão de quotas entre os sócios; porém, a favor de estranhos, depende do consentimento da sociedade, gozando esta, em primeiro lugar, e os restantes sócios não cedentes, em segundo lugar, do direito de preferência na respectiva aquisição.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- a) Acordo com o seu titular;
- b) Penhora, arresto ou qualquer outra forma de apreensão judicial;

- c) Falência ou insolvência do respectivo titular;

- d) Cessão de quota sem ou contra o consentimento da sociedade.

Está conforme o original.

28 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07319606

FUN FRIENDS — COMÉRCIO DE BRINDES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6594/991207; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 43/991207.

Certifico que entre Maria Teresa Faria Ferreira Salgado e marido, Luís Miguel Marques Oliveira Costa, e Cristina Maria Faria Ferreira Salgado, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma FUN FRIENDS — Comércio de Brindes L.^{da}, e tem a sua sede na Rua do Professor Machado Vilela, 242, freguesia de Braga (São Vitor), concelho de Braga.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar ou encerrar

filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação social, no território nacional ou no estrangeiro, sem necessidade do consentimento da assembleia geral.

ARTIGO 2.º

1 — O objecto da sociedade consiste no comércio a retalho de brindes, presentes e todo o tipo de artigos de decoração.

2 — A sociedade poderá participar como sócia de responsabilidade limitada em sociedades com objecto diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, dividido em três quotas, sendo: duas do valor nominal de 1300 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios Maria Teresa Faria Ferreira Salgado e Luís Miguel Marques Oliveira Costa, e outra do valor nominal de 2400 euros, pertencente à sócia Cristina Maria Faria Ferreira Salgado.

ARTIGO 4.º

1 — A administração da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, bem como a sua representação, competem aos gerentes.

2 — Fica desde já nomeada gerente a sócia Maria Teresa Faria Ferreira Salgado.

3 — Para vincular a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a intervenção de um só gerente.

4 — Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência poderá:

- a) Comprar, vender e permutar quaisquer bens móveis e imóveis, incluindo automóveis;

- b) Tomar de trespasse ou de arrendamento quaisquer locais, bem como alterar ou rescindir os respectivos contratos;

- c) Celebrar contratos de locação financeira.

ARTIGO 5.º

Carece do consentimento da sociedade a cessão de quotas a estranhos.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- a) Acordo com o seu titular;

- b) Penhora, arresto ou qualquer outra forma de apreensão judicial;

- c) Falência ou insolvência do respectivo titular;

- d) Cessão de quota sem ou contra o consentimento da sociedade.

Está conforme o original.

28 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07319592

PADARIA E PASTELARIA DA AVENIDA CIDADE DO PORTO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6591/991206; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/991206.

Certifico que entre José Carvalho de Brito, casado; José Geraldo Vieira, casado, e David de Brito Soares, solteiro, maior, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de Padaria e Pastelaria da Avenida Cidade do Porto, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua da Cidade do Porto, 196, rés-do-chão, freguesia de Ferreiros, concelho de Braga, e durará por tempo indeterminado a partir de hoje.

§ único. Por deliberação da gerência, a sociedade poderá transferir a sua sede para outro local do concelho de Braga ou concelho limítrofe.

ARTIGO 2.º

O seu objecto é a exploração de café, pastelaria e padaria, indústria de panificação e pastelaria.

§ único. A sociedade pode adquirir e alienar participações em sociedades com sede no território nacional ou no estrangeiro, com objecto igual ou diferente do corpo deste artigo, em sociedades reguladas por leis especiais, em sociedades de responsabilidade ilimitada, bem como associar-se com outras pessoas jurídicas, para, nomeadamente, formar novas sociedades, agrupamentos comple-

mentares de empresas, agrupamentos europeus de interesse económico, consórcios e associações em participação.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e está dividido em três quotas, sendo: uma no valor nominal de 3500 euros, pertencente ao sócio José Carvalho de Brito, e outras duas no valor nominal de 750 euros cada, pertencendo uma a cada um dos outros sócios.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência, com dispensa de caução e remunerada ou não, conforme deliberação da assembleia geral, cabe a todos os sócios, desde já nomeados gerentes, sendo a gerência do sócio José Carvalho de Brito, um direito especial seu, pelo que, a sua destituição só poderá ocorrer com o seu consentimento ou com justa causa decidida judicialmente e, esta cláusula do contrato, só com o seu consentimento pode ser alterada, nos termos do disposto no artigo 257.º, n.º 3, do Código das Sociedades Comerciais.

2 — Nos poderes de gerência, cabem a prática de todos os actos necessários ou convenientes à realização do objecto social, neles se incluindo a compra e venda de bens fixos ou de equipamentos sociais e veículos automóveis.

3 — O sócio gerente José Carvalho de Brito fica desde já autorizado a exercer por conta própria ou alheia, actividade concorrente com a sociedade, incluindo-se a participação, por si ou interposta pessoa, em sociedade que implique assunção de responsabilidade ilimitada ou limitada, qualquer que seja o valor da sua quota e, ainda, de nas mesmas, assumir funções de gerência.

4 — Para obrigar a sociedade é necessária e suficiente a assinatura do gerente José Carvalho de Brito, com excepção dos actos de mero expediente para o que, em alternativa, é suficiente a assinatura dos outros dois sócios gerentes.

ARTIGO 5.º

1 — A cessão, gratuita ou onerosa, de quotas entre os sócios ou a terceiros depende sempre do consentimento da sociedade.

2 — No caso de se operar essa cessão sem o consentimento prévio da sociedade, assistirá a esta o direito de amortizar a correspondente quota, adquiri-la ou fazê-la adquirir por sócio ou terceiro e pelo menor dos seguintes preços: preço resultante do cálculo para amortização e preço da venda da quota.

3 — Pedido o consentimento para a cessão, a proposta de amortização ou de aquisição da quota prevista no artigo 231.º do Código das Sociedades Comerciais, poderá ser feita igualmente pelo menor dos valores referidos no parágrafo anterior.

ARTIGO 6.º

1 — No caso de falecimento, inabilitação ou interdição de qualquer sócio, a quota não se transmite aos seus sucessores, podendo a sociedade, nos termos do artigo 225.º do Código das Sociedades Comerciais, amortizá-la, adquiri-la ou fazê-la adquirir por sócio ou terceiro e pelo valor mínimo da amortização, independentemente de aparecer quem ofereça preço mais elevado ou com melhores prazos de pagamento.

2 — Se aos herdeiros do sócio falecido não convier a continuação na sociedade, assistir-lhes-á o direito de exigir a amortização da quota, sem que, no entanto, por tal facto, lhes seja lícito exigir a dissolução e liquidação da sociedade.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota quando esta tiver sido arrestada, penhorada, arrolada ou, por qualquer forma, envolvida em processo judicial, administrativo ou fiscal, que não seja inventário ou forem dadas em caução de obrigação que o seu titular assumia sem que para tal esteja autorizado pela sociedade.

ARTIGO 8.º

Salvo os casos em que a lei exija imperativamente outras formalidades, as assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas com aviso de recepção, enviadas aos sócios, com a antecedência mínima de 15 dias.

ARTIGO 9.º

Os lucros apurados no final de cada exercício, se os houver, terão o destino que lhes for dado em assembleia geral, sem prejuízo da percentagem legalmente fixada para integração na reserva legal.

Está conforme o original.

28 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07318278

MARTINS & PINTOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 1099; identificação de pessoa colectiva n.º 500383146; averbamento n.º 2 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 7; números e data das apresentações: 31 e 32/990721.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, em 23 de Abril de 1999, cessaram funções os gerentes Armando Carvalho Pinto e Manuel Carvalho da Costa Pinto, por renúncia, tendo ambos, na mesma data, autorizado que os seus apelidos «Pinto» continue a fazer parte da firma.

Está conforme o original.

13 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07383711

SESACLA — SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 1017; identificação de pessoa colectiva n.º 500246572; averbamentos n.ºs 1 e 2 à inscrição n.º 25 e inscrição n.º 27; números e data das apresentações: 24 a 26/990723.

Certifico que, em referência à sociedade em epígrafe, foram efectuados os seguintes actos de registo:

25 — Averbamento n.º 1, apresentação n.º 24/990723.

Cessação de funções do presidente do conselho de administração, Jorge Manuel da Cunha Nicolau, por renúncia, em 8 de Janeiro de 1999.

O Conservador, (*Assinatura ilegível*.)

27 — Apresentação n.º 25/990723.

Nomeação de três novos administradores para completar o triénio de 1998-2000, passando o conselho de administração a ser composto por cinco membros.

Designados: José Miguel Vaz Pinto Gonçalves, Ana Maria Beato Cunha Martins, casados, e José Manuel Estiveiro Santos da Cunha, divorciado.

Data da deliberação: 8 de Janeiro de 1999.

O Conservador, (*Assinatura ilegível*.)

25 — Averbamento n.º 2, apresentação n.º 26/990723.

Foi designado para exercer funções de presidente o administrador Luís Manuel Ramalheite Santos da Cunha.

O Conservador, (*Assinatura ilegível*.)

Está conforme o original.

13 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07296606

EUGÉNIO LOUREIRO — SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 5431; identificação de pessoa colectiva n.º 503869074; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 6/990714.

Certifico que, em referência à sociedade em epígrafe, a mesma deslocou a sede para o n.º 91 da Rua da Restauração, Braga (São Vítor), Braga.

Está conforme o original.

6 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07383363

LIMA XAVIER & RAMOA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 2206; identificação de pessoa colectiva n.º 501734562; averbamento n.º 2 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 44/991129.

Certifico que, em referência à sociedade em epígrafe, em 24 de Novembro de 1999, cessou funções o gerente Francisco António Gomes de Lima, por renúncia.

O texto do contrato, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

7 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07318847

MOURÃO & FILHA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 1855; identificação de pessoa colectiva n.º 501366083; inscrição n.º 11; número e data da apresentação: 17/990714.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, em 8 de Junho de 1999, foi designado gerente o sócio José Terroso do Nascimento.

Está conforme o original.

7 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07383347

JOAQUIM RODRIGUES TEIXEIRA & C.^A, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 1746; identificação de pessoa colectiva n.º 501179798; inscrição n.º 5 e averbamento n.º 1 à inscrição n.º 4; números e data das apresentações: 22 e 24/991124.

Certifico que, em referência à sociedade em epígrafe, foi alterado o pacto, quanto aos artigos 4.º e 5.º, os quais ficam com a redacção seguinte:

4.º

1 — A gerência e a administração da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, compete aos gerentes eleitos em assembleia. geral, pelo prazo e condições que nela vierem a ser estabelecidos.

2 — Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência poderá:

- a) Comprar e vender veículos automóveis;
- b) Tomar de arrendamento quaisquer locais, bem como alterar ou rescindir os respectivos contratos;
- c) Celebrar contratos de locação;
- d) Contrair financiamentos, prestando as garantias exigidas pelas entidades mutuantes.

3 — São desde já nomeados gerentes Joaquim Jerónimo da Costa Rodrigues e Celestino Nuno da Costa Rodrigues Teixeira.

4 — Para que a sociedade fique validamente obrigada em todos os seus actos e contratos é necessária a intervenção de dois gerentes.

5 — A gerência poderá constituir mandatários, nos termos do artigo 252.º do Código das Sociedades Comerciais.

5.º

1 — É livre a cessão de quotas entre os sócios.

2 — A cessão de quotas a terceiros depende da autorização escrita da sociedade, à qual, em primeiro lugar, e aos sócios não cedentes, em segundo, fica conferido o direito de preferência.

3 — Para efeito do disposto no número anterior, o sócio que pretender ceder a sua quota notificará, por escrito, a sociedade da sua intenção, mencionando e identificando o respectivo cessionário, bem como o preço ajustado, o modo como ele será satisfeito e as demais condições estabelecidas.

4 — Nos 30 dias subsequentes à recepção da comunicação referida no número anterior, proceder-se-á à reunião da assembleia geral, onde se decidirá se a sociedade deseja ou não exercer o direito de preferência, adquirindo para si a mencionada quota, pelo preço e condições constantes da notificação.

5 — Caso a sociedade não pretenda exercer, ela própria, o direito de preferência, os sócios não cedentes deverão declarar, nessa mesma reunião, se pretendem exercer eles esse direito, nas mesmas condições em que o faria a sociedade.

6 — A declaração de intenção de exercício do direito de preferência, quer pela sociedade quer por um dos sócios não cedentes, ou, no caso de não ser exercido esse direito, a decisão de autorização de cessão de quota, deverá ser transmitida ao cedente através de carta registada, no prazo de oito dias, contados da data da realização da assembleia geral.

7 — Decorridos 45 dias desde a data da comunicação referida sob o n.º 3 deste artigo, sem que a sociedade tenha transmitido ao cedente qualquer decisão, considera-se deferido o pedido de autorização e renunciados os direitos de preferência, podendo o sócio celebrar o negócio anunciado.

Mais certifico que, em 12 de Novembro de 1999, cessou funções o gerente Joaquim Rodrigues Teixeira, por renúncia.

O texto do contrato, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

2 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07318022

GEOSOL — TÉCNICOS CONSULTORES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 3819; identificação de pessoa colectiva n.º 502891645; averbamento n.º 2 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 5; números e data das apresentações: 19 e 20/990712.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, em 31 de Maio de 1999, cessou funções o gerente João Pedro da Costa Cabral Caetano, por renúncia.

Mais certifico que, na mesma data, foi designado gerente Carlos António de Carvalho Caetano, casado.

Está conforme o original.

2 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07336977

RAMIBOR — PROMOTORA IMOBILIÁRIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 5167; identificação de pessoa colectiva n.º 503741370; inscrição n.º 7; número e data da apresentação: 23/990713.

Certifico que, em referência à sociedade em epígrafe, foi aditado ao artigo 9.º o § 6.º, ficando com a redacção seguinte:

9.º

§ 6.º — a) Nomear e exonerar o pessoal da sociedade, dos vários sectores produtivo, administrativo, técnico de todas as categorias, representantes e assessores com ordenado e retribuições fixas, determinar o seu trabalho, funções e garantias que têm de prestar, assim como determinar indemnizações, se a elas houver lugar, em caso de despedimento;

b) Representar a sociedade perante qualquer associação profissional, sindical ou laboral de empresários ou trabalhadores, incluindo em caso de conflitos;

c) Comprar e vender mercadorias, matérias-primas, produtos, equipamento e máquinas; assinar facturas, guias, ordens de compra e declarações e qualquer documento que tenha a ver com o financiamento e ou pagamento da aquisição das mesmas. Efectuar pagamentos e recebimentos sobre qualquer título e quantidade, inclusive, tornar efectivos recebimentos do Estado, repartições de finanças, autarquias, juntas de freguesia, empresas públicas ou qualquer outro organismo público. Levantar dos correios, de companhias navegadoras, aéreas, ferroviárias, assim como da alfândega, cartas, certificados, despachos, encomendas e vales postais. Abrir, responder e assinar a correspondência. Contratar seguros contra riscos de transportes, incêndios, acidentes de trabalho ou qualquer outro tipo de seguro, assinando as apólices e documentos correspondentes, recebendo, em caso disso, as indemnizações devidas. Solicitar autorizações de importação ou exportação e seguir todo o processo, assinando os documentos necessários até à retirada ou expedição das mercadorias, produtos, equipamento, ou o objecto em causa;

d) Abrir e encerrar contas bancárias correntes, contas caucionadas, ou a prazo, assim como movimentar as que já se encontrem abertas. Constituir, transferir, cancelar e proceder ao levantamento de depósitos, receber e pagar juros, descontar, aceitar, domiciliar, avalizar, fiar, endossar, protestar e pagar letras comerciais ou livranças financeiras, cheques e toda a classe de documentos comerciais. Receber dividendos, juros e amortizações e, em geral, operar com bancos, entidades financeiras em Portugal ou em qualquer outra parte do mundo desde que oficiais, tendo poderes para dispor dos bens existentes nos mesmos e operando em geral em tudo que a legislação e prática bancária vigente, o permita;

e) Acordar com a administração pública, autarquias, juntas de freguesia, empresas públicas e outras entidades do Estado e particulares, todo o tipo de contratos de obras, serviços e fornecimento ou qualquer outro tipo, em consequência:

1) Concorrer a todo o tipo de concursos públicos, contratação directa, licitação sumária e qualquer outra forma de contratação, inclusive, de procedimento extraordinário, urgente e de regime excepcional, sem qualquer tipo de limitação, independentemente do seu objecto e do tipo ou classe de obra, serviço ou fornecimento público ou privado;

2) Formular protestos e reclamações, aceitar ou realizar actos de reformulação ou impugnação; outorgar escrituras referentes aos actos atrás referidos, submetendo-se às condições facultativas e económicas correspondentes, assim como estipulando cláusulas gerais de toda a classe de contratos;

3) Constituir e retirar depósitos, fianças provisórias e definitivas, receber todo o tipo de quantias que, por qualquer origem deva receber a sociedade, de qualquer pessoa física ou jurídica, incluindo o Estado, a administração pública, autarquias, juntas de freguesia, empresas públicas e outras entidades do Estado e particulares, sejam financeiras particulares ou comerciais, estrangeiras ou nacionais;

f) Constituir loteamentos sobre terrenos rústicos e urbanos para a promoção imobiliária destinados à habitação, comércio e indústria, assim como à divisão daqueles. Constituir, aceitar, dividir, alienar, redimir, extinguir o usufruto, servidões, arrendamentos, inscritos ou não, e demais direitos reais e pessoais sobre bens móveis ou imóveis da sociedade, exercendo todas as faculdades derivadas dos mesmos, fazer agrupamentos, divisões, segregações, agregações, declarações de obra nova, constituição de propriedade horizontal, estabelecendo os estatutos e reservas e, em geral, qualquer modificação de terreno, cumprindo os requisitos exigidos pela lei, outorgando, nesse caso, escrituras de rectificação das anteriores;

g) Comparecer perante toda a classe de organismos públicos ou privados, pessoas físicas ou jurídicas de qualquer classe, tribunais, audiências, tribunais de trabalho e autoridades competentes, em todo o tipo de casos civis, criminais, de voluntária jurisdição, económicos, laboriais, administrativos, contencioso administrativo e em todos os demais em que tenha interesse a sociedade, como autora, arguida, ré ou noutra qualidade, apresentar acções judiciais, denúncias, promover ou impugnar competências, fornecer provas, promover ou desistir das mesmas, intervir em actos de conciliação e em todo o tipo de julgamentos, audiências e inquirições, que a lei admita, acompanhar os processos em todos os seus passos até ao seu término e execução ou desistir deles, interpor todo o tipo de recursos ordinários e extraordinários, inclusive, ampliação e nulidade, nomear procuradores, solicitadores e advogados, outorgando poderes judiciais para o efeito, fazer e contestar notificações e requerimentos notariais de todo o tipo.

O texto do contrato foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

6 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07336870

ZÍNIA — EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 3713; identificação de pessoa colectiva n.º 502819863; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 18/990616.

Certifico que, em referência à sociedade em epígrafe, foi transformada de sociedade por quotas para sociedade anónima, cujo teor se transcreve:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a denominação de ZÍNIA — Empreendimentos Imobiliários, S. A.

2 — A sua sede é na Rua de São Vítor, 40, 4.º, em Braga (São Vítor).

ARTIGO 2.º

1 — A sociedade tem por objecto a indústria de construção civil, compra e venda de bens imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim.

2 — A sociedade poderá adquirir e alienar participações em sociedades com o objecto diferente do referido no número anterior, em sociedades reguladas em leis especiais, bem como associar-se com outras pessoas jurídicas para, nomeadamente, formar agrupamentos complementares de empresas, novas sociedades, consórcios e associação em participação.

Capital, acções e obrigações

ARTIGO 3.º

1 — O capital é de 5 000 000\$, integralmente subscrito e realizado em dinheiro e encontra-se representado por 5000 acções de valor nominal de 1000 cada.

2 — As acções são ao portador, representadas por títulos de 1, 10, 50, 100 ou 1000 acções.

3 — O administrador, com parecer favorável do conselho fiscal, poderá deliberar aumentar o capital até ao limite de 50 000 000\$, por uma ou mais vezes, devendo fixar o tempo e o modo da sua realização.

Órgãos sociais e representação da sociedade

ARTIGO 4.º

1 — A assembleia geral, o administrador único e um fiscal único serão os órgãos da sociedade.

2 — O mandato dos membros dos órgãos da sociedade será de quatro anos.

3 — A assembleia geral, com um presidente e um secretário é composta pelos accionistas com direito a voto. A cada 100 acções corresponde um voto.

4 — É lícito aos accionistas fazerem-se representar na assembleia geral por outros, por um membro do conselho de administração, pelo cônjuge, ascendente ou descendente, bastando carta ou telefax dirigido ao presidente da assembleia geral. Os accionistas estrangeiros poderão fazer-se representar por não accionistas.

Administração

ARTIGO 5.º

1 — A administração da sociedade cabe ao administrador único.

2 — Cabe ao administrador único conduzir os negócios sociais, devendo representar a sociedade em juízo e fora dele, adquirir, alienar, onerar quaisquer direitos ou bens, móveis ou imóveis, incluindo participações noutras sociedades e em agrupamentos complementares de empresas, contrair obrigações, aprovar orçamentos anuais e promover e definir a organização da sociedade, contratar empregados e executar os preceitos legais, estatutários e as deliberações da assembleia geral.

ARTIGO 6.º

A sociedade obriga-se:

a) Pela assinatura do administrador;

b) Pela assinatura de um mandatário, dentro dos limites do respectivo instrumento de mandato.

Fiscalização

ARTIGO 7.º

A fiscalização da sociedade é confiada a um fiscal único e a um suplente.

ARTIGO 8.º

Ficam desde já designados para o exercício social que termina a 31 de Dezembro do ano de 2002:

A) Como membros da mesa da assembleia geral: presidente — José Alberto Pacheco Pinto Ferreira, casado, morador no lote 2, Quinta de Fontelas, Lago, Amares; secretária — Teresa Maria Fernandes da Silva, solteira, maior, residente na Avenida de Sidónio Pais, 29, Barcelos.

B) Como administrador: José Manuel Gonçalves Vieira, divorciado, residente na Rua de São Vítor, 40, 4.º, em Braga.

C) Como fiscal único — Armindo Costa, Serra Cruz e Martins, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada pelo Dr. António Manuel Pinheiro Fernandes, casado, residente na Rua de Bernardo Sequeira, 50, em Braga; suplente — Dr. António Manuel Martins, casado, residente no lugar de Jales, Figueiredo, 4720 Amares.

Está conforme o original.

26 de Novembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07355467

CONSTRUÇÕES ÂNGELO M. VELOSO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 2914; identificação de pessoa colectiva n.º 502184531; inscrição n.º 8; número e data da apresentação: 35/990618.

Certifico que, em referência à sociedade em epígrafe, a mesma alterou o pacto, quanto aos n.ºs 2 e 3 do artigo 4.º, ficando com a redacção seguinte:

ARTIGO 4.º

- 1 —
- 2 — Para obrigar a sociedade nos seus actos e contratos, incluindo a compra e venda de imóveis e de veículos automóveis, é necessária apenas a intervenção de um gerente.
- 3 — A gerência da sociedade fica exclusivamente atribuída ao sócio Ângelo Filipe Rodrigues Meneses Veloso.

O texto do contrato foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

26 de Novembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07323573

JERÓNIMO RODRIGUES & RODRIGUES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 1074; identificação de pessoa colectiva n.º 500148562; inscrição n.º 9; número e data da apresentação: 19/990329.

Certifico que, em referência à sociedade em epígrafe, a mesma alterou o pacto, quanto aos artigos 3.º e 4.º, os quais ficam com a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5 000 000\$, dividido em cinco quotas: uma do valor nominal de 2 550 000\$, pertencente ao sócio Carlos Gomes Rodrigues; uma do valor nominal de 1 250 000\$, pertencente à sócia Deolinda da Silva Fernandes Rodrigues, e as outras três iguais do valor nominal de 400 000\$, pertencentes uma a cada um dos restantes sócios.

ARTIGO 4.º

1 — A administração e representação da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, cabem ao sócio Carlos Gomes Rodrigues, que se mantém na gerência, sendo suficiente a sua intervenção para vincular a sociedade em todos os seus actos e contratos.

2 — Em ampliação dos seus poderes a gerência poderá:

- a) Comprar, vender ou trocar bens móveis ou imóveis;
- b) Celebrar contratos de locação financeira.

O texto do contrato, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

26 de Novembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07316496

J. GOMES — SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES DO CÁVADO, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 1747; identificação de pessoa colectiva n.º 501176454; inscrição n.º 19; número e data da apresentação: 37/991027.

Certifico que, em referência à sociedade em epígrafe, a mesma aumentou o capital social de 600 000 000\$ para 5 000 000 de euros, e alterou o pacto, quanto aos artigos 2.º e 3.º e ao corpo do 5.º, os quais ficam com a redacção seguinte:

ARTIGO 2.º

A sede social fica estabelecida no lugar da Quintã, freguesia de Esporões, concelho de Braga.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem por objecto o exercício da indústria da construção civil e execução de obras públicas, a compra e venda de prédios

e revenda dos adquiridos para esse fim, e o arrendamento e promoção de urbanizações.

ARTIGO 5.º

O capital social, integralmente realizado, é de 5 000 000 de euros, dividido em 5 000 000 de acções do valor nominal de 1 euro cada uma.

O texto do contrato, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

26 de Novembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07342888

BRAGARENT — ALUGUER DE AUTOMÓVEIS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6605/991217; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 25/991217.

Certifico que entre José Carlos Bermudes Bessa e mulher, Maria Luísa Martins Monteiro Bermudes Bessa, e João Ricardo de Macedo Barros, solteiro, maior, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma BRAGARENT — Aluguer de Automóveis, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua da Cruz Pedra, 96, Centro Comercial Cruz Pedra, loja 61, em Braga.

2.º

A sociedade tem por objecto o aluguer de automóveis.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 49 880 euros (correspondente a 10 000 042\$) e dele pertence uma quota do valor nominal de 29 928 euros ao sócio José Carlos Bermudes Bessa; uma do valor de 17 458 euros à sócia Maria Luísa Martins Monteiro Bermudes Bessa, e uma do valor de 2494 euros ao sócio João Ricardo de Macedo Barros.

O capital encontra-se realizado quanto a metade por cada um dos sócios, devendo a parte restante ser realizada no prazo de um ano.

4.º

Os sócios poderão deliberar, por acordo unânime de todos, que lhes sejam exigidas prestações suplementares, até ao dobro do capital social.

5.º

A sociedade poderá adquirir participações em sociedades com objecto igual ou diferente do seu, em sociedades reguladas por lei especial ou em agrupamentos complementares de empresas.

6.º

1 — A administração e representação da sociedade, fica afecta a um ou mais gerentes a designar em assembleia geral, ficando, porém desde já designado gerente o sócio José Carlos Bermudes Bessa, que será remunerado ou não, conforme for deliberado.

2 — Para obrigar a sociedade é necessário a assinatura de um gerente.

3 — Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência poderá:

- a) Comprar e vender quaisquer bens de natureza móvel, designadamente viaturas automóveis;
- b) Celebrar contratos de locação.

7.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o seu titular;
- b) Penhora, arresto ou qualquer forma de apreensão judicial de quota;
- c) Falência do seu titular;
- d) Quando o respectivo sócio deixar de comparecer ou de se fazer representar nas assembleias gerais por mais de três anos consecutivos.

Está conforme o original.

28 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07364016

IDEA FACTORY — SERVIÇOS DE APOIO ÀS EMPRESAS, UNIPESSOAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6604/991217; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 2/991217.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma de IDEA FACTORY — Serviços de Apoio às Empresas, Unipessoal, L.^{da}, com sede na Rua de Gabriel Pereira de Castro, 81, freguesia de São Vicente, do concelho de Braga.

ARTIGO 2.º

O seu objecto consiste na prestação de serviços de consultoria e formação. Serviços de informação a empresas e indivíduos. Serviços e comercialização de bens de propriedade intelectual. Edições multimédia, execução e comercialização de bases de dados. Serviços para a inovação empresarial. Serviços de apoio às empresas.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, correspondente a 1 002 410\$, representado por uma quota de igual valor nominal, pertencente ao outorgante.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme deliberação da assembleia geral, pertence ao sócio, que desde já é nomeado gerente, sendo suficiente a sua assinatura para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos.

2 — Em ampliação dos seus poderes poderá a gerência:

- Comprar e vender veículos automóveis e proceder aos competentes registos;
- Comprar e vender quaisquer outros bens imóveis;
- Subscrever contratos de locação financeira ou de trespasse de estabelecimentos comerciais;
- Tomar de arrendamento qualquer local para os fins sociais e alterar ou rescindir os respectivos contratos.

ARTIGO 5.º

O sócio único, fica desde já autorizado a efectuar negócios jurídicos com a sociedade que sirvam a prossecução do objecto social.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, quer o objecto seja igual ou diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

Está conforme o original.

28 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07319916

CONSTRUÇÕES BRANQUINHO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6603/991216; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 10/991216.

Certifico que entre Francisco Correia Rodrigues, casado com Maria Dias Gomes e José Manuel Dias, casado com Idalina do Carmo Correia Rodrigues, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Construções Branquinho, L.^{da}, e tem a sua sede no lugar da Boavista, freguesia de Mire de Tibaes, concelho e distrito de Braga.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar ou manter sucursais ou outras formas de representação social, sem necessidade do consentimento da assembleia geral.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na construção e reparação de edifícios.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 400 000\$, dividido em duas quotas iguais de 200 000\$, pertencentes uma a cada um dos sócios.

2 — Os sócios poderão deliberar, por acordo unânime de todos, que lhes sejam exigidas prestações suplementares de capital até ao montante global de 800 000\$.

ARTIGO 4.º

1 — A administração e a representação da sociedade ficam afectas aos gerentes.

2 — Ficam desde já nomeados gerentes ambos os sócios.

3 — A sociedade fica vinculada em todos os seus actos e contratos com a intervenção de dois gerentes.

4 — Em ampliação dos seus poderes normais a gerência poderá comprar, vender e tomar de alugar veículos automóveis.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos carece do consentimento da sociedade, a quem é reservado o direito de preferência, em primeiro lugar, cabendo este direito, em segundo lugar, aos sócios não cedentes.

ARTIGO 6.º

1 — A amortização de quotas é permitida, nos seguintes casos:

- Por acordo, falência ou insolvência do sócio titular;
- Quando a quota tenha sido penhorada, arrestada, arrolada ou, por qualquer outro modo, envolvida em processo judicial, salvo em processo de inventário;
- Se, em caso de divórcio ou separação judicial, a quota for adjudicada ao cônjuge não sócio.

2 — Salvo disposição legal imperativa em contrário, o valor que servirá de base à amortização será o que resultar de um balanço especialmente organizado para o efeito.

ARTIGO 7.º

As assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios com, pelo menos, 15 dias de antecedência.

Está conforme o original.

28 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07319860

DERMANOR — CLÍNICA DE DERMATOLOGIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6602/991216; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 7/991216.

Certifico entre Maria Celeste da Costa Sanches Galvão de Brito e marido, António Manuel Cerqueira Gomes Brito, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma DERMANOR — Clínica de Dermatologia, L.^{da}, com sede na Rua de Amadeu de Sousa Cardoso, 12, da freguesia de Nogueira, do concelho de Braga, com início a partir desta data.

§ único. A gerência poderá mudar a sede social para outro local dentro do mesmo concelho ou de concelho limítrofe.

2.º

O seu objecto consiste nas actividades de prática clínica, em ambulatório.

3.º

O capital social integralmente realizado em dinheiro é de 400 000\$ e corresponde à soma de duas quotas iguais de 200 000\$, uma de cada sócio.

4.º

A gerência da sociedade, dispensada de caução, remunerada ou não, conforme vier a ser deliberado em assembleia geral, será exercida por ambos os sócios.

§ único. Para obrigar a sociedade em qualquer acto ou contrato é suficiente a assinatura de um dos gerentes.

6.º

As quotas poderão ser amortizadas quando arrestadas, apreendidas, penhoradas ou incluídas em massa falida.

6.º

As assembleias gerais são convocadas por carta registada dirigidas aos sócios, com a antecedência mínima de 15 dias.

Está conforme o original.

28 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07319819

TÁXIS FERREIRA GONÇALVES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6550; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 51/991112.

Certifico entre Francisco Ferreira Gonçalves e José Ferreira Gonçalves, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Táxis Ferreira Gonçalves, L.ª, e tem a sua sede no lugar da Nora, da freguesia de Merelim (São Pedro), do concelho de Braga.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar ou encerrar filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação social, no território nacional ou no estrangeiro, sem necessidade do consentimento da assembleia geral.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste em transportes públicos de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros — transportes em táxi.

§ único. A sociedade poderá participar como sócia de responsabilidade limitada, em sociedades com objecto diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, dividido em duas quotas iguais do valor nominal de 2500 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios.

2 — Poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital, até ao montante global igual ao décuplo do capital social.

ARTIGO 4.º

1 — A administração da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, bem como a sua representação, competem aos gerentes.

3 — Para vincular a sociedade em todos os seus actos e contratos é necessária a intervenção de dois gerentes.

4 — Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência poderá:

- a) Comprar, vender e permutar quaisquer bens móveis e imóveis, incluindo automóveis;
- b) Tomar de trespasse ou de arrendamento quaisquer locais, bem como alterar ou rescindir os respectivos contratos;
- c) Celebrar contratos de locação financeira.

ARTIGO 5.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- a) Acordo com o seu titular;
- b) Penhora, arresto ou qualquer outra forma de apreensão judicial;
- c) Falência ou insolvência do respectivo titular;
- d) Cessão de quota sem ou contra consentimento da sociedade.

2 — A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, de defere aos sócios não cedentes.

Está conforme o original.

2 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 12880132

DOBLE FACE — INDÚSTRIA MOBILIÁRIO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 5832; identificação de pessoa colectiva n.º 504103059; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 6; números e data das apresentações: 17 e 20/990720.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, em 22 de Abril de 1999, cessaram funções os gerentes Magda Gisela Freitas de Abreu e António Manuel Abreu Magalhães, por renúncia.

Mais certifico que foi aumentado o capital social de 400 000\$ para 25 000 000\$, e alterado parcialmente o pacto, quanto aos artigos 3.º e n.º 1 do 4.º, os quais ficaram com a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 25 000 000\$, dividido em duas quotas iguais de 12 500 000\$, pertencentes uma a cada um dos sócios.

ARTIGO 4.º

1 — A administração e a representação da sociedade ficam afectas a ambos os sócios, que desde já são nomeados gerentes.

O texto do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

21 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07383797

PREVICENTRO — HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 5943; identificação de pessoa colectiva n.º 504200313; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 14/991025.

Certifico que, em referência à sociedade em epígrafe, foi designado gerente, em 27 de Julho de 1999, Diogo Adão e Silva Giesteira Gonçalves, solteiro, maior.

Está conforme o original.

21 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07342799

MAXNOR — MANUTENÇÃO AUTO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 3942; identificação de pessoa colectiva n.º 502971525; averbamento n.º 2 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 26/991216.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, em 5 de Novembro de 1999, cessou funções o gerente Álvaro Jorge de Vasconcelos Alves, por renúncia.

Está conforme o original.

20 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07319908

A FIANDEIRA — FIAÇÃO E TECELAGEM DE FIBRAS E MISTOS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 1472; identificação de pessoa colectiva n.º 500001979; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 18 e inscrição n.º 24; número e data da apresentação: 28 e 29/991206.

Certifico que, em referência à sociedade em epígrafe, em 1 de Junho de 1999, cessou funções o administrador Lourenço Manuel de Albuquerque d'Orey, por destituição, tendo sido designado em sua substituição para completar o mandato de 1997-1999, Philippe Comlan Devos, casado, por cooptação, em 10 de Junho de 1999.

Está conforme o original.

21 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07319142

CAGEPI — CONSULTORIA, AUDITORIA, GESTÃO DE EMPRESAS E PROJECTOS DE INVESTIMENTO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6587; identificação de pessoa colectiva n.º 503246778; inscrição n.º 6; número e data da apresentação: 8/990714.

Certifico que, em referência à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o pacto, quanto aos artigos 1.º, 3.º e n.º 3 do 4.º, os quais ficaram com a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

A sociedade continua a adoptar a firma CAGEPI — Consultoria, Auditoria, Gestão de Empresas e Projectos de Investimento, L.^{da}, e tem a sua sede social na Avenida da Liberdade, 491, 3.º, direito, na cidade de Braga, e durará por tempo indeterminado.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro e outros valores, é de 1 200 000\$, representado por duas quotas: uma de 1 120 000\$, pertencente à sócia Aurora Maria da Cunha Calheiros de Carvalho, e outra de 80 000\$, pertencente ao sócio Manuel de Carvalho.

ARTIGO 4.º

3 — Para obrigar a sociedade, incluindo a compra e venda de viaturas e a tomada para si de arrendamento de qualquer local, é necessária apenas a intervenção de um gerente ou de um procurador.

O texto do contrato, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

14 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07383312

CASAIS — CAIXILHARIA DE ALUMÍNIO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 3447; identificação de pessoa colectiva n.º 502626755; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 5; números e data das apresentações: 27 e 28/991202.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, em 12 de Novembro de 1999, cessou funções o gerente Armindo Faria Maia Martins, por renúncia.

Mais certifico que foi alterado parcialmente o pacto, quanto aos artigos 1.º, n.º 1, n.ºs 1 e 2 do 5.º, os quais com a redacção seguinte:

1.º

1 — A sociedade adopta a firma CASAIS — Caixilharia de Alumínio, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua dos Barbosas, 137, rés-do-chão, freguesia de Braga (São José de São Lázaro), cidade de Braga.

5.º

1 — A administração da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, pertence ao sócio Francisco Casais de Araújo Braga, que desde já é nomeado gerente, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

2 — Para que a sociedade fique obrigada em todos os seus actos e contratos é suficiente a assinatura do gerente Francisco Casais de Araújo Braga.

O texto do contrato, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

14 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07318952

IMPERPAR — SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 3849; identificação de pessoa colectiva n.º 502917725; inscrição n.º 10; número e data da apresentação: 3/991209.

Certifico que, em referência à sociedade em epígrafe, a mesma aumentou o capital social de 300 000 000\$ para 15 000 000 de euros, e alterou o pacto, quanto aos artigos 4.º e n.ºs 1 e 4 do 5.º, os quais ficaram com a redacção seguinte:

ARTIGO 4.º

Capital social

O capital social é de 15 000 000 euros e encontra-se integralmente subscrito e realizado em dinheiro e outros valores constantes do activo social.

ARTIGO 5.º

Representação do capital social

1 — O capital social é representado por 3 000 000 de acções, de valor nominal de 5 euros cada.

4 — Todas as 3 000 000 de acções em que se divide o capital são nominativas. Tais acções nominativas só poderão ser convertidas em acções ao portador, a requerimento dos accionistas interessados e desde que o conselho de administração delibere autorizar tal conversão, sendo, nesse caso, os custos respectivos suportados pelos accionistas que tiverem solicitado a conversão.

O texto do contrato e o relatório do revisor oficial de contas, foram depositados na pasta respectiva.

Está conforme o original.

15 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07319517

BRAGAPAN — PASTELARIA E PÃO QUENTE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6444; identificação de pessoa colectiva n.º 504566326; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 23/991206.

Certifico que, em referência à sociedade em epígrafe, a mesma aumentou o capital social de 5000 euros para 45 000 euros, tendo alterado o pacto, quanto ao artigo 3.º, ficando o mesmo com a redacção seguinte:

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro é de 45 000 euros e está dividido em duas quotas, sendo: uma do valor nominal de 36 000 euros, pertencente ao sócio Mário de Jesus Moreira Rodriguez, e outra do valor nominal de 9000 euros, pertencente à sócia Madalena Ferreira Fontes.

O texto do contrato, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

14 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07319134

CONSTRUVERDE — SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 4211; identificação de pessoa colectiva n.º 503173363; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 34/990712.

Certifico que, em referência à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o pacto, quanto ao corpo do artigo 1.º e artigos 3.º e 5.º, ficando com a redacção seguinte:

1.º

A sociedade adopta a firma CONSTRUVERDE — Sociedade de Construções, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de Andrias, 19, freguesia de Celeirós, concelho de Braga.

3.º

1 — O capital social, integralmente realizado, é de 2 200 000\$ e está dividido em duas quotas: uma de 1 540 000\$, pertencente ao sócio José Gomes Pinto, e outra de 660 000\$, pertencente ao sócio Carlos Alberto Pinto de Azevedo Campos.

2 — A sociedade poderá exigir aos sócios prestações suplementares de capital até ao montante global de 30 000 000\$.

5.º

1 — A administração da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, compete ao sócio José Gomes Pinto, que desde já é nomeado gerente, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

2 — Par que a sociedade fique obrigada em todos os seus actos e contratos é suficiente a assinatura do gerente.

O texto do contrato, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

2 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07317964

TRANSPORTES ANTUNES OLIVEIRA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6538; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 12/991108.

Certifico que entre Alexandra Susana Peixoto de Oliveira e António Paulo Antunes de Oliveira, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Transportes Antunes Oliveira, L.^{da}, e tem a sua sede no lugar de Lameirinhos, freguesia de Esporões, deste concelho.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, sem necessidade do consentimento da assembleia geral.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste em transportes rodoviários públicos ocasionais de mercadorias por conta de outrem.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente subscrito em dinheiro, é de 50 000 euros, dividido em duas quotas iguais de 25 000 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios.

2 — Cada um dos sócios realizou apenas metade do valor da sua quota, devendo a restante parte ser realizada no prazo de um ano a contar desta data.

3 — Os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer, nas condições de juro e reembolso acordadas em assembleia geral realizada para o efeito.

4 — Por deliberação unânime da assembleia geral poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares ao capital até ao décuplo do capital social existente à data da deliberação.

ARTIGO 4.º

A cessão de quotas a favor de estranhos fica dependente do prévio consentimento da sociedade.

ARTIGO 5.º

1 — A administração e a representação da sociedade, em juízo, fora dele, competem a ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes.

2 — A sociedade fica vinculada em todos os seus actos e contratos com a intervenção conjunta de dois gerentes.

3 — Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência poderá comprar, vender ou tomar de locação bens móveis.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá participar no capital de outras sociedades ainda que com objecto diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 7.º

As assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios com, pelo menos, 20 dias de antecedência, indicando sempre a ordem de trabalhos, hora e local da reunião.

Está conforme o original.

19 de Outubro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07343248

CALDAS & ANTUNES — TELECOMUNICAÇÕES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6536; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 40/991105.

Certifico que entre José Gonçalves da Silva Caldas e mulher, Maria Antunes Carneiro Caldas, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Caldas & Antunes — Telecomunicações, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua dos Barbosas, 21, freguesia de Braga (São José de São Lázaro), desta cidade.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, sem necessidade do consentimento da assembleia geral.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste no comércio de aparelhos eléctricos, electrónicos e de comunicação, montagem, reparação e assistência técnica e serviços de telecomunicações.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, dividido em duas quotas iguais de 2500 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios.

2 — Por deliberação unânime da assembleia geral, poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares ao capital até ao montante global de 10 000 000\$.

ARTIGO 4.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do prévio consentimento da sociedade.

ARTIGO 5.º

1 — A administração e a representação da sociedade, em juízo e fora dele, competem ao sócio José Gonçalves da Silva Caldas, que desde já fica nomeado gerente.

2 — A sociedade fica vinculada em todos os seus actos e contratos com a intervenção de um só gerente.

3 — Em ampliação dos seus poderes normais a gerência poderá comprar e vender bens móveis.

4 — Celebrar contratos de locação financeira.

ARTIGO 6.º

As assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios com, pelo menos, 15 dias de antecedência, indicando, sempre a ordem de trabalhos, hora e local da reunião.

Está conforme o original.

19 de Novembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07343205

DOCSoft — FORMAÇÃO EM INFORMÁTICA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6548; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 19/991111.

Certifico que entre Carlos Roger Araújo Pinheiro, Orlando Castro Fernandes e Dália Rosa Martins Vieira, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma DOCSoft — Formação em Informática, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de Álvaro Carneiro, 98, 1.º, direito, freguesia de Braga (São Vicente), concelho de Braga.

2 — A gerência poderá deslocar a sua sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como instalar e manter sucursais e outras formas de representação social, quer no território nacional ou no estrangeiro, sem necessidade de consentimento da assembleia geral.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a actividade de formação em informática e comércio de equipamentos informáticos e similares.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 6000 euros, dividido em três quotas iguais de 2000 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios.

2 — Poderão ser exigidas prestações suplementares de capital até ao montante do capital social então em vigor.

3 — Os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer, nos termos e condições a fixar em assembleia geral e serão prioritariamente reembolsados sobre a distribuição dos lucros.

ARTIGO 4.º

1 — A administração da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, conforme for fixado em assembleia geral, são deferidas aos gerentes.

2 — Ficam desde já nomeados gerentes todos os sócios.

3 — Para vincular a sociedade nos seus actos e contratos são necessárias as assinaturas de dois gerentes.

4 — Ficam incluídos nos poderes de gerência a compra e venda e aluguer de veículos automóveis, designadamente contratos de *leasing* ou locação financeira de veículos automóveis e móveis e, ainda, tomar de arrendamento quaisquer locais.

5 — Os gerentes não poderão obrigar a sociedade em actos e contrato estranhos aos negócios sociais, tais como abonações, fianças, letras de favor ou outros actos semelhantes.

ARTIGO 5.º

1 — A cessão de quotas é livre entre os sócios, bem como entre estes e os seus descendentes.

2 — Fora dos casos previstos no número anterior, a cessão fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência, em primeiro lugar, ficando reservado esse direito, em segundo lugar, aos sócios não cedentes.

ARTIGO 6.º

Por falecimento ou interdição de um dos sócios, a sociedade continuará com os herdeiros do falecido ou o representante legal do interdito, devendo aqueles nomear de entre si um que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio, nos casos seguintes:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Arresto, arrolamento, penhora ou qualquer outro procedimento cautelar ou administrativo;
- c) Em caso de insolvência, interdição ou inabilitação de qualquer sócio;

d) Quando qualquer sócio, sendo gerente, por si ou por interposta pessoa ou associado com outras, passar a exercer, sem autorização da sociedade, qualquer actividade semelhante à do objecto social ou, por qualquer modo, com ela concorrente.

2 — A amortização produz todos os seus efeitos desde a deliberação social respectiva, e será feita pelo valor da quota determinado segundo o último balanço aprovado, sendo o pagamento efectuado consoante o que for deliberado em assembleia geral, salvo se a lei estipular outros valores ou prazos.

Está conforme o original.

19 de Outubro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07343418

PLAYCOOL — REPRESENTAÇÕES TÊXTEIS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6543; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 11/991110.

Certifico que entre José Manuel da Silva Machado e José Alberto Coelho Xavier, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma PLAYCOOL — Representações Têxteis, L.^{da}, com sede na Rua do Dr. Francisco Fernandes Duarte, loja 62, da freguesia de Real, do concelho de Braga.

§ único. Por simples deliberação da gerência, a sua sede poderá ser transferida para outro local dentro do mesmo concelho ou con-

celhos limítrofes, assim como poderão ser criadas sucursais, filiais ou outras formas de representação social.

ARTIGO 2.º

O seu objecto consiste na fabricação, comércio, importação, exportação e representações de produtos têxteis, nomeadamente vestuário.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e está dividido em duas quotas iguais do valor nominal de 2500 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, remunerada não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica a cargo de ambos os sócios, que desde já são nomeados gerentes.

2 — Para validamente representar e obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos, são necessárias as assinaturas de dois gerentes, bastando uma para actos de mero expediente.

3 — Fica expressamente proibido aos gerentes obrigar a sociedade em quaisquer actos ou contratos estranhos aos negócios sociais, designadamente em abonações, letras de favor, avales, fianças e outras obrigações.

4 — Para além dos poderes normais de gerência, poderão ainda os gerentes:

- a) Comprar, tomar e dar de arrendamento ou trespasse quaisquer móveis e imóveis de e para a sociedade; e
- b) Adquirir viaturas automóveis, podendo assinar os competentes contratos de *leasing*.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a favor de estranhos, depende do consentimento da sociedade, gozando esta, em primeiro lugar, e os restantes sócios não cedentes, em segundo lugar, do direito de preferência na respectiva aquisição.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência ou cessão gratuita;
- c) Por falência do sócio;
- d) Quando, por qualquer outro motivo, a quota seja retirada da livre disponibilidade do seu titular, nomeadamente quando em partilha por divórcio, separação de pessoas e bens ou só de bens a quota não for adjudicada, no todo ou em parte, ao respectivo titular;
- e) Por interdição ou inabilitação permanente ou morte do respectivo sócio.

ARTIGO 7.º

Os sócios ficam autorizados a fazer prestações suplementares de capital até ao montante global de 10 vezes o capital social.

ARTIGO 8.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, quer o objecto seja igual ou diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

Está conforme o original.

2 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07343345

ROAL — ALUGUER E VENDA DE EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO, SOCIEDADE UNIPessoal, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6469; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 7/990920.

Certifico que Rosa Maria Castiço da Silva, constituiu a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

1 — A sociedade adopta a denominação de ROAL — Aluguer e Venda de Equipamentos de Escritório, Sociedade Unipessoal, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua do Dr. José Vilaça, 56, 5.º-C, da cidade de Braga.

2 — Fica desde já a gerência autorizada a transferir a sede social para outro local dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

2.º

A sociedade tem por objecto o aluguer e venda de equipamentos, designadamente mobiliário, informática, outros de natureza eléctrica e electrónica e audiovisuais.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 1 100 000\$ e correspondente a uma única quota, subscrita pela sócia Rosa Maria Castiço da Silva.

4.º

A gerência da sociedade, dispensada de caução e remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica confiada à sócia Rosa Maria Castiço da Silva, desde já designada gerente.

§ 1.º Para vincular a sociedade em todos os actos e contratos é suficiente a assinatura da referida gerente.

§ 2.º Em ampliação dos seus poderes a gerência poderá:

a) Comprar, vender e trocar veículos automóveis de e para a sociedade;

b) Celebrar quaisquer contratos de *leasing* ou outros semelhantes;

c) Tomar de arrendamento quaisquer locais, bem como alterar ou rescindir os respectivos contratos;

d) Adquirir, por trespasse, quaisquer estabelecimentos comerciais para prosseguir o fim estatutário;

e) Confessar, desistir ou transigir em juízo.

5.º

Poderão ser exigidas prestações suplementares de capital até ao montante global de 5 000 000\$.

6.º

É autorizada a celebração de negócios entre a sócia única e a sociedade, mas os negócios jurídicos celebrados devem servir a prossecução do objecto da sociedade, obedecer à forma legalmente prescrita e, em todos os casos, devem observar a forma escrita.

Está conforme o original.

19 de Outubro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07361700

LAVANDARIA GALÁXIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6589; identificação de pessoa colectiva n.º 501806245; inscrição n.º 11; número e data da apresentação: 20/991126.

Certifico que, em referência à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o pacto, quanto ao n.º 1 do artigo 1.º, ficando com a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Lavandaria Galáxia, L.^{da}, e tem a sua sede no lugar de Pedraíinho, lote 7, freguesia de Dume, concelho de Braga.

O texto do contrato, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

14 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07318170

CONSTRUTORA COSTEIRA & IRMÃOS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6588; identificação de pessoa colectiva n.º 503818550; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 6/990929.

Certifico que, em referência à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o pacto, quanto ao corpo do artigo 1.º, ficando com a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de Construtora Costeira & Irmãos, S. A., e tem a sua sede no lugar da Estrada, freguesia de Adaúfe, concelho de Braga.

O texto do contrato, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

14 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07366957

SSS — SOCIEDADE DE FERRAGENS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 2861; identificação de pessoa colectiva n.º 501526900; averbamento n.º 3 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 17; números e data das apresentações: 9, 11 e 12/991018.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, em 8 de Abril de 1999, cessou funções o gerente Augusto Amorim da Silva Leite, por renúncia.

Mais certifico que foi alterado o pacto, quanto aos artigos 3.º, corpo e § 1.º do 4.º, os quais ficaram com a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado, é de 15 000 000\$, dividido em quatro quotas, sendo: uma de 9 000 000\$, pertencente ao sócio Alberto Vieira da Silva; uma de 2 100 000\$, pertencente à sócia Fernanda Manuela Gonçalves Martins, e duas de 1 950 000\$, pertencentes uma a cada um dos sócios Sara Regina Martins Vieira da Silva e Sérgio Alberto Martins Vieira da Silva.

ARTIGO 4.º

A administração da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, compete ao sócio Alberto Vieira da Silva, que se mantém como gerente e à sócia Fernanda Manuela Gonçalves Martins, agora nomeada gerente.

§ 1.º Para obrigar a sociedade em todos os actos e contratos é suficiente a assinatura de um gerente, ficando incluídos nos poderes de gerência a compra e venda de veículos automóveis ou quaisquer bens, assinar contratos de *leasing* ou locação financeira de veículos automóveis, móveis ou imóveis, dar ou tomar de arrendamento quaisquer locais e dar ou tomar de trespasse quaisquer estabelecimentos e acordar com credores e devedores.

O texto do contrato, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

2 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07342438

ACG — ACESSORIA, CONTABILIDADE E GESTÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 3247; identificação de pessoa colectiva n.º 502427132; inscrição n.º 3 e averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; números e data das apresentações: 2 e 4/990709.

Certifico que, em referência à sociedade em epígrafe, foi alterado o pacto, quanto aos artigos 1.º e 14.º, os quais ficaram com a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

A sociedade que gira sob a firma ACG — Acessoria Contabilidade e Gestão, L.^{da}, desde a sua constituição, tem a sua sede na Avenida da Liberdade, 466, 1.º, direito, freguesia de Braga (São José de São Lázaro), concelho de Braga.

ARTIGO 4.º

A sociedade será representada, em juízo e fora dele, activa e passivamente, pelo sócio Manuel Fernando Rebelo Gonçalves, que se mantém na gerência.

Mais certifico que, em 17 de Junho de 1999, cessaram funções as gerentes Maria Alexandra Dias dos Santos e Márcia Sameiro da Cruz Pinto Gonçalves, por renúncia.

O texto do contrato, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

29 de Novembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07336519

ELECTROCORDIAL — SOCIEDADE INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS E TELEFÓNICAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6549; inscrição n.º 6549; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 45/991112.

Certifico que entre Sandra Cristina da Silva Costa e marido, Rui Pedro Lopes Ribeiro, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma ELECTROCORDIAL — Sociedade e Instalações Eléctricas e Telefónicas, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de João Castro, 14, rés-do-chão, freguesia de Lomar, concelho de Braga.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar ou encerrar filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação social, no território nacional ou no estrangeiro, sem necessidade do consentimento da assembleia geral.

ARTIGO 2.º

1 — O objecto da sociedade consiste em instalações eléctricas e telefónicas. Comércio a retalho de artigos de iluminação e de material eléctrico.

2 — Carece de deliberação da assembleia geral a participação pela sociedade em sociedades com objecto diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais, em sociedades de responsabilidade ilimitada, bem como associar-se com outras pessoas jurídicas para, nomeadamente, formar agrupamentos complementares de empresas, agrupamentos europeus de interesse económico, novas sociedades, consórcios e associações em participação.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 1 002 410\$, dividido em duas quotas: uma do valor nominal de 751 807\$50, pertencente ao sócio Rui Pedro Lopes Ribeiro, e outra do valor nominal de 250 602\$50, pertencente à sócia Sandra Cristina Silva Costa.

ARTIGO 4.º

1 — A administração da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, bem como a sua representação, competem aos gerentes.

2 — Fica desde já nomeado gerente o sócio Rui Pedro Lopes Ribeiro, a quem é conferido um direito especial à gerência.

3 — Para vincular a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a intervenção de um só gerente.

4 — Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência poderá:

- a) Comprar, vender e permutar quaisquer bens móveis e imóveis, incluindo automóveis;
- b) Tomar de trespasse ou de arrendamento quaisquer locais, bem como alterar ou rescindir os respectivos contratos;
- c) Celebrar contratos de locação financeira.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- a) Acordo com o seu titular;
- b) Penhora, arresto ou qualquer outra forma de apreensão judicial;
- c) Falência ou insolvência do respectivo titular;
- d) Cessão de quota sem ou contra o consentimento da sociedade.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

No caso de falecimento de algum sócio, a sociedade não se dissolverá, continuando com os sócios sobreviventes e com os herdeiros do falecido, devendo estes nomear um de entre si ou um estranho que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa.

Está conforme o original.

30 de Novembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 12880116

CARLOS LOPES & CORREIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6547; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 55/991110.

Certifico que entre Carlos João Pinto Lopes e Armindo Dias Correia, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Carlos Lopes & Correia, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua da Estrada Nacional n.º 1, 71, freguesia de Nogueira, do concelho de Braga.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar ou encerrar, filiais sucursais, agências ou outras formas de representação social, no território nacional ou no estrangeiro, sem necessidade do consentimento da assembleia geral.

ARTIGO 2.º

1 — O objecto da sociedade consiste na importação de queijos e legumes enlatados e distribuição alimentar.

2 — A sociedade poderá participar como sócia de responsabilidade limitada, em sociedades com objecto diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5986 euros, dividido em duas quotas iguais do valor nominal de 2993 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios.

ARTIGO 4.º

1 — A administração da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, bem como a sua representação, competem aos gerentes.

2 — Fica desde já nomeado gerente Paulo Francisco Pinheiro Correia, casado, residente na Praceta de Beato Inácio Azevedo, 46, 2.º, esquerdo, desta cidade de Braga.

3 — Para vincular a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a intervenção de um gerente.

4 — Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência poderá:

- a) Comprar, vender e permutar quaisquer bens móveis e imóveis, incluindo automóveis;
- b) Tomar de trespasse ou de arrendamento quaisquer locais, bem como alterar ou rescindir os respectivos contratos;
- c) Celebrar contratos de locação financeira.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- a) Acordo com o seu titular;
- b) Penhora, arresto ou qualquer outra forma de apreensão judicial;
- c) Falência ou insolvência do respectivo titular;
- d) Cessão de quota sem ou contra o consentimento da sociedade.

Está conforme o original.

2 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 12880108

COSTA ALVES & ARAÚJO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6544; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 52/991110.

Certifico que entre Antonino Fernando da Costa Alves e Vítor de Sousa Araújo, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Costa Alves & Araújo, L.^{da}

2 — Tem a sua sede na Rua do Dr. Francisco Pires Gonçalves, freguesia de Braga (São José de São Lázaro), concelho de Braga.

3 — Por simples deliberação da gerência pode a sede ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, podendo ainda criar sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na exploração de café, restaurante, churrasqueira, *snack-bar*, sala de festas, sala de dança com música ao vivo, discoteca e casa de pasto.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social é de 1 002 410\$, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de duas quotas iguais, no valor nominal de 501 205\$, pertencente uma a cada um dos sócios.

2 — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares de capital, até ao montante global de 100 000 000\$.

3 — Depende de deliberação dos sócios a celebração de contratos de suprimentos.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, compete a um ou mais gerentes, sócios ou não sócios, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

2 — Para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos é necessária a intervenção de dois gerentes.

3 — A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

4 — Ficam desde já nomeados gerentes ambos os sócios.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência ou cessão gratuita não autorizada;
- c) Quando o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações sociais;
- d) No caso de morte de sócio a quem não sucedam herdeiros legítimos;
- e) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;
- f) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;
- g) Por exoneração ou exclusão de um sócio; e
- h) Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade, tomado por maioria, em assembleia geral.

2 — Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou terceiros.

3 — Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

4 — Se por falecimento de um sócio a respectiva quota não for amortizada no prazo de 90 dias, a contar da data do falecimento, os herdeiros deverão designar de entre eles um representante comum.

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

Está conforme o original.

2 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 12880086

PEDRO PINHEIRO & ALVES — IMOBILIÁRIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6608/991217; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 28/991217.

Certifico que entre Pedro Marques Martins Pinheiro, casado com Maria Gomes Gonçalves Pinheiro, e Fernando Francisco Marques Alves, casado com Maria Olímpia Ribeiro Alves, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Pedro Pinheiro & Alves — Imobiliária, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua 18, lote 40, freguesia de Aveleda, do concelho de Braga.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar ou encerrar filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação social, no território nacional ou no estrangeiro, sem necessidade do consentimento da assembleia geral.

ARTIGO 2.º

1 — O objecto da sociedade consiste na construção de edifícios, compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim.

2 — A sociedade poderá participar como sócia de responsabilidade limitada, em sociedades com objecto diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, dividido em duas quotas iguais do valor nominal de 2500 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios.

2 — Poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital até montante igual ao quintuplo do capital social.

ARTIGO 4.º

1 — A administração da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, bem como a sua representação, competem aos gerentes.

2 — Ficam desde já nomeados gerentes ambos os sócios.

3 — Para vincular a sociedade em todos os seus actos e contratos é necessária a intervenção de dois gerentes.

4 — Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência poderá:

- a) Comprar, vender e permutar quaisquer bens móveis e imóveis, incluindo automóveis;
- b) Tomar de trespasse ou de arrendamento quaisquer locais, bem como alterar ou rescindir os respectivos contratos;
- c) Celebrar contratos de locação financeira.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- a) Interdição, inabilitação, exoneração ou exclusão de qualquer sócio;
- b) Quando a quota for legada ou cedida gratuitamente a não sócios;
- c) Quando a quota for sujeita a partilha por divórcio, separação judicial de pessoas e bens, ou só de bens, se a quota deixar de pertencer ao respectivo titular;
- d) Quando a quota, sem o consentimento expresso da sociedade, por qualquer modo, for dada em garantia;
- e) Por ausência sem notícias do sócio por um período superior a 24 meses;
- f) Quando qualquer quota for objecto de penhora, arrolamento, arresto ou, de qualquer outro modo, sujeita a procedimento judicial ou administrativo.
- g) Cessão de quota sem ou contra o consentimento da sociedade.

ARTIGO 6.º

1 — No caso de falecimento de algum sócio, a sociedade não se dissolverá, continuando com os sócios sobreviventes e com os herdeiros do falecido, devendo estes nomear um de entre si ou um estranho que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa.

2 — A sociedade poderá amortizar a quota do sócio falecido, mediante deliberação a tomar no prazo de seis meses a contar da data do conhecimento do óbito.

3 — A contrapartida da amortização será fixada anualmente, para esse efeito até ao fim de Março de cada ano, valendo enquanto não houver fixação, o valor nominal da quota acrescido de reservas, e será paga em quatro prestações iguais, semestrais e sucessivas, vencendo-se a primeira no prazo de seis meses a contar da deliberação de amortização.

Está conforme o original.

28 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07364261

MAGALHÃES & SÁ, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6606/991217; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 26/991217.

Certifico que entre José Manuel Magalhães da Costa Veiga, casado com Maria Aldora da Mota Viana e Luís Fernando Dias de Sá, casado com Carla Filipa Magalhães de Sousa Machado, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Magalhães & Sá, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de Eduardo Sá Malheiro, 47, freguesia de Ferreiros, concelho de Braga.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar ou encerrar filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação social, no território nacional ou no estrangeiro, sem necessidade do consentimento da assembleia geral.

ARTIGO 2.º

1 — O objecto da sociedade consiste no comércio, importação e exportação de produtos para a Construção civil, tintas e pinturas. Montagem de gessos; representações nesse âmbito.

2 — A sociedade poderá participar como sócia de responsabilidade limitada, em sociedades com objecto diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, dividido em duas quotas: uma do valor nominal de 4750 euros, pertencente ao sócio José Manuel Magalhães da Costa Veiga, e outra do valor nominal de 250 euros, pertencente ao sócio Luís Fernando Dias de Sá.

ARTIGO 4.º

1 — A administração da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, bem como a sua representação, competem aos gerentes.

2 — Ficam desde já nomeados gerentes ambos os sócios.

3 — Para vincular a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a intervenção de um só gerente.

4 — Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência poderá:

- a) Comprar, vender e permutar quaisquer bens móveis e imóveis, incluindo automóveis;
- b) Tomar de trespasse ou de arrendamento quaisquer locais, bem como alterar ou rescindir os respectivos contratos;
- c) Celebrar contratos de locação financeira.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- a) Acordo com o seu titular;
- b) Penhora, arresto ou qualquer outra forma de apreensão judicial;
- c) Falência ou insolvência do respectivo titular;
- d) Cessão de quota sem ou contra o consentimento da sociedade.

Está conforme o original.

28 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07364296

**MARAVILHA DAS JANTES — COMÉRCIO
E REPARAÇÃO DE JANTES, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6601/991215; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 19/991215.

Certifico que entre Carlos Alberto Freire Moraes, casado com Luzia Mendes Rodrigues, e Paulo Jorge Malheiro de Oliveira, casado com Paula Cristina Correia Abreu, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Maravilha das Jantes — Comércio e Reparação de Jantes, L.^{da}, e tem a sua sede no lugar do Pinheiro, freguesia de Sequeira, concelho de Braga.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar ou encerrar filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação social, no território nacional ou no estrangeiro, sem necessidade do consentimento da assembleia geral.

ARTIGO 2.º

1 — O objecto da sociedade consiste no comércio e reparação de jantes.

2 — Carece de deliberação da assembleia geral a participação pela sociedade em sociedades com objecto diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais, em sociedades de responsabilidade ilimitada, bem como associar-se com outras pessoas jurídicas para, nomeadamente, formar agrupamentos complementares de empresas, agrupamentos europeus de interesse económico, novas sociedades, consórcios e associações em participação.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, dividido em duas quotas iguais do valor nominal de 2500 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios.

2 — Poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital, até ao montante global de 15 000 euros.

ARTIGO 4.º

1 — A administração da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, bem como a sua representação, competem aos gerentes.

2 — Ficam desde já nomeados gerentes ambos os sócios.

3 — Para vincular a sociedade em todos os seus actos e contratos é necessária a intervenção de dois gerentes.

4 — Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência poderá:

- a) Comprar, vender e permutar quaisquer bens móveis e imóveis, incluindo automóveis;
 - b) Tomar de trespasse ou de arrendamento quaisquer locais, bem como alterar ou rescindir os respectivos contratos;
 - c) Celebrar contratos de locação financeira.
- 5 — É expressamente proibido aos gerentes obrigar a sociedade em actos ou contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, avals, fianças e abonações, ficando o sócio infractor responsável perante a sociedade pelos prejuízos que lhe causar.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- a) Acordo com o seu titular;
- b) Penhora, arresto ou qualquer outra forma de apreensão judicial;
- c) Falência ou insolvência do respectivo titular;
- d) Cessão de quota sem ou contra o consentimento da sociedade.

ARTIGO 6.º

1 — Carece do consentimento da sociedade a cessão de quotas a estranhos.

2 — A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

No caso de falecimento de algum sócio, a sociedade não se dissolverá, continuando com os sócios sobreviventes e com os herdeiros do falecido, devendo estes nomear um de entre si ou um estranho que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 8.º

Dissolvida a sociedade, far-se-á a liquidação de acordo com o que for estabelecido unanimemente pelos sócios. Se não houver unanimidade, será todo o seu activo, depois de pagas as dívidas aos credores, adjudicado ao sócio que, em licitação, melhores condições oferecer em preço, garantias e condições de pagamento.

ARTIGO 9.º

As assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios, com a antecedência mínima de 15 dias, devendo constar do respectivo aviso o dia, hora e local e ordem de trabalhos.

ARTIGO 10.º

As normas legais dispositivas poderão ser derogadas por deliberação dos sócios, salvo nos casos em que contrariem o disposto no contrato de sociedade.

Está conforme o original.

28 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07318294

AFONSO & RIBEIRO FERNANDES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6597/991210; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 45/991210.

Certifico que entre Manuel Ribeiro Fernandes, casado com Adeline da Assunção Teixeira da Mota Fernandes, e Adelaide Rosa Teixeira da Mota Afonso, casada com Herculano Afonso, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Afonso & Ribeiro Fernandes, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de António Freire, 17, freguesia de Braga (São Vicente), concelho de Braga.

§ único. Por simples deliberação da gerência, a sua sede poderá ser transferida para outro local dentro do mesmo concelho ou concelhos limítrofes, assim como poderão ser criadas sucursais, filiais ou outras formas de representação social.

ARTIGO 2.º

1 — O objecto da sociedade consiste na exploração de café e *snack-bar*.

2 — A sociedade poderá participar como sócia de responsabilidade limitada, em sociedades com objecto diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, dividido em duas quotas iguais do valor nominal de 2500 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios.

ARTIGO 4.º

A administração da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica a cargo de ambos os sócios, que desde já ficam nomeados.

§ 1.º Para validamente representar e obrigar a sociedade em todos os actos e contratos é necessária a assinatura de ambos os gerentes.

§ 2.º Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência poderá:

- a) Comprar, vender e permutar quaisquer bens móveis e imóveis, incluindo automóveis;
- b) Tomar de trespasse ou de arrendamento quaisquer locais, bem como alterar ou rescindir os respectivos contratos;
- c) Celebrar contratos de locação financeira.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a favor de estranhos, carece do consentimento da sociedade, gozando esta, em primeiro lugar, e os restantes sócios não cedentes, em segundo lugar, do direito de preferência na respectiva aquisição.

Está conforme o original.

28 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07319673

CMD — CONSULTORES MULTIDISCIPLINARES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 5811; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 3; números e data das apresentações: 29 e 30/990727.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, em 6 de Dezembro de 1998, cessou funções a gerente Ana Maria Abrantes Oliveira Pinto, por renúncia.

Mais certifico que, em 28 de Dezembro, foi nomeada gerente a sócia Maria José Gonçalves Vieira.

Está conforme o original.

13 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07339100

MORGADINHAS DE SÃO LÁZARO — PANIFICAÇÃO E PASTELARIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6219; identificação de pessoa colectiva n.º 504431641; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 3; números e data das apresentações: 8 e 9/990727.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, em 21 de Abril de 1999, cessou funções o gerente Guilherme Cândido dos Santos Pinto, por renúncia.

Mais certifico que foi nomeada gerente e na mesma data a sócia Maria José de Jesus Morgado.

Está conforme o original.

13 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07339089

MOLDESGOMES — FABRICO E COMERCIALIZAÇÃO DE MOLDES PARA PLÁSTICOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6626/991229; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 37/991229.

Certifico entre Américo Carvalho Gomes, casado com Maria Helena Ferreira Martins, e Luís André Rubim de Freitas Guimarães Chaves, solteiro, maior, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma MOLDESGOMES — Fabrico e Comercialização de Moldes para Plásticos, L.^{da}, e tem a sua sede no Pavilhão 15-B, Marvila, Sequeira, Braga.

§ único. Por simples deliberação da gerência, a sociedade poderá deslocar a sua sede para outro local do mesmo concelho ou para concelhos limítrofes.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto o fabrico e comercialização de moldes para plásticos.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em numerário, é de 5000 euros, dividido em duas quotas, cada uma no valor nominal de 2500 euros, pertencentes uma ao sócio Américo Carvalho Gomes e a outra ao sócio Luís André Rubim de Freitas Guimarães Chaves.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica afecta a ambos os sócios, que desde já são nomeados gerentes.

2 — Para obrigar a sociedade em todos os actos e contratos são necessárias as assinaturas de ambos os gerentes.

3 — Para além dos poderes de gerência, poderão ainda os gerentes:

- a) Alienar, onerar e adquirir bens móveis e imóveis de e para a sociedade;
- b) Dar e tomar de arrendamento quaisquer locais, bem como alterar e rescindir os respectivos contratos;
- c) Adquirir e dar de trespasse quaisquer estabelecimentos de e para a sociedade;
- d) Comprar, trocar, vender ou emprestar viaturas automóveis, podendo assinar contratos de *leasing*;
- e) Adquirir e alienar participações no capital de outras sociedades;
- f) Celebrar contratos de locação financeira;
- g) Confessar, desistir e transigir em juízo.

4 — Fica expressamente proibido aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos alheios ao objecto social, nomeadamente em fianças, abonações ou letras de favor.

ARTIGO 5.º

A cessão, total ou parcial, de quotas é livre entre os sócios, mas a favor de estranhos depende do consentimento da sociedade, gozando esta, em primeiro lugar, e o sócio não cedente, em segundo lugar, do direito de preferência na respectiva aquisição.

ARTIGO 6.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- a) Penhora, arresto ou qualquer outra forma de apreensão judicial da quota;
- b) Falência do sócio;
- c) Quando a quota for retirada da livre disponibilidade do seu titular, nomeadamente por partilha, por divórcio ou separação de pessoas e bens, a quota não for adjudicada, no todo ou em parte, ao respectivo titular;
- d) Interdição ou inabilitação permanente ou morte do respectivo sócio;

2 — O valor da amortização será o que resultar da aprovação do último balanço.

Está conforme o original.

30 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07364660

BOURENSE — CONSTRUÇÃO CIVIL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6617/991228; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 11/991228.

Certifico que entre Maria da Glória da Silva Sousa, casada com Norbert Leicht, Daniel Sousa Leicht e Robert Fienhold, solteiros, menores, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma BOURENSE — Construção Civil, L.^{da}, e tem a sua sede na Praça do 12 de Dezembro, 14, freguesia de Lomar, concelho de Braga.

2 — Por simples deliberação da gerência, a sede social poderá ser transferida para qualquer local dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a construção civil e obras públicas, serviços prestados a outras empresas que concorrem para a construção civil, comércio por grosso de máquinas e equipamentos para a construção.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, dividido em três quotas, sendo: uma de 1500 euros, pertencente à sócia Maria da Glória da Silva Sousa, e duas iguais de 1750 euros cada, pertencendo uma a cada um dos sócios Robert Fienhold e Daniel Sousa Leicht.

ARTIGO 4.º

A divisão e cessão de quotas é livre entre sócios; porém, a cessão a estranhos depende do consentimento dos sócios não cedentes, que ficam com o direito de preferência.

ARTIGO 5.º

1 — A gerência da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, compete à sócia Maria da Glória da Silva Sousa, que desde já fica nomeada gerente.

2 — Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a assinatura da gerente.

3 — Em ampliação dos poderes normais da sua competência, a gerência poderá:

- a) Comprar, trocar e vender veículos automóveis de e para a sociedade, bem como quaisquer outros bens móveis, promover os respectivos registos e celebrar contratos de locação financeira;
- b) Tomar de arrendamento quaisquer locais para a sociedade, bem como alterar os respectivos contratos.

4 — É expressamente proibido à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, designadamente em abonações, fianças, letras de favor ou outros actos semelhantes.

ARTIGO 6.º

1 — A sociedade pode amortizar qualquer quota:

- a) Quando a mesma for penhorada, arrestada ou, por qualquer forma, envolvida em processo judicial, através do qual possa vir a ser adquirida por terceiros, sem prévio consentimento da sociedade;
 - b) Quando a quota seja cedida a estranhos sem o consentimento dos restantes sócios;
 - c) Quando por inventário ou partilha venha a pertencer a pessoa diferente de cônjuges, filhos ou ascendentes do sócio falecido.
- 2 — O valor da quota para efeitos de amortização será o que resultar do último balanço aprovado.
- 3 — Considera-se amortizada a quota na data em que for tomada a respectiva deliberação.

ARTIGO 7.º

Qualquer dos sócios poderá fazer suprimentos à sociedade quando esta deles necessite, nos termos estabelecidos em assembleia geral.

Está conforme o original.

30 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07364555

LINK CLOTHING, TÊXTEIS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6619/991228; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 31/991228.

Certifico que entre Fátima Cristina Ferreira de Araújo, Lucinda Maria Dias da Silva, Fausto Albino de Almeida Lopes, solteiros, maiores, e Fátima Costa Marques, divorciada, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Link Clothing, Têxteis, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua do Cónego Rafael Álvares da Costa, 100, 1.º, esquerdo, poente, freguesia de Braga (São Vitor), desta cidade.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, sem necessidade do consentimento da assembleia geral.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste no comércio de têxteis e produtos afins.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 25 000 euros, dividido em quatro quotas: duas de 5000 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios Fátima Cristina Ferreira de Araújo e Lucinda Maria Dias da Silva, e duas de 7500 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios Fausto Albino de Almeida Lopes e Fátima da Costa Marques.

2 — Por deliberação da assembleia geral com, pelos menos, 75 % dos votos correspondentes ao capital social, poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares ao capital até ao dobro da capital social existente à data da deliberação.

ARTIGO 4.º

A cessão de quotas a favor de estranhos fica dependente do prévio consentimento da sociedade.

ARTIGO 5.º

1 — A administração e a representação da sociedade, em juízo e fora dele, competem aos sócios Fátima Cristina Ferreira de Araújo e Fausto Albino de Almeida Lopes, que desde já ficam nomeados gerentes.

2 — A sociedade fica vinculada em todos os seus actos e contratos com a intervenção conjunta de dois gerentes.

3 — Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência poderá comprar, vender ou tomar de locação bens móveis.

4 — Tomar de arrendamento bens imóveis.

5 — Tomar de trespasse estabelecimentos comerciais.

ARTIGO 6.º

As assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios com, pelo menos, 20 dias de antecedência, indicando sempre a ordem de trabalhos, hora e local da reunião.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- a) Quando a quota seja penhorada, arrestada ou, quando por qualquer outra forma, seja envolvida em processo judicial, providência cautelar ou não, e adjudicação de qualquer quota sem que o titular tenha deduzido oposição procedente;
- b) Por acordo com o respectivo titular;
- c) Por interdição ou inabilitação do sócio titular.

Está conforme o original.

30 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07364580

CLÍNICA DA MULHER — GINECOLOGIA OBSTETRÍCIA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 5538/970722 inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 12/990719.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado o artigo 3.º, ficando com o seguinte teor:

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 9 700 000\$, dividido em quatro quotas iguais do valor nominal de 2 425 000\$ cada uma, pertencendo uma a cada um dos sócios Maria Judite de Macedo Sá Barros Sarmiento Teixeira, Maria Luísa Ferreira Cardoso, Lucília de Araújo Neiva Pereira e Luís Alberto Seixas Carvalho.

2 —

O texto do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

28 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07383886

SCOIB — SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E IMOBILIÁRIA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6599/991215; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 6/991215.

Certifico que entre Orlando Almeida de Sousa, casado com Maria de Lourdes de Castro Gomes; José de Araújo Soares, casado com Maria Cristina Coco Pinotes Soares, e Domingos Jorge Cerqueira da Silva Dantas, casado com Zulmira da Conceição Esteves Guerra Dantas, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma SCOIB — Sociedade de Construções e Imobiliária, L.ª, e tem a sua sede na Rua do Carvalhal, 23, na freguesia de Dume, do concelho de Braga.

§ único. Por deliberação da gerência, a sociedade poderá transferir a sua sede para outro local do concelho de Braga, e abrir ou encerrar agências em qualquer parte do País.

2.º

A sociedade tem por objecto a construção civil, compra e venda de propriedades e administração de condomínios.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 1 002 410\$, dividido em três quotas, pertencendo ao sócio Orlando Almeida de Sousa, uma quota no valor de 501 206\$, e aos sócios José de Araújo Soares e Domingos Jorge Cerqueira da Silva Dantas, duas quotas iguais de 250 602\$, pertencendo uma a cada um.

4.º

A administração da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, compete aos sócios José de Araújo Soares e Domingos Jorge Cerqueira da Silva Dantas, que desde já são nomeados gerentes.

§ 1.º Consideram-se incluídos nos poderes de gerência a compra e venda de veículos automóveis para e da sociedade, e tomar de arrendamento ou trespasse quaisquer escritórios para a mesma sociedade.

§ 2.º Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos é necessária a intervenção conjunta dos dois gerentes.

5.º

Por falecimento de algum sócio a sociedade continuará com os sócios sobreviventes e os herdeiros do falecido, devendo estes nomear um de entre si que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa.

6.º

As assembleias gerais, salvo quando a lei exija outras formalidades, serão convocadas por cartas registadas dirigidas aos sócios, com uma antecedência nunca inferior a 15 dias.

Está conforme o original.

28 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07319738

ANTUNES & SOUSA — MONTAGENS ELÉCTRICAS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6598/991214; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 3/991214.

Certifico que entre José Maria Lopes Antunes e mulher, Maria Cristina Chaves de Sousa, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Antunes & Sousa — Montagens Eléctricas, L.ª, e tem a sua sede na Praça de Paulo Vidal, 17, da freguesia de Lamaçães, deste concelho.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como poderá instalar e manter sucursais e outras formas de representação social, sem necessidade de consentimento da assembleia geral.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a montagem de instalações eléctricas.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 1 500 000\$, dividido em duas quotas iguais de 750 000\$.

2 — Por acordo unânime de todos os sócios poderão ser exigidas prestações suplementares ao capital até 10 000 000\$.

ARTIGO 4.º

1 — A administração e representação da sociedade competem ao sócio José Maria Lopes Antunes, que desde já é designado gerente, bastando a sua assinatura para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos.

2 — Ficam incluídos nos poderes de gerência a compra e venda de veículos automóveis e o aluguer de móveis e imóveis.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos carece do consentimento da sociedade.

ARTIGO 6.º

As assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios, com a antecedência mínima de 15 dias.

Está conforme o original.

28 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07319690

PARLAMENTO BAR, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6593/991206; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 16/991206.

Certifico que entre Mário de Jesus Moreira Rodriguez e mulher, Madalena Ferreira Fontes, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Parlamento Bar, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de Custódio Vilas Boas, 37, 6.º, direito, freguesia de São Vicente, do concelho de Braga.

§ único. A sociedade poderá criar filiais, agências, sucursais ou outras formas de representação, onde e quando julgar conveniente, e transferir a sede social para outros locais do mesmo concelho, por simples deliberação da gerência

2.º

O seu objecto é estabelecimento de bebidas com espectáculo.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e está dividido em duas quotas, sendo: uma do valor nominal de 4500 euros, pertencente ao sócio Mário de Jesus Moreira Rodriguez, e outra de valor nominal de 500 euros, pertencendo à sócia Madalena Ferreira Fontes.

4.º

A gerência da sociedade, dispensada de caução e remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, pertence ao sócio Mário de Jesus Moreira Rodriguez, que desde já fica nomeado gerente.

1 — A sociedade obriga-se em todos os seus actos e contratos, e é representada em juízo e fora dele, activa e passivamente, designadamente adquirir quaisquer bens móveis ou imóveis para a sociedade, alienar, onerar, dar de aluguer ou arrendar quaisquer bens móveis ou imóveis ou estabelecimentos da sociedade, incluindo veículos automóveis e celebrar contratos de *leasing* mobiliário com a assinatura do gerente Mário de Jesus Moreira Rodriguez.

2 — É expressamente proibido aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, designadamente em letras de favor, fianças, abonações e outros semelhantes.

5.º

A divisão e cessão de quotas é livre entre os sócios; porém, a estranhos depende do consentimento da sociedade e dos restantes sócios, tendo esta preferência em primeiro lugar e a seguir a ela os restantes sócios não cedentes.

6.º

Poderá a sociedade amortizar a quota de qualquer sócio sempre que a mesma seja arrestada, penhorada ou, por qualquer modo, objecto de procedimento judicial.

Está conforme o original.

28 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07319118

BRAGABURGER — ACTIVIDADES HOTELEIRAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6592/991206; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 14/991206.

Certifico que entre Dorvílio Nolasco de Campos, solteiro, maior Fernando José Monteiro, casado; António Teixeira Monteiro, casado, Manuel Teixeira Monteiro, casado; José Pinto Ribeiro, casado, e Luís Fernando de Sousa Ribeiro, casado, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a designação social de BRAGABURGER — Actividades Hoteleiras, L.^{da}, e tem a sua sede na Urbanização da Quinta dos Órfãos, lugar de Vilar, na freguesia de São Vitor, concelho de Braga.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto as actividades hoteleiras, nomeadamente hamburgaria, *pizzaria*, cafetaria e similares.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 1 100 000\$, estando apenas realizado em 50 %, sendo o restante capital a realizar no prazo máximo de um ano e está dividido em seis quotas: uma no valor nominal de 495 000\$, pertencente ao sócio Dorvílio Nolasco de Campos; uma quota com o valor nominal de 165 000\$, pertencente ao sócio Fernando José Monteiro, e quatro quotas iguais, com o valor nominal de 110 000\$ cada, pertencentes, respectivamente, aos sócios António Teixeira Monteiro, Manuel Teixeira Monteiro, José Pinto Ribeiro e Luís Fernando de Sousa Ribeiro.

ARTIGO 4.º

1 — A cessão de quotas entre sócios, no todo ou em parte, é livre, não carece do consentimento da sociedade ou dos sócios não cedentes nem há lugar ao direito de preferência.

2 — A cedência, total ou parcial, para terceiros, fica sujeita ao prévio consentimento por escrito da sociedade e dos sócios não cedentes, que reservam o direito de preferência, primeiro aquela e depois estes.

3 — Para efeitos de cessão da quota, nos termos do número anterior, o valor será o que constar do último balanço aprovado, se noutro não acordarem os sócios, e na cessão entre sócios o valor é o nominal se noutro não acordarem cedente e cessionário.

ARTIGO 5.º

A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica afecta aos sócios Fernando José Monteiro e António Teixeira Monteiro, desde já nomeados gerentes.

1 — A sociedade fica obrigada em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, pela assinatura conjunta de dois gerentes.

2 — Os gerentes não poderão assinar nessa sua qualidade, e por isso em nome da sociedade, actos e documentos a esta estranhos, designadamente em letras de favor, fianças, abonações e semelhantes.

3 — Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência poderá: comprar, trocar ou vender viaturas automóveis da e para a sociedade; adquirir por trespasse, ou qualquer outro negócio gratuito ou oneroso quaisquer bens, estabelecimentos comerciais ou industriais para a sociedade; alienar, hipotecar ou de qualquer forma onerar quaisquer imóveis da sociedade; tomar de arrendamento quaisquer locais para a sociedade, bem como alterar contratos de arrendamento ou dar de arrendamento e subarrendamento imóveis da sociedade; confessar, desistir ou transigir em juízo.

ARTIGO 6.º

Fica proibido aos sócios e gerentes o exercício de actividades em concorrência com a sociedade, em nome individual ou colectivo, em seu nome ou por interposta pessoa, salvo autorização expressa da sociedade em deliberação social para o efeito ou quando se trate da concessão a terceiros de quaisquer direitos comerciais que possuam sobre determinados produtos ou serviços em regime de exclusividade, designadamente o de utilização e distribuição de bens com marca que se mostre registada a seu favor.

§ único. Não se aplica a proibição de concorrência estatuída para as actividades que já venham a ser exercidas pelos sócios ou gerentes antes da constituição da sociedade, desde que se mantenham no exercício dessas funções para a mesma entidade em que exerciam e no mesmo local ou estabelecimento.

ARTIGO 7.º

Dos lucros líquidos apurados anualmente retirar-se-á a percentagem para fundo de reserva legal, bem como as quantias votadas em assembleia geral para fundos especiais e o remanescente será dividido entre os sócios na proporção das respectivas quotas.

ARTIGO 8.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- a) Por acordo do respectivo titular;
- b) Quando a quota for penhorada, arrestada ou adjudicada em juízo;
- c) Quando o sócio for declarado falido;

d) Na cessão para terceiros a título gratuito ou na dação em cumprimento.

ARTIGO 9.º

A sociedade poderá adquirir participações em outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu ou reguladas por lei especial e em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 10.º

Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares até ao montante de 10 000 000\$, a efectuar nos termos e condições que foram fixadas em assembleia geral para o efeito.

Está conforme o original.

28 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07319100

BRAMOTO — MOTORIZADAS DE BRAGA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 1657; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 22/980811.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o depósito dos documentos de prestação de contas, referente ao ano de 1997.

Está conforme o original.

(Sem data.) — O Segundo-Ajudante, *Fernando Jorge Miranda da Silva Azevedo*. 03073300

RUCARTI — COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS A MOTOR, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6590; identificação de pessoa colectiva n.º 502080710; inscrição n.º 7; número e data da apresentação: 11/991126.

Certifico que, em referência à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 450 000\$ para 10 000 000\$, e alterou o pacto, quanto ao n.º 1 do artigo 1.º e artigo 3.º, ficando os mesmos com a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma RUCARTI — Comércio de Peças e Acessórios para Veículos a Motor, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de Damião de Góis, 20, freguesia de Braga (Cividade), concelho de Braga.

2 —

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado, é de 10 000 000\$, dividido em três quotas, sendo: uma de 5 000 000\$, pertencente ao sócio Quintino Óscar Neto Gonçalves; uma de 4 775 000\$, e outra de 225 000\$, pertencente ao sócio Carlos Alberto Neto Gonçalves.

O texto do contrato, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

14 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07343710

SIMPLI — DESIGN, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 5416; identificação de pessoa colectiva n.º 503868930; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 17/990914.

Certifico que, em referência à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 400 000\$ para 5 212 532\$, tendo, em consequência do aumento, sido alterado o pacto, quanto ao artigo 3.º, ficando com a redacção seguinte:

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5 212 532\$ e está dividido em duas quotas de 2 606 266\$ cada, pertencendo uma a cada um dos sócios.

O texto do contrato, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

14 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07360312

CASIALVO — CONSTRUÇÕES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6280; identificação de pessoa colectiva n.º 504527312; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 3; números e data das apresentações: 37 e 39/990813.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, em 5 de Julho de 1999, cessou funções a gerente Ana Paula Cruz Barbosa e Silva, por renúncia.

Mais certifico que foi alterado o pacto, quanto ao corpo do artigo 3.º, artigo 5.º e o corpo do artigo 7.º e a alínea a) do seu § único, ficando os mesmos com a redacção seguinte:

3.º

A firma da sociedade é CASIALVO — Construções, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua Nova da Estação, 33-35, 2.º, sala 10, freguesia de Braga (Maximinos), da cidade de Braga.

§ único.

5.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 5 100 000\$, dividido em três quotas iguais de 1 700 000\$ cada, pertencendo duas ao sócio Casimiro de Sousa Dias de Magalhães, e uma ao sócio Frederico Pires de Magalhães, capital esse que em euros é de 25 438,69.

7.º

A gerência social, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, será exercida pelo sócio Casimiro de Sousa Dias de Magalhães, o qual é desde já nomeado gerente, e por quem mais vier a ser nomeado em assembleia geral.

§ único.

a) Comprar, vender, trocar ou locar bens móveis e imóveis, designadamente participações sociais e veículos.

O texto do contrato, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

14 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07330332

OURO RÉGIO — FABRICO OURIVESARIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6120; identificação de pessoa colectiva n.º 504280473; inscrição n.º 6; número e data da apresentação: 20/991125.

Certifico que, em referência à sociedade em epígrafe, foi alterado o pacto, quanto ao artigo 1.º, ficando o mesmo com a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Ouro Régio — Fabrico Ourivesaria, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua do Senhor do Bom Sucesso, 31, freguesia de Real, do concelho de Braga.

O texto do contrato, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

14 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07318120

JOSÉ CERQUEIRA & IRMÃOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 1365; identificação de pessoa colectiva n.º 500742812; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 8; números e data das apresentações: 11 e 12/990712.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, em 16 de Fevereiro de 1998, cessaram funções os gerentes José Vítor Ribeiro

Cerqueira, Plácido Ribeiro Cerqueira, Alexandrina da Conceição Ribeiro Cerqueira e Helena da Conceição Ribeiro Cerqueira, por renúncia.

Mais certifica que foi alterado o pacto, quanto ao corpo do artigo 6.º e o seu § 1.º, ficando com a redacção seguinte:

6.º

A administração da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, compete a José Valdemar Peixoto da Silva, casado, residente na Avenida da Liberdade, 430, 9.º, direito, da cidade de Braga, e Humberto Carlos Peixoto Silva, solteiro, maior, residente na Rua do Dr. Rocha Peixoto, 54, da cidade de Braga.

§ 1.º Para que a sociedade fique obrigada em todos os seus actos e contratos é suficiente a assinatura de um só gerente.

O texto do contrato, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

14 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 07336640

DALTRAN — INFORMÁTICA, DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 4789/951017; identificação de pessoa colectiva n.º 503524450; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 36/990719.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado o n.º 1 do artigo 1.º, ficando com o seguinte teor:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma DALTRAN — Informática, Desenvolvimento e Serviços L.ª, e tem a sua sede na Rua da Cruz de Pedra 96, loja 39, freguesia de Braga (Maximinos), concelho de Braga.

O texto do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

28 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07383762

NOR CARTAZ — PUBLICIDADE EXTERIOR, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 3235/900914; identificação de pessoa colectiva n.º 502413409; inscrição n.º 14; número e data da apresentação: 14/990719.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado o artigo 3.º, ficando com o seguinte teor:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 127 500 000\$, dividido em duas quotas: uma de 122 348 000\$, pertencente ao sócio António Alberto da Silva Filipe, e outra de 5 152 000\$, pertencente à sócia DIANANOR — Aluguer de Embarcações L.ª.

Que tem perfeito conhecimento que desde a data da aprovação do balanço que serviu de base a este aumento, até ao dia de hoje, não ocorreram diminuições patrimoniais, que a este obstem.

Que a sociedade não possui órgão de fiscalização.

Que as importâncias subscritas em dinheiro deram já entrada na caixa social, não sendo exigida pela lei, pelo contrato ou pela deliberação a realização de outras entradas.

O texto do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

28 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07383860

SILCOFLOR — COMÉRCIO DE ARTIGOS DE DECORAÇÃO UNIPESSOAL, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6622/991228; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 51/991228.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma SILCOFLOR — Comércio de Artigos de Decoração, Unipessoal, L.ª, e vai ter a sua sede na Rua do Conselheiro Bento Miguel, 14 a 16, freguesia de Braga (São Vicente), concelho de Braga.

ARTIGO 2.º

O seu objecto consiste no comércio de artigos de decoração para o lar.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 5000 euros, integralmente realizado em dinheiro por ele sócio, em quota de igual valor.

ARTIGO 4.º

A administração da sociedade, remunerada ou não, conforme for decidido pelo sócio, bem como a sua representação, cabem ao próprio sócio

ARTIGO 5.º

Entre o próprio sócio e a sociedade poderão ser celebrados quaisquer contratos de aquisição, disposição e oneração de bens, desde que necessários ou inerentes à prossecução do objecto social, pela forma escrita exigida por lei e de acordo com a deliberação própria, quando necessária.

Está conforme o original.

30 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07318324

SOPA DOURADA — SALÃO DE CHÁ E PASTELARIA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6621/991228; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 50/991228.

Certifico que entre Olga Maria da Silva Magalhães, casada com Manuel Fernando Ângela Policia, e Maria Carlos Veiga da Silva, divorciada, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Sopa Dourada — Salão de Chá e Pastelaria, L.ª, e tem a sua sede na Rua de Santa Margarida, 97, 3.º, esquerdo, freguesia de Braga (São Vicente), desta cidade de Braga.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar ou encerrar filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação social, no território nacional ou no estrangeiro, sem necessidade do consentimento da assembleia geral.

ARTIGO 2.º

1 — O objecto da sociedade consiste na exploração de salão de chá e pastelaria.

2 — A sociedade poderá adquirir ou alienar participações em quaisquer sociedades, ainda que reguladas por leis especiais, bem como associar-se a quaisquer pessoas singulares ou colectivas, para, nomeadamente, formar agrupamentos complementares de empresas, agrupamentos europeus de interesse económico, novas sociedades, consórcio e associações em participação, independentemente do respectivo objecto.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, dividido em duas quotas iguais do valor nominal de 2500 euros cada, pertencentes uma a cada um dos sócios.

ARTIGO 4.º

1 — A administração da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, bem como a sua representação, cabem às sócias, que desde já ficam nomeadas gerentes.

2 — Para vincular a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a intervenção de um só gerente.

4 — Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência poderá:

a) Comprar, vender e permutar quaisquer bens móveis e imóveis, incluindo automóveis;

b) Tomar de trespasso ou de arrendamento quaisquer locais, bem como alterar ou rescindir os respectivos contratos;

c) Celebrar contratos de locação financeira.

ARTIGO 5.º

1 — A cessão de quotas a não sócios não produz efeitos para com a sociedade enquanto não for consentida por esta, a não ser que se trate de cessão entre cônjuges, entre ascendentes e descendentes ou entre sócios.

2 — Os sócios não cedentes, em primeiro lugar, e a sociedade, em segundo, terão sempre direito de preferência na cessão de quotas a não sócios diversos dos indicados no número anterior.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

a) Acordo com o seu titular;

b) Penhora, arresto ou arrolamento e, ainda, quando, por qualquer motivo, tenha de proceder-se à sua arrematação, adjudicação ou venda em processo judicial, administrativo ou fiscal;

c) Falência ou insolvência do respectivo titular;

d) Cessão de quota sem ou contra o consentimento da sociedade.

Está conforme o original.

30 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07318316

**ANTÓNIO JOAQUIM OLIVEIRA FERREIRA,
UNIPESSOAL, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6620/991228; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 49/991228.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma António Joaquim Oliveira Ferreira, Unipessoal, L.^{da}, e tem a sua sede no lugar da Ribeira, freguesia de Adaúfe, concelho de Braga.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar ou encerrar filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação social, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

1 — A sociedade tem por objecto a construção civil.

2 — A sociedade poderá participar como sócia de responsabilidade limitada, em sociedades com objecto diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 5000 euros, integralmente realizado em dinheiro por ele sócio, em quota de igual valor.

ARTIGO 4.º

A administração da sociedade, remunerada ou não, conforme for decidido pelo sócio, bem como a sua representação, cabem ao próprio sócio, que desde já fica nomeado gerente.

ARTIGO 5.º

Entre o próprio sócio e a sociedade poderão ser celebrados quaisquer contratos de aquisição, disposição e oneração de bens, desde que necessários ou inerentes à prossecução do objecto social, pela

forma escrita exigida por lei e de acordo com a deliberação própria, quando necessária.

Está conforme o original.

30 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07318308

IMETIM — IMOBILIÁRIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6616/991227; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 34/991227.

Certifico que entre José Manuel Peixoto Marques Rodrigues, casado com Maria Alexandra Xavier Rocha Gomes Marques Rodrigues; João Carlos Peixoto Marques Rodrigues, casado com Ana Maria Dias Ribeiro Marques Rodrigues; José Carlos Fernandes de Freitas, casado com Maria Clara Peixoto Ferreira Rito Freitas, e José Alberto Braga de Sousa Ribeiro, casado com Maria de Fátima Peixoto Marques Rodrigues de Sousa Ribeiro, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma IMETIM — Imobiliária, L.^{da}, e tem a sua sede no lugar de Alagoa ou Touros, freguesia de Este (São Mamede), concelho de Braga.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar ou encerrar filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação social, no território nacional ou no estrangeiro, sem necessidade do consentimento da assembleia geral.

ARTIGO 2.º

1 — O objecto da sociedade consiste na compra e venda de bens imóveis e revenda dos mesmos adquiridos para esse fim, promoção de urbanizações e loteamentos, administração de imóveis e indústria de construção civil.

2 — A sociedade poderá adquirir ou alienar participações em quaisquer sociedades, ainda que reguladas por leis especiais, bem como associar-se a quaisquer pessoas singulares ou colectivas, para, nomeadamente, formar agrupamentos complementares de empresas, agrupamentos europeus de interesse económico, novas sociedades, consórcios e associações em participação, independentemente do respectivo objecto.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, dividido em quatro quotas, sendo: uma do valor nominal de 2000 euros, pertencente ao sócio José Manuel Peixoto Marques Rodrigues, e as outras três iguais do valor nominal de 1000 euros, pertencentes uma a cada um dos restantes sócios.

ARTIGO 4.º

1 — A administração da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, bem como a sua representação, cabem a todos sócios, que desde já ficam nomeados gerentes.

2 — Para vincular a sociedade em todos os seus actos e contratos é necessária a intervenção de dois gerentes.

3 — Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência poderá:

a) Comprar, vender e permutar quaisquer bens móveis, incluindo automóveis;

b) Tomar de trespasso ou de arrendamento quaisquer locais, bem como alterar ou rescindir os respectivos contratos;

c) Celebrar contratos de locação financeira;

d) A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

4 — É expressamente proibido aos gerentes obrigar a sociedade em actos ou contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, avales, fianças e abonações, ficando o infractor responsável perante a sociedade pelos prejuízos que lhe causar.

ARTIGO 5.º

1 — A cessão de quotas a não sócios não produz efeitos para com a sociedade enquanto não for consentida por esta, a não ser que se trate de cessão entre sócios.

2 — Os sócios não cedentes, em primeiro lugar, e a sociedade, em segundo, terão sempre direito de preferência na cessão de quotas a não sócios.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- a) Acordo com o seu titular;
- b) Penhora, arresto ou arrolamento e, ainda, quando, por qualquer motivo, tenha de proceder-se à sua arrematação, adjudicação, ou venda em processo judicial, administrativo ou fiscal;
- c) Falência ou insolvência do respectivo titular;
- d) Cessão de quota sem ou contra o consentimento da sociedade.

ARTIGO 7.º

As normas legais dispositivas poderão ser derogadas por deliberação dos sócios, salvo nos casos em que contrariem o disposto no contrato de sociedade.

Está conforme o original.

28 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07364547

IMOBILIÁRIA DE ALGERIZ, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6614/991223; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 46/991223.

Certifico que entre Pedro José Araújo de Sousa Ribeiro, casado com Maria Eugénia Pinto Pina Gomes; Teotónio Daniel de Araújo Andrade dos Santos, casado com Maria Teresa Peixoto Vieira de Andrade dos Santos, e Arminda Maria de Araújo Andrade dos Santos, casada com José do Vale Martins, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Imobiliária de Algeriz, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de 25 de Abril, 262, 2.º, freguesia Braga (São José de São Lázaro), concelho de Braga.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar ou encerrar filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação social, no território nacional ou no estrangeiro, sem necessidade do consentimento da assembleia geral.

ARTIGO 2.º

1 — O objecto da sociedade consiste na indústria de construção civil e na compra e venda de imóveis e revenda dos mesmos adquiridos para esse fim.

2 — A sociedade poderá, livremente, associar-se a quaisquer pessoas singulares ou colectivas ou agrupamentos complementares de empresas, bem como participar em sociedades de responsabilidade limitada ou ilimitada, mesmo que reguladas por leis especiais e independentemente do seu objecto.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 30 000 euros, dividido em três quotas, sendo: uma do valor nominal de 12 500 euros, pertencente ao sócio Pedro José Araújo de Sousa Ribeiro, e as outras duas iguais do valor nominal de 8750 euros, pertencentes uma a cada um dos restantes sócios.

ARTIGO 4.º

1 — A administração da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, bem como a sua representação, cabem aos gerentes.

2 — Ficam desde já nomeados gerentes todos os sócios.

3 — Para vincular a sociedade em todos os seus actos e contratos é necessária a intervenção de dois gerentes.

4 — Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência poderá:

- a) Comprar, vender e permutar quaisquer bens móveis, incluindo automóveis;
- b) Tomar de trespasse ou de arrendamento quaisquer locais, bem como alterar ou rescindir os respectivos contratos;
- c) Celebrar contratos de locação financeira.

ARTIGO 5.º

1 — Fica proibida a cessão de quotas a estranhos à sociedade. Contudo, se o sócio cedente dela pretender afastar-se, fica a sociedade

obrigada a adquiri-la pelo valor que resultar de um balanço que para o efeito será executado, pelo que a sociedade terá sempre direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

2 — No caso de dois ou mais sócios pretenderem exercer o direito de preferência, a quota será dividida entre os mesmos na proporção das quotas que já possuem.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- a) Acordo com o seu titular;
- b) Penhora, arresto ou qualquer outra forma de apreensão judicial;
- c) Falência ou insolvência do respectivo titular;
- d) Cessão de quota sem ou contra o consentimento da sociedade.

Está conforme o original.

28 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07364520

RESIDENTAL — LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6613/991223; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 45/991223.

Certifico que entre Fernando Gonçalves, casado com Tânia Fernandes Soares, e Rui Filipe Soares Gonçalves, solteiro, menor, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma RESIDENTAL — Laboratório de Prótese Dentária, L.^{da}, e tem a sua sede na Avenida do General Norton de Matos, 104, 4.º, sala E, freguesia de Braga (São Vicente), concelho de Braga.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar ou encerrar filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação social, no território nacional ou no estrangeiro, sem necessidade do consentimento da assembleia geral.

ARTIGO 2.º

1 — O objecto da sociedade consiste na execução de próteses dentárias e respectiva comercialização.

2 — A sociedade poderá participar como sócia de responsabilidade limitada, em sociedades com objecto diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, dividido em duas quotas: uma do valor nominal de 4500 euros, pertencente ao sócio Fernando Gonçalves, e outra do valor nominal de 500 euros, pertencente ao sócio Rui Filipe Soares Gonçalves.

ARTIGO 4.º

1 — A administração da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, bem como a sua representação, cabem aos gerentes.

2 — Para vincular a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a intervenção de um só gerente.

3 — Fica desde já nomeado gerente o sócio Fernando Gonçalves.

4 — Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência poderá:

- a) Comprar, vender e permutar quaisquer bens móveis e imóveis, incluindo automóveis;
- b) Tomar de trespasse ou de arrendamento quaisquer locais, bem como alterar ou rescindir os respectivos contratos;
- c) Celebrar contratos de locação financeira.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- a) Acordo com o seu titular;
 - b) Penhora, arresto ou qualquer outra forma de apreensão judicial;
 - c) Falência ou insolvência do respectivo titular;
 - d) Cessão de quota sem ou contra o consentimento da sociedade.
- Está conforme o original.

28 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07364512

QUALIVINHOS — COMÉRCIO DE BEBIDAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6612/991223; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 41/991223.

Certifico que entre Pedro Nuno Puga Cerdeira Pinto Cardoso e António José Correia Martins, solteiros, maiores, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Qualivinhos — Comércio de Bebidas, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua do Cónego Manuel Faria, 312 e 314, 4.º, esquerdo, freguesia de Braga (Sé), concelho de Braga.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar ou encerrar filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação social, no território nacional ou no estrangeiro, sem necessidade do consentimento da assembleia geral.

ARTIGO 2.º

1 — O objecto da sociedade consiste no comércio de produtos alimentares e bebidas alcoólicas e não alcoólicas, nacionais e estrangeiras

2 — A sociedade poderá adquirir ou alienar participações em quaisquer sociedades, ainda que reguladas por leis especiais, bem como associar-se a quaisquer pessoas singulares ou colectivas, para, nomeadamente, formar agrupamentos complementares de empresas, agrupamentos europeus de interesse económico, novas sociedades, consórcios e associações em participação, independentemente do respectivo objecto.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, dividido em duas quotas iguais do valor nominal de 2500 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios.

ARTIGO 4.º

1 — A administração da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, bem como a sua representação, cabem a ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes.

2 — Para vincular a sociedade em todos os seus actos e contratos é necessária a intervenção de dois gerentes.

3 — Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência poderá:

- a) Comprar, vender e permutar quaisquer bens móveis, incluindo automóveis;
- b) Tomar de trespasse ou de arrendamento quaisquer locais, bem como alterar ou rescindir os respectivos contratos;
- c) Celebrar contratos de locação financeira.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a não sócios não produz efeitos para com a sociedade enquanto não for consentida por esta, a não ser que se trate de cessão entre cônjuges, entre ascendentes e descendentes ou entre sócios.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- a) Acordo com o seu titular;
 - b) Penhora, arresto ou arrolamento e, ainda, quando, por qualquer motivo, tenha de proceder-se à sua arrematação, adjudicação ou venda em processo judicial, administrativo ou fiscal;
 - c) Falência ou insolvência do respectivo titular;
 - d) Cessão de quota sem ou contra o consentimento da sociedade.
- Está conforme o original.

28 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07364504

CONSTRUÇÕES ALIVEZ — CONSTRUÇÃO CIVIL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6625/991229; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 25/991229.

Certifico que entre José Filipe de Araújo, solteiro, maior, e Carlos Manuel Ferreira de Araújo, casado com Maria Teresa Gomes Antunes da Silva Araújo, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Construções Alivez — Construção Civil, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua do Carmo, 49, 2.º, cidade de Braga.

2 — Por simples deliberação da gerência, a sede social poderá ser transferida para qualquer local dentro do mesmo concelho.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a construção civil.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro é de 5000 euros, dividido em duas quotas, sendo: uma de 3500 euros, pertencente ao sócio José Filipe de Araújo, e outra de 1500 euros, pertencente ao sócio Carlos Manuel Ferreira de Araújo.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, compete ao sócio José Filipe de Araújo, que desde já fica nomeado gerente, sendo necessária e suficiente a sua assinatura para vincular a sociedade em todos os seus actos e contratos.

2 — Nos poderes de gerência estão incluídos os de comprar, trocar e vender veículos automóveis de e para a sociedade.

3 — É expressamente proibido ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, designadamente abonações, fianças, letras de favor ou outros actos semelhantes.

ARTIGO 5.º

A divisão e cessão de quotas são livremente permitidas entre os sócios. Porém, quando feitas a estranhos, dependem do consentimento da sociedade e dos sócios não cedentes que, por esta ordem, terão direito de preferência.

ARTIGO 6.º

Por morte ou interdição de qualquer sócio, a sociedade continuará com os herdeiros do falecido ou representante do interdito ou inabilitado, devendo aqueles nomear um de entre si que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade poderá amortizar a quota ou parte de quota de qualquer sócio, nos casos seguintes:

- a) Falência ou insolvência do respectivo titular.
- b) Se a quota for arrestada, arrolada ou sujeita a qualquer outro procedimento cautelar ou administrativo;
- c) Se por falecimento do sócio titular a quota em caso de partilha não ficar a pertencer totalmente aos herdeiros do falecido;
- d) Por acordo com o titular.

2 — Com excepção do caso previsto na alínea d), em que o preço será acordado, nos restantes casos, e salvo quando a lei estabelecer outros valores ou prazos, o valor da amortização será sempre o do valor nominal da quota, acrescida da parte que lhe couber em todos os fundos sociais de harmonia com o último balanço aprovado e depois de deduzido qualquer débito que o titular tenha na sociedade, preço esse que será pago no prazo e condições a fixar em assembleia geral, não podendo, contudo, o prazo exceder quatro anos.

Está conforme o original.

30 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07364687

RENASCKER — VIDRARIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6624/991229; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 3/991229.

Certifico que entre Carlos Manuel Soares da Costa Couto, divorciado, e Milene Luzia Soares da Costa Couto, solteira, maior, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma RENASCKER — Vidraria, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de Pero Magalhães Gondavo, 109, freguesia de Braga (Maximinos), desta cidade.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, sem necessidade do consentimento da assembleia geral.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na colocação de vidro plano e outros vidros.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 1 100 000\$, dividido em duas quotas iguais de 550 000\$, pertencentes uma a cada um dos sócios.

ARTIGO 4.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do prévio consentimento da sociedade.

ARTIGO 5.º

1 — A administração e a representação da sociedade, em juízo e fora dele, competem ao sócio Carlos Manuel Soares da Costa Couto, que desde já fica nomeado gerente.

2 — A sociedade fica vinculada em todos os seus actos e contratos com a intervenção de um só gerente.

3 — Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência poderá comprar e vender bens móveis e imóveis.

4 — Celebrar contratos de locação financeira.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá participar no capital de outras sociedades, ainda que com objecto diferente do seu, em sociedade reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

a) Quando a quota seja cedida a estranhos, sem o consentimento da sociedade;

b) Em caso de penhora, arresto ou, quando por qualquer outra forma, seja envolvida em processo judicial, providência cautelar ou não, e adjudicação de qualquer quota sem que o titular tenha deduzido oposição precedente;

c) Quando qualquer sócio envolver os bens sociais em negócios estranhos ao objecto social ou aos seus interesses.

ARTIGO 8.º

As assembleias gerais serão convocadas por meio cartas registadas dirigidas aos sócios com, pelo menos, 20 dias de antecedência, indicando sempre a ordem de trabalhos, dia e hora da reunião.

Está conforme o original.

30 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07364636

ARMOINVEST — SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6610/991221; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 38/991221.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

CAPÍTULO I**Denominação, sede, duração e objecto****ARTIGO 1.º****Denominação**

A sociedade é constituída sob a forma de sociedade comercial anónima e adopta a denominação de ARMOINVEST — Sociedade de Investimentos Imobiliários, S. A.

ARTIGO 2.º**Sede e outras formas de representação da sociedade**

1 — A sede da sociedade é no lugar de Vila Nova, lote 2, freguesia de Nogueira, concelho de Braga.

2 — O conselho de administração poderá deliberar a deslocação de sede social para qualquer outro local dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como a abertura, transferência ou encerramento de sucursais, filiais, delegações, agências, unidades industriais ou qualquer outra forma de representação social quando e onde entender por conveniente.

ARTIGO 3.º**Duração**

A sociedade durará por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade a partir da data da sua constituição.

ARTIGO 4.º**Objecto social**

A sociedade tem como objecto a compra e venda de imóveis, revenda dos adquiridos para esse fim e outros investimentos imobiliários.

ARTIGO 5.º**Participação no capital de outras sociedades**

A sociedade, por deliberação do conselho de administração, poderá intervir na constituição de quaisquer outras sociedades, agrupamentos complementares de empresas, agrupamentos europeus de interesse económico, bem como adquirir ou alienar acções, quotas ou obrigações de outras sociedades e realizar sobre elas as operações que se mostrem convenientes aos interesses sociais.

CAPÍTULO II**Capital social, acções e obrigações****ARTIGO 6.º****Capital social**

1 — O capital social é de 50 000 euros, representado por 10 000 acções do valor nominal de 5 euros cada uma, encontrando-se integralmente subscrito e realizado por todos os fundadores.

2 — As acções da sociedade são ao portador ou nominativas, reciprocamente convertíveis a requerimento e à custa dos accionistas que pretendam a conversão.

3 — Os títulos serão representativos de 1, 20, 50, 100 e 500 acções, podendo ser substituídos ou agrupados, a todo o tempo, à escolha e a expensas do seu titular.

4 — Os títulos serão assinados pelo presidente do conselho de administração

ARTIGO 7.º**Aumento do capital social e preferência nas subscrições**

1 — O conselho de administração fica autorizado a aumentar o capital social por entradas em dinheiro, por uma ou mais vezes.

2 — Os aumentos de capital para além deste valor dependem de deliberação da assembleia geral.

3 — Nos aumentos de capital têm os accionistas à data da respectiva deliberação preferência na subscrição de novas acções, salvo deliberação em contrário da assembleia geral expressamente convocada para o efeito, justificado pelo interesse social. Em caso de

necessidade de rateio, este será efectuado entre os accionistas no proporção das acções que possuírem.

ARTIGO 8.º

Transmissão de acções

- 1 — A transmissão de acções entre accionistas é livre.
- 2 — A transmissão de acções nominativas a não accionistas fica dependente do consentimento da sociedade, tendo os accionistas não cedentes direito de preferência na sua aquisição, nos termos do n.º 3 da cláusula anterior.
- 3 — O consentimento ou recusa da sociedade para a transmissão a terceiros de acções nominativas compete ao conselho de administração.
- 4 — Quando um accionista pretender transmitir acções nominativas a não accionistas, deverá comunicar previamente o facto ao conselho de administração por carta registada com aviso de recepção, com indicação do nome da pessoa ou entidade a quem pretende ceder, preço e demais condições da cessão. Recebida tal comunicação, o conselho de administração decidirá se a sociedade consente ou não a transmissão e, em caso afirmativo, no prazo máximo de 30 dias a contar da data de recepção do pedido de consentimento, consultará os restantes accionistas sobre se pretendem ou não exercer o seu direito de preferência, devendo sempre a decisão ser comunicada pelo conselho de administração ao accionista que pretender ceder as acções no prazo máximo de 60 dias a contar da recepção da comunicação deste, sob pena de deferimento tácito.
- 5 — Recusando a sociedade o consentimento à transmissão pretendida, ficará obrigada a fazer adquirir as acções por pessoa ou entidade do sua escolha, nos exactos termos e condições do negócio para o qual a autorização tiver sido pedida.

ARTIGO 9.º

Acções e obrigações

A sociedade poderá emitir acções e obrigações por subscrição pública, nos termos das disposições legais aplicáveis e nas condições aprovadas em assembleia geral, tendo os accionistas preferência na subscrição das mesmas, nos termos do n.º 3 do artigo 7.º

ARTIGO 10.º

Acções e obrigações próprias

- 1 — A sociedade poderá, nos termos legais, adquirir acções e ou obrigações próprias e realizar sobre elas, por deliberação do conselho de administração, as operações mais convenientes ao interesse social.
- 2 — As acções da própria sociedade, que esta tenha adquirido, não dão direito a dividendos nem a representação na assembleia geral.

CAPÍTULO III

Órgãos sociais

ARTIGO 11.º

Órgãos sociais

São órgãos da sociedade:

- a) A assembleia geral;
- b) O conselho de administração;
- c) O conselho fiscal.

ARTIGO 12.º

Mesa da assembleia

A mesa da assembleia geral será composta por um presidente, um vogal e um secretário, que poderão não ser accionistas, eleitos pela assembleia geral por um período de três anos, podendo ser sempre reeleitos.

ARTIGO 13.º

Reuniões

- 1 — A assembleia geral reunirá ordinariamente em cada ano civil até 31 de Março, a fim de deliberar sobre matérias que sejam, por lei, da sua competência e sobre quaisquer assuntos de interesse para a sociedade, desde que expressamente indicados na respectiva convocatória.
- 2 — A assembleia geral poderá reunir extraordinariamente desde que o requeira qualquer membro do conselho fiscal ou um ou mais accionistas que representem, pelo menos, 5 % do capital social.

ARTIGO 14.º

Convocação

As assembleias gerais serão convocadas nos termos e prazos estabelecidos na lei.

ARTIGO 15.º

Participação e direito de voto

- 1 — Terão direito a participar nas assembleias gerais da sociedade os accionistas que possuam acções que lhes confira direito a, pelo menos, um voto, contando-se um voto por cada 100 acções, isto sem prejuízo da possibilidade legal de agrupamento de pequenos accionistas.
- 2 — Para efeitos de participação nas assembleias gerais, deverão os accionistas, até cinco dias antes da data fixada para a reunião, ter registadas na sociedade ou depositadas nos locais indicados pelo conselho de administração o número mínimo de acções que lhes confira direito a um voto. O registo de acções ao portador ou o seu depósito nos locais indicados pelo conselho de administração poderá ser substituído pela prova inequívoca, por parte do accionista, da propriedade das mesmas, designadamente através da exibição de documento comprovativo do seu depósito em qualquer instituição bancária nacional ou estrangeira.
- 3 — Os accionistas que tenham o direito a participar nas assembleias gerais apenas se poderão fazer representar nas mesmas pelo seu cônjuge, ascendente ou descendente, por outro accionista ou por um administrador da sociedade, bastando, para o efeito, uma carta por si assinada e dirigida ao presidente da mesa.
- 4 — Os accionistas que sejam pessoas colectivas participarão nas assembleias gerais através do seu legal representante, sem prejuízo de poderem ser também representados por outro accionista ou por um membro do conselho de administração da sociedade.
- 5 — No caso de contitularidade de acções, só um dos contitulares, com poderes de representação de todos os outros, conferidos por carta dirigida ao presidente de mesa e por este recebida até à véspera da reunião, poderá participar na assembleia geral.

ARTIGO 16.º

Não accionistas

Os membros dos órgãos sociais que não sejam accionistas poderão tomar parte e intervir nas assembleias gerais, não tendo, porém, direito a voto.

ARTIGO 17.º

Quórum

Para que a assembleia geral possa deliberar validamente sobre qualquer assunto em primeira convocação deverão na mesma estar presentes ou regularmente representados accionistas que detenham acções correspondentes a, pelo menos, 50 % do capital, podendo a assembleia geral reunir e deliberar em segunda convocação seja qual for o número de accionistas presentes ou representados e a percentagem de capital que os mesmos representarem.

ARTIGO 18.º

Conselho de administração

- 1 — A administração da sociedade fica a cargo de um conselho de administração constituído por um presidente e dois vogais, que poderão não ser accionistas, eleitos por períodos de três anos, podendo ser sempre reeleitos.
- 2 — Os membros do conselho de administração ficam dispensados da prestação de caução para o exercício das respectivas funções.

ARTIGO 19.º

Poderes e representação

- 1 — O conselho de administração terá os mais amplos poderes de gestão dos negócios sociais, competindo-lhe de forma plena e exclusiva a representação da sociedade, activa e passivamente, em juízo ou fora dele, praticando todos os actos tendentes à realização do objecto social, podendo, designadamente, constituir mandatários da sociedade, confessar, desistir, transigir em quaisquer acções, comprometer-se em árbitros, adquirir, alienar ou onerar quaisquer bens ou direitos, móveis ou imóveis, com observância dos limites da lei.
- 2 — Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 3 e 4 deste cláusula, a sociedade ficará validamente obrigada e vinculada em todos os actos e contratos mediante a assinatura do presidente do conselho de administração, com excepção dos actos de mero expediente, para os quais bastará a assinatura de apenas um.

3 — O conselho de administração poderá encarregar especialmente algum ou alguns dos seus membros de se ocuparem de determinadas matérias da administração, podendo também delegar em um ou mais administradores a gestão corrente da sociedade, devendo a deliberação do conselho definir os limites da delegação e os pareceres que confere a cada administrador-delegado. A sociedade ficará validamente obrigada mediante a assinatura isolada de qualquer dos administradores-delegados, dentro dos limites da delegação do conselho.

4 — Para obrigar a sociedade num determinado acto ou num determinado contrato será suficiente a assinatura de um seu procurador a quem o conselho de administração tenha conferido poderes específicos para o efeito.

ARTIGO 20.º

Reuniões

1 — O conselho de administração reunirá obrigatoriamente uma vez de três em três meses e sempre que o convoque o seu presidente, oralmente ou por escrito, ou dois outros administradores, conjuntamente, neste caso, sempre por escrito.

2 — Qualquer administrador poder-se-á fazer representar por outro nas reuniões do conselho de administração, mediante carta dirigida ao respectivo presidente.

3 — Os administradores ausentes poderão igualmente votar por correspondência.

ARTIGO 21.º

Deliberações

1 — As deliberações do conselho de administração serão tomadas por unanimidade dos administradores presentes ou representados, tendo o presidente do conselho de administração voto de qualidade em caso de desempate.

2 — Para reunir, o conselho de administração carece da presença, ou representação, de, pelo menos, dois administradores.

ARTIGO 22.º

Conselho fiscal

A fiscalização da sociedade incumbirá a um conselho fiscal constituído por três membros efectivos: um presidente, um vogal e um revisor oficial de contas e um suplente, que podem não ser accionistas, sendo todos eleitos em assembleia geral por um período de três anos, podendo ser sempre reeleitos.

ARTIGO 23.º

Reuniões

O conselho fiscal reúne ordinariamente nos prazos estabelecidos por lei e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu presidente, pela maioria dos seus membros ou por solicitação do conselho de administração.

CAPÍTULO IV

Disposições finais e transitórias

ARTIGO 24.º

Lucros do exercício

1 — Os lucros apurados anualmente terão a seguinte aplicação:

a) 5 % para o fundo de reserva legal até que este atinja o limite previsto por lei;

b) As percentagens que os accionistas em assembleia geral determinarem, para quaisquer outros fundos ou reservas que deliberarem criar;

c) O remanescente para dividendos aos accionistas, se assim for deliberado, ou para qualquer outra aplicação que a assembleia geral determinar. Compete à assembleia geral decidir sobre a distribuição ou não de dividendos aos accionistas e fixar o seu quantitativo se optar pela distribuição.

2 — Poderá o conselho de administração deliberar que, no decurso de um exercício, sejam feitos aos accionistas adiantamentos sobre os lucros, desde que verificados todos os requisitos para o efeito estabelecidos na lei.

ARTIGO 25.º

Remuneração dos membros dos órgãos sociais

As remunerações a atribuir aos membros dos órgãos sociais serão fixadas em assembleia geral.

ARTIGO 26.º

Dissolução da sociedade

A sociedade dissolver-se-á nos termos legais e, quando se deliberar a dissolução, a assembleia geral determinará a forma de liquidação e nomeará os liquidatários, fixando-lhes atribuições.

ARTIGO 27.º

Ficam desde já nomeados para o 1.º triénio os seguintes membros para os órgãos sociais:

Mesa da assembleia: presidente — Vespasiano Alves de Macedo, divorciado, residente na Rua de Sá de Miranda, 356, Braga; vogal — João Orlando Vieira de Carvalho, casado, residente na Rua de D. Pedro V, 91, 1.º, esquerdo, Braga; secretário — Bruno Galdes de Macedo, solteiro, residente na Avenida de João XXI, 487, 5.º, A, Braga.

Conselho de administração: presidente — Armando Alexandre Pacheco Amaro, casado, residente na Rua do Dr. Costa Júnior, 27, 6.º, A, Braga; vogais — Maria da Piedade Pacheco Amaro, divorciada, residente no Rua de Machado Santos, 378, 3.º, direito, frente, Vila Nova de Gaia, e Andrea Galdes de Macedo, solteira, residente na Avenida de João XXI, 487, 5.º, A, Braga.

Conselho fiscal: presidente — Rui Telmo de Sousa Magalhães, solteiro, residente na Rua de Santa Margarida, 138, habitação 107, Braga; Gaspar Castro e Romeu Silva, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 153, com sede no Praça dos Heróis da Fundação, 298, 1.º, sala V, Guimarães, representado pelo sócio Gaspar Vieira de Castro, casado, revisor oficial de contas n.º 557, residente na Rua de Júlio Dantas, 421, Porto; vogal — José Miguel de Azevedo Brito, casado, residente na Rua de Custódio Vilas Boas, 18, 2.º, direito, Braga; suplente — Armindo Costa, Serra Cruz e Martins, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 57, com sede na Rua de 25 de Abril, 454, 5.º, direito, Braga, representada pelo sócio António Manuel Alves de Sousa Martins, revisor oficial de contas n.º 919, casado, residente no lugar de Recales, Figueiredo, Amares.

ARTIGO 28.º

1 — O conselho de administração fica desde já autorizado por todos os accionistas fundadores a, por intermédio de qualquer dos seus membros e antes do registo do contrato de sociedade, proceder ao levantamento de todo ou parte do capital social depositado a fim de fazer face às despesas de constituição e instalação da sociedade.

2 — O conselho de administração fica igualmente autorizado por todos os fundadores a adquirir quaisquer participações sociais noutras empresas ou participar na constituição de outras sociedades, subcrevendo todo ou parte do respectivo capital social, ainda que em momento anterior ao registo do contrato de sociedade.

Está conforme o original.

28 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07364270

JESUS & MANUEL FERREIRA — CONSTRUÇÕES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6609/991220; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 40/991220.

Certifico que entre Dulce de Jesus Ferreira de Oliveira, divorciada, e Manuel Ferreira da Costa, divorciado, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Jesus & Manuel Ferreira — Construções, L.^{da}, e tem a sua sede no lugar da Agrinha, 54, freguesia de Nogueira, concelho de Braga.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar ou encerrar filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação social, no território nacional ou no estrangeiro, sem necessidade do consentimento da assembleia geral.

ARTIGO 2.º

1 — O objecto da sociedade consiste na construção e reparação de edifícios, compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim.

2 — A sociedade poderá participar como sócia de responsabilidades limitada em sociedades com objecto diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, dividido em duas quotas, uma do valor nominal de 1250 euros, pertencente ao sócio Manuel Ferreira da Costa, e outra do valor nominal de 3750 euros, pertencente à sócia Dulce de Jesus Ferreira Oliveira.

ARTIGO 4.º

1 — A administração da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, bem como a sua representação, competem aos gerentes.

2 — Ficam desde já nomeados gerentes ambos os sócios.

3 — Para vincular a sociedade em todos os seus actos e contratos, é suficiente a intervenção de um só gerente.

4 — Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência poderá:

- a) Comprar, vender e permutar quaisquer bens móveis e imóveis, incluindo automóveis;
- b) Tomar de trespasse ou de arrendamento quaisquer locais, bem como alterar ou rescindir os respectivos contratos;
- c) Celebrar contratos de locação financeira.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- a) Acordo com o seu titular;
- b) Penhora, arresto ou qualquer outra forma de apreensão judicial;
- c) Falência ou insolvência do respectivo titular;
- d) Cessão de quota sem ou contra o consentimento da sociedade.

Está conforme o original.

28 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07364288

MEDIOGRA — SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 6878/980416; identificação de pessoa colectiva n.º 504145339; inscrição n.º 6; número e data da apresentação: 28/990728.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado o artigo 3.º, ficando com o seguinte teor:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e nos demais valores constantes da escrita, é de 3 000 000\$ e corresponde à soma de três quotas iguais de 1 000 000\$, pertencendo uma a cada sócio Carlos Alberto Simões Antunes da Silva, Rodrigo José Gonçalves Pereira e José Alves Gonçalves.

Declararam ainda os segundo, terceiro e quarto outorgantes:

Que não apresentaram o balanço por a sociedade ter sido constituída apenas em 2 de Abril de 1998 e não se encontrar ainda concluído o mesmo balanço.

O texto do contrato na sua redacção actualizada ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

28 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07339291

TABIQUE, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 5452/970514; identificação de pessoa colectiva n.º 503888460; inscrição n.º 5; números e data das apresentações: 49 e 50/990727.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram alterados os artigos 1.º, n.º 1, 2.º, 3.º, n.º 1, e 4.º, n.º 1, ficando com o seguinte teor:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma TABIQUE, Engenharia e Construção, L.ª, e tem a sede na Rua de António Marinho, 23, 6.º, di-reito, da freguesia de Braga (São Vicente), do concelho de Braga.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a construção de obras públicas e particulares, serviços de engenharia civil, comercialização de materiais de construção, construção e comercialização de imóveis e a compra de imóveis para revenda.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros (correspondente a 1 002 410\$), representado por duas quotas, sendo: uma de 4750 euros (correspondente a 952 289\$50), pertencente ao sócio Fernando Manuel de Almeida Santos, e outra de 250 euros (correspondente a 50 120\$50), pertencente ao sócio Pedro Nuno de Almeida Santos.

ARTIGO 4.º

1 — A administração e representação da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, cabe apenas ao sócio Fernando Manuel de Almeida Santos, sendo suficiente a sua assinatura para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos.

O texto do contrato na sua redacção actualizada ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

28 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07339135

CONSTRUÇÕES CARDEIRAS, GOMES & OLIVEIRA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 2699/880720; identificação de pessoa colectiva n.º 502011220; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 40/990729.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o registo com o seguinte teor:

Dissolução e encerramento da liquidação.

Data da aprovação das contas: 31 de Dezembro de 1998.

Está conforme o original.

28 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07339500

JOAQUIM & FRANCISCO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 4634/950522; identificação de pessoa colectiva n.º 503430129; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 55/990719.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado o artigo 3.º, ficando com o seguinte teor:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 2 400 000\$, dividido em duas quotas iguais, do valor nominal de 1 200 000\$, pertencentes uma a cada um dos sócios.

O texto do contrato na sua redacção actualizada ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

28 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07383746

RIBAITEX — CONFECÇÕES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 4403/941102; identificação de pessoa colectiva n.º 503298115; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 7/990729.

Certifico que em relação à sociedade em epígrafe foi alterado o artigo 1.º, ficando com o seguinte teor:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de RIBAITEX — Confecções L.ª, tem a sede na Rua das Cardosas, pavilhão A-3, freguesia de Merelim (São Paio), concelho de Braga.

Adverti os outorgantes da obrigatoriedade de registo no prazo de três meses.

O texto do contrato na sua redacção actualizada ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

28 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Isabel Maria Gonçalves Guimarães*. 07339410

GUIMARÃES

ÓCIO — COMÉRCIO DE ARTIGOS DE CAMPISMO E NÁUTICA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Guimarães. Matrícula n.º 6583; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 2/991122.

Contrato de sociedade

No dia 19 de Novembro de 1999, na cidade de Braga e Cartório Notarial do Centro de Formalidades das Empresas, sito na Rua do Dr. Francisco Pires Gonçalves, perante mim, Licenciada Olinda de Fátima Esteves, notária deste cartório, compareceram:

1.º Paulo Joaquim Ferreira Cabrita, contribuinte fiscal n.º 117567582, divorciado, natural da freguesia e concelho de Ponta do Sol, residente na Travessa de São João, 66, freguesia de Selho (São Lourenço), concelho de Guimarães, portador do bilhete de identidade n.º 1098495, emitido em 11 de Janeiro de 1999 pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa; e

2.º Fernando José da Gama Teles de Meneses, contribuinte fiscal n.º 161687075, casado com Maria Hermínia Paranhos Ferreira Marques sob o regime da comunhão de adquiridos, natural da freguesia de São Nicolau, concelho do Porto, residente na Rua da Cruz Caída, 97, 2.º bloco, 3.º, esquerdo, freguesia de Caldas (São João), concelho de Vizela, portador do bilhete de identidade n.º 5705462, emitido em 26 de Maio de 1994 pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos seus respectivos bilhetes de identidade

E por eles foi dito:

Que pela presente escritura celebram entre si um contrato de sociedade comercial por quotas, nos termos dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Ócio — Comércio de Artigos de Campismo e Náutica, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua do Covelo, freguesia de Nespereira, concelho de Guimarães.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar ou encerrar, filiais sucursais, agências ou outras formas de representação social, no território nacional ou no estrangeiro, sem necessidade do consentimento da assembleia geral.

ARTIGO 2.º

1 — O objecto da sociedade consiste no comércio a retalho de artigos de campismo e náutica.

2 — A sociedade poderá adquirir participações em sociedades com objecto diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais, em sociedades de responsabilidade ilimitada, bem como associar-se com outras pessoas jurídicas para, nomeadamente, formar agrupamentos complementares de empresas, agrupamentos europeus de interesse económico, novas sociedades, consórcios e associações em participação.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 15 000 euros, dividido em duas quotas, uma do valor nominal de 9000 euros, pertencente ao sócio Paulo Joaquim Ferreira Cabrita, e outra do valor nominal de 6000 euros, pertencente ao sócio Fernando José da Gama Teles Meneses.

2 — Poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital, até ao montante global de 400 000 euros.

ARTIGO 4.º

1 — A administração da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, bem como a sua representação, competem aos gerentes.

2 — Fica desde já nomeado gerente o sócio Paulo Joaquim Ferreira Cabrita.

3 — Para vincular a sociedade em todos os seus actos e contratos, é suficiente a intervenção de um só gerente.

4 — Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência poderá:

- a) Comprar, vender e permutar quaisquer bens móveis e imóveis, incluindo automóveis;
- b) Tomar de trespasse ou de arrendamento quaisquer locais, bem como alterar ou rescindir os respectivos contratos;
- c) Celebrar contratos de locação financeira;
- d) Contrair empréstimos ou outro tipo de financiamentos nos mercados nacionais e internacionais e realizar operações de crédito que sejam permitidas por lei, prestando as garantias exigidas pelas entidades mutuantes.

5 — É expressamente proibido aos gerentes obrigar a sociedade em actos ou contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, avales, fianças e abonações, ficando o sócio infractor responsável perante a sociedade pelos prejuízos que lhe causar.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- a) Acordo com o seu titular;
- b) Penhora, arresto ou qualquer outra forma de apreensão judicial;
- c) Falência ou insolvência do respectivo titular;
- d) Cessão de quota sem ou contra o consentimento da sociedade.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

Dissolvida a sociedade, far-se-á a liquidação de acordo com o que for estabelecido unanimemente pelos sócios. Se não houver unanimidade, será todo o seu activo, depois de pagas as dívidas aos credores, adjudicado ao sócio que, em licitação, melhores condições oferecer em preço, garantias e condições de pagamento.

Declararam finalmente os outorgantes:

Que a gerência fica desde já autorizada a proceder ao levantamento da totalidade do capital social depositado, a fim de custear as despesas de constituição e registo da sociedade, aquisição de equipamento e instalação da sede social e a adquirir para esta quaisquer bens móveis, imóveis ou direitos, mesmo antes do seu registo definitivo, assumindo a sociedade todos os actos praticados pela gerência nesse período, logo que definitivamente matriculada.

Está conforme o original.

7 de Janeiro de 1999. — A Ajudante, *Fernanda Pinto da Silva*. 09549137

FERNANDO DA SILVA & BARBOSAS, L.^{DA}

Sede: Rua de Guilherme Augusto, freguesia de Selho (São Jorge), Guimarães

Conservatória do Registo Comercial de Guimarães. Matrícula n.º 2276; número e data da apresentação: 1/991124.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi feito o depósito legal dos documentos na pasta respectiva, referente à prestação de contas do ano de 1998.

4 de Janeiro de 2000. — A Ajudante, *Maria Cristina Moreira da Silva*. 09547266

LAVANDARIA PIZARRO, S. A.

Sede: lugar de Agradas, freguesia de Brito

Conservatória do Registo Comercial de Guimarães. Matrícula n.º 2792; identificação de pessoa colectiva n.º 501874291; inscrição n.º 15; número e data da apresentação: 35/991122.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi depositada a fotocópia da acta de onde consta a designação dos órgãos sociais para o triénio de 1999-2002.

Conselho de administração: presidente — Manuel Carlos Saldanha Ribeiro Pizarro; vogais — Maria de Fátima Fernandes Ribeiro Pizarro e Francisco José Saldanha Ribeiro Pizarro.

Conselho fiscal: presidente — Fernando Augusto de Macedo Lourenço; secretário — José Manuel Pereira Rebelo Lobo, Paulo José Soares de Almeida, revisor oficial de contas efectivo, e José de Jesus Sequeira, revisor oficial de contas suplente.

29 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Alice da Silva e Castro Lopes*. 09547177

TÊXTEIS P. T. J., L.^{DA}

Sede: Rua da Prinha, freguesia de Gondar, Guimarães

Conservatória do Registo Comercial de Guimarães. Matrícula n.º 3742; identificação de pessoa colectiva n.º 502585277; inscrição n.º 6; número e data da apresentação: 49/991125.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foi efectuado um aumento de capital de 10 096 400\$ em dinheiro, e alterando os artigos 1.º e 3.º do pacto social, os quais ficam com a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade continua com a firma de Têxteis P. T. J., L.^{da}, e tem a sua sede na Rua da Prinha, da freguesia de Gondar, deste concelho de Guimarães.

2 — A gerência fica autorizada a deslocar livremente a sede social, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e nos diversos bens e valores do activo constantes da escrituração, é de 200 000 euros, dividido em duas quotas iguais do valor nominal de 100 000 euros cada e pertencentes uma a cada um dos sócios, Alberto Mendes da Silva Canário e Ana Maria de Freitas Alves Bastos da Silva.

4 de Janeiro de 2000. — A Ajudante, *Maria Cristina Moreira da Silva*. 09547312

TÁXIS ALVICAR, L.^{DA}

Sede: Rua do Padre Cruz, 13, Bairro Leão XIII, lote 6, freguesia de Oliveira, Guimarães

Conservatória do Registo Comercial de Guimarães. Matrícula n.º 6569; identificação de pessoa colectiva n.º 500421676; número e data da apresentação: 1/991126.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi feito o depósito legal dos documentos na pasta respectiva, referente à prestação de contas do ano de 1998.

4 de Janeiro de 2000. — A Ajudante, *Maria Cristina Moreira da Silva*. 09547428

MACHADO & MACHADO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Guimarães. Matrícula n.º 6631; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 88/991222.

Contrato de sociedade

No dia 19 de Novembro de 1999, no 2.º Cartório Notarial de Guimarães, perante mim, Luís Fernando Ribeiro Dalot, ajudante principal em pleno exercício de funções por motivo de doença do notário, licenciado João Gonçalves Moreira da Silva, compareceram os outorgantes:

1.º Maria Alice Fernandes Machado, identificação fiscal n.º 157028097, casada com Raul Guilherme Carneiro Pereira na comunhão de adquiridos, residente na Rua de António da Costa Guimarães, sem número, freguesia de Urgeses, de onde é natural, desta cidade;

2.º António Filipe Fernandes Machado, identificação fiscal n.º 212613251, solteiro, maior, residente na mesma Rua de António da Costa Guimarães, 317, e natural da freguesia de Azurém, também desta cidade.

Verifiquei a identidade dos outorgantes por abonação.

E declararam:

Que, entre si, constituem uma sociedade comercial por quotas, que se regerá pelas cláusulas constantes dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Machado & Machado, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua da Liberdade, 110, freguesia de Creixomil, cidade de Guimarães.

2 — A gerência fica autorizada a mudar a sede para outro local dentro do mesmo concelho ou de concelho limítrofe.

ARTIGO 2.º

O seu objecto consiste na actividade de café e *snack-bar*.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma de duas quotas iguais de 2500 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios Maria Alice Fernandes Machado e António Filipe Fernandes Machado.

ARTIGO 4.º

A sociedade poderá exigir dos sócios prestações suplementares até ao montante global equivalente a cinco vezes o capital social desde que a chamada seja deliberada por unanimidade dos votos representativos de todo o capital social.

ARTIGO 5.º

1 — A gerência, remunerada ou não, conforme for deliberado, compete a um ou mais gerentes nomeados em assembleia geral.

2 — Porém, ficam desde já nomeados gerentes ambos os sócios.

ARTIGO 6.º

A sociedade fica vinculada em todos os seus actos e contratos pela intervenção conjunta de dois gerentes.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá adquirir participações em sociedades com objecto diferente, em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 8.º

1 — A sociedade poderá amortizar as quotas dos sócios nos seguintes casos:

a) Por acordo com o respectivo titular;

b) Quando a quota for arrestada, penhorada ou, em geral, apreendida judicial ou administrativamente.

2 — A sociedade poderá deliberar, verificadas as situações previstas no número anterior, a aquisição da quota ou fazê-la adquirir por um sócio ou por terceiro.

3 — Na hipótese da alínea b) do n.º 1, o valor da contrapartida da amortização, salvo o que for imperativamente prescrito na lei, será calculado pelo técnico de contas da sociedade e será pago em quatro prestações iguais, vencendo-se a primeira nos 90 dias subsequentes à deliberação e as restantes no último dia dos semestres imediatamente seguintes àquele pagamento.

ARTIGO 9.º

A cessão de quotas necessita, sempre, do consentimento da sociedade, que goza do direito de preferência.

Está conforme o original.

30 de Dezembro de 1999. — A Ajudante, *Fernanda Pinto da Silva*. 09546391

JÚLIO ALVES & FARIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Guimarães. Matrícula n.º 6623; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 21/991222.

Constituição de sociedade

No dia 9 de Dezembro de 1999, no 1.º Cartório Notarial de Guimarães, perante mim, Antero Ribeiro Tavares, respectivo notário, compareceram os outorgantes:

1.º José Júlio Alves, casado sob o regime da comunhão de adquiridos com Maria da Conceição de Faria, residente no lugar da Boa-

vista, da freguesia de Infias, do concelho de Vizela, de onde é natural, contribuinte fiscal n.º 127913190;

2.º Manuel Salgado de Faria, casado sob o regime da comunhão de adquiridos com Alexandra Maria de Oliveira Paiva, residente na Rua de Ribeiro do Pinto, da freguesia de Polvoreira, deste concelho, e dela natural, contribuinte fiscal n.º 178375349.

Verifiquei a identidade dos outorgantes respectivamente por exibição da carta de condução P-826031-5, emitida em 9 de Janeiro de 1992, pela Direcção de Viação do Norte, e pelo bilhete de identidade n.º 9832247, de 14 de Março de 1995, passado pelos Serviços de Identificação de Lisboa.

E por eles foi dito:

Que entre si constituem uma sociedade comercial por quotas, que se regerá pelas cláusulas constantes nos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma de Júlio Alves & Faria, L.^{da}, e vai ter a sua sede na Rua da Boavista, da freguesia de Infias, do concelho de Vizela.

ARTIGO 2.º

O seu objecto consiste na indústria de construção civil.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 10 000 euros, e acha-se dividido em duas quotas, sendo uma do valor nominal de 7000 euros, pertencente ao sócio José Júlio Alves, e outra do valor nominal de 3000 euros, pertencente ao sócio Manuel Salgado de Faria.

ARTIGO 4.º

Mediante deliberação unânime dos sócios, poderão ser exigidas prestações suplementares, até ao limite máximo de cinco vezes o montante das suas quotas.

ARTIGO 5.º

1 — A sociedade é representada por um ou mais gerentes nomeados em assembleia geral.

2 — Porém, ficam desde já nomeados gerentes os sócios José Júlio Alves e Manuel Salgado de Faria.

ARTIGO 6.º

Para vincular a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a assinatura de um só gerente.

Está conforme o original.

30 de Dezembro de 1999. — A Ajudante, *Fernanda Pinto da Silva*.
09546367

SARIFERSI — CONFECÇÃO DE ROUPÕES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Guimarães. Matrícula n.º 6633; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 2/991223.

Constituição de sociedade

No dia 23 de Setembro de 1999, no 1.º Cartório Notarial de Guimarães, perante mim, Antero Ribeiro Tavares, respectivo notário, compareceram as outorgantes:

1.ª Sandra Cristina Batista Ribeiro, solteira, maior, residente no lugar do Monte de Baixo, da freguesia de Guardizela, deste concelho, e dela natural, contribuinte fiscal n.º 208043713;

2.ª Maria Fernanda Martins de Oliveira Pereira da Silva, casada no regime da comunhão de adquiridos com Joaquim Carlos Pereira da Silva, residente no lugar de Pereiras, da mencionada freguesia de Guardizela, de onde é natural, contribuinte fiscal n.º 175353662.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela declaração dos aboadores no fim mencionados.

E por elas foi dito:

Que entre si constituem uma sociedade comercial por quotas, que se regerá pelas cláusulas constantes nos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de SARIFERSI — Confecção de Roupões, L.^{da}, e vai ter a sua sede no lugar do Codeçal, da freguesia de Lordelo, do concelho de Guimarães.

ARTIGO 2.º

O seu objecto consiste na confecção de roupões, felpos, confecção de todo o tipo de vestuário e comercialização dos mesmos.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e acha-se dividido em duas quotas iguais de 2500 euros, pertencentes uma a cada uma das sócias Sandra Cristina Batista Ribeiro e Maria Fernanda Martins de Oliveira Pereira da Silva.

ARTIGO 4.º

Mediante deliberação unânime dos sócios, poderão ser exigidas prestações suplementares, até ao limite máximo de cinco vezes o montante das suas quotas.

ARTIGO 5.º

1 — A sociedade é administrada e representada por dois ou mais gerentes nomeados em assembleia geral.

2 — Porém, ficam desde já nomeadas gerentes as sócias Sandra Cristina Batista Ribeiro e Maria Fernanda Martins de Oliveira Pereira da Silva.

ARTIGO 6.º

Para vincular a sociedade em todos os seus actos e contratos é necessária a assinatura conjunta de dois gerentes.

Está conforme o original.

31 de Dezembro de 1999. — A Ajudante, *Fernanda Pinto da Silva*.
09546413

JORGE AREIAS E ASSOCIADOS, SGPS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Guimarães. Matrícula n.º 6632; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 89991222.

Constituição de sociedade

No dia 7 de Dezembro de 1999, no 1.º Cartório Notarial de Guimarães, perante mim, Antero Ribeiro Tavares, respectivo notário, compareceram os outorgantes:

1.º Agostinho Jorge de Araújo Areias identificação fiscal n.º 150826729, viúvo, residente no lugar de Casas Amarelas, da freguesia de Polvoreira, deste concelho de Guimarães, donde é natural;

2.º José Carlos Pires Pimentel, identificação fiscal n.º 176764364, casado sob o regime da comunhão de adquiridos com Maria da Conceição Lima Ferreira Pimentel, residente na Rua de António Fernandes Ferreira Gomes, 61, rés-do-chão, esquerdo, frente, da freguesia de Ferreiros, natural da de Braga (São Vitor), ambas do concelho de Braga;

3.º António Eduardo de Almeida Gouveia Lello, identificação fiscal n.º 148454097, casado sob o regime da comunhão de adquiridos com Maria Palmira Silva Faria Gouveia Lello, residente na Rotunda de Casais, 49, da freguesia de Gulpilhares, do concelho de Vila Nova de Gaia, natural da freguesia de Bonfim, do concelho do Porto;

4.º Vítor Manuel Galhardo Borges, identificação fiscal n.º 126132232, casado sob o regime da comunhão de adquiridos com Maria Fernanda Teixeira de Bragança, residente na Rua de Pêro Esteves, 263, da freguesia de Azurém, deste concelho de Guimarães, donde é natural.

Verifiquei a identidade dos 1.º e 4.º outorgantes por conhecimento pessoal e a dos restantes por exibição dos seus bilhetes de identidade respectivamente n.ºs 5811022, de 19 de Março de 1997, e 2855762, de 31 de Maio de 1994, emitidos pelos Serviços de Identificação Civil de Braga e Lisboa.

E por eles foi dito:

Que constituem entre si uma sociedade comercial por quotas, que se regerá pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma de Jorge Areias e Associados, SGPS, L.^{da}, e vai ter a sua sede no lugar de Casas Amarelas, da freguesia de Polvoreira, do concelho de Guimarães.

§ único. A gerência poderá deslocar livremente a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

ARTIGO 2.º

O seu objecto consiste na gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e acha-se dividido em quatro quotas, sendo uma de 2750 euros, pertencente ao sócio Agostinho Jorge de Araújo Areias, e três iguais de 750 euros, pertencentes uma a cada um dos restantes sócios José Carlos Pires Pimentel, António Eduardo de Almeida Gouveia Lello e Vítor Manuel Galhardo Borges.

ARTIGO 4.º

A cessão de quotas, total ou parcial, é livre entre sócios; porém, para estranhos, depende sempre do consentimento da sociedade.

ARTIGO 5.º

É permitida a amortização de quotas sempre que qualquer delas venha a ser arrestada, penhorada ou sujeita a qualquer providência judicial.

ARTIGO 6.º

A gerência e representação da sociedade pertencem ao sócio Agostinho Jorge de Araújo Areias, que fica desde já nomeado gerente.

ARTIGO 7.º

Para vincular a sociedade em todos os seus actos e contratos, incluindo a compra e venda de bens móveis e imóveis, é suficiente a assinatura de um gerente.

Está conforme o original.

31 de Dezembro de 1999. — A Ajudante, *Fernanda Pinto da Silva*.
09546405

ZETA — IMOBILIÁRIA, L.ª

Sede: Rua de Santa Maria, 48, da cidade de Guimarães

Conservatória do Registo Comercial de Guimarães. Matrícula n.º 4533; data da apresentação: 991122.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi feito o depósito legal na pasta respectiva, da prestação de contas relativamente ao ano de 1996.

29 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Alice da Silva e Castro Lopes*.
09547207

ZETA — IMOBILIÁRIA, L.ª

Sede: Rua de Santa Maria, 48, da cidade de Guimarães

Conservatória do Registo Comercial de Guimarães. Matrícula n.º 4533; data da apresentação: 991122.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi feito o depósito legal na pasta respectiva, da prestação de contas relativamente ao ano de 1997.

29 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Alice da Silva e Castro Lopes*.
09759743

ZETA — IMOBILIÁRIA, L.ª

Sede: Rua de Santa Maria, 48, da cidade de Guimarães

Conservatória do Registo Comercial de Guimarães. Matrícula n.º 4533; data da apresentação: 991122.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi feito o depósito legal na pasta respectiva, da prestação de contas relativamente ao ano de 1998.

29 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Alice da Silva e Castro Lopes*.
09759751

TÊXTEIS FREITAS MACHADO, S. A.

Sede: Rua de Santo Amaro, 852, freguesia de Mascotelo, Guimarães

Conservatória do Registo Comercial de Guimarães. Matrícula n.º 495; identificação de pessoa colectiva n.º 500355126; inscrição n.º 23; número e data da apresentação: 20/990601.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi feito o depósito legal na pasta respectiva, da prestação de contas relativamente ao ano de 1998.

22 de Setembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Alice da Silva e Castro Lopes*.
09507140

OLIMACHADO — MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, L.ª

Sede: lugar das Boucinhas, freguesia de Airão (Santa Maria), Guimarães

Conservatória do Registo Comercial de Guimarães. Matrícula n.º 4080; data da apresentação: 991119.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi feito o depósito legal na pasta respectiva, da prestação de contas relativamente ao ano de 1998.

28 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Alice da Silva e Castro Lopes*.
09547150

PÓVOA DE LANHOSO**IMOPÓVOA — INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, L.ª**

Conservatória do Registo Comercial da Póvoa de Lanhoso. Matrícula n.º 308/950712; identificação de pessoa colectiva n.º 503461881; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 7; números e data das apresentações: of. 7 e 9/991126.

Certifico que, relativamente à sociedade em epígrafe, foi registada a cessação de funções do gerente Fernando Manuel Faria de Jesus, por renúncia.

Data: 18 de Novembro de 1999.

Mais certifico que foi registada alteração parcial do pacto e aumento de capital de 450 000\$ para 20 000 000\$, tendo, em consequência, os artigos 4.º e 6.º ficado com a redacção seguinte:

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 20 000 000\$, dividido em duas quotas iguais do valor nominal de 10 000 000\$, pertencentes uma a cada um dos sócios José Marinho da Cruz e João Manuel Teixeira Moreira e Cunha.

ARTIGO 6.º

1 — A administração da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica afecta a ambos os sócios, José Marinho da Cruz e João Manuel Teixeira Moreira e Cunha.

2 — Para vincular a sociedade em todos os seus actos e contratos, é suficiente a assinatura de um dos gerentes.

O texto completo do contrato na sua redacção actualizada ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

15 de Dezembro de 1999. — A Ajudante, *Maria do Rosário Ribeiro Barroso*.
09626166

BRAGANÇA**VILA FLOR****COMPUNAND — COMÉRCIO DE MÁQUINAS E MATERIAL DE ESCRITÓRIO, L.ª**

Conservatória do Registo Comercial de Vila Flor. Matrícula n.º 170/291299; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 9/291299.

Certifico que entre Hernâni Ventura dos Santos, solteiro, Manuel Pereira Carvalheira, casado com Maria Manuela Pereira Costa Carvalheira na comunhão de adquiridos, e Francisco José da Silva Ferreira Marinho, casado com Maria Helena Araújo Portugal de Guichard Alves na comunhão de adquiridos, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma COMPUNAND — Comércio de Máquinas e Material de Escritório, L.ª, com sede no lugar de Nabo, freguesia de Nabo, do concelho de Vila Flor.

§ único. Por simples deliberação da gerência, a sua sede poderá ser transferida para outro local dentro do mesmo concelho ou concelhos limítrofes, assim como poderão ser criadas sucursais, filiais ou outras formas de representação social.

ARTIGO 2.º

O seu objecto consiste em consultoria em equipamento informático; consultoria e programação informática; comércio a retalho de máquinas e de outro material para escritório; manutenção e reparação de equipamentos informáticos.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5100 euros e está dividido em três quotas iguais do valor nominal de 1700 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica a cargo de todos os sócios, que desde já são nomeados gerentes.

2 — Para validamente representar e obrigar a sociedade em todos os actos e contratos, é suficiente a assinatura de um gerente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a favor de estranhos depende do consentimento da sociedade, gozando esta em primeiro lugar e os restantes sócios não cedentes em segundo lugar do direito de preferência na respectiva aquisição.

ARTIGO 6.º

Os sócios ficam autorizados a fazer prestações suplementares de capital até ao montante global de 10 vezes o capital social.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades quer o objecto seja igual ou diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

Está conforme o original.

5 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Maria Virgínia Pinto dos Santos Frederico*. 10482288

OLÍVIA CABELEIREIRA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Vila Flor. Matrícula n.º 98/920310; identificação de pessoa colectiva n.º 502714980; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 2/000105.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registada a dissolução e encerramento de liquidação.

Data da aprovação das contas: 31 de Dezembro de 1996.

Conferida, está conforme.

5 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Maria Virgínia Pinto dos Santos Frederico*. 10482318

CASTELO BRANCO**FUNDÃO****COSTA & GABRIEL — SOCIEDADE DE TRANSPORTES, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial do Fundão. Matrícula n.º 857/991215; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/991215.

Certifico que entre Helena Maria Marcelo Costa Gabriel e marido, Duarte Nuno dos Santos Gabriel, casados na comunhão de adquiridos, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Costa & Gabriel — Sociedade de Transportes, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua do Professor Eurico Ramos, sem número, lugar e freguesia de Souto da Casa, concelho do Fundão.

3 — Por simples deliberação da gerência, poderá a sede social ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, podendo ainda criar-se sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste no transporte rodoviário de mercadorias a nível nacional e internacional.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 50 000 euros (equivalente a 10 024 100\$) e corresponde à soma de duas quotas iguais dos valores nominais de 25 000 euros cada, pertencentes uma a cada um dos sócios Helena Maria Marcelo Costa Gabriel e Duarte Nuno dos Santos Gabriel.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado, ficará a cargo de sócios ou não sócios e compete a ambos os sócios, que vierem a ser designados em assembleia geral, ficando desde já nomeados gerentes ambos os sócios.

2 — Para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos é necessária a intervenção de dois gerentes, sendo sempre obrigatória a de Helena Maria Marcelo Costa Gabriel, que tem capacidade profissional.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu, e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes quando permitida por lei.

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência ou cessão gratuita não autorizada;
- c) Quando o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações sociais;
- d) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;
- e) Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade, tomado por maioria, em assembleia geral.

2 — Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

3 — Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

4 — Se por falecimento de um sócio a respectiva quota não foi amortizada no prazo de 90 dias, a contar da data do falecimento, os herdeiros deverão designar, de entre eles, um representante comum.

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

ARTIGO 9.º

1 — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares até ao montante correspondente ao décuplo do capital social, reembolsáveis quando julgadas dispensáveis, sendo a data e a forma de restituição fixadas em assembleia geral que delibere o reembolso.

2 — Qualquer sócio poderá fazer suprimentos à sociedade quando esta deles carecer, nas condições de retribuição e reembolso que forem fixadas em assembleia geral.

Disposição transitória

A gerência fica, desde já, autorizada a levantar a totalidade do capital social depositado, a fim de custear as despesas de constituição e registo da sociedade, aquisição de equipamento e instalação da sede social e a adquirir para esta quaisquer bens móveis, designadamente veículos automóveis, incluindo por contratos *leasing*, mesmo antes do seu registo definitivo, assumindo a sociedade todos os actos praticados pela gerência, nesse período, logo que definitivamente matriculada.

Disseram finalmente os outorgantes que as estipulações constantes deste contrato, resultantes de normas contidas em preceitos legais vigentes, são essenciais ao melhor esclarecimento da sua vontade negocial.

Conferida, está conforme.

6 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Maria Manuela Canhoto Rico Gonçalves*. 11794402

TÁXIS JOSÉ FAÍSCA, SOCIEDADE UNIPESSOAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Fundão. Matrícula n.º 859/991222; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 2/991222.

Certifico que José Nogueira Faísca, casado com Aurora Fernandes da Cruz na comunhão geral, constituiu a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Táxis José Faísca, Sociedade Unipessoal, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua do Ribeiro, 16, lugar e freguesia de Telhado, concelho do Fundão.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto o transporte ocasional de passageiros em veículo ligeiro.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros (equivalente a 1 002 410\$), representado por uma quota de igual valor nominal, pertencente a ele sócio José Nogueira Faísca.

ARTIGO 4.º

O sócio poderá decidir efectuar prestações suplementares até ao montante global correspondente ao décuplo do capital social.

ARTIGO 5.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme vier a ser deliberado em assembleia geral, ficará a cargo dele sócio José Nogueira Faísca, desde já nomeado gerente.

2 — Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos basta a assinatura do gerente único José Nogueira Faísca.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá livremente participar, sob qualquer forma, no capital social de sociedades já existentes ou a constituir, qualquer que seja a sua natureza ou objecto, bem como no capital de sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas e desde que em sociedades por quotas não fique na situação de único sócio dessa sociedade.

ARTIGO 7.º

Fica o sócio autorizado a celebrar com a sociedade negócios jurídicos que sirvam à prossecução do objecto social.

Disposição transitória

A sociedade poderá iniciar imediatamente a sua actividade, ficando desde já o gerente autorizado a adquirir quaisquer equipamentos e veículos automóveis, incluindo por contratos *leasing*, e tomar de arrendamento imóveis necessários à prossecução dos fins sociais, mesmo antes do seu registo definitivo, e a levantar o capital social depositado, a fim de custear as despesas de constituição e registo de

sociedade, a aquisição de equipamento e instalação da sede social, despesas estas que a sociedade assume logo que definitivamente matriculada.

Conferida, está conforme.

6 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Maria Manuela Canhoto Rico Gonçalves*. 11794437

MAFUL — AUTOMECÂNICOS ASSOCIADOS DO FUNDÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Fundão. Matrícula n.º 57/650609; identificação de pessoa colectiva n.º 500175080; averbamento n.º 2 à inscrição n.º 11; número e data da apresentação: 16/991130.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Deliberada em 26 de Novembro de 1999 a aprovação do projecto de fusão.

Conferida, está conforme.

6 de Janeiro de 2000. — O Primeiro-Ajudante, *Carlos Alberto da Silva Costa*. 11794372

AUTO CENTRAL COVA DA BEIRA — COMÉRCIO DE PEÇAS DE AUTOMÓVEIS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Fundão. Matrícula n.º 115/730717; identificação de pessoa colectiva n.º 500034362; inscrição n.º 21; número e data da apresentação: 9/991210.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foi aumentado o seu capital social de 24 000 000\$ para 24 057 840\$ (equivalente a 120 000 euros), mediante reforço de 57 840\$, tendo, em consequência, alterado o contrato, quanto ao artigo 3.º, alterando também os artigos 4.º e 5.º e eliminação dos restantes artigos, com excepção dos artigos 1.º e 2.º, que se mantêm, ficando os artigos 3.º, 4.º e 5.º, com a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente subscrito e já realizado em dinheiro, é de 24 057 840\$ (correspondente a 120 000 euros), dividido em duas quotas: uma de 16 038 560\$ (correspondente a 80 000 euros), pertencente à sócia Auto Jalbi Comércio e Reparações de Automóveis, L.^{da}, e outra de 8 019 080\$ (correspondente a 40 000 euros), pertencente à sócia Albifil Comércio de Automóveis e Combustíveis, L.^{da}.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, conforme for deliberado em assembleia geral, será exercida por três gerentes, sócios ou não sócios, designados e eleitos em assembleia geral.

2 — A sociedade obriga-se com a assinatura de dois gerentes, ficando-lhes vedado obrigarem a sociedade em fianças, letras de favor, abonações, avals e outros actos, contratos ou documentos semelhantes estranhos aos negócios sociais.

ARTIGO 5.º

A cessão total ou parcial de quotas é livre, ficando dependente de deliberação tomada em assembleia geral a autorização da cedência a estranhos.

Foi depositado na pasta respectiva o texto completo do contrato na sua redacção actualizada.

Conferida, está conforme.

6 de Janeiro de 2000. — O Primeiro-Ajudante, *Carlos Alberto da Silva Costa*. 11794313

FUNDAUTO — AUTO REPRESENTAÇÕES DO FUNDÃO, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Fundão. Matrícula n.º 123/740114; identificação de pessoa colectiva n.º 500506515; averbamento n.º 2 à inscrição n.º 18; número e data da apresentação: 17/991130.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Deliberada em 26 de Novembro de 1999 a aprovação do projecto de fusão.

Conferida, está conforme.

6 de Janeiro de 2000. — O Primeiro-Ajudante, *Carlos Alberto da Silva Costa*. 11794399

TABACARIA VALE AO DISCO — COMÉRCIO DE TABACO, JORNAIS E REVISTAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Fundão. Matrícula n.º 856/991213; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/991213.

Certifico que entre Alfredo Robalo Moutinho e mulher, Maria da Graça Mendes Leal Moutinho, casados na comunhão de adquiridos, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Tabacaria Vale ao Disco — Comércio de Tabaco, Jornais e Revistas, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua da Cidade da Covilhã, lote B, freguesia, concelho e cidade do Fundão.

2 — A sociedade, por simples deliberação da gerência, poderá deslocar a sede social, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como poderá criar sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto o comércio de tabaco, jornais, revistas, artigos de papelaria, bijutaria, artigos regionais e jogos de sorte.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 10 000 euros (equivalente a 2 004 820\$) e corresponde à soma de duas quotas iguais dos valores nominais de 5000 euros cada, pertencentes uma a cada um dos sócios Alfredo Bordalo Moutinho e Maria da Graça Mendes Leal Moutinho.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado, ficará a cargo de sócios ou não sócios, que vierem a ser designados em assembleia geral, ficando desde já nomeados gerentes ambos.

2 — Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos, basta a assinatura de um gerente.

3 — A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

ARTIGO 5.º

1 — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares até ao montante global correspondente ao décuplo do capital social.

2 — Depende de deliberação dos sócios a celebração de contratos de suprimentos.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes quando permitida por lei.

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência ou cessão gratuita não autorizada;
- c) Quando o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações sociais;
- d) No caso de morte de sócio a quem não sucedam herdeiros legítimos;
- e) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;
- f) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;
- g) Por exoneração ou exclusão de um sócio; e
- h) Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade, tomado por maioria, em assembleia geral.

2 — Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou terceiros.

3 — Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

4 — Se por falecimento de um sócio a respectiva quota não for amortizada no prazo de 90 dias, a contar da data do falecimento, os herdeiros deverão designar, de entre eles, um representante comum.

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

ARTIGO 9.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu, e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

Disposição transitória

A gerência fica, desde já, autorizada a levantar a totalidade do capital social depositado, a fim de custear as despesas de constituição e registo da sociedade, aquisição de equipamento e instalação da sede social e a adquirir para esta quaisquer bens móveis e tomar de arrendamento imóveis necessários à prossecução dos fins sociais, mesmo antes do seu registo definitivo, assumindo a sociedade todos os actos praticados pela gerência, nesse período, logo que definitivamente matriculada.

Disseram finalmente os outorgantes que as estipulações constantes deste contrato, resultantes de normas contidas em preceitos legais vigentes, são essenciais ao melhor esclarecimento da sua vontade negocial.

Conferida, está conforme.

6 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Maria Manuela Canhoto Rico Gonçalves*. 11794429

GINÁSIO DANIEL SIMÕES, SOCIEDADE UNIPESSOAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Fundão. Matrícula n.º 858/991222; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/991222.

Certifico que Daniel Serra Simões, solteiro, maior, constituiu a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Ginásio Daniel Simões, Sociedade Unipessoal, L.^{da}, e tem a sua sede na Estrada Nacional n.º 243, sem número, lugar de Aldeia de Joanes, freguesia e concelho do Fundão.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a exploração de ginásio, ginástica de manutenção, aeróbica, sauna, musculação, artes marciais, e comercialização de equipamento desportivo e artigos de desporto.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros (equivalente a 1 002 410\$), representado por uma quota de igual valor nominal, pertencente a ele sócio Daniel Serra Simões.

ARTIGO 4.º

O sócio poderá decidir efectuar prestações suplementares até ao montante global correspondente ao décuplo do capital social.

ARTIGO 5.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, ficará a cargo dele sócio Daniel Serra Simões, desde já nomeado gerente, ou de pessoas estranhas à sociedade, que venham a ser por ele designadas.

2 — Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos basta a assinatura de um gerente.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá livremente participar, sob qualquer forma, no capital social de sociedades já existentes ou a constituir, qualquer que seja a sua natureza ou objecto, bem como no capital de sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas e desde que em sociedades por quotas não fique na situação de único sócio dessa sociedade.

ARTIGO 7.º

Fica o sócio autorizado a celebrar com a sociedade negócios jurídicos que sirvam à prossecução do objecto social.

Disposição transitória

A sociedade poderá iniciar imediatamente a sua actividade, ficando desde já o gerente autorizado a adquirir quaisquer equipamentos e veículos automóveis, incluindo por contratos *leasing*, bem como tomar de arrendamento imóveis e de trespasse estabelecimentos necessários à prossecução dos fins sociais, mesmo antes do seu registo definitivo, e a levantar o capital social depositado, a fim de custear as despesas de constituição e registo de sociedade, a aquisição de equipamento e instalação da sede social, despesas estas que a sociedade assume logo que definitivamente matriculada.

Conferida, está conforme.

6 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Maria Manuela Canhoto Rico Gonçalves*. 11794445

OLEIROS

TRANSPORTES VÍTOR & BARATA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Oleiros. Matrícula n.º 109; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 2/240899.

Certifico que, por escritura de 25 de Maio de 1999, lavrada a fl. 101 do livro de notas para escrituras diversas n.º 569-B do 2.º Cartório Notarial de Coimbra, entre Vítor Manuel Alves Figueiredo e esposa, Maria Natália Muralha Barata Figueiredo, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Transportes Vítor & Saraiva, L.ª, e tem a sua sede no lugar de Ribeiro do Peso, freguesia e concelho de Oleiros.

ARTIGO 2.º

O objecto social consiste na actividade de transportes ocasionais de mercadorias por conta de outrem.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 10 024 100\$, equivalente a 50 000 euros, realizado com entradas em dinheiro e em espécie e com a seguinte composição:

a) Uma quota de 5 900 000\$, equivalente a 29 420,76 euros, pertencente ao sócio Vítor Manuel Alves Figueiredo e que é integralmente realizada em espécie, mediante a transferência que nesta data faz, para a sociedade, dos seguintes bens:

1) Tractor agrícola (pesado), modelo 1200 *Selectamatic* 1970, com a matrícula LF-59-73, no valor de 600 000\$;

2) Viatura pesada marca *Volvo*, com a matrícula AF-85-36, no valor de 2 500 000\$;

3) Viatura ligeira marca *Toyota*, com a matrícula 08-70-GE, no valor de 2 800 000\$;

b) Uma quota de 4 124 100\$, equivalente a 20 570,92 euros, pertencente à sócia Maria Natália Muralha Barata Figueiredo e que se encontra integralmente realizada em dinheiro, através de depósito efectuado nos termos legais.

ARTIGO 4.º

Desde que decidido por 75 % do capital social, a sociedade poderá participar ou adquirir participações sociais no capital de outras sociedades ou em agrupamentos complementares de empresas, mesmo com objecto diferente do seu ou regulados por leis especiais.

ARTIGO 5.º

A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica a cargo do sócio Vítor Manuel Alves

Figueiredo, o qual desde já é designado gerente, sendo necessária e suficiente a sua assinatura para a obrigar em todos os seus actos e contratos.

ARTIGO 6.º

Na cessão de quotas a estranhos fica reservado o direito de preferência em primeiro lugar à sociedade e em segundo aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

Fica a gerência autorizada a proceder a levantamentos do capital social a fim de fazer face às despesas com a constituição e registo da sociedade, bem como com a aquisição de bens e equipamentos necessários à sua instalação, que se quantificam em 4 124 100\$.

**Relatório de verificação das entradas em espécie
(a que se refere o artigo 28.º do Código das Sociedades
Comerciais)**

1. Introdução.

Refere-se o presente relatório à avaliação de três viaturas pertencentes a Vítor Manuel Alves Figueiredo, residente na freguesia de Ribeiro do Peso, concelho de Oleiros, com a qual faz entrada para realização parcial de uma quota subscrita no capital social da sociedade por quotas com a denominação social Transportes Vítor & Barata, L.ª, com o número provisório de identificação de pessoa colectiva P504436740, sede na freguesia de Ribeiro do Peso, concelho de Oleiros, e com o objecto social de transportes públicos rodoviários de mercadorias por conta de outrem.

2. Identificação dos titulares dos bens.

Alínea b), do n.º 3, do artigo 28.º, do Código das Sociedades Comerciais.

As viaturas descritas e avaliadas constantes deste relatório são parte integrante do património de Vítor Manuel Alves Figueiredo, portador do bilhete de identidade n.º 8328042 emitido em 3 de Maio 1995 pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, contribuinte com o cartão de identificação pessoa singular n.º 151217017, isto é, de sua propriedade e responsabilidade, conforme títulos de registo de propriedade emitidos em seu nome em 26 de Dezembro 1991, 19 de Julho de 1993 e 26 de Janeiro 1996.

3. Descrição dos bens e avaliação.

Alíneas a) e c) do n.º 3 do artigo 28.º do Código das Sociedades Comerciais.

Os bens a transmitir são os descritos no quadro abaixo, aos quais é atribuído o valor total de 5 900 000\$, conforme quadro seguinte:

Descrição dos bens	Valor de avaliação
1 Tractor agrícola (pesado) modelo 1200 <i>Selectamatic</i> 1970, matrícula LF-59-73	600 000\$00
1 Viatura pesada marca <i>Volvo</i> modelo N7A4 2SIE50, matrícula-AF-85-36	2 500 000\$00
1 Viatura ligeira marca <i>Toyota</i> modelo Hilux 833 LN85, matrícula 08-70-GE	2 800 000\$00
<i>Total</i>	5 900 000\$00

4. Critérios de avaliação.

Alíneas c) do n.º 3 do artigo 28.º do Código das Sociedades Comerciais.

As viaturas avaliadas foi atribuído o valor em função do respectivo custo e ano de aquisição, devidamente corrigido da depreciação sofrida, bem como do estado de conservação, isto é, o valor de reposição em função da sua vida útil esperada.

5 — Valor nominal da participação

Alíneas d) do n.º 3 do artigo 28.º do Código das Sociedades Comerciais

Face ao exposto, é minha opinião que o valor atribuído aos bens suporta a realização parcial e pelo montante de 5 900 000\$, o valor nominal da quota subscrita pelo sócio Vítor Manuel Alves Figueiredo, pelo que não há lugar a qualquer contrapartida a pagar pela sociedade.

Está conforme.

1 de Setembro de 1999. — O Ajudante, *Alfredo de Jesus Martins*. 01384465

SERTÃ

TRANSPORTES PIRÃO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial da Sertã. Matrícula n.º 669/991222; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 4/991222.

Certifico, para os fins do disposto nos artigos 71.º e 72.º do Código do Registo Comercial, que entre José Domingos Pirão, casado, e Aida Fernandes Nunes Pirão, casada, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Transportes Pirão, L.^{da}, e tem a sua sede no lugar de Carvalhal, freguesia do Troviscal, concelho da Sertã.

ARTIGO 2.º

O objecto social consiste na actividade de transportes públicos rodoviários de mercadorias por conta de outrem.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, devidamente depositado, é de 10 024 100\$ (equivalente a 50 000 euros) e corresponde à soma de duas quotas de 5 012 050\$ cada (equivalente a 25 000 euros), pertencentes uma a cada um dos sócios, José Domingos Pirão e Aida Fernandes Nunes Pirão.

ARTIGO 4.º

Desde que decidido por 75 % do capital social, a sociedade poderá participar ou adquirir participações sociais no capital de outras sociedades ou em agrupamentos complementares de empresas, mesmo com objecto diferente do seu ou regulados por leis especiais.

ARTIGO 5.º

A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica a cargo de ambos os sócios e do não sócio Ilídio Martins Lapa, divorciado, residente no lugar e freguesia do Castelo, concelho da Sertã, sendo desde já todos designados gerentes.

§ único. A sociedade obriga-se em todos os seus actos e contratos com a assinatura de dois gerentes, sendo uma delas obrigatoriamente a do gerente Ilídio Martins Lapa.

ARTIGO 6.º

Na cessão de quotas a estranhos fica reservado o direito de preferência em primeiro lugar à sociedade e em segundo aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

Fica a gerência autorizada a proceder a levantamentos do capital social a fim de fazer face às despesas com a constituição e registo da sociedade, bem como com a aquisição de bens e equipamentos necessários à sua instalação, que se quantificam em 9 500 000\$.

Está conforme.

6 de Janeiro de 2000. — A Conservadora, *Paula Cristina de Melo Seabra*. 11324783

COIMBRA**ARGANIL****RESTAURANTE SOMBRINHA DO ALVA, L.^{da}**

Sede: Ronqueira, Secarias, Arganil

Capital social: 5 000 000\$

Conservatória do Registo Comercial de Arganil. Matrícula n.º 401/920323; identificação de pessoa colectiva n.º 502739991; inscrição n.º 8; data da apresentação: 300799.

Certifico, para os fins do disposto nos artigos 71.º e 72.º do Código do Registo Comercial, que, em 30 de Julho de 1999, foi efectuado o registo da prestação de contas na sociedade acima indicada, respeitante ao exercício do ano de 1998.

29 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Graça Maria Paiva Gomes*. 11397624

COSTA FERREIRA & C.^a, L.^{da}

Sede: Sapatinho, Arganil

Capital social: 20 000 000\$

Conservatória do Registo Comercial de Arganil. Matrícula n.º 53/610523; identificação de pessoa colectiva n.º 500078831; inscrição n.º 14; data da apresentação: 290799.

Certifico, para os fins do disposto nos artigos 71.º e 72.º do Código do Registo Comercial, que, em 29 de Julho de 1999, foi efectuado o registo da prestação de contas na sociedade acima indicada, respeitante ao exercício do ano de 1998.

29 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Graça Maria Paiva Gomes*. 11397594

ARGOART — ARTES GRÁFICAS, ARTIGOS PAPELARIA E ESCRITÓRIO, L.^{da}

Sede: Casal de São José, Arganil

Capital social: 6 000 000\$

Conservatória do Registo Comercial de Arganil. Matrícula n.º 367/901017; identificação de pessoa colectiva n.º 502438967; inscrição n.º 4; data da apresentação: 290799.

Certifico, para os fins do disposto nos artigos 71.º e 72.º do Código do Registo Comercial, que, em 29 de Julho de 1999, foi efectuado o registo da prestação de contas na sociedade acima indicada, respeitante ao exercício do ano de 1998.

29 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Graça Maria Paiva Gomes*. 11397586

INTERTERMAL — SOCIEDADE METALOMECAÂNICA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, L.^{da}

Sede: Zona Industrial da Relvinha, Sarzedo, Arganil

Capital social: 15 000 000\$

Conservatória do Registo Comercial de Arganil. Matrícula n.º 384/910508; identificação de pessoa colectiva n.º 502032960; inscrição n.º 17; data da apresentação: 300799.

Certifico, para os fins do disposto nos artigos 71.º e 72.º do Código do Registo Comercial, que, em 30 de Julho de 1999, foi efectuado o registo da prestação de contas na sociedade acima indicada, respeitante ao exercício do ano de 1998.

29 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Graça Maria Paiva Gomes*. 11397608

RESIPIM — QUÍMICOS, L.^{da}

Sede: São Martinho da Cortiça, Arganil

Capital social: 2 000 000\$

Conservatória do Registo Comercial de Arganil. Matrícula n.º 427/930616; identificação de pessoa colectiva n.º 503015857; inscrição n.º 4; data da apresentação: 300799.

Certifico, para os fins do disposto nos artigos 71.º e 72.º do Código do Registo Comercial, que, em 30 de Julho de 1999, foi efectuado o registo da prestação de contas na sociedade acima indicada, respeitante ao exercício do ano de 1998.

29 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Graça Maria Paiva Gomes*. 11397616

COIMBRA**NERUTO — SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO E HOTELARIA, L.^{da}**

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7626; identificação de pessoa colectiva n.º 504510665; averbamento

n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 3; números e data das apresentações: 8 e 9/991207.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, renunciou à gerência o sócio José Carlos Galvão Baptista Nelas, desde 26 de Novembro de 1999, e, ainda, foi alterado o artigo 3.º (aumento de capital) do pacto social, o qual passa a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e outros bens constantes da escritura social, é de 5000 euros (equivalente a 1 002 410\$) e corresponde à soma de duas quotas iguais dos valores nominais de 2500 euros cada, pertencentes uma a cada um dos sócios Rui Manuel Lourenço Moreira da Silva e António Manuel Vicente Marques.

O texto completo do pacto social, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

10 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09698655

EMPRESA HOTELEIRA DO DESAGRAVO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7944; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 14/991130.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, entre a Fundação Bissaya Barreto e Monte Formoso — Empreendimentos Imobiliários de Coimbra, L.^{da}, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de Empresa Hoteleira do Desagravo, L.^{da}, e durará por tempo indeterminado a contar desta data.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem a sua sede na Avenida de Sá da Bandeira, 83, freguesia de Santa Cruz, concelho e cidade de Coimbra.

ARTIGO 3.º

Por deliberação da gerência, poderá a sociedade deslocar a sua sede, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar agências, filiais, sucursais ou outras formas de representação social onde e pelo tempo que entenda conveniente.

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 9975,96 euros (equivalente a 2 000 000\$) e corresponde à soma de duas quotas dos valores nominais e titulares seguintes: uma de 9776,44 euros, pertencente à sócia Fundação Bissaya Barreto, e uma de 199,52 euros, pertencente à sócia Monte Formoso — Empreendimentos Imobiliários de Coimbra, L.^{da}.

ARTIGO 5.º

A sociedade tem por objecto principal a exploração da indústria hoteleira e turística e construção de bens imóveis e por actividade acessória a administração de bens imóveis, próprios ou alheios, para o mesmo fim.

ARTIGO 6.º

Os gerentes serão nomeados em assembleia geral e o seu mandato durará dois anos.

§ 1.º Os gerentes serão ou não remunerados, conforme for deliberado em assembleia geral

§ 2.º Aos gerentes é expressamente proibido obrigar a sociedade em actos ou contratos estranhos ao escopo social, tais como letras de favor, fianças e outros actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

Para obrigar a sociedade em actos que envolvam obrigações ou responsabilidades para a sociedade é necessária a intervenção de dois gerentes.

ARTIGO 8.º

A sociedade pode subscrever e adquirir acções, quotas, partes sociais ou obrigações de quaisquer outras sociedades, mesmo que estas

tenham objecto diverso do seu, e integrar agrupamentos complementares de empresas, constituir associações em participação e consórcios.

§ único. Para alienar acções, quotas, partes sociais ou obrigações de quaisquer outras sociedades ou bens imóveis é necessária a deliberação da assembleia geral.

ARTIGO 9.º

A divisão e cessão de quotas entre sócios e a favor de estranhos depende do consentimento da sociedade, a prestar mediante deliberação tomada em assembleia geral.

§ 1.º Se o consentimento for recusado, a sociedade obriga-se a adquirir a(s) quota(s) ou fazê-la adquirir por sócio ou terceiro, pelo valor determinado nos termos do disposto no artigo 231.º do Código das Sociedades Comerciais.

§ 2.º O pedido de consentimento deve ser formulado por escrito, dirigido à sociedade, identificando o(s) cessionário(s) e especificando todos os termos e condições do negócio projectado, designadamente preço, prazo e forma de pagamento.

§ 3.º Recebida a comunicação prevista no anterior § 2.º, a sociedade deverá tomar deliberação sobre o pedido no prazo máximo de 30 dias.

ARTIGO 10.º

1 — A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio, verificando-se alguma das seguintes circunstâncias:

a) Acordo do sócio nesse sentido;

b) Se o sócio houver infringido as disposições estatutárias relativamente à cessão de quotas;

c) Se qualquer quota for arrestada, penhorada ou de qualquer forma envolvida em procedimento judicial que ponha em risco a sua transmissão forçada, sem que tenha sido deduzida oposição julgada precedente, inclusive da quota em processo de inventário;

d) Quando qualquer sócio requerer o arrolamento de bens;

e) Nos casos de declaração de falência, liquidação ou insolvência do sócio;

f) Por interdição do sócio.

2 — Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

ARTIGO 11.º

O valor da amortização efectuar-se-á em seis prestações semestrais e considera-se feita pelo pagamento ou consignação em depósito da primeira prestação.

ARTIGO 12.º

Amortizada qualquer quota, ela poderá assim figurar no balanço social e apenas quando a assembleia deliberar ser dividida pelo sócio ou alienada a terceiros.

Está conforme o original.

3 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09698620

ERNESTO MOURA, VASCO BATISTA & LUÍS LAVADO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 5033; identificação de pessoa colectiva n.º 502833432; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; números e data das apresentações: of. 8 e 9/991130.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, em 26 de Novembro de 1999 Vasco Morais Batista e Luís António Ferreira Lavado cessaram as suas funções de gerentes, por renúncia.

Está conforme o original.

6 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09699198

ESQUINA DO LORETO — COMÉRCIO A RETALHO DE PRODUTOS ALIMENTARES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 6644; identificação de pessoa colectiva n.º 503856100; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 7/991130.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, o pacto foi alterado nos artigos 1.º e 4.º, os quais passam a ter a redacção seguinte:

1.º

A sociedade adopta a denominação de Esquina do Loreto — Comércio a Retalho de Produtos Alimentares, L.^{da} e tem a sua sede no Largo de Trouxemil, lugar e freguesia de Trouxemil concelho de Coimbra.

4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 500 000\$ e está dividido em duas quotas: uma de 450 000\$, e outra de 50 000\$, ambas pertencentes ao sócio Miguel Fernando Matos Figueiredo.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

9 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09698884

BAITANET — INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7950; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 8/991203.

Certifico que entre Nuno Miguel Neves Almeida e Joaquim Pedro Soares Coelho Pereira, ambos solteiros, maiores, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma BAITANET — Informática e Telecomunicações, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua de Câmara Pestana, lote 1, 7.º, C, freguesia de Santo António dos Olivais, concelho de Coimbra.

3 — Por simples deliberação da gerência, pode a sede social ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe e serem criadas sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto o comércio e prestação de serviços na área da informática e telecomunicações, desenvolvimento de comércio electrónico *web designer*, desenvolvimento de *software*, montagem de redes internas e externas, reparação de equipamento informático e acções de formação nesta área.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros (equivalente a 1 002 410\$) e corresponde à soma de duas quotas iguais dos valores nominais de 2500 euros cada, pertencentes uma a cada um dos sócios Nuno Miguel Neves Almeida e Joaquim Pedro Soares Coelho Pereira.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado, ficará a cargo de sócios ou não sócios que vierem a ser designados em assembleia geral, ficando desde já nomeado gerente o sócio Nuno Miguel Neves Almeida.

2 — Para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos basta a assinatura de um gerente.

3 — A remuneração da gerência poderá consistir total ou parcialmente em participação nos lucros da sociedade.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu, e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência ou cessão gratuita não autorizada;
- c) Quando o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações sociais;
- d) No caso de morte de sócio a quem não sucedam herdeiros legítimos;
- e) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;

f) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;

g) Por exoneração ou exclusão de um sócio, e

h) Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade, tomado por maioria, em assembleia geral.

2 — Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou terceiros.

3 — Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

4 — Se por falecimento de um sócio a respectiva quota não for amortizada no prazo de 90 dias, a contar da data do falecimento, os herdeiros deverão designar, de entre eles, um representante comum.

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

ARTIGO 9.º

1 — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares até ao montante global correspondente ao décuplo do capital social, reembolsáveis quando julgadas dispensáveis, sendo a data e a forma de restituição fixadas em assembleia geral que delibere o reembolso.

2 — Qualquer sócio poderá fazer suprimimentos à sociedade, quando esta deles carecer, nas condições de retribuição e reembolso que forem acordadas em assembleia geral.

Está conforme o original.

10 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09699210

CARVALHO, BRITES & PIRES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7949; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 7/991203.

Certifico que entre Jorge Manuel Tavares Carvalho, casado com Ana Paula Vieira Carvalho, António José Brites Marques Ribeiro, casado com Cláudia Sofia Pinto Nunes Ribeiro, e Fernando José de Oliveira Pires, casado com Maria Manuela de Sousa Pereira e Pires, todos casados na comunhão de adquiridos, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Carvalho, Brites & Pires, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua de Carlos Seixas, 9, 6.º, C, freguesia de Santo António dos Olivais, concelho de Coimbra.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste no ensino da condução automóvel.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 6000 euros (equivalente a 1 202 892\$) e corresponde à soma de três quotas iguais dos valores nominais de 2000 euros cada, pertencentes uma a cada um dos sócios Jorge Manuel Tavares Carvalho, António José Brites Marques Ribeiro e Fernando José de Oliveira Pires.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme vier a ser deliberado, ficará a cargo de sócios ou não sócios que

forem designados em assembleia geral, ficando desde já nomeados gerentes todos os sócios.

2 — Para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos é necessária a assinatura de dois gerentes.

3 — A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu, e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio, quando esta for sujeita a arrolamento, arresto, penhora, quando for incluída em massa falida, ou quando, fora dos casos previstos na lei, for cedida sem consentimento da sociedade.

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

ARTIGO 9.º

1 — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares até ao montante global correspondente ao décuplo do capital, desde que deliberado por unanimidade dos sócios que representem a totalidade do capital social reembolsáveis quando julgadas dispensáveis, sendo a data e a forma de restituição fixadas em assembleia geral que delimite o reembolso.

2 — Qualquer sócio poderá fazer suprimentos à sociedade, quando esta deles carecer, nas condições de retribuição e reembolso que forem acordadas em assembleia geral.

Está conforme o original.

10 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09699228

EREL — EMPRESA GRÁFICA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 1123; identificação de pessoa colectiva n.º 500098603; inscrição n.º 9; números e datas das apresentações: 16/991019 e 1/991203.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social para o montante de 1 002 410\$, tendo alterado o pacto, no artigo 3.º, o qual passou a ter a redacção seguinte:

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e outros bens constantes da escrita social, é de 5000 euros (equivalente a 1 002 410\$) e corresponde à soma de quatro quotas dos valores nominais e titulares seguintes: uma de 4062,50 euros, pertencente ao sócio António Ventura, e três iguais de 312,50 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios António José Ribeiro dos Santos Ventura, João Alberto Moreira Lemos e Carlos Eduardo dos Santos.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

9 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09701192

COENDRA — SERVIÇO DE ENTREGAS RÁPIDAS, L.^{DA} (passou a COENDRA — SERVIÇOS DE ENTREGAS RÁPIDAS, UNIPessoal, L.^{DA})

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7674; identificação de pessoa colectiva n.º 504430050; averbamento

n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 4; números e data das apresentações: of. 3 e 5/991202.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram efectuados os seguintes actos de registo:

a) Em 2 de Dezembro de 1999 Francisco Manuel Branco Gomes de Matos renunciou à gerência;

b) Foi modificada em sociedade unipessoal por quotas e o pacto foi remodelado totalmente, pelo que passou a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma COENDRA — Serviço de Entregas Rápidas, Unipessoal, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua do Corpo de Deus, 166, 2.º, freguesia de São Bartolomeu, concelho e cidade de Coimbra.

§ único. A sociedade, por simples deliberação da gerência, poderá deslocar a sede social para outro local dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como poderá criar agências, sucursais, filiais ou outras formas locais de representação da sociedade em qualquer ponto do País ou estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na prestação de serviços nos termos de compra e entregas ao domicílio de todos os bens de consumo.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros (equivalente a 1 002 410\$), representado por uma quota de igual valor nominal, pertencente a ele sócio Carlos Manuel Ambrósio Figueira.

ARTIGO 4.º

O sócio poderá decidir efectuar prestações suplementares até ao montante global correspondente ao décuplo do capital social.

ARTIGO 5.º

A gerência da sociedade ficará a cargo dele sócio, desde já nomeado gerente ou de pessoas estranhas à sociedade que venham a ser por ele designadas.

§ único. Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos basta a assinatura de um gerente.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá livremente participar, sob qualquer forma, no capital social de sociedades já existentes ou a constituir, qualquer que seja a sua natureza ou objecto, bem como no capital de sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas e desde que em sociedades por quotas não fique na situação de único sócio dessa sociedade.

ARTIGO 7.º

Fica o sócio autorizado a celebrar com a sociedade negócios jurídicos que sirvam à prossecução do objecto social.

Está conforme o original.

10 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09699201

UM + UM — GABINETE DE GESTÃO E CONTABILIDADE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 4282; identificação de pessoa colectiva n.º 502399368.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas em 28 de Dezembro de 1999 as contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

4 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Penada de Lima e Pina*. 12756040

MARQUES & CONCEIÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 3562.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas as contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

13 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09699074

JESUS & GIL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 5987; identificação de pessoa colectiva n.º 503450227.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas as contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

13 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09699082

ELECTROCERNACHE — MATERIAL ELÉCTRICO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 4443; identificação de pessoa colectiva n.º 502498420.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas as contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

7 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09698965

CAFÉ INTERNACIONAL DE COIMBRA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 2313; identificação de pessoa colectiva n.º 500822298.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas as contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

3 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09698906

CANASTRA & GUERREIRO, COMÉRCIO DE MÓVEIS E DECORAÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 6319; identificação de pessoa colectiva n.º 503619485.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas as contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

3 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09698914

CARPAULO — COMÉRCIO DE PEIXE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 4611.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas as contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

23 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09699805

CIGRAN — COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE GRANITOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 6778; identificação de pessoa colectiva n.º 502468807.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas as contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

3 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09698930

COIMBRACAR — SOCIEDADE COMERCIAL DE AUTOMÓVEIS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 4928; identificação de pessoa colectiva n.º 502785241.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas em 23 de Dezembro de 1999 as contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

30 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09700005

JAMONDEGO — REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 5410; identificação de pessoa colectiva n.º 503115312.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas em 23 de Dezembro de 1999 as contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

30 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09699422

FERNANDO CANELAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 3903.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas em 20 de Dezembro de 1999 as contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

27 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09699732

PLANOSOLO — ESTUDOS E PROJECTOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 6345; identificação de pessoa colectiva n.º 503635405.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas em 21 de Dezembro de 1999 as contas de exercício do ano de 1997.

Está conforme o original.

27 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09699864

C. P. F. I. — COMPANHIA PORTUGUESA DE FORMAÇÃO INFORMÁTICA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 6997; identificação de pessoa colectiva n.º 504072196.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas em 20 de Dezembro de 1999 as contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

27 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09699740

RESTAURANTE NACIONAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 2146; identificação de pessoa colectiva n.º 500381321.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas em 20 de Dezembro de 1999 as contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

27 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09699759

LUÍS FIGUEIREDO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 3628.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas em 22 de Dezembro de 1999 as contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

27 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09748270

JORGE NUNES LEMOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 4571; identificação de pessoa colectiva n.º 502584068; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 5 e inscrição n.º 8; número e data da apresentação: of. 2 e 3/991220.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, em 16 de Novembro de 1999 Ana da Conceição Ribeiro renunciou à gerência.

Mais certifico que em 16 de Novembro de 1999 foram nomeados gerentes os sócios Emídio Miguel Ferreira Pratas de Castro Dinis e Sónia Maria Aires Góis.

Está conforme o original.

22 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09699708

PEDRO AMARAL TAVARES, ARQUITECTO, SOCIEDADE UNIPESSOAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7094; identificação de pessoa colectiva n.º 504100491; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 8/991217.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, o pacto foi alterado No n.º 1 do artigo 1.º, o qual passou a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade mantém a firma Pedro Amaral Tavares, Arquitecto, Sociedade Unipessoal, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua da Arregaça, antigas instalações da Fábrica de Porcelanas de Coimbra, freguesia de Santo António dos Olivais, concelho de Coimbra.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

23 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09699694

TÁXIS OVARENSE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7970; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 6/991217.

Certifico que entre David Duarte Martins e mulher, Maria da Conceição Lourenço, casados na comunhão geral, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Táxis Ovarense, L.^{da}, e tem a sua sede em Coimbra, Rua do Teodoro, 57, 3.º, freguesia da Sé Nova.

2 — Por deliberação da gerência, pode a sede ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como podem ser criadas delegações, agências, filiais ou outras formas de representação social.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto transportes públicos de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros, transportes em táxi.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e encontra-se dividido em duas quotas do valor nominal de 2500 euros, uma de cada um dos sócios, David Duarte Martins e Maria da Conceição Lourenço.

2 — Por deliberação unânime de todos poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares até ao montante global de 240 000 euros.

ARTIGO 4.º

1 — A cessão total ou parcial de quotas é livre apenas entre os sócios.

2 — A cessão de quotas nos restantes casos depende sempre do consentimento prévio da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência em primeiro lugar e aos sócios não cedentes em segundo, no caso de cessão a título oneroso.

ARTIGO 5.º

1 — A administração e representação da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica afectada a ambos os sócios, desde já designados gerentes.

2 — Para obrigar a sociedade é suficiente a intervenção de um gerente.

ARTIGO 6.º

1 — A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Interdição de qualquer sócio;
- c) Se a quota for arrestada, arrolada ou penhorada, ou se por qualquer outra forma a quota for objecto de apreensão judicial ou administrativa;
- d) Quando, em partilha por divórcio ou por separação judicial de bens, a quota não for adjudicada ao sócio titular;
- e) Cessão de quota a não sócio sem prévio consentimento da sociedade;
- f) Quando o sócio deixar de comparecer ou de se fazer representar nas assembleias gerais por mais de três anos consecutivos.

2 — A contrapartida da amortização será o valor que para a quota resultar do último balanço aprovado e será paga nas condições estipuladas na assembleia que deliberar a amortização.

3 — A quota amortizada figurará como tal no balanço, podendo, porém, os sócios deliberar que em vez da quota amortizada sejam criadas uma ou mais quotas, destinadas a serem alienadas a um ou mais sócios ou a terceiro.

ARTIGO 7.º

Por deliberação dos sócios poderão ser derogadas as normas legais dispositivas.

Está conforme o original.

23 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09699678

RENDOS — IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE NOVIDADES ELECTRÓNICAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 6407; identificação de pessoa colectiva n.º 503671410; inscrição n.º 8; número e data da apresentação: 4/991217.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital para 1 100 000\$ e o pacto foi alterado nos artigos 1.º, 3.º e 4.º, os quais passam a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade continua a adoptar a firma RENDOS — Importação e Exportação de Novidades Electrónicas, L.^{da}, e tem a sua sede no lugar de Carvalhais de Baixo, freguesia de Assafarge, concelho de Coimbra.

2 — A gerência da sociedade poderá mudar a sede para outro local do mesmo concelho ou concelho limítrofe, bem como criar ou encerrar filiais, sucursais ou qualquer outra forma de representação, onde e quando o julgue conveniente.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado, em dinheiro e outros valores constantes da escrita, é de 1 100 000\$ e corresponde à soma de três quotas, sendo: uma de 550 000\$ e outra de 220 000\$, pertencentes ao sócio João Paulo da Costa Rendo, e uma de 330 000\$, pertencente ao sócio João Pedro de Albuquerque Caldeira.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, pertence ao sócio João Paulo da Costa Rendo, desde já nomeado gerente.

2 — Para obrigar a sociedade é suficiente a assinatura de um gerente.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

27 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*, 09699660

SHUNT — COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉCTRICO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 5440; identificação de pessoa colectiva n.º 501127240; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 16/991216.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o registo de dissolução e encerramento da liquidação, sendo 24 de Novembro de 1999 a data da aprovação das contas.

Está conforme o original.

21 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*, 09699392

VIVEIROS AGRÍCOLAS VICENTES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 6676; identificação de pessoa colectiva n.º 504156322; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: of. 4/991216.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, em 11 de Outubro de 1999 Joaquim António Baptista Dias cessou as suas funções de gerente, por renúncia.

Está conforme o original.

20 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*, 09699627

MECÂNICA INDUSTRIAL DE COIMBRA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 912; identificação de pessoa colectiva n.º 500189102; averbamento n.º 4 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 3/991216.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, em 5 de Novembro de 1999 Sérgio Torres Damas Monteiro cessou as suas funções de gerente, por renúncia.

Está conforme o original.

20 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*, 09699619

DATASAU — INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO EM SAÚDE, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7992; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 5/991223.

Certifico que entre Vítor José Lopes Rodrigues e mulher, Maria Marta Dias Teixeira da Costa Anacleto, casados na comunhão de adquiridos, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma DATASAU — Investigação e Formação em Saúde, L.ª

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua do Padre Estêvão Cabral, 79, sala 313, freguesia de Santa Cruz, concelho e cidade de Coimbra.

3 — A sociedade, por simples deliberação da gerência, poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na preparação, acompanhamento, monitorização e avaliação de trabalhos de investigação científica na área da medicina e saúde humana e formação na mesma área.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros (equivalente a 1 002 410\$) e corresponde à soma de duas quotas iguais dos valores nominais de 2500 euros cada, pertencentes uma a cada um dos sócios Vítor José Lopes Rodrigues e Maria Marta Dias Teixeira da Costa Anacleto.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme vier a ser deliberado, ficará a cargo de sócios ou não sócios que forem designados em assembleia geral, ficando desde já nomeado gerente o não sócio Rui Vasco Fernandes Pereira Correia, casado, residente na indicada Rua da Infanta D. Maria, edifício Teleférico, porta 42.

2 — Para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos é suficiente a assinatura de um gerente.

3 — A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu, e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes quando permitida por lei.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio, quando esta for sujeita a arrolamento, arresto, penhora, quando for incluída em massa falida, ou quando, fora dos casos previstos na lei, for cedida sem consentimento da sociedade.

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

ARTIGO 9.º

1 — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares até ao montante global correspondente ao décuplo do capital social, reembolsáveis quando julgadas dispensáveis, sendo a data e a forma de restituição fixadas em assembleia geral que delibere o reembolso.

2 — Qualquer sócio poderá fazer suprimentos à sociedade, quando esta deles carecer, nas condições de retribuição e reembolso que forem acordadas em assembleia geral.

Está conforme o original.

29 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vítor Manuel Peneda de Lima e Pina*, 09698752

SERRA OLIVEIRA & FILHOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7944; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 15/991130.

Certifico que entre Manuel Serafim Serra Oliveira, casado com Ana Maria Pereira dos Santos Oliveira na comunhão geral; Mário Alexandre Santos Oliveira e Nuno Miguel dos Santos Oliveira, ambos solteiros, maiores, e Ricardo Manuel Santos Oliveira, solteiro, menor, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Serra Oliveira & Filhos, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua Cidade de Salamanca, 86, cave, freguesia de Eiras, concelho de Coimbra.

2 — A sociedade, por deliberação da gerência, poderá deslocar a sede social para outro local dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como poderá criar agências, delegações, sucursais ou quaisquer outras formas locais de representação, em território nacional ou estrangeiro.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a construção civil, compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5400 euros (equivalente a 1 082 602\$80) e corresponde à soma de quatro quotas dos valores nominais e titulares seguintes: uma de 2700 euros, pertencente ao sócio Manuel Serafim Serra Oliveira, e três iguais de 900 euros cada, pertencentes uma a cada um dos sócios Ricardo Manuel Santos Oliveira, Márcio Alexandre Santos Oliveira e Nuno Miguel dos Santos Oliveira.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado, ficará a cargo de sócios ou não sócios que vierem a ser designados em assembleia geral, ficando desde já nomeado gerente o sócio Manuel Serafim Serra Oliveira.

2 — Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a assinatura de um gerente.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu, e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

Está conforme o original.

3 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09698639

JOAQUIM REIS & RIBEIRO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7993; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 6/991223.

Certifico entre Joaquim Manuel Silva dos Reis, casado com Natália Rodrigues Silva dos Reis na comunhão de adquiridos, e Jorge Filipe Ferreira Ribeiro, solteiro, maior, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Joaquim Reis & Ribeiro, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua do Padre Américo, cave, arrumo 32, freguesia de Coimbra (Sé Nova), concelho e cidade de Coimbra.

3 — Por simples deliberação da gerência, poderá a sede social ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe e serem criadas sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na exploração de café, pastelaria, *snack-bar*, restaurante, fabrico de pão e pastelaria.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros (equivalente a 1 002 410\$) e corresponde à soma de duas quotas dos valores nominais e titulares seguintes: uma de 3750 euros, pertencente ao sócio Joaquim Manuel Silva dos Reis, e uma de 1250 euros, pertencente ao sócio Jorge Filipe Ferreira Ribeiro.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado, ficará a cargo de sócios ou não sócios, que vierem a ser designados em assembleia geral, ficando desde já nomeados gerentes ambos os sócios.

2 — Para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos é necessária a intervenção de dois gerentes.

3 — A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio, quando esta for sujeita a arrolamento, arresto, penhora, quando for incluída em massa falida, ou quando, fora dos casos previstos na lei, for cedida sem consentimento da sociedade.

ARTIGO 7.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

ARTIGO 9.º

1 — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares até ao montante global correspondente ao décuplo do capital social, desde que deliberado por unanimidade dos sócios que representem a totalidade do capital social, reembolsáveis quando julgadas dispensáveis, sendo a data e a forma de restituição fixadas em assembleia geral que delibere o reembolso.

2 — Qualquer sócio poderá fazer suprimentos à sociedade quando esta deles carecer, nas condições de retribuição e reembolso que forem fixadas em assembleia geral.

Está conforme o original.

29 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09698760

LUDOTEMA — ANIMAÇÃO E PARQUES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7943; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 6/991130.

Certifico que entre a Fundação Bissaya Barreto e Monte Formoso — Empreendimentos Imobiliários de Coimbra, L.^{da}, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação LUDOTEMA — Animação e Parques, L.^{da}, e durará por tempo indeterminado a contar desta data.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem a sua sede na Avenida de Sá da Bandeira, 83, freguesia de Santa Cruz, concelho e cidade de Coimbra.

ARTIGO 3.º

Por deliberação da gerência, poderá a sociedade deslocar a sua sede, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar agências, filiais, sucursais ou outras formas de representação social onde e pelo tempo que entenda conveniente.

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 9 975,96 euros (equivalente a 2 000 000\$) e corresponde à soma de duas quotas dos valores nominais e titulares seguintes: uma de 9 776,44 euros, pertencente à sócia Fundação Bissaya Barreto, e uma de 199,52 euros, pertencente à sócia Monte Formoso — Empreendimentos Imobiliários de Coimbra, L.^{da}

ARTIGO 5.º

A sociedade tem por objecto principal a exploração da indústria hoteleira e turística, restauração, animação de parques e construção de bens imóveis e por actividade secundária a administração de bens imóveis, próprios ou alheios, para o mesmo fim.

ARTIGO 6.º

Os gerentes serão nomeados em assembleia geral e o seu mandato durará dois anos.

§ 1.º Os gerentes serão ou não remunerados, conforme for deliberado em assembleia geral.

§ 2.º Aos gerentes é expressamente proibido obrigar a sociedade em actos ou contratos estranhos ao escopo social, tais como letras de favor, fianças e outros actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

Para obrigar a sociedade em actos que envolvam obrigações ou responsabilidades para a sociedade é necessária a intervenção de dois gerentes.

ARTIGO 8.º

A sociedade pode subscrever e adquirir acções, quotas, partes sociais ou obrigações de quaisquer outras sociedades, mesmo que estas tenham objecto diverso do seu, e integrar agrupamentos complementares de empresas, constituir associações em participação e consórcios.

§ único. Para alienar acções, quotas, partes sociais ou obrigações de quaisquer outras sociedades ou bens imóveis é necessária a deliberação da assembleia geral.

ARTIGO 9.º

A divisão e cessão de quotas entre sócios e a favor de estranhos depende do consentimento da sociedade, a prestar mediante deliberação tomada em assembleia geral.

§ 1.º Se o consentimento for recusado, a sociedade obriga-se a adquirir a(s) quota(s) ou fazê-la adquirir por sócio ou terceiro, pelo valor determinado nos termos do disposto no artigo 231.º do Código das Sociedades Comerciais.

§ 2.º O pedido de consentimento deve ser formulado por escrito, dirigido à sociedade, identificando o(s) cessionário(s) e especificando todos os termos e condições do negócio projectado, designadamente preço, prazo e forma de pagamento.

§ 3.º Recebida a comunicação prevista no anterior § 2.º, a sociedade deverá tomar deliberação sobre o pedido no prazo máximo de 30 dias.

ARTIGO 10.º

1 — A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio, verificando-se alguma das seguintes circunstâncias:

- a) Acordo do sócio nesse sentido;
- b) Se o sócio houver infringido as disposições estatutárias relativamente à cessão de quotas;
- c) Se qualquer quota for arrestada, penhorada ou de qualquer forma envolvida em procedimento judicial que ponha em risco a sua transmissão forçada, sem que tenha sido deduzida oposição julgada precedente, inclusive da quota em processo de inventário;
- d) Quando qualquer sócio requerer o arrolamento de bens;
- e) Nos casos de declaração de falência, liquidação ou insolvência do sócio;
- f) Por interdição do sócio.

2 — Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

ARTIGO 11.º

O valor da amortização efectuar-se-á em seis prestações semestrais e considera-se feita pelo pagamento ou consignação em depósito da primeira prestação.

ARTIGO 12.º

Amortizada qualquer quota, ela poderá assim figurar no balanço social e apenas quando a assembleia deliberar ser dividida pelo sócio ou alienada a terceiros.

Está conforme o original.

9 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09699180

TECHNO WAY — EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7991; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 4/991223.

Certifico que entre Paulo Nuno Monsanto Fonseca de Serra e Silva e mulher, Maria Teresa Silva Gonçalves de Serra e Silva, casados na comunhão de adquiridos, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Techno Way — Equipamentos e Serviços, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede no Instituto Pedro Nunes, Quinta da Nora, freguesia de Santo António dos Olivais, concelho de Coimbra.

3 — Por simples deliberação da gerência, poderá a sede social ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe e serem criadas sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na prestação de serviços de consultadoria e assistência técnica no campo da prevenção e tratamento da poluição, do planeamento e logística ambiental, de apoio laboratorial, do controlo e da monitorização ambiental; comercialização, adaptação, instalação e manutenção de equipamentos de apoio às áreas do ambiente, da qualidade e da gestão industrial; prestação de serviços de consultadoria e assistência técnica nas áreas de gestão, da organização e sistemas, da qualidade, do ambiente e da higiene e segurança.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 6000 euros (equivalente a 1 202 892\$) e corresponde à soma de duas quotas dos valores nominais e titulares seguintes: uma de 5000 euros, pertencente ao sócio Paulo Nuno Monsanto Fonseca de Serra e Silva, e uma de 1000 euros, pertencente à sócia Maria Teresa Silva Gonçalves de Serra e Silva.

2 — Mediante deliberação da assembleia geral, poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares até ao montante global correspondente ao décuplo do capital social.

3 — Mediante deliberação e termos definidos em assembleia geral poderão os sócios ser chamados a efectuar suprimentos à sociedade.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado, ficará a cargo de sócios ou não sócios que vierem a ser designados em assembleia geral, ficando desde já nomeado gerente o sócio Paulo Nuno Monsanto Fonseca de Serra e Silva.

2 — Para a sociedade ficar obrigada nos seus actos e contratos basta a assinatura de um gerente.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu, e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes quando permitida por lei.

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;

b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência ou cessação gratuita não autorizada;

c) Quando o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações sociais;

d) No caso de morte de sócio a quem não sucedam herdeiros legítimos;

e) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;

f) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;

g) Por exoneração ou exclusão de um sócio, e

h) Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade, tomado por maioria, em assembleia geral.

2 — Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou terceiros.

3 — Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

Está conforme o original.

4 de Janeiro de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 12756520

RPM, IDEIAS E COMUNICAÇÃO — SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO GRÁFICA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 5750; identificação de pessoa colectiva n.º 503296830; inscrição n.º 6; número e data da apresentação: 9/991223.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foi alterado o corpo do artigo 1.º e artigos 3.º (aumento de capital) e 8.º do pacto social, os quais passam a ter a redacção seguinte:

1.º

A sociedade adopta a firma RPM, Ideias e Comunicação — Serviços de Computação Gráfica, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de Antero de Quental, 250, freguesia de Sé Nova, concelho e cidade de Coimbra.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e outros bens constantes da escrita social, é de 25 000 euros (equivalente a 5 012 050\$) e corresponde à soma de duas quotas iguais dos valores nominais de 12 500 euros cada, pertencentes uma a cada um dos sócios Rui Alexandre Lalanda Martins Grácio e Paula Cristina Pintassilgo Marques Rodrigues Grácio.

8.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu, e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

3 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 12757586

PRAEDIATORIUS — LAR, MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, SOCIEDADE UNIPESSOAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7994; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 11/991227.

Certifico que por Rui Manuel dos Santos Fernandes, casado com Maria da Conceição Pereira Sousa Fernandes na comunhão de adquiridos, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma PRAEDIATORIUS — Lar, Mediação Imobiliária, Sociedade Unipessoal, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de Carlos Alberto Pinto Abreu, 31, freguesia de Santa Clara, concelho de Coimbra.

§ único. A sociedade, por simples deliberação da gerência, poderá deslocar a sede social para outro local dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como poderá criar agências, sucursais, filiais ou outras formas locais de representação da sociedade, em qualquer ponto do País e estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto social consiste na actividade de mediação imobiliária.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros (equivalente a 1 002 410\$), representado por uma quota de igual valor nominal, pertencente a ele sócio Rui Manuel dos Santos Fernandes.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado, ficará a cargo dele sócio Rui Manuel dos Santos Fernandes, desde já nomeado gerente.

2 — Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos basta assinatura de um gerente.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá livremente participar, sob qualquer forma, no capital social de sociedades já existentes ou a constituir, qualquer que seja a sua natureza ou objecto, bem como no capital de sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas e desde que em sociedades por quotas não fique na situação de único sócio dessa sociedade.

ARTIGO 6.º

O sócio poderá decidir efectuar prestações suplementares até ao montante global correspondente a 30 vezes o capital social.

ARTIGO 7.º

Fica o sócio autorizado a celebrar com a sociedade negócios jurídicos que sirvam à prossecução do objecto social.

Está conforme o original.

3 de Janeiro de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 12756547

MLC — CLÍNICA DE OFTALMOLOGIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7995; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 4/991228.

Certifico que entre João Carlos Gaspar Damasceno e mulher, Maria da Luz Beja Cachulo Damasceno, casados na comunhão de adquiridos, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma MLC — Clínica de Oftalmologia, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua de Miguel Torga, 80, lote 3, 2.º, direito, freguesia de Santo António dos Olivais, concelho de Coimbra.

3 — Por simples deliberação da gerência poderá a sede social ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, e serem criadas sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na prestação de serviços médicos na área de oftalmologia

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros (equivalente a 1 002 410\$) e corresponde à soma de duas quotas iguais dos valores nominais de 2500 euros, cada, pertencentes uma a cada um dos sócios João Carlos Gaspar Damasceno e Maria da Luz Beja Cachulo Damasceno.

ARTIGO 4.º

Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares até ao montante global correspondente ao décuplo do capital social.

ARTIGO 5.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado, ficará a cargo de sócios ou não sócios que vierem a ser designados em assembleia geral, ficando desde já nomeados gerentes ambos os sócios.

2 — Para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos é suficiente a intervenção de um gerente.

3 — Fica proibido a qualquer gerente envolver a sociedade em quaisquer actos ou contratos estranhos ao objecto social, tais como fianças, abonações, letras de favor e responsabilidades semelhantes.

ARTIGO 6.º

1 — A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes, quando não permitida por lei.

2 — O sócio que pretender ceder a sua quota a estranhos, comunicará à sociedade, por meio de carta registada, a identidade do cessionário e as condições de aquisição para que a sociedade e o sócio não cedente, quando a lei o permitir, possam no prazo de 30 dias exercer o direito de preferência, conferido no n.º 1 deste artigo.

ARTIGO 7.º

1 — No caso de falecimento ou interdição de algum dos sócios, os seus herdeiros ou representante legal, tomarão o seu lugar na sociedade, devendo os mesmos herdeiros nomear um de entre si que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

2 — Dissolvendo-se a sociedade, por qualquer motivo legal, serão liquidatários os sócios que procederão à respectiva liquidação e partilha como combinarem e, na falta de acordo, serão o seu activo e passivo adjudicados a quem melhor proposta apresentar.

ARTIGO 8.º

1 — A amortização de quotas será permitida nos casos de morte, interdição ou insolvência do sócio, de arresto, arrolamento ou penhora de quota, de cessão de quotas a estranhos à sociedade sem prévio consentimento desta.

2 — A amortização far-se-á pelo valor da quota segundo o último balanço aprovado, a pagar em três prestações iguais com vencimentos sucessivos a 6, 12 e 18 meses após a fixação definitiva da contrapartida.

3 — A quota amortizada figurará como tal no balanço, podendo, porém, os sócios deliberar, nos termos legais, a correspondente redução de capital ou o aumento do valor das restantes quotas, ou ainda a criação de uma ou mais quotas para a alienação a terceiros.

Está conforme o original.

4 de Janeiro de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 12756539

VALTER & MILTON, L.DA

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7552; identificação de pessoa colectiva n.º 504476432; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 4; números e data das apresentações: of. 5 e 7/991228.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, em 16 de Dezembro de 1999, Milton Carlos dos Santos Dias, renunciou à gerência.

Mais certifico que, em 16 de Dezembro de 1999, foi nomeada gerente a sócia Cláudia Cristina Rodrigues Gil Simões Dias.

Está conforme o original.

4 de Janeiro de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 12756563

QUINTA SENHORA DA ESPERANÇA — ACTIVIDADES HOTELEIRAS, TURÍSTICAS E HABITAÇÃO RURAL, L.DA

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7996; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 8/991228.

Certifico que entre Isabel Cristina de Almeida Silvestre e marido, Mário Rui Costa Simões, casados na comunhão de adquiridos, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Quinta Senhora da Esperança — Actividades Hoteleiras, Turísticas e Habitação Rural, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua da Barraca, lugar de Fornos, freguesia de Torre de Vilela, concelho de Coimbra.

§ único. A sociedade, por simples deliberação da gerência, poderá deslocar a sede social para outro local dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como poderá criar, em território nacional ou estrangeiro, agências, filiais, sucursais, delegações ou quaisquer outras formas locais de representação da sociedade.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a exploração de turismo em espaço rural, agro-turismo, actividades de hotelaria, similares e animação.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros (equivalente a 1 002 410\$) e corresponde à soma de duas quotas iguais dos valores nominais de 2500 euros cada, pertencente uma a cada um dos sócios Isabel Cristina de Almeida Silvestre e Mário Rui Costa Simões.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração conforme for deliberado, ficará a cargo de sócios ou não sócios que vierem a ser designados em assembleia geral, ficando desde já nomeados gerentes ambos os sócios.

2 — Para a sociedade ficar obrigada, nos seus actos e contratos, basta a intervenção de um gerente.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes, quando permitida por lei.

ARTIGO 7.º

1 — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares até ao montante global de 400 000 euros, reembolsáveis quando julgadas dispensáveis, sendo a data e a forma de restituição fixadas em assembleia geral, que delibere o reembolso.

2 — Qualquer sócio poderá fazer suprimentos à sociedade, quando esta deles carecer, nas condições de retribuição e reembolso que forem acordadas em assembleia geral.

ARTIGO 8.º

A amortização de quotas será permitida nos casos de morte, interdição ou insolvência do sócio, de arresto, arrolamento ou penhora de quota, de cessão de quotas a estranhos à sociedade sem prévio consentimento desta.

§ 1.º A amortização far-se-á pelo valor da quota segundo o último balanço aprovado, a pagar em três prestações iguais com vencimentos sucessivos a 6, 12 e 18 meses após a fixação definitiva da contrapartida.

§ 2.º A quota amortizada figurará como tal no balanço, podendo, porém, os sócios deliberar, nos termos legais, a correspondente redução de capital ou o aumento do valor das restantes quotas, ou ainda a criação de uma ou mais quotas para alienação a terceiros.

Está conforme o original.

4 de Janeiro de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 12756555

FARMÁCIA TERESA BERNARDES ANTUNES, UNIPessoal, L.DA

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7997; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 9/991228.

Certifico que Teresa Maria de Melo Freitas Bernardes Barreiros Antunes, casada com Fernando Manuel Barreiros Antunes na comunhão de adquiridos, constituiu a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Farmácia Teresa Bernardes Antunes, Unipessoal L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de Antonino dos Santos, sem número, lugar e freguesia de Brasfemes, concelho de Coimbra.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a exploração de farmácia.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros (equivalente a 1 002 410\$), representado por uma quota de igual valor nominal, pertencente a ela sócia Teresa Maria de Melo Freitas Bernardes Barreiros Antunes.

ARTIGO 4.º

A sócia poderá decidir efectuar prestações suplementares até ao montante global correspondente ao décuplo do capital social.

ARTIGO 5.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado, ficará a cargo dela sócia, desde já nomeada gerente, ou de pessoas estranhas à sociedade, que venham a ser por ela designadas.

2 — Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos, basta a assinatura de um gerente.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá livremente participar, sob qualquer forma, no capital social de sociedades já existentes ou a constituir, qualquer que seja a sua natureza ou objecto, bem como no capital de sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas e desde que em sociedades por quotas não fique na situação de único sócio dessa sociedade.

ARTIGO 7.º

Fica a sócia autorizada a celebrar com a sociedade negócios jurídicos que sirvam à prossecução do objecto social.

Está conforme o original.

4 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 12757608

DUOPRESS — EDIÇÕES E PUBLICAÇÕES DE JORNAIS E REVISTAS, L.^{da}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7998; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 10/991228.

Certifico entre Carlos Miguel Alves de Carvalho, casado com Ana Cláudia Figueiredo Santos Cáceres Pires na comunhão de adquiridos, e Maurício José da Silva Reis, solteiro, maior, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma DUOPRESS — Edições e Publicações de Jornais e Revistas, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua da Sofia, 97, 5.º, freguesia de Santa Cruz, concelho e cidade de Coimbra.

3 — Por simples deliberação da gerência poderá a sede social ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como serem criadas sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na actividade de edições e publicações de jornais e revistas.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros (equivalente a 1 002 410\$) e corresponde à soma de duas quotas iguais dos valores nominais de 2500 euros cada, pertencentes uma a cada um dos sócios Carlos Miguel Alves de Carvalho e Maurício José da Silva Reis.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme vier a ser deliberado, ficará a cargo de sócios ou não sócios que forem designados em assembleia geral, ficando desde já nomeado gerente o sócio Maurício José da Silva Reis.

2 — Para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos basta a assinatura de um gerente.

3 — A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio, quando esta for sujeita a arrolamento, arresto, penhora, quando for incluída em massa falida, ou quando, fora dos casos previstos na lei, for cedida sem consentimento da sociedade.

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

ARTIGO 9.º

1 — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares até ao montante global correspondente ao décuplo do capital social, reembolsáveis quando julgadas dispensáveis, sendo a data e a forma de restituição fixadas em assembleia geral, que delibera o reembolso.

2 — Qualquer sócio poderá fazer suprimentos à sociedade, quando esta deles carecer, nas condições de retribuição e reembolso que forem acordadas em assembleia geral.

Está conforme o original.

4 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 12757616

INSTITUTO DE CIRURGIA RECONSTRUTIVA ABEL NASCIMENTO, L.^{da}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 8000; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 17/991229.

Certifico que entre Abel Fernando Queirós e Nascimento e mulher, Elsa Cármen Maia da Cruz Queirós e Nascimento, casados na comunhão de adquiridos, e Alexandra Sofia da Cruz Queirós e Nascimento, solteira, maior, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Instituto de Cirurgia Reconstructiva Abel Nascimento, L.^{da}, e tem a sua sede na Avenida de Afonso Henriques, 13, freguesia de Santo António dos Olivais, concelho de Coimbra.

2 — A sociedade, por simples deliberação da gerência, poderá deslocar a sede social para outro local dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como poderá criar agências, delegações, sucursais ou quaisquer outras formas locais de representação, em território nacional ou estrangeiro.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a prestação de consultas de ortopedia, cirurgia plástica, cirurgia da mão, patologia linfática, tratamento de doentes tetraplégicos e paraplégicos, reimplantes de membros e transplantações.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros (equivalente a 1 002 410\$) e corresponde à soma de três quotas dos valores nominais e titulares seguintes: duas de 1250 euros cada, pertencentes uma a cada uma das sócias Alexandra Sofia da Cruz Queirós e Nascimento e Elsa Cármen Maia da Cruz Queirós e Nascimento, e uma de 2500 euros, pertencente ao sócio Abel Fernando Queirós e Nascimento.

ARTIGO 4.º

1 — Aos sócios poderão ser exigida, prestações suplementares até ao montante global correspondente ao décuplo do capital social, reembolsáveis quando julgadas dispensáveis, sendo a data e a forma de restituição fixadas em assembleia geral, que delibere o reembolso.

2 — Qualquer sócio poderá fazer suprimentos à sociedade, quando esta deles carecer, nas condições de retribuição e reembolso que forem acordadas em assembleia geral.

ARTIGO 5.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado, ficará a cargo de sócios ou não sócios que vierem a ser designados em assembleia geral, ficando desde já nomeados gerentes os sócios Abel Fernando Queirós e Nascimento e Elsa Cármen Maia da Cruz Queirós e Nascimento.

2 — Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos, basta a assinatura de um gerente.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 7.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes, quando permitida por lei.

Está conforme o original.

5 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 12757624

MELEX — INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 8001; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 18/991229.

Certifico que Paulo Fernando de Figueiredo e Melo, divorciado, constituiu a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma MELEX — Investimentos Imobiliários, Unipessoal, L.ª, e tem a sua sede na Rua da Infanta D. Teresa, 35-A, 4.º, freguesia de Santo António dos Olivais, concelho de Coimbra.

§ único. A sociedade, por simples deliberação da gerência, poderá deslocar a sede social para outro local dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como poderá criar agências, sucursais, filiais ou outras formas locais de representação, em qualquer ponto do País e estrangeiro.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a actividade de investimentos imobiliários (compra e venda de bens imóveis) e comércio, importação e exportação de veículos automóveis.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 10 000 euros (equivalente a 2 004 820\$), representado por uma quota de

igual valor nominal, pertencente a ele sócio Paulo Fernando de Figueiredo e Melo.

ARTIGO 4.º

O sócio poderá decidir efectuar prestações suplementares até ao montante global correspondente ao décuplo do capital social.

ARTIGO 5.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado, ficará a cargo dele sócio Paulo Fernando de Figueiredo e Melo, desde já nomeado gerente ou de pessoas estranhas à sociedade, que venham a ser por ele designadas.

2 — Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos, basta a assinatura de um gerente.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá livremente participar, sob qualquer forma, no capital social de sociedades já existentes ou a constituir, qualquer que seja a sua natureza ou objecto, bem como no capital de sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas e desde que em sociedades por quotas não fique na situação de único sócio dessa sociedade.

ARTIGO 7.º

Fica o sócio autorizado a celebrar com a sociedade negócios jurídicos que sirvam à prossecução do objecto social.

Está conforme o original.

5 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 12757632

EUGÉNIA & PAULA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7979; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/991221.

Certifico que entre Paula Cristina Rebelo Cardoso dos Santos, casada com Amândio Isidoro Ferreira dos Santos, e Maria Eugénia Rebelo Pinto de Almeida, casada com António Manuel Rodrigues de Almeida, ambos casados na comunhão de adquiridos, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Eugénia & Paula, L.ª, e tem a sua sede na Rua de Américo Dinis, 111, Casas Novas, freguesia de São Martinho do Bispo, concelho de Coimbra.

2 — Por deliberação da gerência pode a sede ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como podem ser criadas sucursais, agências, delegações ou outras formas de representação social, em qualquer local do País.

ARTIGO 2.º

1 — A sociedade tem por objecto a exploração de estabelecimento comercial de café.

2 — A sociedade poderá adquirir participações, como sócia de responsabilidade limitada, em sociedades com objecto diverso do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e associar-se em agrupamento complementares de empresas.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, e encontra-se dividido em duas quotas do valor nominal de 2500 euros uma da cada uma das sócias Paula Cristina Rebelo Cardoso dos Santos e Maria Eugénia Rebelo Pinto de Almeida.

2 — Por deliberação unânime de todos poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares até ao montante global de 240 000 euros.

ARTIGO 4.º

1 — Apenas a cessão, total ou parcial, de quotas entre sócios é livremente permitida.

2 — A cessão de quotas a não sócios depende sempre do consentimento prévio da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência, em primeiro lugar, e aos sócios não cedentes, em segundo, no caso de cessão a título oneroso.

ARTIGO 5.º

1 — A administração e representação da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica afectada a ambas as sócias, desde já designadas gerentes.

2 — Para obrigar a sociedade é necessária a intervenção de dois gerentes.

ARTIGO 6.º

1 — A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio, nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Morte, interdição ou inabilitação de qualquer sócio;
- c) Se a quota for penhorada, arrestada ou por qualquer outra forma sujeita a arrematação ou adjudicação judicial;
- d) Quando, em partilha, por divórcio ou por separação judicial de bens, quota não for adjudicada ao sócio titular;
- e) Cessão de quota a não sócio sem prévio consentimento da sociedade;
- d) Quando o sócio deixar de comparecer ou de se fazer representar assembleias gerais por mais de três anos consecutivos.

2 — A quota amortizada figurará como tal no balanço, podendo, porém, os sócios deliberar que em vez da quota amortizada sejam criadas uma ou quotas, destinadas a serem alienadas a um ou mais sócios ou a terceiro.

ARTIGO 7.º

Por deliberação dos sócios poderão ser derogadas as normas legais dispositivas.

Está conforme o original.

23 de Setembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09699830

COMPACTSER — PUBLICIDADE E ARTES GRÁFICAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7843; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 2/991203.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, em 30 de Setembro de 1999, Sandra Cristina Fernandes Alves de Sousa, renunciou às suas funções de gerente.

Está conforme o original.

7 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09698957

AUTO LOGIC — MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO AUTOMÓVEL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7141; identificação de pessoa colectiva n.º 504153137; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 3/991203.

Certifico que foi efectuado o registo de dissolução e encerramento da liquidação da sociedade em epígrafe, sendo 29 de Outubro de 1999 a data da aprovação das contas.

Está conforme o original.

6 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09698973

CIBERBIT — PRODUÇÕES DE SOFTWARE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 6201; identificação de pessoa colectiva n.º 503550809; averbamento n.º 3 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 2/991202.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, o pacto foi alterado no artigo 1.º, o qual passou a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma CIBERBIT — Produções de Software, L.^{da}, e tem a sua sede no Centro de Empresas de Taveiro, na Estrada de Condeixa, freguesia de Taveiro, concelho de Coimbra.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

9 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09698949

J. S. CARVALHO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7588; identificação de pessoa colectiva n.º 504474898; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 4/991221.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte registo:

Nomeação para o cargo de gerente, desde 20 de Outubro de 1999, da sócia Maria Filomena Duarte dos Santos Carvalho.

Está conforme o original.

23 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09699856

AUTO TÁXIS OS FURIOSOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 1335; identificação de pessoa colectiva n.º 500460655; inscrição n.º 7; número e data da apresentação: 5/991221.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital para 1 002 410\$, e o pacto foi alterado no artigo 3.º, o qual passou a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e encontra-se dividido em duas quotas do valor nominal de 2500 euros, uma de cada sócio Albano José Agostinho Codeas e Emília de Nazaré Agostinho Dias.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

29 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09699872

LEITE & LEITE — MICROCIURGIA POR LASER, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7980; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 6/991221.

Certifico que entre Eugénio Óscar Luís Baptista Leite, casado com Ilda Maria Loureiro Ferreira Leite na comunhão de adquiridos, e Ruben Dinis Ferreira Leite e Filipe Miguel Ferreira Leite, ambos solteiros, maiores, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

1 — A sociedade adopta a firma Leite & Leite — IV Microcirurgia por Laser, L.^{da}, e vai ter a sua sede no Edifício Avenida, na Avenida de Sá da Bandeira, 33-35 de polícia, piso 5, sala 515, em Coimbra.

2 — A gerência da sociedade poderá transferir a sua sede para qualquer outro local dentro do mesmo concelho ou concelho limítrofe, bem como criar sucursais, filiais ou outras formas de representação onde e quando quiser.

2.º

A sociedade tem por objecto consultas do foro oftalmológico, realização, de todos os tipos de cirurgia oftalmológica, relacionada com laser.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 1 002 410\$ (equivalente a 5000 euros) e corresponde à soma das seguintes quotas: uma de 952 289 \$50 (equivalente a 4750 euros), pertencente ao sócio Eugénio Óscar Luís Baptista Leite, e duas de 25 060\$25 cada (equivalentes cada uma a 125 euros), pertencendo uma a cada um dos sócios Ruben Dinis Ferreira Leite e Filipe Miguel Ferreira Leite.

4.º

1 — A sociedade será administrada e representada pelo sócio Eugénio Óscar Luís Baptista Leite, que desde já fica nomeado gerente, o qual poderá não ser remunerado, se tal for deliberado em assembleia geral.

2 — Para obrigar a sociedade em todos os actos e contratos é suficiente a assinatura de um gerente.

5.º

É expressamente proibido aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios da mesma, nomeadamente em fianças, abonações, letras de favor ou quaisquer outros actos semelhantes.

6.º

A cessão de quotas a estranhos depende sempre do consentimento da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência, em primeiro lugar, e aos sócios não cedentes em segundo.

7.º

Pode qualquer sócio fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer, gratuitos ou onerosos, conforme for deliberado em assembleia geral, podendo também vir a ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital na proporção das suas quotas e até ao montante de 20 000 000\$, mediante deliberação tomada por unanimidade de votos.

8.º

Quando a lei não exigir outras formalidades, as assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios, com a antecedência mínima de 10 dias.

9.º

A sociedade, por deliberação favorável de três quartos do capital social, poderá participar no capital de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu.

10.º

1 — É assegurado aos doentes que recorram aos serviços da sociedade o direito à livre escolha do seu médico assistente.

2 — É garantida ao médico, ou médicos sócios, a sua independência profissional, designadamente no que respeita à escolha dos meios auxiliares de diagnóstico, terapêutico, escolha de especialidades e locais de internamento dos doentes.

11.º

A sociedade e os seus sócios médicos obrigam-se a observar as regras próprias de deontologia médica, designadamente no que respeita à responsabilidade pessoal de médico, para além da responsabilidade da sociedade para com o doente ao serviço profissional e ao destino dos processos clínicos em caso de extinção ou dissolução da sociedade.

12.º

Sem prejuízo do disposto no artigo 5.º do Código das Sociedades Comerciais, consideram-se adquiridos pela sociedade os direitos e por ela assumidas as obrigações decorrentes de negócios.

Está conforme o original.

27 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Penada de Lima e Pina*. 09699880

LEITE & LEITE — V EXAMES COMPLEMENTARES DE OFTALMOLOGIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra, Matrícula n.º 7981; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 7/991221.

Certifico que entre Eugénio Óscar Luís Baptista Leite, casado com Ilda Maria Loureiro Ferreira Leite na comunhão de adquiridos, e Ruben Dinis Ferreira Leite e Filipe Miguel Ferreira Leite, ambos solteiros, maiores, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

1 — A sociedade adopta a firma Leite & Leite — V Exames Complementares de Oftalmologia, L.^{da}, e vai ter a sua sede no Edifício

Avenida, na Avenida de Sá da Bandeira, 33-35 de policia, piso 5, sala 515, em Coimbra.

2 — A gerência da sociedade poderá transferir a sua sede para qualquer outro local dentro do mesmo concelho ou concelho limítrofe, bem como criar sucursais, filiais ou outras formas de representação, onde e quando quiser.

2.º

A sociedade tem por objecto a realização de consultas do foro oftalmológico, realização de todos os exames complementares, relacionados com o domínio da oftalmologia.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro é de 1 002 410\$ (equivalente a 5000 euros) e corresponde à soma das seguintes quotas: uma de 952 289\$50 (equivalente a 4750 euros), pertencente ao sócio Eugénio Óscar Luís Baptista Leite, e duas de 25 060\$25 cada (equivalentes cada uma a 125 euros), pertencendo uma a cada um dos sócios Ruben Dinis Ferreira Leite e Filipe Miguel Ferreira Leite.

4.º

1 — A sociedade será administrada e representada pelo sócio Eugénio Óscar Luís Baptista Leite, que desde já fica nomeado gerente, o qual poderá não ser remunerado, se tal for deliberado em assembleia geral.

2 — Para obrigar a sociedade em todos os actos e contratos é suficiente a assinatura de um gerente.

5.º

É expressamente proibido aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios da mesma, nomeadamente em fianças, abonações, letras de favor ou quaisquer outros actos semelhantes.

6.º

A cessão de quotas a estranhos depende sempre do consentimento da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência, em primeiro lugar, e aos sócios não cedente,s em segundo.

7.º

Pode qualquer sócio fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer, gratuitos ou onerosos, conforme for deliberado em assembleia geral, podendo também vir a ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital na proporção das suas quotas e até ao montante de 20 000 000\$, mediante deliberação tomada por unanimidade de votos.

8.º

Quando a lei não exigir outras formalidades, as assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios, com a antecedência mínima de 10 dias.

9.º

A sociedade, por deliberação favorável de três quartos do capital social, poderá participar no capital de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu.

10.º

1 — É assegurado aos doentes que recorram aos serviços da sociedade o direito à livre escolha do seu médico assistente.

2 — É garantida ao médico, ou médicos sócios, a sua independência profissional, designadamente no que respeita à escolha dos meios auxiliares de diagnóstico, terapêutico, escolha de especialidades e locais de internamento dos doentes.

11.º

A sociedade e os seus sócios médicos obrigam-se a observar as regras próprias de deontologia médica, designadamente no que respeita à responsabilidade pessoal de médico, para além da responsabilidade da sociedade para com o doente ao serviço profissional e ao destino dos processos clínicos em caso de extinção ou dissolução da sociedade.

12.º

Sem prejuízo do disposto no artigo 5.º do Código das Sociedades Comerciais, consideram-se adquiridos pela sociedade os direitos e por

ela assumidas as obrigações decorrentes de negócios jurídicos celebrados em nome dela pela gerência a partir desta data e antes da obtenção do seu registo definitivo.

Está conforme o original.

27 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09699899

CLARO & MONTEIRO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7356; identificação de pessoa colectiva n.º 504265431.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas, em 27 de Dezembro de 1999, as contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

4 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 12756016

TRANSPORTES DE ALUGUER CAVACO & CORDINHÃ, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 4954; identificação de pessoa colectiva n.º 502785225.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas, em 27 de Dezembro de 1999, as contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

4 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 12756709

MÁRMORES JOARNO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 861; identificação de pessoa colectiva n.º 500184577.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas as contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

3 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 12756687

BELCENTRO — COMÉRCIO DE PRODUTOS DE CABELEIREIRO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 3157.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

3 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 12756636

NINUCHA — MOBILIÁRIO E DECORAÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 6633; identificação de pessoa colectiva n.º 503856479; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 9 e inscrição n.º 13; números e data das apresentações: 3 e 5/991206.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, Cidália da Conceição Carreira Marques, renunciou à gerência, em 21 de Outubro de 1999, e foram alterados os artigos 3.º e 4.º do pacto social, os quais passam a ter redacção seguinte:

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 400 000\$ e corresponde à soma de duas quotas iguais do valor nominal

de 200 000\$, pertencentes uma à sócia Mercedes de Jesus Gouveia e outra à sócia Maria Cremilde Costa Pinto.

4.º

1 — A gerência e representação da sociedade compete à sócia Mercedes de Jesus Gouveia, já designada gerente, com ou sem remuneração, conforme deliberado em assembleia geral.

2 — Para vincular a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a assinatura de um gerente.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

9 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09699023

RESUCO — RECICLAGEM DE SUCATAS DE COIMBRA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 5901; identificação de pessoa colectiva n.º 503392600; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 8; números e datas das apresentações: 1/991206 e 2/900825.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte:

Cessação de funções de gerentes, desde 30 de Novembro de 1999 dos sócios Ezequiel Geraldo Negrão e Alípio Geraldo Negrão, por renúncia.

Está conforme o original.

9 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09699015

MONDEFIN — IMOBILIÁRIA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7948; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 6/991203.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

CAPÍTULO I

Denominação, sede e objecto social

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de MONDEFIN — Imobiliária, S. A., regendo-se pelo presente contrato pela legislação geral e especial aplicável, e tem duração indeterminada.

ARTIGO 2.º

A sede social é em Taveiro, na Estrada de Condeixa, freguesia de Taveiro, concelho de Coimbra, podendo ser transferida por simples deliberação do conselho de administração, para qualquer outro local dentro do mesmo concelho ou de concelho limítrofe.

ARTIGO 3.º

1 — A sociedade tem por objecto o exercício do comércio e gestão de bens imóveis, incluindo a aquisição para revenda, arrendamento e outras formas de exploração económica dos mesmos e a gestão de imóveis próprios e alheios, compreendendo a execução de empreitadas de obras públicas e privadas, elaboração de projectos, comércio de materiais, equipamentos, máquinas e acessórios destinados à construção.

2 — A sociedade poderá, nos termos previstos na lei, adquirir e alienar participações em sociedades com o objecto diferente do referido no artigo 3.º, em sociedades reguladas por leis especiais, bem como associar-se com outras pessoas jurídicas, para, nomeadamente, formar agrupamentos complementares de empresas, novas sociedades, consórcios e associações em participação.

CAPÍTULO II

Capital social, acções e obrigações

ARTIGO 4.º

1 — O capital social é de 50 000 euros, encontrando-se integralmente subscrito e realizado e é dividido em 10 000 acções ao portador, cada uma com o valor nominal de 5 euros, distribuído da seguinte forma: MONDEFIN, SGPS, S. A., com 49 980 euros; Marc Jean Benoit Babic, com 5 euros; António Gabriel Barros Gonçalves Bastos, com 5 euros; António Manuel Alves Romão Mota, com 5 euros, e Ingrid Marie Anne Edwige Périn, com 5 euros.

2 — A administração, com o parecer favorável do órgão de fiscalização da sociedade, pode deliberar aumentar o capital social por entradas em dinheiro até ao limite de 200 000 euros, competindo-lhe fixar as condições da emissão e a categoria de acções a emitir nos limites da lei e do presente contrato.

ARTIGO 5.º

1 — As acções serão nominativas ou ao portador, podendo ser representadas por títulos de 1, 5, 10, 50, 100, 1000 e múltiplos de 1000 acções ou revestir forma escritural.

2 — Poderão ser emitidas acções com prémio de subscrição e acções sem direito a voto que confirmam direito a um dividendo prioritário a fixar pelo órgão da sociedade, que deliberar a emissão.

3 — As acções emitidas, nos termos do número anterior, poderão ser remidas, quando e se a assembleia geral o deliberar, pelo seu valor nominal acrescido de um prémio a definir na deliberação de emissão.

4 — A sociedade pode, dentro dos limites da lei, adquirir acções próprias e títulos de dívida por si emitidos e realizar sobre eles quaisquer operações permitidas por lei.

ARTIGO 6.º

1 — A sociedade poderá amortizar as acções:

a) Detidas por accionistas que utilizem, para fins estranhos à sociedade e com prejuízo desta ou de algum accionista as informações obtidas através do exercício do direito de informação que lhes assiste;

b) Transmitidas em consequência de qualquer processo judicial ou administrativo ou de qualquer modo subtraídas à livre disposição do accionista, em termos de serem alienadas, independentemente da sua vontade;

c) Que, em partilha os bens do casal motivada por divórcio ou separação judicial, fiquem a pertencer ao cônjuge do accionista, salvo se ele já for proprietário de acções da sociedade.

2 — A amortização deverá ser deliberada pela assembleia geral, por maioria qualificada, dentro do prazo de 90 dias a contar do conhecimento que o conselho de administração tenha do facto determinante dessa amortização.

3 — As acções serão amortizadas pelo seu valor contabilístico apurado através do último balanço aprovado, sem qualquer correcção dos seus elementos, activos ou passivos, sendo a contrapartida da amortização paga pela sociedade no prazo de 180 a contar da data em que a amortização se tomar efectiva.

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade poderá emitir títulos de dívida, incluindo obrigações, papel comercial e *warrants*, incluindo *warrants* sobre valores mobiliários próprios, nos termos da lei e nas condições que forem estabelecidas em deliberação da assembleia geral ou do conselho de administração.

2 — Para financiamento da sociedade poderão os accionistas prestar suprimentos ou realizar prestações suplementares nos termos em geral permitidos para as sociedades por quotas e com o limite máximo, quanto a estas últimas, de 10 vezes o capital social.

CAPÍTULO III

Órgãos sociais

SECÇÃO I

Disposições gerais

ARTIGO 8.º

São órgãos sociais a assembleia geral, o conselho de administração e o fiscal único.

ARTIGO 9.º

1 — Os membros dos órgãos sociais enumerados no artigo anterior são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos por uma ou mais vezes e manter-se-ão em funções, para além do termo dos respectivos mandatos, até à tomada de posse de novos membros.

2 — Compete à assembleia geral fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais podendo excluí-la ou referir o respectivo montante a uma percentagem dos lucros do exercício não superior a 5 %.

SECÇÃO II

Assembleia geral

ARTIGO 10.º

1 — A assembleia geral é constituída exclusivamente pelos accionistas com direito a voto possuidores de acções ou títulos de subscrição que as substituam, e que, as tenham averbadas ou inscritas em seu nome no livro de registo de acções ou em conta de registo de valores mobiliários até 15 dias antes da data designada para a reunião da assembleia geral.

2 — A cada 100 acções corresponde um voto.

3 — Sem prejuízo das limitações legais relativas ao limite de representações, os accionistas poderão fazer-se representar na assembleia geral, contanto que o representante seja um membro do conselho de administração da sociedade, o cônjuge, ascendente ou descendente do accionista ou outro accionista, sendo pessoa singular, ou, tratando-se de pessoa colectiva, por qualquer pessoa designada pelo órgão competente.

4 — Como instrumento de representação voluntária, basta uma carta dirigida ao presidente da mesa da assembleia geral, da qual conste a identificação do representante.

ARTIGO 11.º

A mesa da assembleia geral é composta por um presidente e pelo secretário.

ARTIGO 12.º

A assembleia geral considera-se regularmente constituída e poderá validamente deliberar, em primeira convocação, quando se encontrem presentes ou representados accionistas com direito a voto que detenham mais de 50 % do capital social.

ARTIGO 13.º

1 — A assembleia geral reunirá obrigatoriamente nos três primeiros meses de cada ano e, nos termos e condições previstos na lei, a requerimento do conselho de administração, do fiscal único ou de accionistas titulares de acções correspondentes a, pelo menos, 10 % do capital social.

2 — As formalidades relativas à convocatória da assembleia geral, nomeadamente o aviso prévio, podem ser dispensadas desde que todos os accionistas estejam presentes ou devidamente representados.

SECÇÃO III

Administração

ARTIGO 14.º

1 — A sociedade é gerida por um conselho de administração composto por três, cinco ou sete membros, eleitos em assembleia geral por maioria qualificada.

2 — Os membros do conselho de administração caucionarão ou não o exercício do seu cargo conforme for deliberado pela assembleia geral que os elegeu.

ARTIGO 15.º

1 — O conselho de administração tem os mais amplos poderes de gestão e representação da sociedade, competindo-lhe efectuar todas as operações relativas ao objecto social, incluindo:

a) Representar a sociedade, em juízo e fora dele, propor e contestar quaisquer acções, transigir e desistir das mesmas a comprometer-se em arbitragens;

b) Constituir mandatários para a prática de determinados actos ou categorias de actos, definindo a extensão dos respectivos mandatos.

2 — Dentro dos limites legais, o conselho de administração poderá delegar num ou mais administradores a gestão corrente da sociedade.

3 — Dependem de deliberação aprovada por maioria dos membros do conselho de administração em efectividade de funções:

a) A aquisição, oneração e alieação de participações no capital de quaisquer sociedades, bem como a aquisição, oneração e alienação de imóveis;

b) A designação dos representantes da sociedade para a participação nas assembleias gerais das sociedades em cujo capital participe, bem como a definição das propostas a apresentar e do sentido do voto a exercer por esse representante em cada um dos assuntos para os quais tais assembleias forem convocadas ou que se realizarem, nos termos do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 16.º

1 — As reuniões do conselho de administração têm lugar, pelo menos, uma vez em cada trimestre e sempre que o respectivo presidente ou outros dois administradores as convoquem.

2 — Salvo nos casos referidos no n.º 3 do artigo anterior, o conselho de administração pode deliberar validamente desde que esteja presente a maioria dos seus membros, sendo as deliberações tomadas por maioria absoluta de votos e cabendo ao presidente voto de qualidade.

ARTIGO 17.º

A sociedade fica obrigada pela assinatura de:

a) Dois administradores;

b) Um só administrador, se o acto estiver compreendido dentro dos poderes que nele hajam sido delegados por deliberação do conselho consignada em acta.

SECÇÃO IV

Fiscalização

ARTIGO 18.º

A fiscalização da sociedade compete a um fiscal único e a um fiscal suplente, designados em assembleia geral, os quais deverão ser sociedades revisores de contas ou revisores oficiais de contas.

CAPÍTULO IV

Lucros

ARTIGO 19.º

1 — Deduzidas as parcelas que por lei se devam destinar à formação da reserva legal, os resultados líquidos evidenciados pelo balanço anual terão a aplicação que a assembleia geral destinar por maioria simples dos votos emitidos, podendo deliberar distribuí-los ou afectá-los a reservas, total ou parcialmente, em qualquer percentagem.

2 — A administração, ouvido o órgão de fiscalização, poderá resolver distribuir aos accionistas lucros ou reservas no decurso de um exercício, nos termos previstos na lei.

CAPÍTULO V

Disposições transitórias

ARTIGO 20.º

1 — Para o primeiro mandato, são desde já designados os seguintes membros para os órgãos sociais:

Mesa da assembleia geral: presidente — Michiel Willem Bos; secretária — Ingrid Marie Anne Edwige Périn.

Conselho de administração: presidente — António Gabriel Barros Gonçalves Bastos; vogais — Marc Jean Benoît Babic e António Manuel Alves Romão Mota.

Fiscal único: efectivo — António Barreira, Fernando Vieira, Justino Romão & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, inscrita na respectiva lista sob o n.º 51, e com sede na Rua do General Firmino Miguel, torre 2, 1.º, B, em Lisboa, representada pelo Dr. António Manuel Mendes Barreira; suplente — Dr. Fernando Jorge Marques Vieira, revisor oficial de contas, inscrito na respectiva lista sob o n.º 564, com domicílio profissional na Rua do General Firmino Miguel, torre 2, 1.º, B, em Lisboa.

2 — Os administradores ficam dispensados de prestar caução.

ARTIGO 21.º

Fica desde já autorizado o conselho de administração a proceder ao levantamento do capital depositado até ao limite de 49 900 euros para fazer face às despesas com a constituição e registo da mesma, bem como com a aquisição de bens e serviços para o início da sua actividade.

ARTIGO 22.º

Sem prejuízo do disposto no artigo 5.º do Código das Sociedades Comerciais, consideram-se adquiridos pela sociedade os direitos e por ela assumidas as obrigações decorrentes de negócios jurídicos celebrados em nome dela pelo conselho de administração a partir desta data e antes da obtenção do seu registo definitivo.

Está conforme o original.

15 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09699007

MONDEFIN — COMBUSTÍVEIS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7947; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 5/991203.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

CAPÍTULO I

Denominação, sede e objecto social

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de MONDEFIN — Combustíveis, S. A., regendo-se pelo presente contrato, pela legislação geral e especial aplicável, e tem duração indeterminada.

ARTIGO 2.º

A sede social é em Taveiro, na Estrada de Condeixa, freguesia de Taveiro, concelho de Coimbra, podendo ser transferida por simples deliberação do conselho de administração para qualquer outro local dentro do mesmo concelho ou de concelho limítrofe.

ARTIGO 3.º

1 — A sociedade tem por objecto o comércio por grosso e a retalho de combustíveis líquidos e gasosos, bem como toda a actividade, directa ou indirectamente, relacionada com a exploração e gestão de postos de abastecimento de combustíveis, incluindo o comércio a retalho de produtos alimentares e não alimentares e, ainda, a prestação de serviços de manutenção e reparação automóvel.

2 — A sociedade poderá, nos termos previstos na lei, adquirir e alienar participações em sociedades com o objecto diferente do referido no artigo 3.º, em sociedades reguladas por leis especiais, bem como associar-se com outras pessoas jurídicas, para, nomeadamente, formar agrupamentos complementares de empresas, novas sociedades, consórcios e associações em participação.

CAPÍTULO II

Capital social, acções e obrigações

ARTIGO 4.º

1 — O capital social é de 50 000 euros, encontrando-se integralmente subscrito e realizado e é dividido em 10 000 acções ao portador, cada uma com o valor nominal de 5 euros, distribuído da seguinte forma: MONDEFIN, SGPS, S. A., com 49 980 euros; Marc Jean Benoît Babic, com 5 euros; António Gabriel Barros Gonçalves Bastos, com 5 euros; António Manuel Alves Romão Mota, com 5 euros, e Ingrid Marie Anne Edwige Périn, com 5 euros;

2 — A administração, com o parecer favorável do órgão de fiscalização da sociedade, pode deliberar aumentar o capital social por entradas em dinheiro até ao limite de 200 000 euros, competindo-lhe fixar as condições da emissão e a categoria de acções a emitir nos limites da lei e do presente contrato.

ARTIGO 5.º

1 — As acções serão nominativas ou ao portador podendo ser representadas por títulos de 1, 5, 10, 50, 100, 1000 e múltiplos de 1000 acções ou revestir forma escritural.

2 — Poderão ser emitidas acções com prémio de subscrição e acções sem direito a voto que confirmam direito a um dividendo prioritário a fixar pelo órgão da sociedade, que deliberar a emissão.

3 — As acções emitidas, nos termos do número anterior, poderão ser remidas, quando e se a assembleia geral o deliberar, pelo seu valor nominal acrescido de um prémio a definir na deliberação de emissão.

4 — A sociedade pode, dentro dos limites da lei, adquirir acções próprias e títulos de dívida por si emitidos e realizar sobre eles quaisquer operações permitidas por lei.

ARTIGO 6.º

1 — A sociedade poderá amortizar as acções:

a) Detidas por accionistas que utilizem para fins estranhos à sociedade e com prejuízo desta ou de algum accionista as informações obtidas através do exercício do direito de informação que lhes assiste;

b) Transmitidas em consequência de qualquer processo judicial ou administrativo ou de qualquer modo subtraídas à livre disposição do accionista, em termos de serem alienadas, independentemente da sua vontade;

c) Que, em partilha dos bens do casal motivada por divórcio ou separação judicial, fiquem a pertencer ao cônjuge do accionista, salvo se ele já for proprietário de acções da sociedade.

2 — A amortização deverá ser deliberada pela assembleia geral, por maioria qualificada, dentro do prazo de 90 dias a contar do conhecimento que o conselho de administração tenha do facto determinante dessa amortização.

3 — As acções serão amortizadas pelo seu valor contabilístico apurado através do último balanço aprovado, sem qualquer correcção dos seus elementos, activos ou passivos, sendo a contrapartida da amortização paga pela sociedade no prazo de 180 dias a contar da data em que a amortização se tornar efectiva.

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade poderá emitir títulos de dívida, incluindo obrigações, papel comercial e *warrants*, incluindo *warrants* sobre valores mobiliários próprios, nos termos da lei e nas condições que forem estabelecidas em deliberação da assembleia geral ou do conselho de administração.

2 — Para financiamento da sociedade poderão os accionistas prestar suprimentos ou realizar prestações suplementares nos termos em geral permitidos para as sociedades por quotas e com o limite máximo, quanto a estas últimas, de 10 vezes o capital social.

CAPÍTULO III

Órgãos sociais

SECÇÃO I

Disposições gerais

ARTIGO 8.º

São órgãos sociais a assembleia geral, o conselho de administração e o fiscal único.

ARTIGO 9.º

1 — Os membros dos órgãos sociais enumerados no artigo anterior são eleitos por um período de três anos podendo ser reeleitos por uma ou mais vezes e manter-se-ão em funções, para além do termo dos respectivos mandatos, até à tomada de posse de novos membros.

2 — Compete à assembleia geral fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais podendo excluí-la ou referir o respectivo montante a uma percentagem dos lucros do exercício não superior a 5 %.

SECÇÃO II

Assembleia geral

ARTIGO 10.º

1 — A assembleia geral é constituída exclusivamente pelos accionistas com direito a voto possuidores de acções ou títulos de

subscrição que as substituam, e que, as tenham averbadas ou inscritas em seu nome no livro de registo de acções ou em conta de registo de valores mobiliários até 15 dias antes da data designada para a reunião da assembleia geral.

2 — A cada 100 acções corresponde um voto.

3 — Sem prejuízo das limitações legais relativas ao limite de representações, os accionistas poderão fazer-se representar na assembleia geral, contanto que o representante seja um membro do conselho de administração da sociedade, o cônjuge, ascendente ou descendente do accionista ou outro accionista, sendo pessoa singular, ou, tratando-se de pessoa colectiva, por qualquer pessoa designada pelo órgão competente.

4 — Como instrumento de representação voluntária, basta uma carta dirigida ao presidente da mesa da assembleia geral da qual conste a identificação do representante.

ARTIGO 11.º

A mesa da assembleia geral é composta por um presidente e pelo secretário.

ARTIGO 12.º

A assembleia geral considera-se regularmente constituída e poderá validamente deliberar, em primeira convocação, quando se encontrem presentes ou representados accionistas com direito a voto que detenham mais de 50 % do capital social.

ARTIGO 13.º

1 — A assembleia geral reunirá obrigatoriamente nos três primeiros meses de cada ano e, nos termos e condições previstos na lei, a requerimento do conselho de administração, do fiscal único ou de accionistas titulares de acções correspondentes a, pelo menos, 10 % do capital social.

2 — As formalidades relativas à convocatória da assembleia geral, nomeadamente o aviso prévio, podem ser dispensadas desde que todos os accionistas estejam presentes ou devidamente representados.

SECÇÃO III

Administração

ARTIGO 14.º

1 — A sociedade é gerida por um conselho de administração composto por três, cinco ou sete membros eleitos em assembleia geral, por maioria qualificada.

2 — Os membros do conselho de administração caucionarão ou não o exercício do seu cargo, conforme for deliberado pela assembleia geral que os elegeu.

ARTIGO 15.º

1 — O conselho de administração tem os mais amplos poderes de gestão e representação da sociedade, competindo-lhe efectuar todas as operações relativas ao objecto social, incluindo:

a) Representar a sociedade, em juízo e fora dele, propor e contestar quaisquer acções, transigir e desistir das mesmas a comprometer-se em arbitragens;

b) Constituir mandatários para a prática de determinados actos ou categorias de actos, definindo a extensão dos respectivos mandatos.

2 — Dentro dos limites legais, o conselho de administração poderá delegar num ou mais administradores a gestão corrente da sociedade.

3 — Dependem de deliberação aprovada por maioria dos membros do conselho de administração em efectividade de funções:

a) A aquisição, oneração e alienação de participações no capital de quaisquer sociedades, bem como a aquisição, oneração e alienação de imóveis;

b) A designação dos representantes da sociedade para a participação nas assembleias gerais das sociedades em cujo capital participe, bem como a definição das propostas a apresentar e do sentido do voto a exercer por esse representante em cada um dos assuntos para os quais tais assembleias forem convocadas ou que se realizarem, nos termos do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 16.º

1 — As reuniões do conselho de administração têm lugar, pelo menos, uma vez em cada trimestre e sempre que o respectivo presidente ou outros dois administradores as convoquem.

2 — Salvo nos casos referidos no n.º 3 do artigo anterior, o conselho de administração pode deliberar validamente desde que esteja presente a maioria dos seus membros, sendo as deliberações tomadas por maioria absoluta de votos e cabendo ao presidente voto de qualidade.

ARTIGO 17.º

A sociedade fica obrigada pela assinatura de:

- a) Dois administradores;
- b) Um só administrador, se o acto estiver compreendido dentro dos poderes que nele hajam sido delegados por deliberação do conselho consignada em acta

SECÇÃO IV

Fiscalização

ARTIGO 18.º

A fiscalização da sociedade compete a um fiscal único e a um fiscal suplente, designados em assembleia geral, os quais deverão ser sociedades revisores de contas ou revisores oficiais de contas.

CAPÍTULO IV

Lucros

ARTIGO 19.º

1 — Deduzidas as parcelas que por lei se devam destinar à formação da reserva legal, os resultados líquidos evidenciados pelo balanço anual terão a aplicação que a assembleia geral destinar por maioria simples dos votos emitidos, podendo deliberar distribuí-los ou afectá-los a reservas, total ou parcialmente, em qualquer percentagem.

2 — A administração, ouvido o órgão de fiscalização, poderá resolver distribuir aos accionistas lucros ou reservas no decurso de um exercício, nos termos previstos na lei.

CAPÍTULO V

Disposições transitórias

ARTIGO 20.º

1 — Para o primeiro mandato, são desde já designados os seguintes membros para os órgãos sociais:

Mesa da assembleia geral: presidente — Michiel Willem Bos; secretária — Ingrid Marie Anne Edwige Périn.

Conselho de administração: presidente — António Gabriel Barros Gonçalves Bastos; vogais — Marc Jean Benoît Babic e António Manuel Alves Romão Mota.

Fiscal único: efectivo — António Barreira, Fernando Vieira, Justino Romão & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, inscrita na respectiva lista sob o n.º 51, e com sede na Rua do General Firmino Miguel, torre 2, 1.º, B, em Lisboa, representada pelo Dr. António Manuel Mendes Barreira; suplente — Dr. Fernando Jorge Marques Vieira, revisor oficial de contas, inscrito na respectiva lista sob o n.º 564, com domicílio profissional na Rua do General Firmino Miguel, torre 2, 1.º, B, em Lisboa.

2 — Os administradores ficam dispensados de prestar caução.

ARTIGO 21.º

Fica desde já autorizado o conselho de administração a proceder ao levantamento do capital depositado até ao limite de 49 900 euros, para fazer face às despesas com a constituição e registo da mesma, bem como com a aquisição de bens e serviços para o início da sua actividade.

ARTIGO 22.º

Sem prejuízo do disposto no artigo 5.º do Código das Sociedades Comerciais, consideram-se adquiridos pela sociedade os direitos e por ela assumidas as obrigações decorrentes de negócios jurídicos celebrados em nome dela pelo conselho de administração a partir desta data e antes da obtenção do seu registo definitivo.

Está conforme o original.

10 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09698990

COIMBRAPARQUE — SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7946; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 4/991203.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

CAPÍTULO I

Denominação, sede e objecto social

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de COIMBRAPARQUE — Sociedade Imobiliária, S. A. regendo-se pelo presente contrato, pela legislação geral e especial aplicável, e tem duração indeterminada.

ARTIGO 2.º

A sede social é em Taveiro, na Estrada de Condeixa, freguesia de Taveiro, concelho de Coimbra, podendo ser transferida por simples deliberação do conselho de administração para qualquer outro local dentro do mesmo concelho ou de concelho limítrofe.

ARTIGO 3.º

1 — A sociedade tem por objecto o exercício de actividades imobiliárias, comércio e gestão de bens imóveis, em particular no domínio dos parques comerciais, incluindo a aquisição para revenda, arrendamento e outras formas de exploração económica dos mesmos.

2 — A sociedade poderá, nos termos previstos na lei, adquirir e alienar participações em sociedades com o objecto diferente do referido no artigo 3.º, em sociedades reguladas por leis especiais, bem como associar-se com outras pessoas jurídicas, para, nomeadamente, formar agrupamentos complementares de empresas, novas sociedades, consórcios e associações em participação.

CAPÍTULO II

Capital social, acções e obrigações

ARTIGO 4.º

1 — O capital social é de 50 000 euros, encontrando-se integralmente subscrito e realizado e é dividido em 10 000 acções ao portador, cada uma com o valor nominal de 5 euros, distribuído da seguinte forma: MONDEFIN, SGPS, S. A., com 49 980 euros; Marc Jean Benoît Babic, com 5 euros; António Gabriel Barros Gonçalves Bastos, com 5 euros; António Manuel Alves Romão Mota, com 5 euros, e Ingrid Marie Anne Edwige Périn, com 5 euros.

2 — A administração, com o parecer favorável do órgão de fiscalização da sociedade, pode deliberar aumentar o capital social por entradas em dinheiro até ao limite de 200 000 euros, competindo-lhe fixar as condições da emissão e a categoria de acções a emitir nos limites da lei e do presente contrato.

ARTIGO 5.º

1 — As acções serão nominativas ou ao portador podendo ser representadas por títulos de 1, 5, 10, 50, 100, 1000 e múltiplos de 1000 acções ou revestir forma escritural.

2 — Poderão ser emitidas acções com prémio de subscrição e acções sem direito a voto que confirmam direito a um dividendo prioritário a fixar pelo órgão da sociedade, que deliberar a emissão.

3 — As acções emitidas nos termos do número anterior poderão ser remidas, quando e se a assembleia geral o deliberar, pelo seu valor nominal acrescido de um prémio a definir na deliberação de emissão.

4 — A sociedade pode, dentro dos limites da lei, adquirir acções próprias e títulos de dívida por si emitidos e realizar sobre eles quaisquer operações permitidas por lei.

ARTIGO 6.º

1 — A sociedade poderá amortizar as acções:

- a) Detidas por accionistas que utilizem para fins estranhos à sociedade e com prejuízo desta ou de algum accionista as informações obtidas através do exercício do direito de informação que lhes assiste;
- b) Transmitidas em consequência de qualquer processo judicial ou administrativo ou de qualquer modo subtraídas à livre disposição

do accionista, em termos de serem alienadas, independentemente da sua vontade;

c) Que, em partilha dos bens do casal motivada por divórcio ou separação judicial, fiquem a pertencer ao cônjuge do accionista, salvo se ele já for proprietário de acções da sociedade.

2 — A amortização deverá ser deliberada pela assembleia geral, por maioria qualificada, dentro do prazo de 90 dias a contar do conhecimento que o conselho de administração tenha do facto determinante dessa amortização.

3 — As acções serão amortizadas pelo seu valor contabilístico apurado através do último balanço aprovado, sem qualquer correcção dos seus elementos, activos ou passivos, sendo a contrapartida da amortização paga pela sociedade no prazo de 180 dias a contar da data em que a amortização se tornar efectiva.

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade poderá emitir títulos de dívida, incluindo obrigações, papel comercial e *warrants*, incluindo *warrants* sobre valores mobiliários próprios, nos termos da lei e nas condições que forem estabelecidas em deliberação da assembleia geral ou do conselho de administração.

2 — Para financiamento da sociedade poderão os accionistas prestar suprimentos ou realizar prestações suplementares, nos termos em geral, permitidos para as sociedades por quotas e com o limite máximo, quanto a estas últimas, de 10 vezes o capital social.

CAPÍTULO III

Órgãos sociais

SECÇÃO I

Disposições gerais

ARTIGO 8.º

São órgãos sociais a assembleia geral, o conselho de administração e o fiscal único.

ARTIGO 9.º

1 — Os membros dos órgãos sociais enumerados no artigo anterior são eleitos por um período de três anos podendo ser reeleitos por uma ou mais vezes e manter-se-ão em funções, para além do termo dos respectivos mandatos, até à tomada de posse de novos membros.

2 — Compete à assembleia geral fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais podendo excluí-la ou referir o respectivo montante a uma percentagem dos lucros do exercício não superior a 5 %.

SECÇÃO II

Assembleia geral

ARTIGO 10.º

1 — A assembleia geral é constituída exclusivamente pelos accionistas com direito a voto possuidores de acções ou títulos de subscrição que as substituam, e que, as tenham averbadas ou inscritas em seu nome no livro de registo de acções ou em conta de registo de valores mobiliários até 15 dias antes da data designada para a reunião da assembleia geral.

2 — A cada 100 acções corresponde um voto.

3 — Sem prejuízo das limitações legais relativas ao limite de representações, os accionistas poderão fazer-se representar na assembleia geral, contanto que o representante seja um membro do conselho de administração da sociedade, o cônjuge, ascendente ou descendente do accionista ou outro accionista, sendo pessoa singular, ou, tratando-se de pessoa colectiva, por qualquer pessoa designada pelo órgão competente.

4 — Como instrumento de representação voluntária, basta uma carta dirigida ao presidente da mesa da assembleia geral, da qual conste a identificação do representante.

ARTIGO 11.º

A mesa da assembleia geral é composta por um presidente e pelo secretário.

ARTIGO 12.º

A assembleia geral considera-se regularmente constituída e poderá validamente deliberar, em primeira convocação, quando se encontrem presentes ou representados accionistas com direito a voto que detenham mais de 50 % do capital social.

ARTIGO 13.º

1 — A assembleia geral reunirá obrigatoriamente nos três primeiros meses de cada ano e, nos termos e condições previstos na lei, a requerimento do conselho de administração, do fiscal único ou de accionistas titulares de acções correspondentes a, pelo menos, 10 % do capital social.

2 — As formalidades relativas à convocatória da assembleia geral, nomeadamente o aviso prévio, podem ser dispensadas desde que todos os accionistas estejam presentes ou devidamente representados.

SECÇÃO III

Administração

ARTIGO 14.º

1 — A sociedade é gerida por um conselho de administração composto por três, cinco ou sete membros eleitos em assembleia geral, por maioria qualificada.

2 — Os membros do conselho de administração caucionarão ou não o exercício do seu cargo, conforme for deliberado pela assembleia geral que os eleger.

ARTIGO 15.º

1 — O conselho de administração tem os mais amplos poderes de gestão e representação da sociedade, competindo-lhe efectuar todas as operações relativas ao objecto social, incluindo:

a) Representar a sociedade, em juízo e fora dele, propor e contestar quaisquer acções, transigir e desistir das mesmas a comprometer-se em arbitragens;

b) Constituir mandatários para a prática de determinados actos ou categorias de actos, definindo a extensão dos respectivos mandatos.

2 — Dentro dos limites legais, o conselho de administração poderá delegar num ou mais administradores a gestão corrente da sociedade.

3 — Dependem de deliberação aprovada por maioria dos membros do conselho de administração em efectividade de funções:

a) A aquisição, oneração e alieação de participações no capital de quaisquer sociedades, bem como a aquisição, oneração e alienação de imóveis;

b) A designação dos representantes da sociedade para a participação nas assembleias gerais das sociedades em cujo capital participe, bem como a definição das propostas a apresentar e do sentido do voto a exercer por esse representante em cada um dos assuntos para os quais tais assembleias forem convocadas ou que se realizarem, nos termos do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 16.º

1 — As reuniões do conselho de administração têm lugar, pelo menos, uma vez em cada trimestre e sempre que o respectivo presidente ou outros dois administradores as convoquem.

2 — Salvo nos casos referidos no n.º 3 do artigo anterior, o conselho de administração pode deliberar validamente desde que esteja presente a maioria dos seus membros, sendo as deliberações tomadas por maioria absoluta de votos e cabendo ao presidente voto de qualidade.

ARTIGO 17.º

A sociedade fica obrigada pela assinatura de:

a) Dois administradores;

b) Um só administrador, se o acto estiver compreendido dentro dos poderes que nele hajam sido delegados por deliberação do conselho consignada em acta

SECÇÃO IV

Fiscalização

ARTIGO 18.º

A fiscalização da sociedade compete a um fiscal único e a um fiscal suplente designados em assembleia geral os quais deverão ser sociedades revisores de contas ou revisores oficiais de contas.

CAPÍTULO IV

Lucros

ARTIGO 19.º

1 — Deduzidas as parcelas que por lei se devam destinar à formação da reserva legal, os resultados líquidos evidenciados pelo balanço anual terão a aplicação que a assembleia geral destinar por maioria simples dos votos emitidos, podendo deliberar distribuí-los ou afectá-los a reservas, total ou parcialmente, em qualquer percentagem.

2 — A administração, ouvido o órgão de fiscalização, poderá resolver distribuir aos accionistas lucros ou reservas no decurso de um exercício, nos termos previstos na lei.

CAPÍTULO V

Disposições transitórias

ARTIGO 20.º

1 — Para o primeiro mandato, são desde já designados os seguintes membros para os órgãos sociais:

Mesa da assembleia geral: presidente — Michiel Willem Bos; secretária — Ingrid Marie Anne Edwige Périn.

Conselho de administração: presidente — António Gabriel Barros Gonçalves Bastos; vogais — Marc Jean Benoît Babic e António Manuel Alves Romão Mota.

Fiscal único: efectivo — António Barreira, Fernando Vieira, Justino Romão & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, inscrita na respectiva lista sob o n.º 51, e com sede na Rua do General Firmino Miguel, torre 2, 1.º, B, em Lisboa, representada pelo Dr. António Manuel Mendes Barreira; suplente — Dr. Fernando Jorge Marques Vieira, revisor oficial de contas, inscrito na respectiva lista sob o n.º 564, com domicílio profissional na Rua do General Firmino Miguel, torre 2, 1.º, B, em Lisboa.

2 — Os administradores ficam dispensados de prestar caução.

ARTIGO 21.º

Fica desde já autorizado o conselho de administração a proceder ao levantamento do capital depositado até ao limite de 49 900 euros para fazer face às despesas com a constituição e registo da mesma, bem como com a aquisição de bens e serviços para o início da sua actividade.

ARTIGO 22.º

Sem prejuízo do disposto no artigo 5.º do Código das Sociedades Comerciais, consideram-se adquiridos pela sociedade os direitos e por ela assumidas as obrigações decorrentes de negócios jurídicos celebrados em nome dela pelo conselho de administração a partir desta data e antes da obtenção do seu registo definitivo.

Está conforme o original.

10 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09698981

CONSISTENTE — COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES, L.ª DA

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7955; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 7/991207.

Certifico que entre Pedro Manuel Martins Alves Ferreira, casado com Isabel Maria Branco Teles Ferreira; António Miguel Laureano Dinis Tejo, casado com Ana Cristina Falcão Castanheira Roma, e Frederico Manuel Domingues Alves Ferreira, casado com Isabel Maria Ribeiro de Araújo, todos casados na comunhão de adquiridos, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma CONSISTENTE — Comércio de Lubrificantes, L.ª

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua dos Combatentes, 155, 1.º, esquerdo, freguesia da Sé Nova concelho e cidade de Coimbra.

3 — Por simples deliberação da gerência poderá a sede social ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, e serem criadas sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na comercialização a retalho e por grosso de lubrificantes e produtos diversos para o sector automóvel e para a indústria e representação dos mesmos produtos.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 15 000 euros (equivalente a 3 007 230\$) e corresponde à soma de três quotas dos valores nominais e titulares seguintes: duas iguais de 4500 euros cada, pertencente uma a cada um dos sócios Pedro Manuel Martins Alves Ferreira e Frederico Manuel Domingues Alves Ferreira, e uma de 6000 euros, pertencente ao sócio António Miguel Laureano Dinis Tejo.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado, ficará a cargo de sócios ou não sócios que vierem a ser designados em assembleia geral, ficando desde já nomeados gerentes todos os sócios.

2 — Para a sociedade ficar obrigada nos seus actos e contratos é necessária a intervenção de dois gerentes.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

1 — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares até ao montante global correspondente ao décuplo do capital social, desde que deliberado por unanimidade dos sócios que representem a totalidade do capital, reembolsáveis quando julgadas dispensáveis, sendo a data e a forma de restituição fixadas em assembleia geral, que delibere o reembolso.

2 — Qualquer sócio poderá fazer suprimentos à sociedade, quando esta deles carecer, nas condições de retribuição e reembolso que forem acordadas em assembleia geral.

ARTIGO 8.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência ou cessão gratuita não autorizada;
- c) Quando o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações sociais;
- d) No caso de morte de sócio a quem não sucedam herdeiros legítimos;
- e) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;
- f) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;
- g) Por exoneração ou exclusão de um sócio, e
- h) Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade, tomado por maioria, em assembleia geral.

2 — Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou terceiros.

3 — Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

4 — Se por falecimento de um sócio a respectiva quota não for amortizada no prazo de 90 dias, a contar da data do falecimento, os herdeiros deverão designar de entre eles um representante comum.

ARTIGO 9.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

Está conforme o original.

13 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09699317

VAZ SERRA — IMOBILIÁRIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7954; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 6/991207.

Certifico que entre Pedro Miguel de Almeida Ribeiro Vaz Serra e mulher, Lúcia Mendes Duverge Vaz Serra, casados na comunhão de adquiridos, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Vaz Serra — Imobiliária, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de Pinheiro Chagas, 58, freguesia da Sé Nova, concelho e cidade de Coimbra.

2 — A sociedade, por simples deliberação da gerência, poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na compra e venda de bens imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 25 000 euros (equivalente a 5 012 050\$) e corresponde à soma de duas quotas dos valores nominais e titulares seguintes: uma de 24 000 euros, pertencente ao sócio Pedro Miguel de Almeida Ribeiro Vaz Serra, e uma de 1000, pertencente à sócia Lúcia Mendes Duverge Vaz Serra.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado, ficará a cargo de sócios ou não sócios que vierem a ser designados em assembleia geral, ficando desde já nomeado gerente o sócio Pedro Miguel de Almeida Ribeiro Vaz Serra.

2 — Para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos, basta a assinatura de um gerente.

3 — A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

4 — Em ampliação dos poderes de gerência, qualquer gerente poderá, ainda, comprar, permutar e vender veículos automóveis para e da sociedade, onerar bens imóveis, locar estabelecimentos da e para a sociedade, subscrever ou adquirir participações noutras sociedades, bem como proceder à sua alienação e oneração.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objectivo diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes, quando permitida por lei.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio, quando esta for sujeita a arrolamento, arresto, penhora, quando for incluída em massa falida, ou quando, fora dos casos previstos na lei, for cedida sem consentimento da sociedade.

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para a reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

ARTIGO 9.º

1 — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares até ao montante global correspondente ao décuplo do capital social, reembolsáveis quando julgadas dispensáveis, sendo a data e forma de restituição fixadas em assembleia, que delibere o reembolso.

2 — Qualquer sócio poderá fazer suprimentos à sociedade, quando esta deles carecer nas condições de retribuição e reembolso que forem fixadas em assembleia geral.

Está conforme o original.

13 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09699309

ISLAMAR — PRODUTOS DO MAR, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7037; identificação de pessoa colectiva n.º 504072021; inscrição n.º 6; número e data da apresentação: 5/991207.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social para o montante de 102 000 euros, tendo alterado o pacto no artigo 3.º, o qual passou a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e outros bens constantes da escrita social, é de 102 000 euros equivalente a 2 449 164\$) e corresponde à soma de três quotas iguais dos valores nominais de 34 000 euros cada, pertencentes duas à sócia Maria da Conceição Mano Alves Correia Vale Leitão e uma ao sócio Carlos Alberto Silvestre do Vale Leitão.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

13 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09699295

ALBERTO RODRIGUES FERREIRA, UNIPessoal, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7953; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 10/991206.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, mudou a sede e aumentou o capital social para o montante de 50 000 euros, tendo alterado o pacto no corpo do artigo 1.º e nos artigos 2.º e 3.º, os quais passaram a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Alberto Rodrigues Ferreira, Unipessoal, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua da Moeda, 69, freguesia de Santa Cruz, concelho de Coimbra.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto principal a compra e venda de imóveis, construção civil e obras públicas e compra e venda de materiais para construção civil e por actividade acessória o arrendamento de imóveis.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e outros bens constantes da escrita social, é de 50 000 euros (equivalente a 10 024 100\$), representado por uma quota de igual valor nominal, pertencente a ele sócio Alberto Rodrigues Ferreira.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

13 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09699287

LEAL & CARVALHO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7952; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 9/991206.

Certifico que entre Antonino Marques de Carvalho e mulher, Maria Isabel Leal Almeida Carvalho, casados na comunhão de adquiridos,

foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Leal & Carvalho, L.^{da}, e tem a sua sede no lugar de Juncais, freguesia de Taveiro, concelho de Coimbra.

2 — A sociedade, por simples deliberação da gerência, poderá deslocar a sede social para outro local dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como poderá criar filiais, agências, delegações, sucursais ou outras formas locais de representação da sociedade, em território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto o fabrico e comercialização de móveis.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social é de 15 000 euros (equivalente a 3 007 230\$) e corresponde à soma de duas quotas dos valores nominais e titulares seguintes: uma de 9000 euros, pertencente ao sócio Antonino Marques de Carvalho, e uma de 6000 euros, pertencente à sócia Maria Isabel Leal Almeida Carvalho.

2 — Cada um dos sócios realizou, em dinheiro, 50 % do valor da sua quota, devendo realizar, também em dinheiro, os restantes 50 % no prazo de um ano.

ARTIGO 4.º

Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares até ao montante global de 50 000 euros.

ARTIGO 5.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, ficará a cargo dos sócios ou não sócios, conforme vierem a ser designados em assembleia geral, ficando desde já nomeados gerentes ambos os sócios.

2 — Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a assinatura de um gerente.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

Está conforme o original.

9 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09698647

RUI & JORGE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7951; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 8/991206.

Certifico que entre Jorge Paulo Pereira Mariano Lucas, solteiro, maior, e Rui Manuel Mariano Henriques, casado com Isabel Maria Fernandes Pires na comunhão de adquiridos, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Rui & Jorge, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua de Antonino dos Santos, 10, lugar e freguesia de Brasfemes, concelho de Coimbra.

3 — Por deliberação da gerência pode a sede social ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na organização de espectáculos musicais, aluguer de som e luz e comércio de música.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros (equivalente a 1 002 410\$) e corresponde à soma de duas quotas iguais dos valores nominais de 2500 cada, pertencentes uma a cada um dos sócios Jorge Paulo Pereira Mariano Lucas e Rui Manuel Mariano Henriques.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme vier a ser deliberado, ficará a cargo de sócios ou não sócios que forem designados em assembleia geral, ficando desde já nomeados gerentes ambos os sócios.

2 — Para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos é suficiente a assinatura de um gerente.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

1 — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares até ao montante global correspondente ao décuplo do capital, reembolsáveis quando julgadas dispensáveis, sendo a data e a forma de restituição fixadas em assembleia geral, que delibere o reembolso.

2 — Qualquer sócio poderá fazer suprémentos à sociedade, quando esta deles carecer, nas condições de retribuição e reembolso que forem acordadas em assembleia geral.

Está conforme o original.

10 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09699236

FÁBRICAS TRIUNFO, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 483; identificação de pessoa colectiva n.º 500108315; inscrição n.º 44; número e data da apresentação: 9/991209.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte registo:

Nomeação do fiscal único e do suplente para o biênio de 1999-2000, de Leopoldo Alves & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Leopoldo de Assunção Alves, e João Augusto & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Jean-Eric Gaign, respectivamente, sendo a data da deliberação de 13 de Outubro de 1999.

Está conforme o original.

13 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09699147

TRIUNFO — MOAGENS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 4526; identificação de pessoa colectiva n.º 502563389; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 17 e inscrição n.º 20; números e data das apresentações: 7 e 8/991209.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram efectuados os seguintes registos:

1) Cessação de funções de fiscal único, Jorge Manuel Santos Costa, em representação de Bernardes Sismeiro & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, e do suplente, José Poças Esteves, revisor oficial de contas, desde 13 de Outubro de 1999, por renúncia; e

2) Nomeação do fiscal único e do suplente, até final do quadriénio de 1999-2002.

Fiscal único: efectivo — Leopoldo Alves & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Leopoldo de Assunção Alves; suplente — João Augusto & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Jean-Eric Gaign.

Data da deliberação: 13 de Outubro de 1999.

Está conforme o original.

13 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09699139

TRIUNFO — PRODUTOS ALIMENTARES, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 4344; identificação de pessoa colectiva n.º 502449136; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 25 e inscrição n.º 28; números e data das apresentações: 5 e 6/991209.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram efectuados os seguintes registos:

1) Cessação de funções de fiscal único, Jorge Manuel Santos Costa, em representação de Bernardes Sismeiro & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, e do suplente, José Poças Esteves, revisor oficial de contas, desde 13 de Outubro de 1999, por renúncia; e

2) Nomeação do fiscal único e do suplente, até final do quadriénio de 1999-2002.

Fiscal único: efectivo — Leopoldo Alves & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Leopoldo de Assunção Alves; suplente — João Augusto & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Jean-Éric Gaign.

Data da deliberação: 13 de Outubro de 1999.

Está conforme o original.

13 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09699120

TRIUNFO — ARROZ, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 4528; identificação de pessoa colectiva n.º 502563206; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 20 e inscrição n.º 23; números e data das apresentações: 3 e 4/991209.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram efectuados os seguintes registos:

1) Cessação de funções de fiscal único, Jorge Manuel Santos Costa, em representação de Bernardes Sismeiro & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, e do suplente, José Poças Esteves, revisor oficial de contas, desde 13 de Outubro de 1999, por renúncia; e

2) Nomeação do fiscal único e do suplente, até final do quadriénio de 1999-2002.

Fiscal único: efectivo — Leopoldo Alves & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Leopoldo de Assunção Alves; suplente — João Augusto & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Jean-Éric Gaign.

Data da deliberação: 13 de Outubro de 1999.

Está conforme o original.

13 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09699112

MARIA & MANUEL — SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7957; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 2/991209.

Certifico que entre Manuel Inácio Peres e mulher, Maria Adelina Ramos Peres, casados na comunhão geral, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Maria & Manuel — Sociedade Imobiliária, L.^{da}, com sede na Rua de Machado de Castro, 81, 1.º, direito, na cidade de Coimbra, e durará por tempo indeterminado.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a compra e venda de bens imobiliários, para revenda; construção de edifícios, no todo ou em parte, e engenharia civil.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma de duas quotas iguais de 2500 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios.

ARTIGO 4.º

A administração da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, fica a cargo de ambos os sócios, desde já nomeados gerentes, sem caução e com ou sem remuneração, de acordo com a deliberação a ser tomada em assembleia geral.

§ único. Para obrigar a sociedade em todos os actos e contratos é suficiente a assinatura de qualquer gerente.

Está conforme o original.

10 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09699104

AUTO VAZ REIS — REPARAÇÃO DE AUTOMÓVEIS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7956; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/991209.

Certifico que entre António Vaz dos Reis, casado com Filomena Correia da Silva dos Reis, e José Manuel Amado Matias Caleiras, casado com Dulce Ferreira Caleiras Matias, ambos casados na comunhão de adquiridos, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Auto Vaz Reis — Reparação de Automóveis, L.^{da}, e tem a sua sede no lugar de Tirado, freguesia de Cernache, concelho de Coimbra.

§ único. A sociedade, por simples deliberação da gerência, poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como poderá criar sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na exploração de oficina de reparação de automóveis.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros (equivalente a 1 002 410\$) e corresponde à soma de duas quotas dos valores nominais e titulares seguintes: uma de 4250 euros, pertencente ao sócio António Vaz dos Reis, e uma de 750 euros, pertencente ao sócio José Manuel Amado Matias Caleiras.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado, ficará a cargo de sócios ou não sócios que vierem a ser designados em assembleia geral, ficando desde já nomeados gerentes o sócio António Vaz dos Reis e a não sócia Filomena Correia da Silva dos Reis, casada e residente com o primeiro outorgante.

2 — Para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos, basta a assinatura de um gerente.

ARTIGO 5.º

1 — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares até ao montante global correspondente ao décuplo do capital social.

2 — Depende de deliberação dos sócios a celebração de contratos de suprimentos.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

a) Se a mesma for arrestada, penhorada ou, de algum modo, envolvida em qualquer processo judicial, onde possa vir a ser alienada coersivamente;

b) Se ao seu titular foram imputados factos gravemente violadores das suas obrigações para com a sociedade ou nocivos nos interesses sociais;

c) Se a quota for cedida em contravenção ao disposto no anterior artigo 6.º

ARTIGO 8.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

Está conforme o original.

14 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09699090

JACAFLOR — CERÂMICA DECORATIVA E PRODUÇÃO DE FLORES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 6658; identificação de pessoa colectiva n.º 503963020.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas as contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

23 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09699821

OLIVEIRA & CONCEIÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 4903.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas as contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

23 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09699775

O JARDIM DA ROSA — JARDIM-DE-INFÂNCIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 6125.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas as contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

23 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09699783

MANUEL VASCO MENEZES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 2503.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas as contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

23 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09699767

LABORATÓRIO ANÁLISES CLÍNICAS SÃO JOSÉ, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 2314.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas, em 15 de Dezembro de 1999, as contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

16 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09699546

JORNAL DE REABILITAÇÃO E TRAMATOLOGIA DO DESPORTO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 6271; identificação de pessoa colectiva n.º 503586811.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas, em 15 de Dezembro de 1999, as contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

16 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09699589

SEREME — SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO MÉDICA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 5357; identificação de pessoa colectiva n.º 503073652.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas, em 15 de Dezembro de 1999, as contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

16 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09699570

FIBROCOIMBRA — COMÉRCIO IMPORT EXPORT, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 6010; identificação de pessoa colectiva n.º 503497606.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas, em 13 de Dezembro de 1999, as contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

16 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09699481

GUIPUZCOANA TRANSPORTES COIMBRA, UNIPESSOAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7301; identificação de pessoa colectiva n.º 504339294.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas, em 13 de Dezembro de 1999, as contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

16 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09699490

CENTROTORNEIRAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 4377; identificação de pessoa colectiva n.º 502482648.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas as contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

14 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09699457

EDILIBER — EDITORA DE PUBLICAÇÕES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 3373; identificação de pessoa colectiva n.º 501589970.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas as contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

14 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09699430

FERNANDO DIAS DUARTE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 6781; identificação de pessoa colectiva n.º 504111663.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas as contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

14 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09699058

MARY SKY BAR, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 6809; identificação de pessoa colectiva n.º 503961655.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas as contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

14 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09699260

MAC — MOLDURAS DE ARTE DE COIMBRA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 5551; identificação de pessoa colectiva n.º 503177520.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas as contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

14 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09699066

LE SON — CAFÉ CONCERTO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 7316; identificação de pessoa colectiva n.º 504237390.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram depositadas as contas de exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

14 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09699252

FAIANÇAS SUBTIL, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 6674; identificação de pessoa colectiva n.º 500643075; inscrição n.º 31; número e data da apresentação: 2/991216.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foi feito o registo de projecto de fusão.

Modalidade e sociedades participantes: incorporação da sociedade MIDERÂMICA — Empresa de Cerâmica, S. A., na sociedade Faianças Subtil, S. A.

Está conforme o original.

20 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09699562

HIGICOIMBRA — COMÉRCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE DOMÉSTICA E PROFISSIONAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 6389; identificação de pessoa colectiva n.º 503671517; inscrição n.º 9; número e data da apresentação: 1/991216.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, em 6 de Maio de 1998, foi nomeado gerente o sócio António Manuel Cunha Marques da Silva.

Está conforme o original.

20 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09699597

BORUT — PEÇAS DE AUTOMÓVEIS E MÁQUINAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 6979; identificação de pessoa colectiva n.º 504052128; averbamento n.º 1 e inscrição n.º 7; números e data das apresentações: 9 e 12/991215.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, em 6 de Dezembro de 1999, foi nomeado gerente o sócio Ernesto Ribeiro Júnior, e renunciado à gerência Nuno Manuel Gonçalves Fonseca, e, ainda, foram alterados os artigos 1.º, n.º 1, e 4.º do pacto social, os quais passam a ter a redacção seguinte:

1.º

1 — A sociedade adopta a firma BORUT — Peças de Automóveis e Máquinas, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua da Cidade de Santa Clara da Califórnia, 77, rés-do-chão, esquerdo, freguesia de Eiras, concelho de Coimbra.

2 —

4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5 000 000\$ e corresponde à soma de duas quotas: uma do valor nominal de 3 725 000\$, pertencente ao sócio Ernesto Ribeiro Júnior, e outra do valor nominal de 1 275 000\$, pertencente à sócia Ana Rita Claro Ribeiro.

O texto completo do pacto social, na sua redacção actualizada, foi depositado na respectiva pasta.

Está conforme o original.

16 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09699554

FERRAGENS DE COIMBRA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 813; identificação de pessoa colectiva n.º 500113149; averbamentos n.ºs 1 e 2 à inscrição n.º 9 e inscrição n.º 16; números e data das apresentações: 2, 6 e 7/991215.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foram efectuados os seguintes registos:

1) Cessação de funções de gerentes, desde 29 de Outubro de 1999, dos sócios Manuel Augusto da Silva Portázio, por renúncia, e Manuel Gomes Bernardo, por destituição;

2) Nomeação para o cargo de gerente, desde 29 de Outubro de 1999, do sócio Manuel António Pinto.

Está conforme o original.

16 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09699538

IPAC — INDÚSTRIA PORTUGUESA DE CAFÉS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 1507; identificação de pessoa colectiva n.º 500141169; inscrição n.º 8; número e data da apresentação: 6/991214.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Nomeação para o cargo de gerente, desde 11 de Outubro de 1999, da sócia Mafalda Sofia Fonseca Dias da Silva.

Está conforme o original.

17 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Peneda de Lima e Pina*. 09699520

DEDUÇÃO — CENTRO DE ENSINO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 4951; identificação de pessoa colectiva n.º 502785896; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 5/991214.

Certifico que, com referência à sociedade em epígrafe, foi efectuado o registo de dissolução e encerramento da liquidação, sendo 30 de Outubro de 1999 a data da aprovação das contas.

Está conforme o original.

16 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*. 09699511

MIRANDA DO CORVO

PRÉ-BEIRA — PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Miranda do Corvo. Matrícula n.º 214/950616; identificação de pessoa colectiva n.º 503445670; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 1/991118.

Certifico que, por escritura outorgada em 15 de Outubro de 1999, exarada a fl. 145 do livro n.º 147 do Cartório Notarial de Miranda do Corvo, foi aumentado o capital social da sociedade em epígrafe, de 10 000 000\$ para 25 000 000\$, tendo, em consequência, sido alterado o artigo 3.º do pacto social, o qual passa a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado, é de 25 000 000\$ e corresponde à soma das seguintes quotas: uma quota do valor nominal de 23 750 000\$, titulada em nome do sócio António Manuel Fernandes Simões, e uma quota do valor nominal de 1 250 000\$, titulada em nome da sócia Noémia dos Santos Marreco Simões.

Mais certifico que o texto completo do pacto social da mesma sociedade, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Conferida, está conforme.

13 de Dezembro de 1999. — A Ajudante, (*Assinatura ilegível.*)
08337535

PENELA

TRANSPORTES HERALGRIPE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Penela. Matrícula n.º 149/991229; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/991229.

Certifico que entre Hermínio Grilo de Oliveira e mulher, Alice Maria dos Santos Alves Pereira, casados na comunhão de adquiridos, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Transportes Heralgripe, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede no lugar e freguesia de Rabaçal, concelho de Penela.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste em transporte nacional e internacional de mercadorias e aluguer de máquinas.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 50 000 euros (equivalente a 10 024 100\$) e corresponde à soma de duas quotas iguais dos valores nominais de 25 000 euros cada, pertencentes uma a cada um dos sócios Hermínio Grilo de Oliveira e Alice Maria dos Santos Alves Pereira.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme vier a ser deliberado, ficará a cargo de sócios ou não sócios que forem designados em assembleia geral, ficando desde já nomeados gerentes ambos os sócios.

2 — Para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos é necessária a assinatura conjunta de dois gerentes, sendo sempre obrigatória a de Alice Maria dos Santos Alves Pereira.

3 — A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes, quando permitida por lei.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio, quando esta for sujeita a arrolamento, arresto, penhora, quando for incluída em massa falida, ou quando, fora dos casos previstos na lei, for cedida sem consentimento da sociedade.

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

ARTIGO 9.º

1 — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares até ao montante global correspondente ao décuplo do capital, reembolsáveis quando julgadas dispensáveis, sendo a data e a forma de restituição fixadas em assembleia geral, que delibere o reembolso.

2 — Qualquer sócio poderá fazer suprimimentos à sociedade, quando esta deles carecer, nas condições de retribuição e reembolso que forem acordadas em assembleia geral.

Está conforme o original.

29 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Dina Fernanda de Jesus Rafael.*
09624929

ÉVORA

BORBA

RADIKAL ÓPTICA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Borba. Matrícula n.º 230/980702; identificação de pessoa colectiva n.º 504185276; data da entrega: 291199.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos de prestação de contas do exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

29 de Novembro de 1999. — A Ajudante, *Ana Paula Carona Conceição Baltazar.*
08335753

ESTREMOZ

OUTEIRO RUIVO, SOCIEDADE TURÍSTICA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Estremoz. Matrícula n.º 362/120393; identificação de pessoa colectiva n.º 502944005; data do depósito: 251199.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, se encontram depositados os documentos da prestação de contas, referentes ao exercício do ano de 1998.

Conferida, está conforme.

25 de Novembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Maria Fernanda Banha Charcas Prates.*
11772182

PASTELARIA E CONFEITARIA FORMOSA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Estremoz. Matrícula n.º 174/190182; identificação de pessoa colectiva n.º 501233873; inscrição n.º 12; número e data da apresentação: 6/021299.

Certifico que, por escritura lavrada em 29 de Outubro de 1999, exarada de fl. 92 a fl. 94 do livro n.º 109-C do Cartório Notarial de Estremoz, foram alterados os artigos 1.º, 3.º e 5.º e aditado um § único ao artigo 2.º, os quais passam a ter a redacção seguinte:

1.º

A sociedade adopta a firma Pastelaria e Confeitaria Formosa, L.^{da}, e tem a sua sede na Zona Industrial, lote 103, freguesia de Estremoz (Santa Maria), concelho de Estremoz.

2.º

§ único. A sociedade poderá participar em sociedades de objecto diferente do seu, em sociedades de responsabilidade ilimitada, regidas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 3 000 000\$ e corresponde à soma de três quotas iguais de 1 000 000\$ cada, pertencendo uma a cada um dos sócios.

5.º

1 — A gerência e a representação da sociedade compete a um ou mais gerentes, que serão nomeados em assembleia geral.

2 — Ficam desde já designados gerentes todos os sócios.

3 — Para obrigar a sociedade são necessárias as assinaturas conjuntas de três gerentes.

4 — A gerência será ou não remunerada, conforme for deliberado em assembleia geral.

Certifico ainda que Gilberto José da Silva Prates e Maria Justina Carrilho Ferreira, renunciaram, desde 29 de Outubro de 1999, à gerência que vinham exercendo na mesma sociedade.

Mais certifico que foi depositada a redacção do pacto.

Conferida, está conforme.

21 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Maria Fernanda Banha Charcas Prates*. 11772204

REGUENGOS DE MONSARAZ

HABI-MONSARAZ — SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO HABITACIONAL E TURÍSTICA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Reguendos de Monsaraz. Matrícula n.º 179/920211; identificação de pessoa colectiva n.º 502699655.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, em 7 de Janeiro de 2000, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

10 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Fernando Rosa Valente Pereira*. 08379505

INFANTE — CONFEITARIA E PASTELARIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Reguendos de Monsaraz. Matrícula n.º 342/991230; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/301299.

Certifico que entre José Inácio Conchinha e mulher, Maria Susana Mendes Lucena Conchinha, casados na comunhão de adquiridos, residentes na Zona Norte, lote 18, Reguengos de Monsaraz, por escritura lavrada em 27 de Outubro de 1999, exarada a fl. 17 do livro n.º 20-C do Cartório Notarial deste concelho, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a denominação de INFANTE — Confeitaria e Pastelaria, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua do Infante D. Henrique, 5 e 7, na vila, freguesia e concelho de Reguendos de Monsaraz.

§ único. Por simples deliberação da gerência, a sociedade poderá transferir a sua sede social para qualquer lugar dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como abrir filiais, sucursais ou outras formas de representação, dentro do território nacional ou no estrangeiro.

2.º

A sociedade tem por objecto o fabrico e comercialização de pastelaria e confeitaria.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 2 004 820\$, correspondente a 10 000 euros e corresponde à soma de duas quotas iguais de 1 002 410\$ cada, pertencendo uma a cada sócio.

4.º

A gerência e administração da sociedade, constituída por sócios ou não, é nomeada em assembleia geral e terá ou não remuneração, conforme venha a ser deliberado, sendo necessária a assinatura de um gerente eleito para obrigar a sociedade.

§ único. Ficam desde já nomeados gerentes ambos os sócios.

5.º

É vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos ao objecto social.

6.º

A divisão e cessão de quotas entre sócios é livre; porém, a favor de estranhos, precisa sempre do consentimento da sociedade.

Está conforme o original.

10 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Fernando Rosa Valente Pereira*. 08379513

ABG — SOCIEDADE AGRÍCOLA DA ABEGOARIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Reguendos de Monsaraz. Matrícula n.º 136/890502; identificação de pessoa colectiva n.º 502151692.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, em 7 de Janeiro de 2000, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

10 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Fernando Rosa Valente Pereira*. 08378797

VENDAS NOVAS

RESTAURANTE PREGO & RATO, L.^{DA}

Sede: Rua de Almada Negreiros, sem número, Vendas Novas

Conservatória do Registo Comercial de Vendas Novas. Matrícula n.º 236/991229; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/991229.

Certifico que, por escritura de 17 de Dezembro de 1999, lavrada a fl. 129 do livro n.º 38 do Centro de Formalidades das Empresas de Setúbal, foi constituída a sociedade supra-referida em que são sócios João Manuel Pires da Silva Prego e Maria de Fátima Rato Prego, a qual se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Restaurante Prego & Rato, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua de Almada Negreiros, sem número, em Vendas Novas, freguesia e concelho de Vendas Novas.

3 — Por simples deliberação da gerência, a sede social poderá ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, e serem criadas ou encerradas agências, filiais, delegações, sucursais ou outras formas de representação, em território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na exploração de estabelecimento de café, restaurante e marisqueira.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 1 002 410\$, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de duas quotas iguais do valor nominal de 501 205\$ cada, pertencente uma a cada um dos sócios.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, compete aos sócios, que desde já ficam nomeados gerentes.

2 — Para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos é necessária a intervenção de um gerente.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

Disposição transitória

A gerência fica desde já autorizada a levantar a totalidade do capital social depositado, a fim de custear as despesas de constituição e registo da sociedade, aquisição de equipamento e instalação da sede social e a adquirir para esta quaisquer bens móveis ou direitos, mesmo antes do seu registo definitivo, assumindo a sociedade todos os actos praticados pela gerência, nesse período, logo que definitivamente matriculada.

Foi conferida e está conforme.

29 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Décia Reis Pinto*.
08991146

VILA VOÇOSA**VIÇOPAPEL — ARTIGOS DE ESCRITÓRIO, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Vila Voçosa. Matrícula n.º 293/930507; identificação de pessoa colectiva n.º 502979119.

Certifico, para os fins do disposto nos artigos 71.º e 72.º do Código do Registo Comercial que, com relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado em 29 de Dezembro de 1999, o registo de prestação de contas, relativo ao ano de 1998, mediante o depósito dos documentos respectivos.

Está conforme o original.

29 de Dezembro de 1999. — A Ajudante, *Maria Catarina Virtuosa Mourato Coelho Pires Pernas*.
08907846

FARO**ALBUFEIRA****JOSÉ EDUARDO VENTURA DO CARMO & C.^A, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Albufeira. Matrícula n.º 2038/991029; identificação de pessoa colectiva n.º 501912428; inscrição n.º 19; número e data da apresentação: 4/991029.

Certifico que, por escritura lavrada em 6 de Setembro de 1999, exarada a fl. 101 v.º do livro n.º 73-F do Cartório Notarial de Silves, foram alterados os artigos 1.º, 3.º, 6.º e 7.º da sociedade em epígrafe, os quais passaram a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma José Eduardo Ventura do Carmo & C.^A, L.^{DA}, e tem a sua sede em Ferreiras, caixa postal 124-T, Albufeira, freguesia de Ferreiras, concelho de Albufeira.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 130 000 000\$, integralmente realizado e subscrito em dinheiro e corresponde à soma de cinco quotas: duas do valor nominal de 58 500 000\$ cada, uma do sócio António Cristina Rodrigues, e outra da sócia Arminda Sousa Figueira; outra quota do valor nominal de 6 500 000\$ do sócio Rui Manuel Figueira Rodrigues, e duas quotas do valor nominal de 6 480 000\$ e 20 000\$, ambas da sócia Maria de Fátima Figueira Rodrigues.

ARTIGO 6.º

São desde já nomeados gerentes os sócios Rui Manuel Figueira Rodrigues e Maria de Fátima Figueira Rodrigues, os quais ficam dispensados de prestar caução.

ARTIGO 7.º

Nas assembleias gerais, os sócios podem fazer-se representar por qualquer pessoa, mesmo que estranha à sociedade.

O texto actualizado do contrato, encontra-se depositado na pasta respectiva.

22 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Maria de Lurdes da Silva Santos*.
10484302

LAGOS**PINTO & LEAL — ALUGUER DE BICICLETAS E MOTORIZADAS, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Lagos. Matrícula n.º 1598/950418; identificação de pessoa colectiva n.º 503401340; data da apresentação: 151299.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas, relativas ao ano de 1998.

16 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Dina Maria Viegas Raminhos*.
11729899

LOULÉ**HABISERVE — SERVIÇOS PARA HABITAÇÃO, L.^{DA}**

Sede: Edifício Sol do Algarve, 1.º, à Estrada Nacional n.º 125, freguesia da Quarteira

Conservatória do Registo Comercial de Loulé. Matrícula n.º 3765/970214; identificação de pessoa colectiva n.º 501879331; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 34/970226.

Certifico que foi reforçado o capital de 400 000\$ para 500 000 000\$, e alterados os artigos 1.º, 3.º, 4.º, n.º 1, 5.º e 6.º do contrato da sociedade em epígrafe, os quais ficaram com a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma HABISERVE — Serviços para Habitação, L.^{DA}, e tem a sua sede no 1.º andar do Edifício Sol do Algarve, à Estrada Nacional n.º 125, em Quarteira, Loulé.

2 — A gerência da sociedade poderá transferir a sede social para qualquer outro local dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe e, bem assim, poderá criar ou encerrar sucursais, filiais, agências, dependências ou outras formas legais de representação, tanto em território nacional como no estrangeiro.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, já entrado na caixa social, é de 500 000 000\$ e corresponde à soma de cinco quotas iguais do valor nominal de 100 000 000\$, pertencentes ao sócio Vítor Manuel Correia Duarte.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme vier a ser deliberado em assembleia geral, pertence a todos os sócios, bastando a assinatura de qualquer deles para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos.

ARTIGO 5.º

São livremente permitidas as divisões e cessões de quotas, entre sócios; todavia, na cessão a estranhos, fica a mesma dependente do consentimento da sociedade.

ARTIGO 6.º

A sociedade pode amortizar ou fazer adquirir pelos sócios qualquer quota nos casos previstos na lei e quando seja penhorada ou, por qualquer modo compulsivo, colocada sob a administração de não sócios.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

11 de Novembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Maria Helena Teixeira Lima*.
07030541

PORTIMÃO**NUNES & IRMÃO, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 1141/830201; identificação de pessoa colectiva n.º 501363874; número e data da apresentação: 17/990617.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

27 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*.
09596399

ALUMÍNIOS J. J. V., L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 2417/920428; identificação de pessoa colectiva n.º 502752319; número e data da apresentação: 18/990617.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

27 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*.
09596445

M. J. S. — PINTURAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 2789/950117; identificação de pessoa colectiva n.º 503342513; número e data da apresentação: 19/990617.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

27 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*.
10925759

EXISTÊNCIA — COMÉRCIO DE ARTESANATO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 2544/930225; identificação de pessoa colectiva n.º 502950420; número e data da apresentação: 21/990617.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

27 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*.
08997152

PORTIRODAS — COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 3161/971001; identificação de pessoa colectiva n.º 503993638; número e data da apresentação: 22/990617.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

27 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*.
08997110

ASSISPOR — ASSISTÊNCIA E EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 2379/920305; data da apresentação: 23/990617.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

27 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*.
08997144

CIMBALIARTE — EQUIPAMENTOS HOTELEIROS DE ALIETE & MACHADO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 2325/911009; identificação de pessoa colectiva n.º 502121599; número e data da apresentação: 24/990617.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

26 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*.
08997136

PROFITUS — SOFTWARE DE GESTÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 2645/931103; identificação de pessoa colectiva n.º 503273597; inscrição E-7; número e data da apresentação: 18/990503.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

26 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*.
09571477

CARLOS SANTOS & GUERREIRO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 2545/930305; identificação de pessoa colectiva n.º 502960412; número e data da apresentação: 25/990617.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

26 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*.
08997101

PACHECO, EUCLIDES & ANÍBAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 698/770919; identificação de pessoa colectiva n.º 500677468; número e data da apresentação: 139/990629.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

30 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*.
09588213

PAVITO — IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 1505/861106; identificação de pessoa colectiva n.º 501752021; número e data da apresentação: 47/990621.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

27 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 08997624

AVAP — HOTÉIS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 1323/850508; identificação de pessoa colectiva n.º 501496726; número e data da apresentação: 48/990621.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

27 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09596763

F. A. M. A. — FOMENTO AGRO-MERCANTIL DO ALGARVE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 209/560627; número e data da apresentação: 13/990617.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

27 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09582975

HENRIQUE WILSON, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 714/771213; identificação de pessoa colectiva n.º 500714576; número e data da apresentação: 14/990617.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

27 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 08997225

ALBERTO MARQUES & C.^A, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 1900/890314; identificação de pessoa colectiva n.º 502122412; número e data da apresentação: 15/990617.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

27 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 08997179

LOGÓTRATO — AGÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO E SERVIÇOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 3323/981105; identificação de pessoa colectiva n.º 504285351; número e data da apresentação: 115/990625.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

30 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09596178

ARTHUR & ANA LOPES — CLÍNICA MÉDICA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 2881/950922; identificação de pessoa colectiva n.º 503525839; número e data da apresentação: 112/990625.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

30 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09588027

HOTÉIS FLOYDE — INDÚSTRIA HOTELEIRA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 3244/980420; identificação de pessoa colectiva n.º 504138537; número e data da apresentação: 119/990628.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

30 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09588094

LEODORE — PRONTO-A-VESTIR, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 3307/980910; identificação de pessoa colectiva n.º 504283359; número e data da apresentação: 118/990628.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

30 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09588086

TRANSPORTES VENCEDORES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 2929/960219; identificação de pessoa colectiva n.º 503591874; inscrição n.º 117/990628.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

30 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09588060

SOTURVAU — SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, TURÍSTICA E HOTELEIRA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 1304/850128; identificação de pessoa colectiva n.º 501532366; número e data da apresentação: 114/990625.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

30 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09596313

CHRISTINE & KARL, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 1697/880208; identificação de pessoa colectiva n.º 501941789; número e data da apresentação: 110/990625.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

30 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 08997446

BARRICA — HOTELARIA E TURISMO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 2207/901016; identificação de pessoa colectiva n.º 502429275; número e data da apresentação: 108/990625.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

30 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 08997365

LUAR DA ROCHA — EXPLORAÇÃO TURÍSTICA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 2691/940318; identificação de pessoa colectiva n.º 503164496; número e data da apresentação: 107/990625.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

30 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 08997420

GLÓRIA & SILVESTRE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 930/810113; identificação de pessoa colectiva n.º 501124713; número e data da apresentação: 105/990625.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

30 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 08997683

LOJA M — SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 1361/851105; identificação de pessoa colectiva n.º 501584412; número e data da apresentação: 104/990625.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

30 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 08997675

ENGIURB — ENGENHARIA E URBANISMO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 2071/900309; identificação de pessoa colectiva n.º 502304910; número e data da apresentação: 103/990625.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

30 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09596690

AVELAR & SILVA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 3051/970117; identificação de pessoa colectiva n.º 503835358; número e data da apresentação: 102/990625.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

30 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09596674

A. F. A. G. — DESINFECÇÕES E QUÍMICOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 2596/930707; identificação de pessoa colectiva n.º 503032417; número e data da apresentação: 101/990625.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

30 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09596682

LETO, SANTANA & CERQUEIRA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 3011/961018; identificação de pessoa colectiva n.º 503750700; número e data da apresentação: 99/990625.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

30 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09596658

JAIME QUINTINO DE AVELAR — PAPELARIA, ARTESANATO E DECORAÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 268/630321; identificação de pessoa colectiva n.º 500911525; número e data da apresentação: 100/990625.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

30 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09596666

ENTREPOSTO ALGARVE — VIATURAS E MÁQUINAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 1162/830407; identificação de pessoa colectiva n.º 501387064; número e data da apresentação: 51/990622.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

30 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09596810

**MARTINS & SANTOS (PORTIMÃO) — COMÉRCIO
DE PRODUTOS ALIMENTARES, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 3016/961029; identificação de pessoa colectiva n.º 503772003; inscrição n.º 130/990629.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

30 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09588132

LINFA — ARTESANATO E DECORAÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 1962/890628; identificação de pessoa colectiva n.º 502185627; número e data da apresentação: 129/990629.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

30 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09597093

POSTALIS — PRODUÇÃO DE POSTAIS ILUSTRADOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 3224/980312; identificação de pessoa colectiva n.º 504112520; número e data da apresentação: 132/990629.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

30 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09588140

**LOJA DO INVESTIDOR — LOTARIAS, FILATELIA E
NUMISMÁTICA, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 3249/980505; identificação de pessoa colectiva n.º 504157850; número e data da apresentação: 133/990629.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

30 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09570063

**C. P. M. D. — CLÍNICA DE PEDIATRIA E MEDICINA
DENTÁRIA, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 3192/980114; identificação de pessoa colectiva n.º 504055151; número e data da apresentação: 134/990629.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

30 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09588159

**VISTALGRÁFICA — EDIÇÕES GRÁFICAS
E PUBLICIDADE, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 2343/911209; identificação de pessoa colectiva n.º 502658274; número e data da apresentação: 135/990629.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

30 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09588167

**HEZAGNOSUL — PROPRIEDADES
E CONSTRUÇÕES, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 2355/920114; identificação de pessoa colectiva n.º 502676256; número e data da apresentação: 137/990629.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

30 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09588205

VINAGRE & OLIVEIRA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 646/760726; identificação de pessoa colectiva n.º 500628610; número e data da apresentação: 136/990629.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

30 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09588183

JOÃO JOSINO DA COSTA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 808/790406; identificação de pessoa colectiva n.º 500858454; número e data da apresentação: 33/990618.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

28 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09596534

ADREDITINA — RESTAURAÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 2903/951123; identificação de pessoa colectiva n.º 503529737; número e data da apresentação: 34/990621.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

28 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09596577

**ADRIJOR — SOCIEDADE DE RESTAURANTES
E INVESTIMENTOS TURÍSTICOS, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 3053/970122; identificação de pessoa colectiva n.º 503806439; número e data da apresentação: 35/990621.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

28 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09597018

LIN-LI, ACTIVIDADES HOTELEIRAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 1787/880629; identificação de pessoa colectiva n.º 502009721; número e data da apresentação: 36/990621.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

28 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09596569

FARINHAS EUROPA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 2394/920326; identificação de pessoa colectiva n.º 502731842; número e data da apresentação: 37/990621.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1997.

Está conforme o original.

28 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09596542

**ABAL — EQUIPAMENTOS DE ASPERSÃO, BOMBAGEM
E AQUECIMENTO, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 1261/840711; identificação de pessoa colectiva n.º 501477551; número e data da apresentação: 38/990621.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1997.

Está conforme o original.

28 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09596585

JOSÉ MANUEL, FELICIANO & SILVA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 2683/940301; identificação de pessoa colectiva n.º 503164755; número e data da apresentação: 42/990621.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

28 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 08997128

PORTICAR — COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 2694/940323; identificação de pessoa colectiva n.º 503164739; número e data da apresentação: 41/990621.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

28 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 08997055

**AUTO DOURADA — ALUGUER DE VEÍCULOS
AUTOMÓVEIS, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 2252/910208; identificação de pessoa colectiva n.º 501819070; número e data da apresentação: 43/990621.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

28 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09596640

**PIZZA UNO PORTUGAL — COMÉRCIO E INDÚSTRIA
DE ALIMENTAÇÃO, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 2375/920224; identificação de pessoa colectiva n.º 502706538; número e data da apresentação: 44/990621.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

28 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 08997608

**VIALGARVE — DIVERSÕES, EXCURSÕES
E DESPORTOS, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 475/710706; identificação de pessoa colectiva n.º 500297223; número e data da apresentação: 45/990621.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

27 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 08997594

**BARBOSA & FREITAS — GESTÃO E CONTABILIDADE
DE EMPRESAS, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 1357/851014; identificação de pessoa colectiva n.º 501589562; número e data da apresentação: 46/990621.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

27 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 08997616

FURTADO, DUARTE & VINHAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 2378/920305; identificação de pessoa colectiva n.º 502717467; número e data da apresentação: 27/990617.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

26 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09596526

ANADIRO FERNANDO & SALVADOR, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 2823/950330; identificação de pessoa colectiva n.º 503400998; número e data da apresentação: 29/990617.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

26 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09596038

ESPLANADA VENEZA — JOSÉ ANTÓNIO GONÇALVES & IRMÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 2809/950308; identificação de pessoa colectiva n.º 503382132; número e data da apresentação: 28/990617.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

26 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09596054

CLARINHA — JOALHEIROS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 2438/920615; identificação de pessoa colectiva n.º 502783109; número e data da apresentação: 30/990617.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

26 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09596062

1000 CÓPIA — CENTRO DE CÓPIA, SOCIEDADE UNIPESSOAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 311/980930; identificação de pessoa colectiva n.º 504284681; número e data da apresentação: 31/990617.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

26 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09596046

AQUA PONTO — COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COM ÁGUA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 2076/900315; identificação de pessoa colectiva n.º 502314443; número e data da apresentação: 32/990617.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

26 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 08997578

BRECHAL — MÁRMORES E BRECHAS DO ALGARVE, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 993/810827; identificação de pessoa colectiva n.º 501169814; número e data da apresentação: 20/990617.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

26 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 08997560

ROCHATO — ENGENHARIA CIVIL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 1446, fl. 169, C-4; número e data da apresentação: 6/990615.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

26 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09596330

ROSACOSTA — COMÉRCIO DE VESTUÁRIO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 2029/900103; identificação de pessoa colectiva n.º 502264209; número e data da apresentação: 12/990616.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

26 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09596380

EMAQUA — EMPREENDIMENTOS DE AQUACULTURA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 2807/880427; identificação de pessoa colectiva n.º 501977562; número e data da apresentação: 11/990616.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

26 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09596372

ABEL CARRASQUINHO E COSTA — MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DECORAÇÃO E REPRESENTAÇÕES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 1360/851105; identificação de pessoa colectiva n.º 501585710; número e data da apresentação: 10/990616.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

26 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09596291

PORTIBRITAS, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 3245/980422; identificação de pessoa colectiva n.º 504138464; número e data da apresentação: 9/990616.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

26 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 08996555

REGINFANTE — MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 1890/890306; identificação de pessoa colectiva n.º 502118105; número e data da apresentação: 8/990616.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

26 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09596364

PENTASUL — ADMINISTRAÇÃO DE PROPRIEDADES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 2230/901214; identificação de pessoa colectiva n.º 502463821; número e data da apresentação: 7/990615.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

26 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09596348

NASULPOR — EMPRESA NAVAL DO SUL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 1607/870713; identificação de pessoa colectiva n.º 501852190; número e data da apresentação: 4/990614.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

26 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09582991

LARVITA — DECORAÇÃO DE INTERIORES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 3060/970205; identificação de pessoa colectiva n.º 503822574; número e data da apresentação: 3/990614.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

26 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09583068

CARLOS HILÁRIO & VASCO MOURA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 941/810408; identificação de pessoa colectiva n.º 501162160; número e data da apresentação: 2/990614.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

26 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09596496

SIENAVE — SIENITOS DO ALGARVE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 1283/841025; número e data da apresentação: 1/140699.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1997.

Está conforme o original.

26 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09596488

C. A. — SOCIEDADE EXPLORADORA DE PASTELARIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 2588/930624; identificação de pessoa colectiva n.º 503017795; inscrição E-14; número e data da apresentação: 2/990611.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

20 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 09582495

E. R. S. — EXPLORAÇÃO DE RESTAURANTES E SIMILARES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 2359/920121; identificação de pessoa colectiva n.º 502685735; inscrição E-3; número e data da apresentação: 36/990609.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 1998.

Está conforme o original.

20 de Julho de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Carla Maria Nóbrega de Castro Ramos*. 08997519

GUARDA**SEIA****LEMOFIL, LEMOS & FILHOS, CONSTRUÇÕES, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Seia. Matrícula n.º 479/950705; identificação de pessoa colectiva n.º 503448818; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 1/991116.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o acto seguinte:

Pela inscrição n.º 2, apresentação n.º 1/991116.

Alteração parcial do contrato de sociedade.

Capital após o reforço: 24 939,89 euros.

Artigo alterado: 3.º, o qual passa a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 24 939,89 euros (equivalente a 5 000 000\$), e corresponde à soma de três quotas, sendo: de 14 963,93 euros, pertencente ao sócio José Dias de Lemos, e duas quotas iguais de 4987,98 euros (equivalente a 1 000 000\$), pertencentes a cada um dos sócios Paulo Jorge Amaral Dias e José António Amaral Dias.

O texto do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

6 de Janeiro de 2000. — A Escriutária Superior, *Maria do Céu da Silva Pinto*. 10650849

LEIRIA**ALCOBAÇA****CANALSOL — EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS, L.^{DA}**

Sede: Rua da Varzina, Casais da Vestiaria, Vestiaria, Alcobaca

Conservatória do Registo Comercial de Alcobaca. Matrícula n.º 1724; identificação de pessoa colectiva n.º 502501669; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 1/991207.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o contrato, quanto aos artigos 2.º e 3.º, os quais passam a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e outros bens constantes da escrita social, é de 13 231 812\$ e corresponde à soma de duas quotas iguais dos valores nominais de 6 615 906\$ cada, pertencentes uma a cada um dos sócios Luís Filipe Carvalho Gil e mulher, Ana Paula Rafael Guilherme Gil.

Concomitantemente, alteram ainda o pacto social da identificada sociedade, quanto ao objecto, pelo que o artigo 2.º, passa a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a comercialização de equipamentos de e para tratamento e acondicionamento de águas, ar condicionado, aquecimento central, energia solar, térmica, eólica, eléctrica e outras fontes alternativas de energia; a construção geral de edifícios particulares, obras públicas, canalizações em edifícios, de água, esgotos, gás, ar comprimido, vácuo e respectivos dispositivos, ventilação, aquecimento e condicionamento de ar.

Pelos outorgantes foi ainda dito:

Que o dinheiro já deu entrada na caixa social e não é exigível pela lei, pelo contrato e pela deliberação a realização de outras entradas.

Que, por esta mesma escritura, convertem o capital social para euros, pelo que a redacção do artigo 3.º, passa a ser a seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e outros bens constantes da escrita social, é de 66 000 euros e corresponde à soma de duas quotas iguais dos valores nominais de 33 000 euros cada, pertencentes uma a cada um dos sócios Luís Filipe Carvalho Gil e mulher, Ana Paula Rafael Guilherme Gil.

Verifiquei que o mesmo aumento de capital foi legalmente deliberado e está a ser regularmente executado.

O texto completo do contrato alterado, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferi, está conforme o original.

16 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Adelaide Cunha Bispo Gonçalves*. 10398236

FATRAPLÁS — FÁBRICA TRANSFORMADORA DE PLÁSTICOS, L.^{DA}

Sede: Moita, Alcobaca

Conservatória do Registo Comercial de Alcobaca. Matrícula n.º 675; identificação de pessoa colectiva n.º 500881987; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 7; número e data da apresentação: 8/991203.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o registo da cessação de funções de gerente de Alberto Franco.

Causa: renúncia.

Data: 23 de Setembro de 1999.

Conferi, está conforme o original.

15 de Dezembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Maria Adelaide Cunha Bispo Gonçalves*. 10398171

ANSIÃO**CONSTRÓIANSIÃO — CONSTRUÇÃO CIVIL E URBANIZAÇÕES, S. A.**

Sede: Pedra do Ouro, Chão de Couce, 3240 Ansião

Conservatória do Registo Comercial de Ansião. Matrícula n.º 419/940805; identificação de pessoa colectiva n.º 503241296; inscrição n.º 7; número e data da apresentação: 1/991213.

Certifico que, pela inscrição acima referenciada, foi efectuada a nomeação da administração da sociedade supra, ficando a constar o seguinte:

Conselho de administração: presidente — José Luís Dias Ferreira Godinho; administradores — Emídio Miguel Freire Lopes e Paulo Jorge Marques Gonçalves.

Prazo: três anos.

Data da deliberação: 22 de Setembro de 1998.

O texto da acta n.º 7, da nomeação da administração, ficou depositada na pasta respectiva.

13 de Dezembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Jorge Manuel Baptista Graça*. 06850464

MARINHA GRANDE**CFEM — COMERCIALIZAÇÃO, FABRICAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MOLDES, L.^{DA}**

Conservatório do Registo Comercial da Marinha Grande. Matrícula n.º 1846; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/991125.

Certifico que entre Marinela Duarte Fazendeiro, solteira, maior, e Tiago Miguel Miguel Duarte Fazendeiro, menor, residentes na Rua Principal, 75, Pilado, Marinha Grande, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma CFEM — Comercialização, Fabricação e Exportação de Moldes, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua Principal, 75, lugar de Pilado, freguesia e concelho da Marinha Grande.

3 — A sociedade, por deliberação da gerência, poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como poderá criar sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na fabricação, comercialização e exportação de moldes para plásticos e seus afins.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 25 000 euros (equivalente a 5 012 050\$) e corresponde à soma de duas quotas iguais dos valores nominais de 12 500 euros cada uma, pertencentes uma a cada um dos sócios Marinela Duarte Fazendeiro e Tiago Miguel Duarte Fazendeiro.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado, ficará a cargo de sócios ou não sócios que vierem a ser designados em assembleia geral, ficando desde já nomeada gerente a sócia Marinela Duarte Fazendeiro.

2 — Para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos, basta a assinatura de um gerente.

3 — A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio, quando esta for sujeita a arrolamento, arresto, penhora, quando for incluída em massa falida, ou quando, fora dos casos previstos na lei, for cedida sem consentimento da sociedade.

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para a reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

Disposição transitória

A gerência fica desde já autorizada a levantar a totalidade do capital social depositado, a fim de custear as despesas de constituição, registo da sociedade, aquisição de equipamento e instalação da sede social e a adquirir para esta quaisquer bens móveis, imóveis ou direitos, designadamente veículos automóveis, incluindo por contratos *leasing*, e tomar de arrendamento imóveis necessários à prossecução dos fins sociais, mesmo antes do seu registo definitivo, assumindo a sociedade todos os actos praticados pela gerência, nesse período, logo que definitivamente matriculada.

Conferido, está conforme.

30 de Novembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Clarisse Ferreira dos Santos Batista*. 08871132

M. FONT — SERVIÇOS AGRÍCOLAS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial da Marinha Grande. Matrícula n.º 930; identificação de pessoa colectiva n.º 502419911.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi feito o depósito da pasta respectiva dos documentos de prestação de contas, relativas ao exercício do ano de 1997.

Conferido, está conforme.

5 de Janeiro de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Clarisse Ferreira dos Santos Batista*. 08871752

PORTO FINO — IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial da Marinha Grande. Matrícula n.º 834; identificação de pessoa colectiva n.º 502149337.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi feito o depósito da pasta respectiva dos documentos de prestação de contas, relativas ao exercício do ano de 1997.

Conferido, está conforme.

5 de Janeiro de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Clarisse Ferreira dos Santos Batista*. 08871744

IBEROALPLA PORTUGAL — EMBALAGENS PLÁSTICAS, UNIPessoal, L.ª

Conservatória do Registo Comercial da Marinha Grande. Matrícula n.º 1555; identificação de pessoa colectiva n.º 503297208.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi feito o depósito da pasta respectiva dos documentos de prestação de contas, relativas ao exercício do ano de 1998.

Conferido, está conforme.

31 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Clarisse Ferreira dos Santos Batista*. 08871680

IRMÃOS GOMES — INDÚSTRIAS DE MOLDES E PLÁSTICOS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial da Marinha Grande. Matrícula n.º 134; identificação de pessoa colectiva n.º 500141673.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi feito o depósito da pasta respectiva dos documentos de prestação de contas, relativas ao exercício do ano de 1998.

Conferido, está conforme.

23 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Clarisse Ferreira dos Santos Batista*. 08871612

FERNANDO DOMINGUES — CONSTRUÇÃO CIVIL, L.ª

Conservatória do Registo Comercial da Marinha Grande. Matrícula n.º 1845; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 2/991123.

Certifico que entre Fernando Duarte Domingues, casado com Marlene Gaspar Alves na comunhão de adquiridos, residente na Travessa da Aldeia, 7, Coucinheira, Amor, Leiria; Carlos José Pereira de Jesus Pedroso, divorciado, residente na Rua 59, 30, Cruzes, Marinha Grande; Miguel António Vieira da Silva, casado com Patrícia Solange Martins Clement, na comunhão de adquiridos, residente na Rua de Tenente Cabeleira Filipe, 24, 5.º, esquerdo, Marinha Grande; e Vasco Fernando Ferreira Santos, casado com Paula de Jesus Xarepe Madeira Santos na comunhão de adquiridos, residente na Rua 43, 3, Trutas, Marinha Grande, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Fernando Domingues — Construção Civil, L.ª, e tem a sua sede na Rua de Leiria, 54-A, rés-do-chão, esquerdo, lugar de Embra, freguesia, concelho e cidade da Marinha Grande.

2 — A sociedade, por deliberação da gerência, poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como poderá criar sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim e construção civil.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5100 euros (equivalente a 1 022 458\$20) e corresponde à soma de quatro quotas dos valores nominais e titulares seguintes: uma de 2550 euros, pertencente ao sócio Fernando Duarte Domingues, e três iguais de

850 euros cada uma, pertencentes uma a cada um dos sócios Carlos José Pereira de Jesus Pedroso, Miguel António Vieira da Silva e Vasco Fernando Ferreira Santos.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme vier a ser deliberado, ficará a cargo de sócios ou não sócios que forem designados em assembleia geral, ficando desde já nomeados gerentes todos os sócios.

2 — Para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos é necessária a intervenção de dois gerentes.

3 — A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios, depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio, quando esta for sujeita a arrolamento, arresto, penhora, quando for incluída em massa falida, ou quando, fora dos casos previstos na lei, for cedida sem consentimento da sociedade.

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

ARTIGO 9.º

1 — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares até ao montante global correspondente ao décuplo do capital, desde que deliberado por unanimidade dos sócios que representem a totalidade do capital social, reembolsáveis quando julgadas dispensáveis, sendo a data e a forma de restituição fixadas em assembleia geral, que delibere o reembolso.

2 — Qualquer sócio poderá fazer suprimientos à sociedade, quando esta deles carecer, nas condições de retribuição e reembolso que forem acordadas em assembleia geral.

Disposição transitória

A gerência fica desde já autorizada a levantar a totalidade do capital social depositado, a fim de custear as despesas de constituição, registo da sociedade, aquisição de equipamento e instalação da sede social e a adquirir para esta quaisquer bens móveis e imóveis, designadamente veículos automóveis, incluindo por contratos *leasing*, necessários à prossecução dos fins sociais, mesmo antes do seu registo definitivo, assumindo a sociedade todos os actos praticados pela gerência, nesse período, logo que definitivamente matriculada.

Conferido, está conforme.

30 de Novembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Clarisse Ferreira dos Santos Batista*. 08871728

LISBOA

CASCAIS

COMUNICAL — CONSULTADORIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 9341 (Oeiras); identificação de pessoa colectiva n.º 503398810; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 5/961118.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Alteração parcial do contrato.

O capital foi aumentado de 400 000\$ para 3 000 000\$, e, consequentemente, foram alterados os artigos 1.º, 2.º e 3.º do contrato social, os quais passam a ter a redacção seguinte:

1.º

A sociedade adopta a designação de COMUNICAL — Consultadoria, Comércio e Indústria, L.^{da}, e tem a sua sede no Largo de Pulido Valente, 10, 6.º, B, em Linda-a-Velha, concelho de Oeiras.

2.º

A sociedade tem por objecto a actividade de consultadoria técnica, financeira e económica, prestação de serviços de gestão, importação, exportação e comercialização de produtos informáticos, industriais e manufacturados; compra e venda de imóveis; construção civil.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 3 000 000\$ e corresponde à soma de duas quotas: uma de 2 400 000\$, pertencente ao sócio José Mendes Bota, e uma de 600 000\$, pertencente à sócia Otilia Maria Duarte Coelho Mendes Bota.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

(Sem data.) — A Segunda-Ajudante, *Maria Gabriela da Cruz de Brito Trindade*. 03086879

TERRAS DE CARCAVELOS — EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 8748 (Cascais); inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 20/980130.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos respeitantes ao registo de prestação de contas do ano de 1996.

29 de Novembro de 1999. — O Segundo-Ajudante, *Jorge Manuel dos Remédios Marques*. 11347295

LISBOA — 1.ª SECÇÃO

EXJOGOS — JOGOS E PASSATEMPOS, L.^{DA}

Sede: Praça do Marquês de Pombal, 1, 8.º, Lisboa

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 1.ª Secção. Matrícula n.º 57 193/820730; identificação de pessoa colectiva n.º 501321837; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 51/981118.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos que serviram de base ao registo da prestação de contas, relativas ao exercício do ano de 1997.

Está conforme o original.

15 de Outubro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Cristina Nazaré Leitão Silva*. 08407940

AUTO TÁXIS ARSIRO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 1.ª Secção. Matrícula n.º 39 283/680415; identificação de pessoa colectiva n.º 500904987; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 55/981216.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos que serviram de base ao registo da prestação de contas, relativas ao exercício do ano de 1997.

11 de Novembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Filomena da Conceição Moreira Cardoso Pereira*. 09219838

AUTO TÁXIS ARSIRO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 1.ª Secção. Matrícula n.º 39 283/680415; identificação de pessoa colectiva n.º 500904987; número e data da apresentação: 32/990428.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos que serviram de base ao registo da prestação de contas, relativas ao exercício do ano de 1998.

11 de Novembro de 1999. — A Ajudante Principal, *Filomena da Conceição Moreira Cardoso Pereira*. 07826761

LISBOA — 2.ª SECÇÃO

FICHET (PORTUGAL) — COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 6230/960326; identificação de pessoa colectiva n.º 500649430; inscrição n.º 21; número e data da apresentação: 16/990322.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Nomeação dos conselhos de administração e fiscal, para o triénio de 1999-2001, por deliberação de 27 de Janeiro de 1999.

Conselho de administração: presidente — Jean Leconte, casado, residente em Velizy, França; vogais — Hervé Jean-Luc Luel, casado, residente em Velizy, França, e Carlos Malheiro Barbosa Cabral.

Conselho fiscal: presidente — Mohand Boumancha; vogais — Ledo, Morgado & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, e Pedro Alexandre Mendes dos Anjos Gomes Trindade.

Está conforme o original.

6 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*. 11348526

JOÃO MARNOTO — TRANSPORTES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 5881/951106; identificação de pessoa colectiva n.º 503521787; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 3/990929.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o reforço de capital com 8 000 000\$, e a alteração do contrato, quanto ao artigo 3.º, o qual passa a ter a redacção seguinte:

3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 10 000 000\$ e corresponde à soma de duas quotas: uma do valor nominal de 9 500 000\$, pertencente ao sócio João Manuel Correia Marnoto, e outra do valor nominal de 500 000\$, pertencente à sócia Lina de Fátima Monteiro Estevão Marnoto.

O texto completo e actualizado do contrato, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

6 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*. 11349999

FOZMEL — MONTAGENS ELÉCTRICAS, METÁLICAS, CONSTRUÇÃO CIVIL E REPRESENTAÇÕES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 8560/980820; identificação de pessoa colectiva n.º 501473815; inscrição n.º 11; número e data da apresentação: 27/990118.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o reforço de capital com 13 500 000\$, e a alteração do contrato, quanto ao artigo 3.º, o qual passa a ter a redacção seguinte:

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e outros bens constantes da escrita social, é de 15 000 000\$ e corresponde à soma

de duas quotas iguais dos valores nominais de 7 500 000\$ cada uma, pertencentes uma a cada um dos sócios Cristina Maria Alves de Matos Oliveira e Rui Manuel Sousa de Oliveira.

O texto completo e actualizado do contrato, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

7 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*. 11348640

HENRILAR — IMOBILIÁRIA E CONSTRUÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 6697/961114; identificação de pessoa colectiva n.º 503756903; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 2/990914.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registada a alteração do contrato, quanto ao artigo 3.º, o qual passa a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e nos demais valores constantes do activo social, é de 10 000 000\$, dividido em duas quotas iguais do valor nominal de 5 000 000\$ cada uma, tituladas uma por cada sócio.

O texto completo e actualizado do contrato, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

6 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*. 11348550

GOMA TRADING — COMÉRCIO INTERNACIONAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 6385/960620; identificação de pessoa colectiva n.º 503670952; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 20/981119.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o reforço de capital e a alteração do contrato, quanto ao corpo do artigo 1.º e artigos 3.º e 5.º, os quais passam a ter a redacção seguinte:

1.º

A sociedade mantém a firma Goma Trading — Comércio Internacional, L.^{da}, e tem a sua sede em Lisboa, na Avenida de Fontes Pereira de Melo, 35, bloco A-3, 11.º, direito, freguesia de São Sebastião da Pedreira.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e nos demais bens sociais, é de 105 000 000\$ e corresponde à soma das quotas dos sócios, que são as seguintes: duas de 21 000 000\$ cada uma, uma do sócio Arquímio Francisco Caeiro Godinho e outra do sócio Mário António Grilo Coelho; quatro de 15 225 000\$ cada uma, uma do sócio António Manuel Conceição Bexiga, outra do sócio Artur Jorge Marques dos Santos, outra do sócio José Domingos Marques dos Santos e outra do sócio Leonel Antunes da Cruz Gaspar, e uma de 2 100 000\$ do sócio Vítor Manuel Soares dos Santos.

5.º

A gerência e administração da sociedade, ficam a cargo de dois gerentes, sendo necessária a intervenção dos dois para que a sociedade fique obrigada em todos os seus actos e contratos.

O texto completo e actualizado do contrato, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

6 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*. 11312637

GSM — GESTÃO DE SERVIÇOS E MERCADOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 6715/961121; identificação de pessoa colectiva n.º 503758477; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 14/990429.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi averbada a cessação de funções do gerente Carlos Jorge Tavares Inácio, por ter renunciado, em 9 de Dezembro de 1998, e registado o reforço de capital com 2 050 000\$, e a alteração do contrato quanto ao artigo 3.º, o qual passa a ter a redacção seguinte:

3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro e nos demais valores do activo, é de 2 500 000\$ e corresponde à soma de duas quotas: uma de 2 480 000\$, pertencente ao sócio João Paulo Trigo de Abreu Negreiros Vaz, e outra de 20 000\$, pertencente ao sócio Filipe Madeira Marques Fraústo da Silva.

2 — Por deliberação unânime dos sócios, tomada em assembleia geral, poderá a sociedade exigir de todos eles prestações suplementares de capital até ao montante de 5 000 000\$.

O texto completo e actualizado do contrato, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

7 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*. 11348569

NETMAIS — CONSULTORES EM INTERNET E TELECOMUNICAÇÕES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 6842/970114; identificação de pessoa colectiva n.º 503794210; inscrição n.º 6; número e data da apresentação: 6/990915.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

Está conforme o original.

7 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*. 08713090

NETMAIS — CONSULTORES EM INTERNET E TELECOMUNICAÇÕES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 6842/970114; identificação de pessoa colectiva n.º 503794210; averbamento n.º 2 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 3/990915.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi averbado o seguinte:

Deslocação de sede para a Rua dos Quartéis, 96-B, freguesia da Ajuda.

O texto completo e actualizado do contrato, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

7 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*. 08713065

LARANJA MECÂNICA — PUBLICIDADE, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 6862/970116; identificação de pessoa colectiva n.º 502666510; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 14/991117.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi averbado o seguinte:

Deslocação da sede para a Azinhaga dos Cerejais, bloco D-1, loja 2, freguesia de Carnide.

O texto completo e actualizado do contrato, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

7 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*. 11348585

LARANJA MECÂNICA — PUBLICIDADE, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 6862/970116; identificação de pessoa colectiva n.º 502666510; inscrição n.º 12; data da apresentação: 990702.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

Está conforme o original.

7 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*. 11348577

IPE — INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 57 370/821006; identificação de pessoa colectiva n.º 500836698; inscrições n.ºs 37 e 38; números e data das apresentações: 8 e 9/990415.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

Certifico ainda que foi registado o seguinte:

Nomeação do conselho de administração para o triénio de 1999-2001, por deliberação de 15 de Março de 1999.

Presidente — José de Melo Torres Campos; vogais — Rui Augusto da Silva Neves, Aníbal Durães dos Santos, Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira, Francisco Teixeira Pereira Soares, Mário Lino Soares Correia e Nuno Manuel Brederode Rodrigues dos Santos.

Está conforme o original.

7 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*. 08417644

FORMA E LINHA — PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS PARA A FORMA FÍSICA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 7372/970910; identificação de pessoa colectiva n.º 503956619; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 6; números e data das apresentações: 10 e 11/990924.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi averbada a cessação de funções das gerentes Maria Teresa Salgueiro Girbal Paulo Rodrigues e Ana Cristina Cabrita Pascoal Martins Gonzalez, por terem renunciado, em 4 de Maio de 1999, e registada a alteração do contrato, quanto aos artigos 2.º e 3.º, os quais passam a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 2.º

Objecto social

A sociedade tem por objecto a produção, comercialização e distribuição de produtos destinados à manutenção da boa forma física, nomeadamente produtos alimentares e equipamentos, máquinas e vestuário, restauração e comercialização de objectos e artigos de arte e decoração, actividades hoteleiras e similares e organização de eventos.

ARTIGO 3.º

Capital social

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e nos demais valores constantes da escrita social, é de 400 000\$, representado pelas seguintes quotas: uma do valor nominal de 200 000\$, pertencente à sócia Maria Teresa Salgueiro Girbal Paulo Rodrigues; uma do valor nominal de 40 000\$ e uma do valor nominal de 160 000\$, ambas pertencentes à sócia Christine Alexandra Overdijk.

O texto completo e actualizado do contrato, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

7 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*. 11348615

FORMA E LINHA — PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS PARA A FORMA FÍSICA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 7372/970910; identificação de pessoa colectiva n.º 503956619; inscrição n.º 3; data da apresentação: 990924.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

Está conforme o original.

7 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*. 11348607

GEPRE 2 — SOCIEDADE DE GESTÃO IMOBILIÁRIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 7373/970911; identificação de pessoa colectiva n.º 503956600; inscrição n.º 6; número e data da apresentação: 4/991111.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registada a alteração do contrato, quanto ao n.º 1 do artigo 1.º e artigos 2.º e 3.º, os quais passam a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a denominação social de GEPRE 2 — Sociedade de Mediação Imobiliária, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de Carvalho Araújo, 72, rés-do-chão, esquerdo, em Lisboa, freguesia de São João.

2 — (*Mantém-se.*)

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste no exercício da actividade de mediação imobiliária.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem o capital social de 2 000 000\$, totalmente realizado e dividido em duas quotas iguais de 1 000 000\$, pertencentes uma a cada sócio.

O texto completo e actualizado do contrato, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

5 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*. 11311150

GEPRE 2 — SOCIEDADE DE GESTÃO IMOBILIÁRIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 7373/970911; identificação de pessoa colectiva n.º 503956600; inscrição n.º 2; data da apresentação: 990714.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

Está conforme o original.

7 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*. 11348623

FINAUDIT — AUDITORES FINANCEIROS INDEPENDENTES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 7567/971128; identificação de pessoa colectiva n.º 504012703; inscrição n.º 5; data da apresentação: 990825.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

Está conforme o original.

7 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*. 08717583

FINAUDIT — AUDITORES FINANCEIROS INDEPENDENTES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 7567/971128; identificação de pessoa colectiva n.º 504012703; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 4; números e data das apresentações: 10 e 11/990901.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi averbado e registado o seguinte:

Cessação de funções do gerente António Pedro Freire Domingues Febrero, por ter renunciado, em 31 de Agosto de 1999.

Nomeação de gerente, por deliberação de 31 de Agosto de 1999, de Francisco António Freire Domingues Febrero.

Está conforme o original.

7 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*. 08717710

FLASH EXPRESSO — SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 6430/960705; identificação de pessoa colectiva n.º 503681857; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 3; números e data das apresentações: 14 e 15/990910.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi averbada a cessação de funções do gerente Luís Miguel Moita Fontoura Alves, por ter renunciado, em 15 de Outubro de 1998, e registada a alteração do contrato, quanto ao n.º 1 do artigo 1.º, artigo 4.º e n.º 1 do artigo 6.º, os quais passam a ter a seguinte redacção:

1.º

1 — A sociedade mantém a firma Flash Expresso — Serviços de Distribuição, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de Guiomar Torresão, 57, rés-do-chão, esquerdo, freguesia de Carnide, concelho de Lisboa.

4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 600 000\$ e corresponde à soma de duas quotas iguais de valor nominal de 300 000\$, pertencentes ao sócio Carlos Alberto Correia da Silva Cruz.

6.º

1 — A gerência e administração da sociedade, bem como a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, pertence ao sócio Carlos Alberto Correia da Silva Cruz.

O texto completo e actualizado do contrato, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

6 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*. 11348534

LABORATÓRIO DOS PRODUTOS SIGMA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 6484/960726; identificação de pessoa colectiva n.º 500162042; averbamento n.º 2 à inscrição n.º 12 e inscrição n.º 20; números e data das apresentações: 12 e 13/990920.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi averbado e registado o seguinte:

Cessação de funções do administrador Heribert Heinrich Mauer, por ter renunciado, em 22 de Julho de 1999, com efeitos a partir de 31 de Agosto de 1999.

Nomeação do presidente do conselho de administração, por deliberação de 28 de Julho de 1999, para o quadriénio em curso de 1996-1999, de Manuel Alberto Bueno Y Galego.

Está conforme o original.

6 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*. 08712654

GEPRELIMPA — GESTÃO, MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE EDIFÍCIOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 6545/960905; identificação de pessoa colectiva n.º 503705527; inscrição n.º 25; data da apresentação: 990714.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

Está conforme o original.

6 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*. 11348542

GEPRELIMPA — GESTÃO, MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE EDIFÍCIOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 6545/960905; identificação de pessoa colectiva n.º 503705527; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 45/991125.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registada a alteração do contrato, quanto ao artigo 3.º, o qual passa a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

A sociedade tem o capital social de 4 000 000\$, totalmente realizado e dividido em duas quotas: uma de 2 800 000\$, pertencente ao sócio Filipe Alexandre de Melo Eugénio, e uma de 1 200 000\$, pertencente ao sócio Fortunato Eugénio.

Certifico ainda que foi designado gerente Fortunato Eugénio.

O texto completo e actualizado do contrato, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

6 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*. 11311169

LEONOR & CONCEIÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 2925/920316; identificação de pessoa colectiva n.º 502725010; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 9/990412.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o reforço de capital com 9 600 000\$, e a alteração do contrato, quanto ao n.º 1 do artigo 4.º, o qual passa a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 4.º

1 — O capital social, integralmente realizado, é de 10 000 000\$, correspondente à soma das seguintes quotas das sócias: uma de 9 980 000\$ de Maria Leonor Ramos Henriques de Melo Vidal, e uma outra de 20 000\$ de Ilda da Conceição Henriques

O texto completo e actualizado do contrato, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

5 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*. 08416680

GUINÁFRICA — COMÉRCIO INTERNACIONAL, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 3272/920730; identificação de pessoa colectiva n.º 502814799; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 6; número e data da apresentação: 11/990922.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi averbado o seguinte:

Cessação de funções do presidente e vogal do conselho de administração, respectivamente, João Miguel de Melo da Silveira Botelho

e Manuela Maria Feijóo Pereira Ribeiro Videira e Castro, por terem renunciado, em 20 de Janeiro de 1999.

Está conforme o original.

5 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*. 11291788

LABORIS — SERVIÇOS DE PESSOAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 3559/921125; identificação de pessoa colectiva n.º 502497742; averbamento n.º 3 à inscrição n.º 1 e averbamento n.º 1 à inscrição n.º 4; números e data das apresentações: 43 e 44/990928.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi averbado o seguinte:

Cessação de funções do gerente José Joaquim Magrinho Lebre, por ter renunciado, em 17 de Agosto de 1999.

Deslocação da sede para a Rua dos Lusíadas, 58, rés-do-chão, direito, freguesia de Alcântara, Lisboa.

O texto completo e actualizado do contrato, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

5 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*. 11291796

LABORIS — SERVIÇOS DE PESSOAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 3559/921125; identificação de pessoa colectiva n.º 502497742; inscrição n.º 12; número e data da apresentação: 25/990726.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o reforço de capital com 100 000\$, e a alteração do contrato, quanto ao artigo 3.º, o qual passa a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5 100 000\$ e está dividido em três quotas iguais de 1 700 000\$, uma de cada sócio José Joaquim Magrinho Lebre, António Luís Figueiredo de Oliveira e Paulo José Neves Prazeres.

Certifico ainda que foi designado gerente Paulo José Neves Prazeres.

O texto completo e actualizado do contrato, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

5 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*. 08720924

LARANJO MEDEIROS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 3994/930526; identificação de pessoa colectiva n.º 502646349; inscrição n.º 5; data da apresentação: 990903.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

Está conforme o original.

5 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*. 11291800

LEASEFACTOR, SGPS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 4004/930713; identificação de pessoa colectiva n.º 503024511; inscrição n.º 18; número e data da apresentação: 26/990325.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

Está conforme o original.

5 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*.
08414840

LEASEFACTOR, SGPS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 4004/930713; identificação de pessoa colectiva n.º 503024511; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 17; número e data da apresentação: 4/990929.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi averbado o seguinte:

Cessação de funções do vogal do conselho de administração de José Zamora Menarguez, por ter renunciado, em 23 de Julho de 1999.

Está conforme o original.

5 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*.
11291818

NEVES & OLIVEIRA — ACTIVIDADES HOTELEIRAS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 4135/930804; identificação de pessoa colectiva n.º 502043184; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 7; números e data das apresentações: 14 e 16/990917.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi averbada a cessação de funções dos gerentes Eduardo Manuel Caldeira de Oliveira e Carlos Manuel Marques Neves, por terem renunciado, em 5 de Novembro de 1998, e registada a alteração do contrato, quanto aos artigos 3.º e 5.º, os quais passam a ter a seguinte redacção:

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 400 000\$, e corresponde à soma de duas quotas iguais de 200 000\$ cada uma, pertencendo uma a cada uma das sócias Maria de Fátima Nunes Ribeiro e Maria de Jesus Guimarães Louro.

5.º

A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, será exercida por ambas as sócias Maria de Fátima Nunes Ribeiro e Maria de Jesus Guimarães Louro, que desde já ficam nomeadas gerentes, bastando a assinatura de dois gerentes para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos.

O texto completo e actualizado do contrato, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

5 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*.
10773142

LISBOAGÁS — DISTRIBUIÇÃO DE GÁS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 4229/930930; identificação de pessoa colectiva n.º 503068446; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 17/990920.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi averbado o seguinte:

Cessação de funções do gerente João José Alexandre Alves, por ter renunciado, em 23 de Abril de 1999.

Está conforme o original.

5 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*.
08712727

FQF — EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO, COMÉRCIO, DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 4252/931008; identificação de pessoa colectiva n.º 503075205; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 17/990928.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o reforço de capital com 602 410\$, e a alteração do contrato, quanto ao artigo 3.º, o qual passa a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 1 002 410\$ e está dividido em três quotas: uma do valor nominal de 491 205\$, pertencente ao sócio Francisco José da Veiga Ventura Gentil Quina; uma de 491 205\$, pertencente à sócia Maria Madalena de Casal Ribeiro Bravo de Bragança, e uma do valor nominal de 20 000\$, pertencente ao sócio Francisco Ludgero Gentil Quina.

O texto completo e actualizado do contrato, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

5 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*.
11291826

FQF — EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO, COMÉRCIO, DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 4252/931008; identificação de pessoa colectiva n.º 503075205; inscrição n.º 3; data da apresentação: 990602.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

Está conforme o original.

5 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*.
11349948

FDI — FIDUCIARIA DE DISTRIBUCION INTERNACIONAL ESPAÑA, S. A. — SUCURSAL

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 7004/970314; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 34/990528.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi averbado o seguinte:

Deslocação da sede da sucursal para a Praça do Duque de Saldanha, 1, edifício Atrium, 3.º piso, sala 313, freguesia de São Jorge de Arroios, Lisboa.

O texto completo e actualizado do contrato, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

7 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*.
08962707

LOCLAR — IMOBILIÁRIA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 1520/901018; identificação de pessoa colectiva n.º 502431296; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 14/991011.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registada a alteração do contrato, quanto ao artigo 5.º, o qual passa a ter a seguinte redacção:

5.º

A gerência da sociedade, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, compete

ao sócio António João de Andrade Calado Claro, desde já nomeado gerente e ao não sócio Manuel Nunes Louro, atrás identificado, sendo necessária a intervenção de dois gerentes para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos.

O texto completo e actualizado do contrato, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

5 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*.
11301139

INFONET PORTUGAL, SERVIÇOS DE VALOR ACRESCENTADO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 1886/910314; identificação de pessoa colectiva n.º 502522984; inscrição n.º 9; data da apresentação: 990524.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

Está conforme o original.

5 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*.
08528551

INFONET PORTUGAL, SERVIÇOS DE VALOR ACRESCENTADO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 1886/910314; identificação de pessoa colectiva n.º 502522984; averbamento n.º 2 à inscrição n.º 2; números e data das apresentações: 29 e 30/990917.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi averbado e registado o seguinte:

Cessação de funções do gerente Juan José Cenzano Martínez, por ter renunciado, em 14 de Junho de 1999.

Nomeação de gerente, por deliberação de 15 de Junho de 1999, de Donald Philip Badoux.

Está conforme o original.

5 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*.
08712808

INFORMÁTICA, REPRESENTAÇÕES, IDEIAS E SERVIÇOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 1894/900706; identificação de pessoa colectiva n.º 502378263; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 12/990104.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Dissolução e nomeação de liquidatários.

Liquidatários: Raul Jorge Cabral de Amaral Marques, António José Carvalheira dos Santos, António Manuel Simões da Silva, Luís Filipe Leitão da Costa Froes e Fernando Jorge Leite Cabral.

Está conforme o original.

5 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*.
08410097

FREDERICO VALSASSINA, ARQUITECTOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 1903/900713; identificação de pessoa colectiva n.º 502382929; averbamento n.º 3 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 14/990916.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi averbado o seguinte:

Deslocação de sede para a Avenida de João XXI, 14, 4.º, direito, freguesia de São João de Deus.

O texto completo e actualizado do contrato, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

5 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*.
08713340

JL — ALFAIATES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 2235/820507; identificação de pessoa colectiva n.º 501269525; inscrição n.º 8; data da apresentação: 990618.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

Está conforme o original.

5 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*.
11262974

J. AURÉLIO & SANTOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 2249/910712; identificação de pessoa colectiva n.º 502588810; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 18 e inscrição n.º 21; números e data das apresentações: 18 e 19/991104.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi averbada a cessação de funções do gerente Paulo Jorge Cerqueira da Silva, por renúncia, em 7 de Julho de 1998, e registada a alteração do contrato, quanto ao artigo 4.º, o qual passa a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 4.º

A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, será exercida pelo sócio Dionísio Figueiredo Ribeiro, desde já nomeado gerente, obrigando-se a sociedade com a sua assinatura, em todos os seus actos e contratos.

O texto completo e actualizado do contrato, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

5 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*.
11310391

KYMMENE PAPEL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 2333/910813; identificação de pessoa colectiva n.º 502607866; inscrição n.º 7; número e data da apresentação: 23/990924.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Nomeação de gerentes para o quadriénio de 1999-2000, por deliberação de 31 de Março de 1999, de David Manuel da Silva Santos e Joaquim Fernando Pereira Papafina.

Está conforme o original.

5 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*.
11291753

KYMMENE PAPEL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 2333/910813; identificação de pessoa colectiva n.º 502607866; inscrição n.º 8; número e data da apresentação: 15/991011.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Fusão por incorporação, por transferência global do património para a sociedade UPM — KYMMENE — Comercialização de Papel, L.^{da}

Está conforme o original.

5 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*.
11291737

FIPAR — SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 2417/910612; identificação de pessoa colectiva n.º 502069430; inscrições n.ºs 24 e 25; data da apresentação: 990916.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas e contas consolidadas do ano de 1998.

Está conforme o original.

5 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*. 11291745

FIPAR — SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 2417/910612; identificação de pessoa colectiva n.º 502069430; averbamento n.º 3 à inscrição n.º 19 e inscrição n.º 23; números e data das apresentações: 4 e 5/990524.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi averbado e registado o seguinte:

Cessação de funções do presidente do conselho de administração, Alberto José Vieira Martins, por ter falecido, em 27 de Setembro de 1998, do presidente e vogal do conselho fiscal, respectivamente, Flávio Pires Marques e Alexandre Ulrich Kuhl de Oliveira, por terem renunciado, o primeiro, em 1 de Março de 1998, e o segundo, em 17 de Janeiro de 1999, e do revisor oficial de contas, suplente, César, Gonçalves, João Rodrigues & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, por ter renunciado, em 10 de Março de 1999.

Nomeação de vogais do conselho de administração, do presidente e vogal do conselho fiscal e do revisor oficial de contas, suplente, até final do triénio de 1997-1999, por deliberação de 22 de Março de 1999.

Vogais do conselho de administração — Benilde dos Santos Martins Soares Vieira Martins, Nuno Filipe dos Santos Oliveira e Silva Paranhos e João Carlos Gonçalves Galhardo Zilhão; suplentes — José Pedro Paupério Martins Panzina e Nuno Miguel Pereira Gonçalves.

Conselho fiscal: presidente — António Vilar Ribeiro; vogal — Jorge Manuel Lopes de Magalhães Queiroz.

Revisor oficial de contas, suplente: António Trindade Nunes.

Está conforme o original.

5 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*. 11291761

HUECO PORTUGAL — EMBALAGENS FLEXÍVEIS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 2772/920113; identificação de pessoa colectiva n.º 502684879; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 8; número e data da apresentação: 16/990927.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi averbado o seguinte:

Cessação de funções do administrador Pedro Manuel Machado da Costa Rodrigues, por ter renunciado, em 2 de Agosto de 1999.

Está conforme o original.

5 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*. 11291494

G. B. — ARQUITECTOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 2833/920204; identificação de pessoa colectiva n.º 502696648; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 9/991027.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi averbado o seguinte:

Recondução do gerente, para o triénio de 1999-2001, de Gonçalo Nuno Pinheiro de Sousa Byrne.

Está conforme o original.

5 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*. 11303506

LEONOR & CONCEIÇÃO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 2925/920316; identificação de pessoa colectiva n.º 502725010; inscrição n.º 5; data da apresentação: 990630.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

Está conforme o original.

5 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*. 11291770

LISBOA — 3.ª SECÇÃO

SOCIEDADE IMOBILIÁRIA TRÓIA, B 3, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 63 239/860606; identificação de pessoa colectiva n.º 501676724; inscrição n.º 12; número e data da apresentação: 25/991025.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 160 000 000\$ para 500 000 000\$, tendo o respectivo registo a seguinte redacção:

Reforço de capital.

Montante do reforço e como foi subscrito: 340 000 000\$, em dinheiro, subscrito por ambas as sócias na proporção das suas quotas, ficando a sócia SALVOR — Sociedade de Investimento Hoteleiro, S. A., com três quotas: uma de 240 125 000\$, outra de 89 000 000\$ e outra de 24 000 000\$, e a sócia Carvoeiro Golfe, S. A., com duas quotas: uma de 99 875 000\$ e outra de 47 000 000\$.

Capital após o reforço: 500 000 000\$.

Está conforme o original.

4 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 11457538

SOCIEDADE IMOBILIÁRIA TRÓIA B 3, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 63 239/860606; identificação de pessoa colectiva n.º 501676724; inscrição n.º 16; número e data da apresentação: 29/991025.

Certifico que a sociedade em epígrafe, foi transformada em sociedade anónima, passando a reger-se pelo seguinte contrato:

CAPÍTULO I

Denominação, sede, objecto e duração

ARTIGO 1.º

A sociedade é comercial, sob o tipo de sociedade anónima e adopta a firma Sociedade Imobiliária Tróia B3, S. A.

ARTIGO 2.º

1 — A sociedade tem a sua sede na Rua de Jau, 54, em Lisboa, freguesia de Alcântara.

2 — Por simples deliberação do conselho de administração, poderá a sede social ser transferida para outro local em Portugal, bem como poderão ser abertas ou encerradas quaisquer sucursais, filiais, agências, delegações, escritórios ou quaisquer outras formas de apresentação, no País ou no estrangeiro.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem por objecto a compra e venda de imóveis, incluindo terrenos, edifícios e suas fracções autónomas, bem como a promoção de empreendimentos turísticos e imobiliários.

ARTIGO 4.º

1 — A existência jurídica da sociedade conta-se da data da sua constituição, e a sua duração é por tempo indeterminado.

2 — A sociedade poderá participar em agrupamentos complementares de empresas, no capital social de outras sociedades, criar outras empresas ou participar na sua criação, ainda que o objecto desta ou destas sociedades não apresente nenhuma relação, directa ou indirecta, com o seu objecto social principal ou se rejam por leis especiais, associar-se pela forma que tiver por mais conveniente a quaisquer entidades singulares ou colectivas ou nelas tomar interesses sob qualquer forma.

CAPÍTULO II

Capital social, acções e obrigações

ARTIGO 5.º

1 — O capital social é de 500 000 000\$, correspondentes a 2 493 989,49 euros, representado por 500 000 acções com o valor nominal de 1000\$ cada uma, encontrando-se totalmente realizado.

2 — As acções são nominativas ou ao portador e são reciprocamente convertíveis, nos termos da lei. Pode haver títulos de 1, 5, 10, 50, 100, 1000 e 10 000 acções.

3 — As despesas de conversão de títulos são encargos dos accionistas.

4 — A sociedade poderá adquirir acções e obrigações próprias e fazer sobre elas as operações mais convenientes para o interesse social e que forem permitidas por lei.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá, por simples deliberação do conselho de administração, sob parecer favorável do fiscal único, emitir obrigações, nominativas ou ao portador, sem garantia real e não convertíveis em acções, nos mercados interno ou externo, observados os condicionamentos legais.

CAPÍTULO III

Assembleia geral

ARTIGO 7.º

1 — Os accionistas deliberam, nos termos da lei, designadamente através de assembleias gerais regularmente convocadas e reunidas.

2 — Os accionistas podem tomar deliberações unânimes por escrito e, bem assim, reunirem-se em assembleia geral, sem observância de formalidades prévias, desde que todos estejam presentes e todos manifestem a vontade de que a assembleia geral se constitua e delibere sobre determinado assunto.

3 — Compete à própria assembleia geral proceder à eleição da sua mesa, constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário, accionistas ou não, que exercerão o seu mandato, sem prejuízo de reeleição.

ARTIGO 8.º

1 — Terão direito a participar nas assembleias gerais os accionistas que, até 10 dias antes do designado para a sua realização, comprovem ser possuidores de acções averbadas ou depositadas numa instituição de crédito, registadas nos termos legais ou depositadas nos cofres da sociedade.

2 — Em assembleia geral a cada acção corresponde um voto.

3 — Os accionistas sem direito de voto não podem assistir às assembleias gerais, sem prejuízo do direito de se agruparem e fazerem representar para o efeito, nos termos legais aplicáveis.

4 — Para que a assembleia geral possa deliberar, em primeira convocatória, têm que estar presentes ou representados accionistas titulares da maioria do capital social.

5 — As deliberações da assembleia geral serão tomadas por maioria absoluta dos votos presentes, excepto as deliberações relativamente às quais a lei exija maiorias qualificadas.

ARTIGO 9.º

1 — Os accionistas que sejam pessoas singulares poderão fazer-se representar nas reuniões de assembleia geral por cônjuge, ascendente

ou descendente, administrador ou outro accionista, mediante carta dirigida ao presidente da mesa que indique o nome, domicílio do representante e data da assembleia.

2 — As pessoas colectivas far-se-ão representar pela pessoa que para o efeito designarem através de carta cuja autenticidade será apreciada pelo presidente da mesa.

ARTIGO 10.º

A assembleia geral reunirá nos três primeiros meses de cada ano, para:

a) Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício anterior;

b) Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

c) Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;

d) Proceder às eleições que legal e estatutariamente lhe sejam atribuídas ou aquelas que, eventualmente, se tornem necessárias por virtude de ocorrências determinadas.

CAPÍTULO IV

Administração e fiscalização

ARTIGO 11.º

1 — A sociedade será administrada e representada por um conselho de administração composto por três ou cinco membros, eleitos em assembleia geral, para exercerem o seu mandato durante três anos consecutivos, sem prejuízo de reeleição, uma ou mais vezes.

2 — O conselho de administração reunirá sempre que o interesse da sociedade o exigir, devendo as deliberações constar de acta, e serem tomadas por maioria de votos.

3 — Os administradores poderão fazer-se representar no conselho de administração somente por outro administrador, bastando para o efeito uma simples carta dirigida ao respectivo presidente.

4 — O conselho de administração poderá preencher, por cooptação, até à reunião da próxima assembleia geral, as vagas que se verificarem nos lugares de administradores.

5 — As reuniões do conselho de administração deverão ser convocadas por escrito pelo presidente ou por outros dois administradores, com a antecedência mínima de oito dias, devendo da convocatória constar as matérias incluídas na ordem de trabalhos.

ARTIGO 12.º

1 — Cada administrador, antes do início do respectivo exercício, prestará caução no montante legal.

2 — A caução poderá ser substituída por contrato de seguro e mesmo dispensada por deliberação da assembleia geral.

ARTIGO 13.º

1 — Além do disposto na lei, compete, especialmente, ao conselho de administração:

a) Gerir, com os mais amplos poderes, a sociedade, praticando todos os actos e operações necessários ou convenientes à prossecução do objecto social;

b) Representar a sociedade, em juízo ou fora dele, activa ou passivamente;

c) Adquirir, onerar, alienar ou dar em garantia ou em pagamento, quaisquer bens ou direitos, mobiliários ou imobiliários e tomar e dar de arrendamento quaisquer prédios;

d) Propor e fazer seguir quaisquer acções, confessá-las ou delas desistir ou nelas transigir e comprometer-se em árbitros;

e) Constituir mandatários nos termos da lei;

f) Nomear e demitir directores, consultores técnicos e quaisquer outros colaboradores ou empregados.

ARTIGO 14.º

A sociedade obriga-se:

a) Pela assinatura conjunta de dois membros do conselho de administração, ou pelas do administrador ou dos administradores para o efeito designados em acta do conselho de administração;

b) Pela assinatura de um ou mais mandatários, nos precisos termos dos respectivos mandatos.

ARTIGO 15.º

A fiscalização dos negócios sociais compete a um fiscal único e respectivo suplente, nos termos das alterações que foram introduzi-

das no Código das Sociedades Comerciais, pelo Decreto-Lei n.º 257/96, de 31 de Dezembro, eleitos em assembleia geral para exercer o seu mandato durante três anos consecutivos, sem prejuízos de reeleição.

ARTIGO 16.º

1 — As remunerações dos elementos que constituem o conselho de administração e o fiscal único serão estabelecidas pela assembleia geral.

2 — A assembleia geral poderá, porém, delegar numa comissão de accionistas a fixação das remunerações.

CAPÍTULO V

Ano social e aplicações de resultados

ARTIGO 17.º

O ano social coincide com o ano civil.

ARTIGO 18.º

Os lucros líquidos apurados em cada ano terão a seguinte aplicação:

a) 5% para o fundo de reserva legal, enquanto não estiver preenchido;

b) O restante para ser aplicado, conforme deliberação dos accionistas.

CAPÍTULO VI

Dissolução, liquidação e disposições diversas

ARTIGO 19.º

1 — A dissolução e liquidação da sociedade regem-se pelas disposições da lei e pelas deliberações da assembleia geral.

2 — Ao conselho de administração compete proceder à liquidação social, quando o contrário não for deliberado em assembleia geral.

ARTIGO 20.º

A administração fica autorizada, a partir desta data, a celebrar quaisquer negócios jurídicos por conta da sociedade no âmbito do respectivo objecto.

ARTIGO 21.º

Ficam desde já eleitos os seguintes corpos sociais para o triénio de 1999-2001:

Assembleia geral: presidente — Júlio Luís Santos Ferreira, casado, residente na Avenida do 5 de Outubro, 184, 1.º, esquerdo, Lisboa; vice-presidente — Paulo Manuel Bragança Ortiz Rúbio, casado, residente na Rua de Rodrigo da Fonseca, 77, 5.º, Lisboa; secretário — Ana Rita da Paixão Domingues, solteira, maior, residente na Rua de Rodrigo da Fonseca, 77, 5.º, Lisboa.

Conselho de administração: presidente — João Alberto Ferreira da Silva, casado, residente na Rua de Rodrigo da Fonseca, 77, 5.º, Lisboa; vogais — Florentino António Franco Rodrigues, casado, residente na Rua de Rodrigo da Fonseca, 77, 5.º, Lisboa, e Pedro Manuel Alves Cardoso Lopes, casado, residente no Hotel Delfim, Praia dos Três Irmãos, Alvor, Portimão.

Fiscal único — Álvaro, Falcão & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com sede na Rua de Alexandre Herculano, 51, 4.º, D, representada pelo Dr. António Joaquim Pereira Silvão, revisor oficial de contas, casado, residente na Rua de Viana da Mota, 23, Algueirão; suplente — Dr. Armindo dos Santos Pinto, revisor oficial de contas, casado, residente na Rua de Gil Eanes, 16, Cascais.

Está conforme o original.

4 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 10122125

OZ — DIAGNÓSTICO, LEVANTAMENTO E CONTROLO DE QUALIDADE EM ESTRUTURAS E FUNDAÇÕES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 68 966/880713; identificação de pessoa colectiva n.º 502027258; inscrição n.º 13; número e data da apresentação: 4/991020.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o contrato, quanto ao artigo 2.º, o qual passa a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste no diagnóstico, levantamentos e controlo de qualidade em estruturas e fundações, fabricação, aluguer e comércio de aparelhos para o mesmo fim e gestão de qualidade em empreendimentos de construção.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

4 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 11321482

TRANSPORTADORA A FLOR DO VALE DE SANTO ANTÓNIO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 58 349/830810; identificação de pessoa colectiva n.º 500424853; inscrição n.º 8; número e data da apresentação: 3/991020.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado a dissolução e encerramento da liquidação, tendo sido as contas aprovadas em 23 de Setembro de 1999.

4 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 11305339

SERVOTROL — SISTEMAS DE COMANDO AUTOMÁTICO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 53 159/790130; identificação de pessoa colectiva n.º 500246564; data da apresentação: 991026.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas do ano de 1998.

3 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 11304871

SILVAS — LEILOEIROS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 56 621/820126; identificação de pessoa colectiva n.º 501223355; data da apresentação: 991026.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas dos anos de 1997 e 1998.

4 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 11296194

OMNINSTAL — ELECTRICIDADE, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 1926/810129; identificação de pessoa colectiva n.º 501237445; inscrição n.º 45; número e data da apresentação: 31/991222.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Deliberação de redução de capital, para cobertura de prejuízos.

Montante da redução: 368 000 000\$.

Data da deliberação: 15 de Dezembro de 1999.

5 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 11462574

V. C., VÍDEO COMERCIAL, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 2301/910417; identificação de pessoa colectiva

n.º 501553959; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 27/991027.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado a dissolução e liquidação, tendo sido as contas aprovadas em 25 de Agosto de 1999.

5 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 10122591

TITO & FEIST, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 69 528/880929; identificação de pessoa colectiva n.º 502050543; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 24/991021.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe foi registado a dissolução e liquidação, tendo sido as contas aprovadas em 14 de Outubro de 1999.

4 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 11457520

R. I. B. — REPRESENTAÇÕES INDUSTRIAIS DE BIOQUÍMICAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 51 935/780323; identificação de pessoa colectiva n.º 500742260; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 16/990923.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado a dissolução e liquidação, tendo sido as contas aprovadas em 15 de Julho de 1999.

3 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 10941517

SOPOCASA — SOCIEDADE PORTUGUESA DE CÁPSULAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 53 286/790222; identificação de pessoa colectiva n.º 500801150; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 13/990616.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registada a cessação das funções da gerência de Armando Augusto Fortunato da Silva Andrade, por destituição, em 19 de Maio de 1999.

3 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 10960643

TRANSCOTE — CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 68 696/880608; identificação de pessoa colectiva n.º 502003367; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 10; número e data da apresentação: 12/991013.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registada a cessação das funções da fiscalização de A. P. Malheiro Veloso & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, por renúncia, em 11 de Setembro de 1998.

4 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 10116788

TURIM S. A. C. E. G. — ADMINISTRAÇÃO DE COMPRAS EM GRUPO, S. A. (em liquidação)

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 65 707/870511; identificação de pessoa colectiva n.º 501852924; inscrição n.º 19; número e data da apresentação: 31/991006.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Dissolução e designação de liquidatário.

Prazo para a liquidação: três anos a contar de 22 de Setembro de 1999.

Liquidatário: José das Neves Martins, residente na Rua de D. Estefânia, 13-A, Lisboa.

4 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 10121943

TECNOCARGA — AGENTES TRANSITÁRIOS INTERNACIONAIS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 62 056/851216; identificação de pessoa colectiva n.º 501627782; inscrição n.º 17; número e data da apresentação: 40/991001.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o contrato, quanto ao artigo 1.º e aditado o n.º 5 ao artigo 9.º, os quais passam a ter a redacção seguinte:

1.º

A sociedade mantém a firma TECONCARGA — Agentes Transitários Internacionais, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de Soeiro Pereira Gomes, edifício da Bolsa de Valores de Lisboa, 3.º, A, freguesia de Nossa Senhora de Fátima, concelho de Lisboa.

9.º

1 —
2 —
3 —
4 —
5 — As deliberações das assembleias gerais sobre aumento do capital social, cedência de participações sociais da sociedade noutras sociedades, independentemente do seu objecto, compra e venda de bens imóveis e distribuição de mais de metade dos lucros apurados, terão que ser tomadas por unanimidade dos votos de todos os sócios.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

4 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 10116389

RESIMÓVEL — SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 2727/910802; identificação de pessoa colectiva n.º 502612800.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram registados os seguintes actos:

9 — Averbamento n.º 1, apresentação n.º 24/991028.

De actualização: o fiscal único efectivo passou a denominar-se Santos Fernandes & Lino Henriques, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

9 — Averbamento n.º 2, apresentação n.º 25/991028.

Cessação das funções de Santos Fernandes & Lino Henriques, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, e António José Alves da Silva, por renúncia, em 28 de Maio de 1999.

11 — Apresentação n.º 26/991028.

Designação dos fiscal único, efectivo e suplente, em 1 de Junho de 1999.

Período: até ao final do mandato de 1997-1999.

Efectivo — A. Santos, J. Alves & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com sede na Avenida de Júlio Dinis, 891, 4.º, esquerdo, Lisboa; suplente — A. Gândara, J. Monteiro, O. Figueiredo & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com sede na Avenida da República, 90, 7.º, Lisboa.

Está conforme o original.

6 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 08933448

ÓMEGA — VIAGENS E TURISMO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 3302/920401; identificação de pessoa colectiva n.º 502737379; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 10/991029.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado a cessação das funções da gerência de Munir Asharaf Aly, por renúncia, em 30 de Agosto de 1999:

Pela inscrição n.º 6, apresentação n.º 11/991029.

Designação de gerente, em 30 de Agosto de 1999, de Nuria Tubau Suades.

Pelo averbamento n.º 1 à inscrição n.º 10, apresentação n.º 12/991029, e foi alterado parcialmente o contrato, quanto ao artigo 1.º, o qual passou a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma ÓMEGA — Viagens e Turismo, L.^{da}, e tem a sua sede na Avenida do 5 de Outubro, 10, 6.º, sala 4, freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

6 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 10123083

VINIFRUTAS — PRODUTOS ALIMENTARES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 4497/930730; identificação de pessoa colectiva n.º 503069426; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 4; números e data das apresentações: 4 e 5/991102.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado a cessação das funções da gerência de Mário Rui Gomes Simões e de Maria do Céu Reis Simões, por renúncia, em 8 de Abril de 1999, e foi alterado parcialmente o contrato, quanto aos artigos 3.º e 4.º, os quais passam a ter a redacção seguinte:

3.º

O capital social é de 400 000\$, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e nos demais valores do património social, e corresponde à soma de duas quotas: uma de 300 000\$ e outra de 100 000\$, ambas do sócio Jorge Miguel Gonçalves do Nascimento.

4.º

A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme vier a ser deliberado em assembleia geral, fica a cargo do único sócio Jorge Miguel Gonçalves do Nascimento, desde já nomeado gerente, bastando a sua assinatura para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

6 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 10123458

SOCIEDADE DA QUINTA DAS TERRAS, AGRICULTURA E COMÉRCIO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 4576/930913; identificação de pessoa colectiva n.º 500990093; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 8/991026.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o contrato, quanto ao artigo 1.º, o qual passa a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

A sociedade continua a adoptar a firma Sociedade da Quinta das Terras, Agricultura e Comércio, L.^{da}, e terá a sua sede no Largo do

Conde Barão, 5, em Lisboa, freguesia de São Paulo, podendo abrir sucursais, agências, filiais ou delegações em qualquer outra localidade, onde a gerência entenda.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

6 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 11457554

24 DE JULHO — SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 6004/950623; inscrição n.º 6; número e data da apresentação: 1/991027.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registada a seguinte designação:

Designação do conselho de administração, fiscal único e suplente, em 25 de Maio de 1999.

Período: quadriénio de 1999-2002.

Conselho de administração: presidente — Mário Rosa Freire; vogais — Rui Jorge Martins Teixeira Freire, José Alberto Maia das Neves, António José Rodrigues dos Santos Policarpo e Maria João Martins Teixeira Freire Xavier.

Fiscal único: Isabel Paiva, Galvão, Mata & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas; suplente — A. Oliveira e A. Santos, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Está conforme o original.

6 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 10122230

SOLSERRA — CASA DE REPOUSO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 6771/960617; identificação de pessoa colectiva n.º 503660361.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram registados os seguintes actos:

1 — Averbamento n.º 3, apresentação n.º 5/991028.

Cessaçao das funções de Eduardo Marcos Pires Gomes, por renúncia, em 30 de Setembro de 1999.

4 — Averbamento n.º 1, apresentação n.º 33/991028.

Cessaçao das funções de Fernando Miguel Galiano Tavares Casaca, por renúncia, em 30 de Setembro de 1999.

8 — Apresentação n.º 6/991028.

Designação de gerente, em 30 de Setembro de 1999, de Mohamed Salimo Jussub.

9 — Apresentação n.º 1/991029.

Designação de gerente, em 30 de Setembro de 1999, de Mariam Abdul Hobib.

Está conforme o original.

6 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 10122478

TEDEC — MEIJI FARMA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 7016/960930; identificação de pessoa colectiva n.º 503362522; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/991102.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o contrato, quanto ao artigo 1.º, o qual passa a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

A sociedade continua a adoptar a firma TEDEC — Meiji Farma, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de Alexandre Herculano, 5, Lisboa, Business Center, sala 23, na freguesia do Sagrado Coração de Jesus, concelho de Lisboa.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

6 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 10123466

SOV — IMOBILIÁRIA — GESTÃO E INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 7093/961031; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 12/991028.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o contrato, quanto ao artigo 1.º, o qual passa a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

A sociedade continua a adoptar a firma SOV — Imobiliária — Gestão e Investimentos Imobiliários, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de Garcia de Orta, 76, A e B, freguesia da Lapa, concelho de Lisboa.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

6 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 10122079

TRANSPORTES ADOLFO LOBATO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 5820/950405; identificação de pessoa colectiva n.º 500514186; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 7; número e data da apresentação: 14/991028.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o contrato, quanto ao n.º 1 do artigo 1.º, o qual passa a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade continua a adoptar a firma Transportes Adolfo Lobato, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de Garcia de Orta, 76, A e B, freguesia da Lapa, concelho de Lisboa.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

6 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 10122052

VHB GEO — TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 7263/970121; identificação de pessoa colectiva n.º 503794058; inscrição n.º 8; número e data da apresentação: 36/991027.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi aumentado o capital social de 2 010 000\$ para 2 024 868\$, ficando assim alterado parcialmente o contrato, quanto aos artigos 1.º, n.º 1, 2.º, n.º 1 e 3.º, n.º 1, os quais passam a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade passa adoptar a firma VHB — Informática, Estatística e Planeamento, L.^{da}, e tem a sua sede no Largo de Vitorino Damásio, 3, 1.º, direito, em Lisboa, freguesia de Santos.

ARTIGO 2.º

1 — O objecto da sociedade é a prestação de serviços no domínio das tecnologias de informação e sistemas de informação geográfica. Estudos de aplicações no âmbito da estatística, do planeamento e da gestão, desenvolvimento e comercialização de produtos informáticos.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro e nos demais valores constantes do activo social, é de 2 024 868\$ e corresponde à soma das seguintes quotas: uma de 404 970\$ do sócio Fernando José Rodrigues Honório; duas de 404 974\$, uma de cada um dos sócios José Carlos Lopes Soares e João Manuel Machado Ferrão, e duas de 404 975\$ cada uma, uma de cada um dos sócios Manuel Tomás Pimenta de Castro Vasco e António José Mendes Baptista.

Gerente designado: Fernando José Rodrigues Honório.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

6 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 11457562

RESTAURANTE CERVEJARIA PREDILECTA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 8434/980526; identificação de pessoa colectiva n.º 504155881; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 5; números e data das apresentações: 12 e 13/991026.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registada a cessação das funções da gerência de Fernando Carlos Cordeiro de Oliveira Paula Vicente e de Magda Alexandra Damas de Sousa Semedo Pereira Paula Vicente, por renúncia, em 30 de Setembro de 1999, e foi alterado parcialmente o contrato, quanto aos artigos 5.º e 10.º, os quais passam a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 5.º

O capital social, inteiramente realizado, é de 1 000 000\$ e corresponde à soma de três quotas: uma do sócio José Paulo Martins de Jesus, no valor nominal de 100 000\$, e duas da sócia Susana Maria Nunes Damas Semedo Pereira, uma do valor nominal de 400 000\$ e outra do valor nominal de 500 000\$.

ARTIGO 10.º

1 — A sociedade obriga-se com a assinatura do gerente José Alfredo Sousa Semedo Pereira, ou com as assinaturas do outro gerente e um procurador.

2 — Os gerentes serão ou não remunerados, conforme for deliberado em assembleia geral.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

6 de Janeiro de 2000. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 11305436

PORTO

PAREDES

MAXIMINO BARBOSA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Paredes. Matrícula n.º 1892/980827; identificação de pessoa colectiva n.º 504222147; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 1/991221.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi reforçado o capital em 23 060 250\$, sendo 14 000 000\$, por incorporação de suprimentos, subscrito pelo sócio Maximino, e 9 060 250\$, em dinheiro, subscrito: 4 448 200\$, pelo sócio Maximino, e 4 612 050\$, pela sócia Marinha, tendo sido alterado o artigo 3.º do pacto, o qual passa a ter a redacção seguinte:

3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 125 000 euros e representado por duas quotas, sendo: uma de 100 000 euros, pertencente ao sócio Maximino de Freitas Barbosa, e outra de 25 000 euros da sócia Marinha da Silva Ribeiro Barbosa.

Foi depositado na pasta respectiva, o texto completo do contrato alterado, na sua redacção actualizada.

Está conforme.

29 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Maria Alzira Ribeiro da Costa Pinheiro*.
10668322

PORTO — 3.ª SECÇÃO

MAIA — CAFÉS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 4346/940404; data da apresentação: 990720.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

6 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Ana Paula P. Nascimento Lobão*.
12777390

EZEQUIEL SOUSA DA SILVA & FILHOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 2976/930222; data da apresentação: 990720.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

6 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Ana Paula P. Nascimento Lobão*.
12777404

SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES J. TORRE, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 7876/970107; data da apresentação: 990719.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

6 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Ana Paula P. Nascimento Lobão*.
12777412

A. M. LOBÃO & FILHOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 17 807/681022; identificação de pessoa colectiva n.º 500998752; data da apresentação: 990706.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

6 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Ana Paula P. Nascimento Lobão*.
12777064

MANUEL JOSÉ FERNANDES MOREIRA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 3717/930924; data da apresentação: 990720.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

6 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Ana Paula P. Nascimento Lobão*.
12777072

FARMÁCIA CENTRAL DE GONDOMAR — SOCIEDADE UNIPESSOAL, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 46 539/900206; identificação de pessoa colectiva n.º 502282894; data da apresentação: 990720.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

6 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Ana Paula P. Nascimento Lobão*.
12777080

JOÃO MIRANDA DOS SANTOS & FILHOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 202-A/901204; identificação de pessoa colectiva n.º 502551631; data da apresentação: 990720.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

6 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Ana Paula P. Nascimento Lobão*.
12777102

PAPELARIA VILAR, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 46 501/891122; identificação de pessoa colectiva n.º 502284498; data da apresentação: 990720.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

6 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Ana Paula P. Nascimento Lobão*.
12777129

J. B. CRIAÇÕES — GABINETE GRÁFICO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 5484/950221; data da apresentação: 990720.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

6 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Ana Paula P. Nascimento Lobão*.
12777153

MANUEL MOREIRA FERRAZ BARBOSA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 17 422/680314; data da apresentação: 990720.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

6 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Ana Paula P. Nascimento Lobão*.
12777161

AUTO TÁXIS SECUNDINO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 18 029/681205; data da apresentação: 990720.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

6 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Ana Paula P. Nascimento Lobão*.
12777170

J. FERREIRA RAMOS, FILHO & C.ª, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 19 545/720118; identificação de pessoa colectiva n.º 500144761; data da apresentação: 990720.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

6 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Ana Paula P. Nascimento Lobão*.
12777188

JOSÉ CALDAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 6045/950717; identificação de pessoa colectiva n.º 503467766; data da apresentação: 990720.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

5 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Ana Paula P. Nascimento Lobão*.
12776670

SASITEX — SOCIEDADE DE ARTIGOS TÊXTEIS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 25 061/800326; data da apresentação: 990720.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

5 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Ana Paula P. Nascimento Lobão*.
12776688

RUDOLF PRODUTOS QUÍMICOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 25 171/800428; data da apresentação: 990720.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

5 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Ana Paula P. Nascimento Lobão*.
12776696

IRMÃOS NEVES SANTOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 25 630/800916; identificação de pessoa colectiva n.º 501061231; data da apresentação: 990720.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

5 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Ana Paula P. Nascimento Lobão*.
12776700

JOSÉ FERREIRA PEREIRA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 36 380/820422; data da apresentação: 990720.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

5 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Ana Paula P. Nascimento Lobão*.
12776718

CENTRO DE MEDICINA FÍSICA E REABILITAÇÃO LUZIA ALVES & MANUELA SILVA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 37 298/821215; data da apresentação: 990720.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

5 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Ana Paula P. Nascimento Lobão*.
12776726

AUGUSTO MONTEIRO DA SILVA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 38 656/840423; data da apresentação: 990720.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

5 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Ana Paula P. Nascimento Lobão*.
12776734

TÊXTIL BALIO — TINTURARIA E ACABAMENTOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 7000/960412; identificação de pessoa colectiva n.º 503630748; data da apresentação: 990720.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

5 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Maria Irene Simões do Vale*.
11906375

MAGALHÃES ALMEIDA & FERRAZ, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 38 762/840606; data da apresentação: 990720.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

5 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Ana Paula P. Nascimento Lobão*.
12776742

NOPAIN — SERVIÇOS MÉDICOS E TERAPIA DA DOR, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 9851/980507; data da apresentação: 990716.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

5 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Ana Paula P. Nascimento Lobão*.
12776386

ALCINO & MANUEL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 36 886/820819; data da apresentação: 990720.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

5 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Ana Paula P. Nascimento Lobão*.
12776394

MANUEL J. FERREIRA RAMOS & C.^A, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 40 435/851105; identificação de pessoa colectiva n.º 501569456; data da apresentação: 990720.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

5 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Maria Irene Simões do Vale*.
10286390

PROMON — ENGENHARIA E PLANEAMENTO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 45 322/140389; identificação de pessoa colectiva n.º 502124407; data da apresentação: 990720.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

5 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Maria Irene Simões do Vale*.
11906987

SOFIA & ISABEL — INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 7229/960704; identificação de pessoa colectiva n.º 503675830; data da apresentação: 990719.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

4 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Maria Irene Simões do Vale*.
11906995

EUGÉNIO MACEDO & GABRIELA MATIAS, ARQUITECTOS ASSOCIADOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 6918/960327; identificação de pessoa colectiva n.º 503619272; data da apresentação: 990720.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

4 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Maria Irene Simões do Vale*.
11906685

SOLAR QUÍMICA — CORANTES E PRODUTOS QUÍMICOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 7504/960924; data da apresentação: 990720.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

4 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Maria Irene Simões do Vale*.
11905484

TEIXEIRA & ANDRADE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 7623/961023; identificação de pessoa colectiva n.º 503767840; data da apresentação: 990720.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

4 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Maria Irene Simões do Vale*.
11905492

LAMY & PETERS — PROMOÇÕES DE KARTING DE INTERIOR, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 7687/961111; data da apresentação: 990720.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

4 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Maria Irene Simões do Vale*.
11905506

P. J. COSTA — CONSULTORIA, MARKETING E SERVIÇOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 7885/970108; data da apresentação: 990720.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

4 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Maria Irene Simões do Vale*.
11905514

PARISPORTO — TRADING, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 8074/970225; data da apresentação: 990720.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

4 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Maria Irene Simões do Vale*.
11905522

GRUPOPTARME — DISTRIBUIÇÃO NACIONAL DE BEBIDAS E PRODUTOS ALIMENTARES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 8453/970611; data da apresentação: 990720.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

4 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Maria Irene Simões do Vale*.
11905530

LUÍS & PAULO PINTO — COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 8470/970613; data da apresentação: 990720.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

4 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Maria Irene Simões do Vale*.
11905549

MANUEL RODRIGUES DE OLIVEIRA SÁ & FILHOS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 1689/080602; identificação de pessoa colectiva n.º 500180547; inscrição n.º 22; número e data da apresentação: 20/991223.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registada a designação dos membros dos órgãos sociais para o quadriénio de 1999-2002:

Conselho de administração: presidente — Luís Malafaya Oliveira Sá; vice-presidente — António Manuel Pinheiro de Sá Lima; vogal — José Luís da Silva Fonseca.

Fiscal único: Borda Rodrigues & António Cambão, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por José Manuel Borda

Rodrigues; suplente — António Magalhães & Carlos Santos, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por António Monteiro Magalhães.

Data da deliberação: 31 de Maio de 1999.

5 de Janeiro de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Ana Mafalda Magalhães Basto*. 06942318

GERMEN — MOAGEM DE CEREAIS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 297/910107; identificação de pessoa colectiva n.º 502472120; averbamento n.º 3 à inscrição n.º 13 e inscrição n.º 15; números e datas das apresentações: 6/991223 e 6/991103.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositadas cartas e acta, de onde consta a cessação de funções dos administradores Rui de Castro Fontes, Licínio Manuel Cabral Doutel Pinto Leite e João Gomes de Almeida Rezende, em 31 de Janeiro de 1999, 31 de Janeiro de 1999 e 30 de Abril de 1999, respectivamente, por renúncia, e a designação da administradora, até termo do mandato em curso, Maria Aline Salgueiro de Seabra Ferreira.

5 de Janeiro de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Ana Mafalda Magalhães Basto*. 06942296

ASTURIANA DAS MINAS PORTUGAL, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 47 040/900619; identificação de pessoa colectiva n.º 502367059; inscrição n.º 14, averbamento n.º 1 à inscrição n.º 14 e inscrição n.º 15; números e data das apresentações: 20, 21 e 22/991222.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositadas a acta e carta, de onde consta a designação dos membros dos órgãos sociais para o quadriénio de 1998-2001.

Conselho de administração: presidente — François André Marie Blanc; vogais — Louis Paul Simon Philippe Gothier, Jesus Maria de Santiago Aspiroz, casados, e Paulo Vieira Alves, divorciado.

Conselho fiscal: presidente — Jacques Luc Michel Dandoy; vogais — Frank Jean Hervé Martinelli, casado, e Amável Alberto Freixo Calhau, revisor oficial de contas; suplentes — Paulo Ribeiro da Silva, revisor oficial de contas, solteiro, maior, e António Manuel Costa Ferreira de Queirós, casado.

Data da deliberação: 1 de Outubro de 1998.

Cessação de funções do administrador François André Marie Blanc, em 23 de Novembro de 1999, por renúncia, e a designação do administrador, até termo do mandato em curso, Ernst Jurgen Pleyer, casado, em 19 de Novembro de 1999.

5 de Janeiro de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Ana Mafalda Magalhães Basto*. 06942270

GREP — PEÇAS E ACESSÓRIOS DE AUTOMÓVEIS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 8284/970424; identificação de pessoa colectiva n.º 503747041; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 24/991222.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registada a dissolução e encerramento da liquidação.

Data da aprovação das contas: 30 de Setembro de 1999.

Está conforme.

5 de Janeiro de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Ana Mafalda Magalhães Basto*. 06942288

TORVAL — METALURGIA TORVAL, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 309 844/850529; identificação de pessoa colectiva n.º 501548262; inscrição n.º 2 e averbamento n.º 2 à inscrição n.º 1; números e data das apresentações: 12 e 13/991222.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi depositada acta, de onde consta a designação dos gerentes Nuno Paulo Pinto

França e João Albino Cardoso Aratijo, casados, em 15 de Dezembro de 1999, e a cessação de funções do gerente António José Pereira de Sá, em 15 de Dezembro de 1999, por destituição.

4 de Janeiro de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Ana Mafalda Magalhães Basto*. 06942067

IMONOGUE — COMÉRCIO IMOBILIÁRIO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 8646/970731; identificação de pessoa colectiva n.º 503936243; inscrição n.º 6; números e data das apresentações: 4 e 5/991222.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram alterados os artigos 3.º, 4.º e 6.º, n.º 1, os quais passam a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O seu objecto consiste em actividades imobiliárias e construção de edifícios.

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 1 000 000\$ e corresponde à soma de três quotas, sendo: duas iguais de 330 000\$ cada uma, pertencentes uma a cada um dos sócios Alberto Castro Torres e Clementino Alves Torres, e uma do valor de 340 000\$, pertencente ao sócio José Carlos Alves Torres.

ARTIGO 6.º

1 — A gerência social, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica afectada aos sócios Alberto Castro Torres, Clementino Alves Torres e José Carlos Alves Torres.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

5 de Janeiro de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Ana Mafalda Magalhães Basto*. 06942261

RECEITAS DO CHEFE LUNA — GESTÃO HOTELEIRA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 3362/930607; identificação de pessoa colectiva n.º 503012548; inscrição n.º 20; número e data da apresentação: 3/991209.

Certifico que o capital da sociedade em epígrafe, que anteriormente se denominava de Carneiro & Jorge, L.ª, foi elevado à cifra de 22 446 euros, tendo sido alterados os artigos 1.º, 3.º e 6.º, os quais passam a ter a redacção seguinte:

1.º

A sociedade adopta a firma Receitas do Chefe Luna — Gestão Hoteleira, L.ª, com sede na Avenida da Praia de Anjeiras, 191, freguesia de Lavra, concelho de Matosinhos, e durará por tempo indeterminado a contar da data da sua constituição.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 22 446 euros, dividido em três quotas iguais de 7482 euros cada uma, pertencentes uma a cada um dos sócios Fernando Jorge Brito Dias, João Miguel Cardeano Jorge e José dos Santos Graça Luna.

6.º

1 — A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica afectada aos sócios Fernando Jorge Brito Dias, João Miguel Cardeano Jorge e José dos Santos Graça Luna.

2 — Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos é necessária a assinatura de dois gerentes.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

22 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Mafalda Magalhães Basto*. 11599413

IMOSENTO — SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 8910/971023; identificação de pessoa colectiva n.º 504009710; data da apresentação: 990722.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas dos anos de 1997 e 1998.

7 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Ana Paula P. Nascimento Lobão*. 12777218

DIAMANTINO GOMES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 8861/971010; data da apresentação: 990722.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

7 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Ana Paula P. Nascimento Lobão*. 12777226

TRANSPORTES EXPRESSOMAIA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 7918/970115; identificação de pessoa colectiva n.º 503815594; data da apresentação: 990722.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

7 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Ana Paula P. Nascimento Lobão*. 12777234

**JOÃO MESTRE & FERNANDA PINTO
ARQUITECTOS, L.ª**

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 7826/961217; data da apresentação: 990722.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

7 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Ana Paula P. Nascimento Lobão*. 12777242

MEDISOUTO — SERVIÇOS MÉDICOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 8164/970320; data da apresentação: 990722.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

7 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Ana Paula P. Nascimento Lobão*. 12777250

**SOCIEDADE CONSTRUÇÕES LUCIANO RAMOS
& SILVA, L.ª**

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 6955/960401; data da apresentação: 990720.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

7 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Ana Paula P. Nascimento Lobão*. 12777269

TUDO DECOR — MOBILIÁRIO E DECORAÇÃO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 10 030/980619; data da apresentação: 990722.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

7 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Ana Paula P. Nascimento Lobão*. 12777277

CARLOS SOUSA & RIBEIRO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 9056/971126; identificação de pessoa colectiva n.º 502710144; data da apresentação: 990722.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

7 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Ana Paula P. Nascimento Lobão*. 12777285

DIAZOM — CARPINTARIA E MARCENARIA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 8313/970505; data da apresentação: 990722.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

7 de Janeiro de 2000. — A Escriturária Superior, *Ana Paula P. Nascimento Lobão*. 12777293

**NORLIBER — IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO
E REPRESENTAÇÕES, S. A.**

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 1624/911231; identificação de pessoa colectiva n.º 502342730; averbamento n.º 2 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 5; números e data das apresentações: 39-40/990316.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositadas carta e acta, de onde consta a cessação de funções do administrador Joaquim Jorge Sampaio Jacinto, em 9 de Novembro de 1994, por renúncia, e a designação dos membros dos órgãos sociais para o quadriénio de 1995-1998:

Conselho de administração: presidente — José Manuel dos Santos Baeta, Albino Moreira de Sousa Guimarães e Vasco José de Moraes, em 9 de Novembro de 1994.

28 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Mafalda Magalhães Basto*. 11599588

CONSTRUÇÕES RUDIAU, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 1731/920117; identificação de pessoa colectiva n.º 502680024; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 2 e inscrição n.º 7; números e data das apresentações: of. 6, 7, 8, 9 e 10/991213.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, Aurélio Rodrigues Ferreira, cessou funções de gerente, em 21 de Outubro de 1999, por renúncia, tendo sido alterados os artigos 1.º (corpo), 3.º e 4.º, os quais passam a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

A sociedade mantém a firma Construções Rudiau, L.ª, e tem a sua sede na Avenida de 25 de Abril, 76, da freguesia e concelho de Valongo.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 3 000 000\$ e está dividido em três quotas, sendo: duas iguais de

1 350 000\$, pertencentes uma a cada um dos sócios Joaquim Afonso Diogo e Rufino Alves Vaz, e outra de 300 000\$, pertencente ao sócio Augusto Fernando Alves Vaz.

ARTIGO 4.º

A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, será exercida pelos sócios Joaquim Afonso Diogo, Rufino Alves Vaz e Augusto Fernando Alves Vaz, vinculando-se a mesma pela intervenção de dois gerentes.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

2 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Mafalda Magalhães Basto*. 11549715

CNAL — COMPANHIA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 5010/970122; identificação de pessoa colectiva n.º 503872334; inscrição n.º 7; número e data da apresentação: 18/991006.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado o artigo 4.º, o qual passa a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 10 000 000\$ e corresponde à soma de quatro quotas, sendo: duas no valor nominal de 3 750 000\$ cada uma, pertencendo uma a cada um dos sócios José da Costa Amorim e José Joaquim da Silva Marinho de Carvalho, e duas no valor nominal de 1 250 000\$ cada uma, pertencendo uma a cada um dos sócios Fernando Jorge Teixeira Coelho Gonçalves e Carlos Alberto Alves Mourão.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

22 de Outubro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Mafalda Magalhães Basto*. 10305769

TRANSPORTES ANTÓNIO RIBEIRO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 5589/950317; identificação de pessoa colectiva n.º 503387320; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 22/991214.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi depositada a acta, de onde consta a designação dos gerentes António Monteiro Ribeiro e Maria Augusta da Silva Brito Ribeiro, em 30 de Setembro de 1999.

28 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Mafalda Magalhães Basto*. 11599677

RUDIFE — SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 299/910107; identificação de pessoa colectiva n.º 502473436; inscrição n.º 8; números e data das apresentações: 4 e 5/991213.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram alterados os artigos 3.º e 4.º, os quais passam a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 2 000 000\$ e está dividido em três quotas, sendo: duas iguais de 900 000\$, pertencentes uma a cada um dos sócios Joaquim Afonso Diogo e Rufino Alves Vaz, e outra de 200 000\$, pertencente ao sócio Augusto Fernando Alves.

ARTIGO 4.º

A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, será exercida pelos sócios Joaquim Afonso Diogo, Rufino Alves Vaz e Augusto Fernando Alves Vaz, vinculando-se a mesma pela intervenção de dois gerentes.

O texto completo do contrato na sua redacção actualizada foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

28 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Mafalda Magalhães Basto*. 11599707

SOCIEDADE IMOBILIÁRIA URBANIZAÇÃO DO PARQUE, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 5192/941209; inscrição n.º 2; números e data das apresentações: 20 e 21/991214.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuada a alteração do contrato e designação dos membros dos órgãos sociais, para o triénio de 1997-1999, cujo extracto da inscrição é o seguinte: Alteração do contrato.

Artigo alterado: 19.º

Estrutura da fiscalização: fiscal único.

Foram designados os membros dos órgãos sociais para o triénio de 1997-1999.

Conselho de administração: presidente — Banco Português de Investimento, S. A., representada por Mário Pereira Pinto; vogais — Banco Português do Atlântico, S. A., representada por António Ferreira de Castro; Banco Espírito Santo, S. A., representada por José António Lima Curral.

Fiscal único — Marina Coimbra da Cunha Osório, revisor oficial de contas; suplente — Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por José Carlos Canedo Gonçalves da Mota.

Data da deliberação: 31 de Março de 1997.

Está conforme.

28 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Mafalda Magalhães Basto*. 11599669

TOP — INDÚSTRIA DE TINTAS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 5448/950214; identificação de pessoa colectiva n.º 503372617; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1, inscrição n.º 8 e averbamento n.º 1 à inscrição n.º 4; números e data das apresentações: 20 e 21, of. 22 e 23/991216.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositadas actas e escritura, de onde consta a cessação de funções do gerente João Manuel Outeiro de Oliveira Braga, em 28 de Junho de 1999, por destituição; a designação da gerente Maria Teresa Moreira Koehler de Sottomayor, em 6 de Agosto de 1999, e a cessação de funções dos gerentes Fernando Gonçalves Monteiro e Joaquim Fernando Pacheco da Rocha, em 17 de Novembro de 1999, por renúncia.

30 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Mafalda Magalhães Basto*. 11599910

CENTRO RESIDENCIAL DA MAIA, URBANISMO, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 188/881216; identificação de pessoa colectiva n.º 502077310; inscrição n.º 18 e averbamento n.º 1 à inscrição n.º 14; números e data das apresentações: 63 e 64/990520.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos relativos à prestação de contas do ano de 1998, de cartas e acta, de onde consta a cessação de funções dos administradores José Fernando Cordeiro Falcão Mena e José Manuel Quintela da Fonseca, em 31 de Março de 1999, por renúncia.

O texto completo do contrato na sua redacção actualizada foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

20 de Julho de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Mafalda Magalhães Basto*. 09421521

CONFEITARIA E PÃO QUENTE DA PALMILHEIRA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 3315/930524; identificação de pessoa colectiva n.º 503007463; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 6; números e data das apresentações: of. 2, 3 e 4/991217.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, Ângelo Lopes Apolinário e António da Cruz Gonçalves, cessaram funções de gerentes, em 18 de Novembro de 1999, por renúncia, o capital foi elevado à cifra de 2 000 000\$, tendo sido alterados os artigos 3.º e 6.º, os quais passam a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e nos demais bens e valores que compõem o activo da sociedade, é de 2 000 000\$, correspondente à soma de duas quotas iguais, cada uma do valor nominal de 1 000 000\$, pertencentes uma a cada um dos sócios José Marques Belchior e Maria Lucília Martins Belchior.

ARTIGO 6.º

A gerência social, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica afectada a ambos os sócios José Marques Belchior e Maria Lucília Martins Belchior, desde já nomeados gerentes, sendo suficiente a assinatura de qualquer um deles para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

31 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Mafalda Magalhães Basto*. 11599928

PEDRO MIGUEL FONSECA, UNIPessoal, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 9091/971204; identificação de pessoa colectiva n.º 504043749; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 35/991207.

Certifico que a sociedade em epígrafe, foi transformada em sociedade por quotas, a qual se rege pelo contrato seguinte:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Pedro Miguel Fonseca, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua do Conde Alto Mearim, 734, 1.º, sala 2, da freguesia e concelho de Matosinhos.

ARTIGO 2.º

O objecto consiste em serviços de apoio às empresas locais, consultadoria, gestão, contabilidade audiovisuais, informática e conexos.

ARTIGO 3.º

O capital social, já integralmente realizado em dinheiro, é de 400 000\$, dividido em duas quotas, sendo: uma do valor nominal de 350 000\$, pertencente ao sócio Pedro Miguel Ferreira Fonseca, e outra do valor nominal de 50 000\$, pertencente ao sócio Mário José Tavares da Fonseca.

ARTIGO 4.º

A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica afectada a ambos os sócios, nomeados gerentes.

§ único. Para obrigar a sociedade é suficiente a assinatura de um gerente.

Em ampliação dos poderes normais de gerência, poderão ainda os gerentes, comprar e vender viaturas automóveis de e para uso da sociedade e assinar contratos de *leasing*.

ARTIGO 5.º

Poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital até ao montante global de 20 vezes o capital social.

ARTIGO 6.º

Os resultados líquidos disponíveis, apurados em cada balanço são ou não distribuídos, conforme deliberado em assembleia geral.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

31 de Dezembro de 1999. — O Primeiro-Ajudante, *António Augusto Soeiro de Barros*. 10192271

PRÉDIGONDA — SOCIEDADE DE PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA, UNIPessoal, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 11 836/990903; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 36/990903.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma PRÉDIGONDA — Sociedade de Promoção Imobiliária, Unipessoal, L.^{da}, e vai ter a sua sede na Rua do Dr. Augusto Martins, 56, habitação 121, da freguesia e concelho da Maia.

ARTIGO 2.º

O seu objecto consiste na construção civil, compra e venda de propriedades e revenda das adquiridas para o mesmo fim. Promoção e investimentos imobiliários. Prestação de serviços, consultoria de *marketing*, gestão, contabilidade, financeira, estudos de mercado, publicidade e *marketing*.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 9975,96 euros, integralmente realizado em dinheiro, por ele sócio, em quota de igual valor.

ARTIGO 4.º

A representação e administração da sociedade, cabe ao próprio sócio.

ARTIGO 5.º

Entre o próprio sócio e a sociedade poderão ser celebrados quaisquer contratos de aquisição e oneração de bens, desde que necessários ou inerentes à prossecução do objecto social, pela forma escrita exigida por lei e de acordo com deliberação própria, quando necessária.

Está conforme.

31 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Mafalda Magalhães Basto*. 11599952

CLÍNICA SÃO MIGUEL ARCANJO — SAÚDE HUMANA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 10 992/990303; identificação de pessoa colectiva n.º 504598562; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 38/991216.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado o artigo 2.º, o qual passa a ter a redacção seguinte:

2.º

O objecto social consiste na saúde humana. Enfermagem e acção social, incluindo organização, gestão, assessoria e apoio às medicinas em geral, bem como à saúde, higiene e segurança no trabalho e actividades conexas.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

30 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Mafalda Magalhães Basto*. 11599880

JOSÉ ARMANDO — TRANSPORTES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 5161/941128; identificação de pessoa colectiva n.º 503307696; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 25/991214.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, o capital foi elevado à cifra de 50 000 euros, tendo sido alterado o artigo 3.º, o qual passa a ter a redacção seguinte:

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 50 000 euros, dividido em duas quotas iguais do valor nominal de 25 000 euros, pertencentes uma a cada um dos sócios.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

28 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Mafalda Magalhães Basto*, 11599685

POTAIN PORTUGAL, EQUIPAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 25 689/801006; identificação de pessoa colectiva n.º 501080619; inscrição n.º 15; número e data da apresentação: 12/991217.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi depositada a acta, de onde consta a designação dos membros dos órgãos sociais para o quadriénio de 1999-2002.

Conselho de administração: presidente — Daniel Gonzalez; vogais — Manuel Eduardo Veiga Cordeiro, casado; José Fernando Moutinho de Moura, casado; Alexandre Freire Ferreira Cabral, solteiro, maior, e Guy Gallaud, casado.

Conselho fiscal: presidente — Gerard Muller, casado; vogais — A. Santos, J. P. Alves & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por António Francisco Barbosa Santos, e José Luís Faria Alves, casado; suplente — Pedro Tarvassos & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por António Manuel Dantas Amorim.

Data da deliberação: 31 de Março de 1999.

31 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Mafalda Magalhães Basto*, 11599936

FERNANDO SANTOS & PEREIRA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 3461/930630; identificação de pessoa colectiva n.º 503019909; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 5; números e data das apresentações: of. 6, 17 e 18/991214.

Certifico que Luís Miguel de Sousa Ferreira, cessou funções de gerente, em 15 de Maio de 1998, por renúncia, na sociedade em epígrafe, que anteriormente se denominava de Fernando Santos & Ferreira, L.^{da}, tendo sido alterados os artigos 1.º (corpo) e 5.º, § 1.º, os quais passam a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Fernando Santos & Pereira, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de Luís da Silva Neves, 421, rés-do-chão, freguesia de Milheirós, concelho da Maia.

ARTIGO 5.º

§ 1.º Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos é unicamente necessária a assinatura de um gerente.

Mais certifico que foi designada gerente Maria Rosa Pereira Pinto.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

28 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Mafalda Magalhães Basto*, 11599650

PROPET — COMÉRCIO DE ANIMAIS E PLANTAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 5277/950102; identificação de pessoa colectiva n.º 503330329; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 15/991217.

Certifico que o capital na sociedade em epígrafe, que anteriormente se denominava de ORNIMUNDO — Comércio de Animais e Plantas, L.^{da}, foi elevado à cifra de 10 024 100\$, tendo sido alterados os artigos 1.º e 3.º, os quais passam a ter a redacção seguinte:

1.º

A sociedade adopta a firma PROPET — Comércio de Animais e Plantas, L.^{da}, e tem a sua sede à Rua de D. Afonso Henriques, 1001, freguesia de Pedrouços, concelho da Maia.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 10 024 100\$, e está dividido em cinco quotas iguais de 2 004 820\$ cada uma, pertencentes uma a cada um dos sócios Joaquim Manuel Moura da Silva, Maria Isabel Pinheiro de Amorim Moura da Silva, Joana Amorim Moura da Silva, Jorge Manuel de Amorim Moura da Silva e Carla Isabel de Amorim Moura da Silva.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

31 de Dezembro de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Mafalda Magalhães Basto*, 11599944

PREDISEDAS — PREDIAL DAS SEDAS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 4243/940302; identificação de pessoa colectiva n.º 503157074; inscrição n.º 9 e averbamento n.º 1 à inscrição n.º 6; números e data das apresentações: 6 e 7/990520.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos relativos à prestação de contas do ano de 1998, e cartas e acta, de onde consta a cessação de funções dos administradores José Fernando Cordeiro Falcão Mena e José Manuel Quintela da Fonseca, em 31 de Março de 1999, por renúncia.

20 de Julho de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Mafalda Magalhães Basto*, 09421599

PROMOSEDAS — PROMOÇÕES IMOBILIÁRIAS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 4235/940302; identificação de pessoa colectiva n.º 503157031; inscrição n.º 9 e averbamento n.º 1 à inscrição n.º 6; números e data das apresentações: 9-10/990521.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos relativos à prestação de contas do ano de 1998, e cartas e acta donde consta a cessação de funções dos administradores José Fernando Cordeiro Falcão Mena e José Manuel Quintela da Fonseca, em 31 de Março de 1999, por renúncia.

20 de Julho de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Mafalda Magalhães Basto*, 09421629

URBISEDAS — IMOBILIÁRIA DAS SEDAS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 4233/940302; identificação de pessoa colectiva n.º 503157082; inscrição n.º 9 e averbamento n.º 1 à inscrição n.º 6; números e data das apresentações: 7 e 8/990521.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos relativos à prestação de contas do ano de 1998, e cartas e acta, de onde consta a cessação de funções dos administradores José Fernando Cordeiro Falcão Mena e a José Manuel Quintela da Fonseca, em 31 de Março de 1999, por renúncia.

20 de Julho de 1999. — A Primeira-Ajudante, *Ana Mafalda Magalhães Basto*, 09421637

SANTO TIRSO

FALUAL — CONSTRUÇÕES METALOMECÂNICAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Santo Tirso. Matrícula n.º 1368/850312; identificação de pessoa colectiva n.º 501643249; inscrição E-4; número e data da apresentação: 26/991126.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado o contrato, aditando um novo artigo que será o 7.º, cuja redacção é do teor seguinte:

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá exigir dos sócios a realização de prestações suplementares de capital até ao montante global de 120 000 000\$, mediante deliberação unânime dos sócios.

Foi depositado o texto completo do contrato alterado, na sua redacção actualizada.

Está conforme.

27 de Dezembro de 1999. — A Conservadora, *Maria Manuela Magalhães da Silva Neto*. 09745750

CDIT — CLÍNICA DENTÁRIA INTEGRADA DA TROFA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Santo Tirso. Matrícula n.º 4324/990713; identificação de pessoa colectiva n.º 504449923; inscrição E-1; número e data da apresentação: 22/990713.

Certifico que entre:

1.º Carlos Abel da Silva Pacheco Moreira, número de identificação fiscal 177343346, solteiro, maior, residente na Alameda Jardins da Arrábida, 1114, 3.º, B, da freguesia de São Pedro de Afurada, do concelho de Vila Nova de Gaia e natural da freguesia de Amarante (São Gonçalo), do concelho de Amarante, titular do bilhete de identidade n.º 6935508, emitido, em 29 de Novembro de 1994, pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa; e

2.ª Maria Luísa da Silva Pacheco Moreira, número de identificação fiscal 144867710, divorciada, residente na Rua de Alves Redol, 376, 10.º, esquerdo, habitação 33, da cidade do Porto, de onde é natural da freguesia de Bonfim, titular do bilhete de identidade n.º 3156263, emitido, em 12 de Agosto de 1997, pelos Serviços de Identificação Civil do Porto;

foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma CDIT — Clínica Dentária Integrada da Trofa, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de Fernão Magalhães, edifício São José, 2.º, sala 19, da freguesia de São Martinho de Bougado, do concelho da Trofa.

2 — Por simples deliberação da gerência, a sede social poderá ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelhos limítrofes, bem como criar ou encerrar filiais, sucursais ou qualquer outra forma de representação social.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a prestação de serviços de medicina dentária e conexos de prótese e raio X.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e está dividido em duas quotas, sendo: uma de 4750 euros, pertencente ao sócio Carlos Abel da Silva Pacheco Moreira, e outra de 250 euros, pertencente à sócia Maria Luísa da Silva Pacheco Moreira.

ARTIGO 4.º

A cessão de quotas, no todo ou em parte, entre sócios é livremente permitida, mas a favor de estranhos depende do consentimento da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência, em segundo lugar, e aos sócios não cedentes, em primeiro lugar.

ARTIGO 5.º

A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica afectada ao sócio Carlos Abel da Silva Pacheco Moreira, que desde já é nomeado gerente, sendo suficiente

a sua assinatura para obrigar a sociedade, em todos os seus actos e contratos.

ARTIGO 6.º

1 — Para além dos casos expressamente previstos na lei, a sociedade poderá proceder à amortização de qualquer quota, independentemente do consentimento do seu titular, nas seguintes situações:

- a) Falência ou insolvência do seu titular;
- b) Interdição ou inabilitação do seu titular;
- c) Penhora, arresto, arrolamento ou qualquer outro acto que implique a apreensão, arrematação ou adjudicação de quota;
- d) Partilha judicial ou extrajudicial de quota, na parte que não for adjudicada ao seu titular;
- e) Quando houver cessão de quotas a estranhos, com inobservância no disposto na cláusula anterior.

2 — A contrapartida da amortização da quota, nas situações previstas no número anterior, será a do valor que lhe for atribuído no último balanço legalmente aprovado.

ARTIGO 7.º

As assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas dirigidas aos sócios, com a antecedência mínima de 15 dias.

ARTIGO 8.º (transitório)

A gerência fica desde já autorizada a proceder ao levantamento do capital social para fazer face a todas as despesas relacionadas com a actividade social.

30 de Dezembro de 1999. — A Conservadora, *Maria Manuela Magalhães da Silva Neto*. 09668152

SANDES CLUBE — SOCIEDADE DE RESTAURANTES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Santo Tirso. Matrícula n.º 4455/991233; inscrição E-1; número e data da apresentação: 5/991233.

Certifico que entre:

1.º Fernando Artur Jordão Ferreira Braga, número de identificação fiscal 152021540, natural da freguesia de São Pedro (Peniche), concelho de Peniche e residente na Quinta do Soutinho, freguesia de Burgães, deste concelho, casado na comunhão de adquiridos com Maria Ema Marques Pacheco Botelho Ferreira Braga;

2.º Ricardo Manuel Alves Silva, número de identificação fiscal 218411570, solteiro, maior, natural desta cidade e residente no lugar do Soutinho, freguesia de Burgães, deste concelho;

foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Sandes Clube — Sociedade de Restaurantes, L.^{da}

2.º

1 — Tem a sua sede na Avenida de Silva Araújo, freguesia e vila das Aves, concelho de Santo Tirso.

2 — Por simples deliberação, a gerência poderá deslocar a sua sede para dentro do mesmo concelho ou para concelhos limítrofes, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação, quer em território nacional ou no estrangeiro.

3.º

A sociedade tem por objecto: restaurantes, café e *snack-bar*.

4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, correspondente a 1 002 410\$, dividido em duas quotas iguais de 2500 euros, uma de cada sócio.

5.º

Poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital até 100 vezes o valor deste.

6.º

A cessão de quotas é livre entre sócios, dependendo do consentimento da sociedade quando feita a estranhos, atribuindo-se à socie-

dade, em primeiro lugar, e aos sócios não cedentes, em segundo lugar, o direito de preferência a exercer nos termos gerais.

7.º

1 — A administração e representação da sociedade, remunerada ou não, compete aos sócios a nomear em assembleia geral.

2 — Fica desde já designado gerente o sócio Ricardo Manuel Alves Silva.

3 — Para obrigar a sociedade em todos os actos e contratos é suficiente a assinatura de um gerente.

4 — Para além dos poderes normais de gerência poderá ainda o gerente:

a) Comprar, vender, tomar e dar de arrendamento ou trespasse quaisquer imóveis de e para a sociedade;

b) Adquirir viaturas automóveis, podendo assinar os competentes contratos de *leasing*.

8.º

1 — É permitida a amortização de quotas, nos seguintes casos:

a) Por falência ou insolvência do seu titular;

b) No caso de penhora, arresto ou apreensão judicial da quota, em processo executivo;

c) No caso de, em consequência de partilha, a quota não ficar a pertencer ao seu titular ou a descendentes seus.

2 — A contrapartida da amortização corresponderá ao valor que for deliberado em assembleia geral a realizar para o efeito e será pago em quatro prestações semestrais e iguais.

3 de Janeiro de 2000. — A Conservadora Auxiliar, *Maria da Graça Simões da Rocha*. 09747230

CUSTÓDIO COSTA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Santo Tirso. Matrícula n.º 4453/991222; inscrição E-I; número e data da apresentação: 4/991222.

Certifico que entre:

1.º Manuel Custódio Carneiro da Costa, contribuinte fiscal n.º 127844015, casado, natural da freguesia do Couto (Santa Cristina), concelho de Santo Tirso, residente no lugar do Bairro, em Santo Tirso;

2.ª Laurinda Rosa Moreira Martins Carneiro da Costa, contribuinte fiscal n.º 127844007, casada com o primeiro outorgante, na comunhão de adquiridos, e com ele residente, natural da freguesia de Canelas, concelho de Penafiel; foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Custódio Costa, L.^{da}, com sede no lugar do Bairro, freguesia do Couto (Santa Cristina), concelho de Santo Tirso.

§ único. Por simples deliberação da gerência, a sede social pode ser deslocada dentro do concelho ou para um limítrofe, e criar sucursais, agências ou delegações e filiais, em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro.

2.º

O objecto social consiste em prestação de serviços médicos, especialidades e cirurgia.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 25 000 euros e está dividido em duas quotas, sendo: uma de 18 750 euros, pertencente ao primeiro outorgante, e outra de 6250 euros, pertencente à segunda outorgante.

4.º

A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, pertence ao sócio Manuel Custódio Carneiro da Costa, que desde já fica nomeado gerente.

5.º

Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a assinatura de um gerente.

6.º

As reuniões da assembleia geral serão convocadas por carta registada, com a antecedência mínima de 20 dias.

3 de Janeiro de 2000. — A Conservadora Auxiliar, *Maria da Graça Simões da Rocha*. 09747389

NORTELOTE — IMOBILIÁRIA DO NORTE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Santo Tirso. Matrícula n.º 4451/991220; inscrição E-I; número e data da apresentação: 5/991220.

Certifico que entre:

1.º Paulo Manuel de Sá e Silva, contribuinte n.º 165119144, casado na comunhão de adquiridos com a segunda outorgante, natural da freguesia de São Martinho de Bougado, concelho da Trofa, onde reside na Rua das Gandarinhas, 135;

2.ª Maria de Lurdes Vieira Carneiro e Silva, contribuinte n.º 182479080, casada com o outorgante anterior, com quem reside, natural da cidade e concelho da Póvoa de Varzim;

Que ambos outorgantes outorgam por si e, ainda, no exercício do poder paternal em representação de seus filhos menores, Diogo Paulo Carneiro e Silva, contribuinte n.º 225863243, natural da cidade e concelho da Póvoa de Varzim, e, Gustavo Filipe Carneiro Silva, contribuinte n.º 225863251, natural da dita freguesia de São Martinho de Bougado, ambos residentes com os outorgantes.

E por eles foi dito que constituem a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma NORTELOTE — Imobiliária do Norte, L.^{da}, e tem a sua sede no lugar de Abelheira, freguesia de São Martinho de Bougado, concelho da Trofa.

§ único. Por simples deliberação da gerência, a sede social poderá ser deslocada para qualquer outro local dentro do mesmo concelho ou para concelhos limítrofes, bem como criar sucursais, filiais, agências ou outras formas de representação.

ARTIGO 2.º

O objecto social consiste na compra e venda de bens imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim, construção civil.

§ único. A sociedade poderá adquirir participações de capital noutras sociedades, ainda que com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 3.º

O capital social, subscrito em dinheiro, é de 50 000 euros, distribuído por quatro quotas: uma do valor nominal de 35 000 euros do sócio Paulo Manuel de Sá e Silva; outra do valor nominal de 10 000 euros da sócia Maria de Lurdes Vieira Carneiro e Silva, e duas iguais do valor nominal de 2500 euros cada uma, uma de cada um dos sócios Diogo Paulo Carneiro e Silva e Gustavo Filipe Carneiro Silva.

§ único. Os sócios menores realizaram integralmente as suas quotas e os demais sócios, realizou apenas metade do capital, devendo os restantes 50% serem realizados no prazo de um ano a contar desta data.

ARTIGO 4.º

A cessão, total ou parcial, de quotas é livre entre os sócios, carecendo do consentimento da sociedade, quando feita a estranhos.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá amortizar quotas, nos seguintes casos:

a) Por acordo com o respectivo titular;

b) Em caso de morte, interdição ou inabilitação do sócio titular;

c) Quando a quota for penhorada, arrestada ou apreendida judicialmente;

d) Quando adjudicada ao cônjuge não sócio, em partilha de divórcio ou separação judicial de pessoas e bens.

ARTIGO 6.º

A gerência da sociedade, dispensada de caução e remunerada ou não, conforme deliberação da assembleia geral, incumbe aos sócios Paulo Manuel de Sá e Silva e Maria de Lurdes Vieira Carneiro e Silva, que desde já ficam nomeados gerentes, sendo suficiente a assinatura de um só gerente para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos.

§ único. Ficam incluídos nos poderes de gerência a compra e venda de viaturas automóveis, bem como alienar, onerar, permutar, tomar de arrendamento, ceder à exploração, trespassar ou tomar de trespassar quaisquer bens imóveis e celebrar contratos de locação.

ARTIGO 7.º

As assembleias gerais, sempre que a lei não prescreva outras formalidades, serão convocadas por cartas registadas dirigidas aos sócios, com a antecedência mínima de 20 dias.

3 de Janeiro de 2000. — A Conservadora Auxiliar, *Maria da Graça Simões da Rocha*. 09747044

SOCIEDADE AGRÍCOLA DE CODEÇOSA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Santo Tirso. Matrícula n.º 4291/990601; identificação de pessoa colectiva n.º 504324624; inscrição E-1; número e data da apresentação: 5/990601.

Certifico que entre:

1.º Mário Jorge Rodrigues Lima Ribeiro, número de identificação fiscal 202353028, solteiro, maior, natural da freguesia de Mafamude, concelho de Vila Nova de Gaia, residente no lugar de Codeçosa, freguesia de São Mamede de Negrelos, deste concelho, titular do bilhete de identidade n.º 9901874, emitido, em 28 de Setembro de 1994, pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa;

2.º Marco António de Oliveira Rebelo, número de identificação fiscal 168154439, solteiro, maior, natural da freguesia e concelho de Vila Nova de Famalicão, onde é residente na Rua de Carvalho Faria, 90, 1.º, titular do bilhete de identidade n.º 9839368, emitido, em 16 de Novembro de 1998, pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa;

foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Sociedade Agrícola de Codeçosa, L.^{da}, e tem a sua sede no lugar de Codeçosa, freguesia de São Mamede de Negrelos, concelho de Santo Tirso.

§ único. Por simples deliberação, a gerência poderá transferir a sede social para outro local do mesmo concelho ou concelhos limítrofes, bem como criar ou encerrar filiais ou qualquer forma de representação social.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a produção hortícola.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5200 euros, distribuídos por duas quotas iguais do valor nominal de 2600 euros cada uma, pertencentes uma a cada um dos sócios Mário Jorge Rodrigues Lima Ribeiro e Marco António de Oliveira Rebelo.

ARTIGO 4.º

A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica a cargo de ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes.

§ único. Para validamente obrigar e representar a sociedade em todos os seus actos e contratos é necessária a assinatura conjunta dos dois gerentes.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a favor de estranhos, depende do consentimento da sociedade, a qual tem direito de preferência, em primeiro lugar, e os sócios não cedentes, em segundo lugar, do direito de preferência na respectiva aquisição.

3 de Janeiro de 2000. — A Conservadora Auxiliar, *Maria da Graça Simões da Rocha*. 09686940

**ANÍBAL MANUEL COSTA RIOS OLIVEIRA,
UNIPESSOAL, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Santo Tirso. Matrícula n.º 4322/990709; identificação de pessoa colectiva n.º 504314459; inscrição E-1; número e data da apresentação: 26/990709.

Certifico que, Aníbal Manuel Costa Rios Oliveira, contribuinte n.º 127818774, divorciado, natural da freguesia da Reguenga, deste concelho, residente na Rua de 25 de Abril, freguesia de Agrela, deste concelho, constituiu a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Aníbal Manuel Costa Rios Oliveira, Unipessoal, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de 25 de Abril, freguesia de Agrela, concelho de Santo Tirso.

ARTIGO 2.º

O objecto social consiste em construção civil e compra e venda de propriedades.

ARTIGO 3.º

O capital social, subscrito e realizado em dinheiro, é de 1 005 000\$, representado por uma só quota, do mesmo valor, pertencente ao sócio Aníbal Manuel Costa Rios Oliveira.

ARTIGO 4.º

A gerência da sociedade, dispensada de caução e remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, incumbe ao sócio Aníbal Manuel Costa Rios Oliveira, sendo suficiente a sua assinatura para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos.

§ único. Fica expressamente autorizado o sócio único, a celebrar negócios jurídicos com a sociedade, mesmo antes do seu registo, desde que os mesmos visem a prossecução do objecto da sociedade.

3 de Janeiro de 2000. — A Conservadora Auxiliar, *Maria da Graça Simões da Rocha*. 09668500

**ESCOLA PROFISSIONAL DE SANTO TIRSO,
SOCIEDADE UNIPESSOAL, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Santo Tirso. Matrícula n.º 4313/990629; identificação de pessoa colectiva n.º 504447025; inscrição E-1; número e data da apresentação: 18/990629.

Certifico que, pelo Instituto de Santo Tirso, Cooperativa Polivalente de Ensino, C. R. L., número de identificação de pessoa colectiva 502151145, com sede na Rua de José Luís de Andrade, 63, trás, casa da Roda, desta cidade, matriculada na competente Conservatória sob o n.º 9, com o capital de 600 000\$, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Escola Profissional de Santo Tirso, Sociedade Unipessoal, L.^{da}

2.º

Tem a sua sede na Rua de José Luís de Andrade, 63, da freguesia e concelho de Santo Tirso.

3.º

O objecto social consiste no ensino profissional.

4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, correspondente a 1 002 410\$, representado por uma quota, pertencente ao seu único sócio Instituto de Santo Tirso, Cooperativa Polivalente de Ensino, C. R. L.

5.º

1 — A sociedade será gerida e representada pelos elementos que compõem a direcção do Instituto de Santo Tirso, Cooperativa Polivalente de Ensino, C. R. L., actualmente representada por Mário Augusto Pereira de Barros, Maria Assunção da Rocha Festa Correia do Vale e Joaquim Fernando Guimarães Alves Pimenta, os atrás outorgantes.

2 — Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos é necessária a assinatura conjunta de dois gerentes.

3 — Nos actos de mero expediente, excepto na emissão de cheques e aceitação de títulos de crédito, basta a assinatura de um gerente.

6.º

O sócio exerce as competências das assembleias gerais.

7.º

Todas as decisões do sócio único de natureza igual às deliberações da assembleia geral deverão ser registadas em acta por ele assinada.

8.º

O sócio único e a sociedade unipessoal podem celebrar negócios jurídicos, entre si, desde que estes sirvam a prossecução do objecto social.

3 de Janeiro de 2000. — A Conservadora Auxiliar, *Maria da Graça Simões da Rocha*. 09666818

COZIMOREIRA — FABRICAÇÃO DE MÓVEIS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Santo Tirso. Matrícula n.º 4449/991217; inscrição E-1; número e data da apresentação: 16/991217.

Certifico que entre:

1.º José de Castro Alves Moreira, contribuinte n.º 113465106, casado na comunhão de adquiridos com a segunda outorgante, natural desta cidade, onde reside no lugar de Várzea do Monte;

2.ª Maria Inês de Sousa Andrade, contribuinte n.º 147400589, casada com o outorgante anterior, com quem reside, natural desta cidade, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma COZIMOREIRA — Fabricação de Móveis, L.^{da}, e tem a sua sede no lugar de Várzea do Monte, da cidade e concelho de Santo Tirso.

§ único. Por simples deliberação da gerência, a sede social poderá ser deslocada para qualquer outro local dentro do mesmo concelho ou para concelhos limítrofes, bem como criar sucursais, filiais, agências ou outras formas de representação.

ARTIGO 2.º

O objecto social consiste na fabricação de móveis de cozinha e de casa de banho em módulos montados, armários, roupeiros, guarda-louças; comércio a retalho de mobiliário.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 2 100 000\$, distribuído por duas quotas: uma do valor nominal de 1 575 000\$, pertencente ao sócio José de Castro Alves Moreira, e outra do valor nominal de 525 000\$, pertencente à sócia Maria Inês Sousa Andrade.

ARTIGO 4.º

A sociedade poderá exigir dos sócios a realização de prestações suplementares de capital até ao montante global de 20 000 000\$.

ARTIGO 5.º

A cessão, total ou parcial, de quotas é livre entre os sócios, carecendo do consentimento da sociedade quando feita a estranhos.

ARTIGO 6.º

A gerência da sociedade, dispensada de caução e remunerada ou não, conforme deliberação da assembleia geral, incumbe a ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, sendo suficiente a assinatura de um só gerente para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos.

§ único. Ficam incluídos nos poderes de gerência, a compra e venda de viaturas automóveis, bem como tomar de arrendamento quaisquer bens imóveis e celebrar contratos de locação.

ARTIGO 7.º

As assembleias gerais, sempre que a lei não prescreva outras formalidades, serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios, com a antecedência mínima de 20 dias.

3 de Janeiro de 2000. — A Conservadora Auxiliar, *Maria da Graça Simões da Rocha*. 09646620

COSMENDES — MONTAGENS ELÉCTRICAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Santo Tirso. Matrícula n.º 4444/991203; inscrição E-1; número e data da apresentação: 9/991203.

Certifico que entre:

1.º Manuel Mendes da Costa, natural da freguesia de Negrelos (São Mamede), do concelho de Santo Tirso, residente na Rua Central, Outeirô, da freguesia de Covelas, do concelho da Trofa, casado sob o regime da comunhão de adquiridos com Maria Augusta de Sousa Lima Costa, número de identificação fiscal 141105984, titular do bilhete de identidade n.º 2583762, emitido, em 12 de Abril de 1994, pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa;

2.º Nuno Emanuel Sousa Costa, solteiro, maior, natural da freguesia de Paranhos, do concelho do Porto, residente na morada anterior, número de identificação fiscal 216552117, titular do bilhete de identidade n.º 11462446, emitido, em 27 de Novembro de 1997, pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma COSMENDES — Montagens Eléctricas, L.^{da}

ARTIGO 2.º

1 — A sua sede é na Rua Central, Outeirô, da freguesia de Covelas, do concelho da Trofa.

2 — A gerência da sociedade poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelhos limítrofes, bem como criar filiais, sucursais ou outras formas de representação social.

ARTIGO 3.º

O seu objecto consiste na actividade de montagens e instalações eléctricas.

ARTIGO 4.º

O capital social, inteiramente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma de duas quotas iguais de 2500 euros cada uma, pertencentes uma a cada um dos sócios Manuel Mendes da Costa e Nuno Emanuel Sousa Costa.

ARTIGO 5.º

As cessões e divisões de quotas entre os sócios e seus descendentes são livremente permitidas, mas quando feitas a favor de estranhos, ficam dependentes do consentimento da sociedade e dos sócios não cedentes a quem é reservado, por esta ordem, o direito de preferência.

ARTIGO 6.º

1 — A gerência social, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica afectada ao sócio Manuel Mendes da Costa, que desde já é nomeado gerente.

2 — A sociedade vincula-se com a intervenção de um gerente.

ARTIGO 7.º (transitório)

Os outorgantes declararam, ainda, que fica autorizado ao gerente nomeado a levantar as importâncias depositadas no Banco Espírito Santo, S. A., referentes às entradas dos sócios para a realização do capital, a fim de fazer face às despesas desta escritura, registos, publicações e aquisição de equipamentos necessários ao funcionamento da sociedade.

9 de Dezembro de 1999. — A Conservadora Auxiliar, *Maria da Graça Simões Rocha*. 09746277

MACHADO DA COSTA & FILHOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Santo Tirso. Matrícula n.º 1783, fl. 91 v.º, C-5; identificação de pessoa colectiva n.º 501951121; data da apresentação: 991206.

Certifico que a sociedade em epígrafe, depositou a acta e documentos legais respeitante ao depósito de contas do ano de exercício de 1998.

Está conforme.

4 de Janeiro de 2000. — A Conservadora, *Maria Manuela Magalhães da Silva Neto*. 11689145

HEURECA — GABINETE DE PSICOLOGIA E APOIO EDUCATIVO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Santo Tirso. Matrícula n.º 3483/960724; identificação de pessoa colectiva n.º 503684120; data da apresentação: 991220.

Certifico que a sociedade em epígrafe, depositou a acta e documentos legais respeitante ao depósito de contas do ano de exercício de 1998.

Está conforme.

29 de Dezembro de 1999. — A Conservadora, *Maria Manuela Magalhães da Silva Neto*. 09747206

CONSTRUÇÕES MOURA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Santo Tirso. Matrícula n.º 2291/910308; identificação de pessoa colectiva n.º 502560304; data da apresentação: 991220.

Certifico que a sociedade em epígrafe, depositou a acta e documentos legais respeitante ao depósito de contas do ano de exercício de 1998.

Está conforme.

29 de Dezembro de 1999. — A Conservadora, *Maria Manuela Magalhães da Silva Neto*. 09747184

ARAÚJO & FERNANDOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Santo Tirso. Matrícula n.º 2003/890929; identificação de pessoa colectiva n.º 502244950; data da apresentação: 991216.

Certifico que a sociedade em epígrafe, depositou a acta e documentos legais respeitante ao depósito de contas do ano de exercício de 1998.

Está conforme.

29 de Dezembro de 1999. — A Conservadora, *Maria Manuela Magalhães da Silva Neto*. 09746927

FERNANDO ALMEIDA — FABRICANTE DE ACESSÓRIOS PARA MÁQUINAS DE COSTURA INDUSTRIAIS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Santo Tirso. Matrícula n.º 1784/880308; identificação de pessoa colectiva n.º 501945105; data da apresentação: 991206.

Certifico que a sociedade em epígrafe, depositou a acta e documentos legais respeitante ao depósito de contas do ano de exercício de 1998.

Está conforme.

29 de Dezembro de 1999. — A Conservadora, *Maria Manuela Magalhães da Silva Neto*. 09746340

JOSÉ NUNES DE PAIVA & FILHOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Santo Tirso. Matrícula n.º 534/760301; identificação de pessoa colectiva n.º 500575010; data da apresentação: 990713.

Certifico que a sociedade em epígrafe, depositou a acta e documentos legais respeitante ao depósito de contas do ano de exercício de 1998.

Está conforme.

9 de Agosto de 1999. — A Conservadora, *Maria Manuela Magalhães da Silva Neto*. 08164622

TRANSPORTES BARINHO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Santo Tirso. Matrícula n.º 2747/930402; identificação de pessoa colectiva n.º 502973285; data da apresentação: 991209.

Certifico que a sociedade em epígrafe, depositou a acta e documentos legais respeitante ao depósito de contas do ano de exercício de 1998.

Está conforme.

17 de Dezembro de 1999. — A Conservadora, *Maria Manuela Magalhães da Silva Neto*. 09746420

SANTARÉM**CONSTÂNCIA****MONTALVO — MÓVEIS, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Constância. Matrícula n.º 98/980415; identificação de pessoa colectiva n.º 504120050; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 1/991020.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registada a alteração do contrato, com aumento de capital de 600 000\$ para 25 000 000\$, em dinheiro, pelos sócios Jorge Amaro Farinha Pereira, Mónica Farinha Pereira, António Manuel dos Santos Ferreira, José Monteiro Alves e Fernanda Mota Farinha Pereira, com as quantias, respectivas, de 7 320 000\$, 7 320 000\$, 3 660 000\$, 1 035 000\$ 5 065 000\$, tendo sido alterado o artigo 4.º, o qual passa a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e nos demais bens constantes da escrita, é de 25 000 000\$, dividido em cinco quotas: uma de 7 500 000\$ do sócio Jorge Amaro Farinha Pereira; uma de 7 500 000\$ da sócia Mónica Farinha Pereira; uma de 3 750 000\$ do sócio António Manuel dos Santos Ferreira; uma de 1 125 000\$ do sócio José Monteiro Alves, e uma de 5 125 000\$ da sócia Fernanda Mota Farinha Pereira.

O pacto social, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

3 de Novembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Maria de Fátima Ascenso Rodrigues Tapadas*. 10404155

SETÚBAL**MOITA****FISIO-MOITA — CENTRO DE MEDICINA FÍSICA E REABILITAÇÃO, L.^{DA}**

Sede: Avenida do Dr. Teófilo Braga, 6-A, Moita

Conservatória do Registo Comercial da Moita. Matrícula n.º 486/871218; identificação de pessoa colectiva n.º 501911391.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

Conferida, está conforme.

3 de Janeiro de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Maria Lucinda Piedade Alegria Jorga da Vinha*. 08791449

SANDOLUZ — CEDÊNCIA DE PESSOAL, L.^{DA}

Sede: Rua do Engenheiro Júlio Martins, 15, 2.º, direito, Baixa da Banheira, Moita

Conservatória do Registo Comercial da Moita. Matrícula n.º 1534/990107; identificação de pessoa colectiva n.º 504554646; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 5/991210.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado o pacto, quanto ao n.º 1 do artigo 1.º e artigo 2.º, os quais passaram a ter a seguinte redacção:

Denominação: SANDOLUZ — Cedência de Pessoal, L.^{DA}

Objecto: actividade de cedência temporária de trabalhadores para utilização de terceiros utilizadores, bem como actividade de selecção e formação profissional.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida, está conforme.

28 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Maria Lucinda Neves Abrunheiro Andrade*. 08790477

RODRIGUES, FÁTIMA & ASSOCIADOS, L.^{DA}

Sede: Avenida de António Aleixo, bloco B, 15, Quinta da Fonte da Prata, Alhos Vedros, Moita

Conservatória do Registo Comercial da Moita. Matrícula n.º 1283/961122; identificação de pessoa colectiva n.º 503784273.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

Conferida, está conforme.

3 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Maria Lucinda Neves Abrunheiro Andrade*. 08798060

SOCIEDADE AGRÍCOLA DE SANTA ROSA, L.^{DA}

Sede: Quinta de Santa Rosa, Moita

Conservatória do Registo Comercial da Moita. Matrícula n.º 264/790816; identificação de pessoa colectiva n.º 500862893.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

Conferida, está conforme.

3 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Maria Lucinda Neves Abrunheiro Andrade*. 08791600

CASA CAPELA — ARTIGOS DE DESPORTO, L.^{DA}

Sede: Rua do Dr. Miguel Bombarda, 12, Moita

Conservatória do Registo Comercial da Moita. Matrícula n.º 462/870409; identificação de pessoa colectiva n.º 501808256.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

Conferida, está conforme.

3 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Maria Lucinda Neves Abrunheiro Andrade*. 08791511

M. B. N. — SOCIEDADE DE ESTRUTURAS METÁLICAS, L.^{DA}

Sede: Rua do 5 de Outubro, 59, rés-do-chão, direito, Alhos Vedros, Moita

Conservatória do Registo Comercial da Moita. Matrícula n.º 983/940315; identificação de pessoa colectiva n.º 503195812.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

Conferida, está conforme.

3 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Maria Lucinda Neves Abrunheiro Andrade*. 08792178

QUÍMICAS EUROPEIAS, FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA, L.^{DA}

Sede: Rua do 1.º de Maio, 16, Baixa da Banheira, Moita

Conservatória do Registo Comercial da Moita. Matrícula n.º 1207/960229; identificação de pessoa colectiva n.º 503597252.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

Conferida, está conforme.

3 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Maria Lucinda Neves Abrunheiro Andrade*. 08791589

SOCIEDADE AGRO-PECUÁRIA DA DEFESA DO GATO, L.^{DA}

Sede: Quinta de Santa Rosa, Moita

Conservatória do Registo Comercial da Moita. Matrícula n.º 1312/970228; identificação de pessoa colectiva n.º 501464450.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

Conferida, está conforme.

3 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Maria Lucinda Neves Abrunheiro Andrade*. 08791597

ELBIMPORT — COMÉRCIO DE LOUÇAS, L.^{DA}

Sede: Rua do Padre José Feliciano, 65, Baixa da Banheira, Moita

Conservatória do Registo Comercial da Moita. Matrícula n.º 1016/940621; identificação de pessoa colectiva n.º 503240516.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

Conferida, está conforme.

3 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Maria Lucinda Neves Abrunheiro Andrade*. 08791562

RAMOS & ELIAS, L.^{DA}

Sede: Rua do 1.º de Maio, 36 e 38, Baixa da Banheira, Moita

Conservatória do Registo Comercial da Moita. Matrícula n.º 293/810204; identificação de pessoa colectiva n.º 501174567.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

Conferida, está conforme.

3 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Maria Lucinda Neves Abrunheiro Andrade*. 08791570

BRUNO & OLIVEIRA, L.^{DA}

Sede: Rua de Afonso de Albuquerque, Mercado de Alhos Vedros, Moita

Conservatória do Registo Comercial da Moita. Matrícula n.º 529/881130; identificação de pessoa colectiva n.º 502073322.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

Conferida, está conforme.

5 de Janeiro de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Maria Lucinda Piedade Alegria Jorge da Vinha*. 08798095

AFONSO & GARCIAS — CONSTRUÇÃO CIVIL, L.^{DA}

Sede: Rua de Caldas Xavier, 28, 2.º, esquerdo,
Alhos Vedros, Moita

Conservatória do Registo Comercial da Moita. Matrícula n.º 461/
870401; identificação de pessoa colectiva n.º 501801510.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

Conferida, está conforme.

5 de Janeiro de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Maria Lucinda Piedade Alegria Jorga da Vinha*. 08798109

NOBRAUTO — REPARAÇÃO DE AUTOMÓVEIS, L.^{DA}

Sede: Rua de Ivone Silva, lote 48, Zona J,
Vale da Amoreira, Moita

Conservatória do Registo Comercial da Moita. Matrícula n.º 985/
940316; identificação de pessoa colectiva n.º 503173045.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

Conferida, está conforme.

5 de Janeiro de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Maria Lucinda Piedade Alegria Jorga da Vinha*. 08798087

CONSTRUÇÕES MATOS LOURO, L.^{DA}

Sede: Estrada dos Brejos, Vivenda Matos Louro, Moita

Conservatória do Registo Comercial da Moita. Matrícula n.º 726/
911002; identificação de pessoa colectiva n.º 502627786.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

Conferida, está conforme.

5 de Janeiro de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Maria Lucinda Piedade Alegria Jorga da Vinha*. 08798079

RIBEICAR — COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, L.^{DA}

Sede: Rua de Alves Redol, 18-A, Baixa da Banheira, Moita

Conservatória do Registo Comercial da Moita. Matrícula n.º 1478/
980609; identificação de pessoa colectiva n.º 504189344.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

Conferida, está conforme.

5 de Janeiro de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Maria Lucinda Piedade Alegria Jorga da Vinha*. 08790485

VÍTOR CASTALHEIRA, UNIPESSOAL, L.^{DA}

Sede: Praceta dos Metalúrgicos, 3, 1.º, direito,
Baixa da Banheira, Moita

Conservatória do Registo Comercial da Moita. Matrícula n.º 1647/
991215; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 3/991215.

Certifico que Vítor Manuel Mateus Cascalheira, constituiu a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Vítor Cascalheira, Unipessoal, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede na Praceta dos Metalúrgicos, 3, 1.º, direito, freguesia da Baixa da Banheira, concelho da Moita.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto as actividades de acabamentos de construção civil.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 400 000\$, representado por uma quota igual de valor nominal, pertencente ao sócio único.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência e a representação da sociedade, pertencem ao sócio único, desde já nomeado gerente.

2 — Para obrigar a sociedade é suficiente a intervenção do gerente.

ARTIGO 5.º

O sócio único fica autorizado a celebrar negócios jurídicos com a sociedade, desde que tais negócios sirvam à prossecução do objecto social.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá participar em agrupamentos complementares de empresas e no capital social de outras sociedades, nos termos permitidos por lei, mesmo que o objecto desses agrupamentos complementares e ou empresas, não coincida, no todo ou em parte, com aquele que a sociedade está exercendo.

Conferida, está conforme.

6 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Maria Lucinda Neves Abrunheiro Andrade*. 08791643

SUPERMOITA — SUPERMERCADOS, L.^{DA}

Sede: Casal de Santa Rosa, Alhos Vedros, Moita

Conservatória do Registo Comercial da Moita. Matrícula n.º 1441/
980220; identificação de pessoa colectiva n.º 504115502.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

Conferida, está conforme.

7 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Maria Lucinda Neves Abrunheiro Andrade*. 08798362

O. I. A. — MOBILIÁRIO E DECORAÇÕES, L.^{DA}

Sede: Parque de Empresas dos Quatro Marcos, Moita

Conservatória do Registo Comercial da Moita. Matrícula n.º 1274/
961108; identificação de pessoa colectiva n.º 503763160; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 6/111099.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram nomeados gerentes Orlando Rodrigues Simões dos Santos e Bebiãna Miranda Rodrigues, para o triénio de 1999-2002.

Data: 30 de Julho de 1999.

Conferida, está conforme.

21 de Outubro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Cristina Maria Lucas Bolina*. 08793263

OLIESCRITAS — GABINETE DE CONTABILIDADE, L.^{DA}

Sede: Avenida do Dr. Teófilo Braga, 20, 1.º, salas E e F, Moita

Conservatória do Registo Comercial da Moita. Matrícula n.º 1646/
991215; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/991215.

Certifico que entre Pedro Miguel de Almeida Santos Dias de Oliveira e Alberto Correia Dias de Oliveira, foi constituída a sociedade

em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma OLIESCRITAS — Gabinete de Contabilidade, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede na Avenida do Dr. Teófilo Braga, 20, 1.º, salas E e F, freguesia e concelho da Moita.

3 — Por simples deliberação da gerência, a sede poderá ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como poderão ser criadas e extintas sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a prestação de serviços de contabilidade.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 1 002 410\$ e corresponde à soma de duas quotas iguais do valor nominal de 501 205\$ cada uma, pertencentes uma a cada um dos sócios.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, compete aos sócios, que desde já ficam nomeados gerentes.

2 — Para a sociedade ficar obrigada é necessária a assinatura de um gerente.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas

por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

Disposição transitória

A gerência fica desde já autorizada a levantar a totalidade do capital social depositado, a fim de custear as despesas de constituição e registo da sociedade, aquisição de equipamento e instalação da sede social e a adquirir para esta quaisquer bens móveis, imóveis ou direitos, mesmo antes do seu registo definitivo, assumindo a sociedade todos os actos praticados pela gerência, nesse período, logo que definitivamente matriculada.

Conferida, está conforme.

6 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Maria Lucinda Neves Abrunheiro Andrade*. 08791635

BRÁS & SANTOS — DECORAÇÕES, L.^{DA}

Sede: Rua de Fernando Pessoa, 31, bloco Q, Quinta da Fonte da Prata, Alhos Vedros, Moita

Conservatória do Registo Comercial da Moita. Matrícula n.º 1090/950118; identificação de pessoa colectiva n.º 503347787.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1998.

Conferida, está conforme.

3 de Janeiro de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Maria Lucinda Piedade Alegria Jorga da Vinha*. 08798036

COLECÇÃO ESSENCIAL



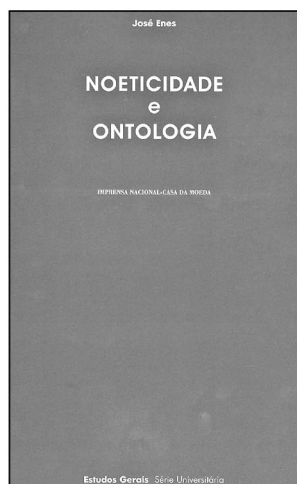
RAÚL BRANDÃO
A. M. B. Machado Pires



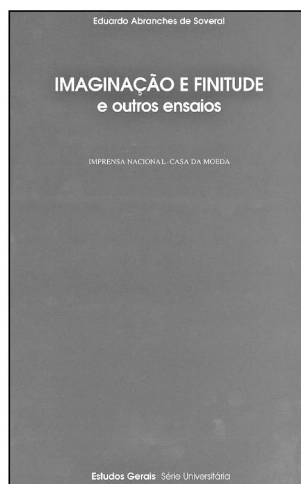
TEIXEIRA DE PASCOES
Maria das Graças
Moreira de Sá



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
Av. António José de Almeida
1000-042 Lisboa • Tel.: 21 781 07 00

Estudos Gerais / Série Universitária

NOETICIDADE E ONTOLOGIA
José Enes



IMAGINAÇÃO E FINITUDE
Eduardo Abranhes de Soveral



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
Av. António José de Almeida
1000-042 Lisboa • Tel.: 21 781 07 00

**DIÁRIO DA REPÚBLICA**

Depósito legal n.º 8816/85
ISSN 0870-9963

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos para reclamação de faltas do *Diário da República* são, respectivamente, de 30 dias para o continente e de 60 dias para as Regiões Autónomas e estrangeiro, contados da data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLuíDO 5%)

1160\$00 — € 5,79



Diário da República Electrónico: Endereço Internet: <http://www.dr.incm.pt>
Correio electrónico: dre@incm.pt • Linha azul: 808 200 110 • Fax: 21 394 57 50

**IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.**

**LOCAIS DE INSCRIÇÃO DE NOVOS ASSINANTES,
VENDA DE PUBLICAÇÕES,
IMPRESSOS E ESPÉCIMES NUMISMÁTICOS**

- Rua da Escola Politécnica, 135 — 1250-100 Lisboa
Telef. 21 394 57 00 Fax 21 394 57 50 Metro — Rato
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16-A e 16-B — 1050-148 Lisboa
Telef. 21 353 03 99 Fax 21 353 02 94 Metro — S. Sebastião
- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099-002 Lisboa
Telef. 21 383 58 00 Fax 21 383 58 34
- Rua de D. Filipa de Vilhena, 12 — 1000-136 Lisboa
Telef. 21 781 07 00 Fax 21 781 07 95 Metro — Saldanha
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 — 3000-173 Coimbra
Telef. 23 982 69 02 Fax 23 983 26 30
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 — 4050-294 Porto
Telefs. 22 205 92 06/22 205 91 66 Fax 22 200 85 79
- Avenida do Engenheiro Duarte Pacheco — 1070-103 Lisboa
(Centro Comercial das Amoreiras, loja 2112)
Telef. 21 387 71 07 Fax 21 353 02 94
- Avenida Lusíada — 1500-392 Lisboa
(Centro Colombo, loja 0.503)
Telefs. 21 711 11 19/23/24 Fax 21 711 11 21 Metro — C. Militar
- Rua das Portas de Santo Antão, 2-2/A — 1150-268 Lisboa
Telefs. 21 324 04 07/08 Fax 21 324 04 09 Metro — Rossio
- Loja do Cidadão (Lisboa) Rua de Abranhes Ferrão, 10 — 1600-001 Lisboa
Telef. 21 723 13 70 Fax 21 723 13 71
- Loja do Cidadão (Porto) Avenida de Fernão Magalhães, 1862 — 4350-158 Porto
Telef. 22 557 19 27 Fax 22 557 19 29